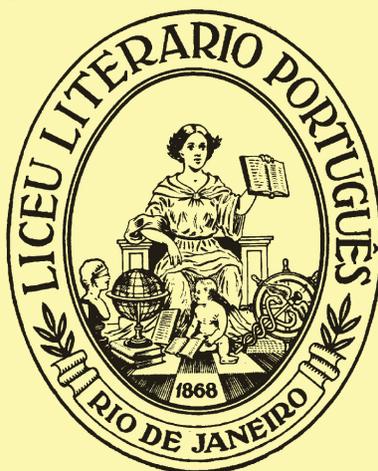


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multipulum ad unum



N.º 54 – 1.º semestre de 2018 – Rio de Janeiro

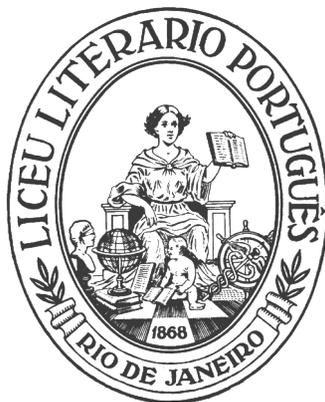
CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 54 – 1.º semestre de 2018 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO
Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2013/2014

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
	Presidente de Honra: Antonio Gomes da Costa

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airoso Branco
Suplentes:	José Gomes da Silva Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA
Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL
Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henríquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)

Diagramação
Quadratto Comunicação e Design
Rossana Henriques
www.quadratto.com.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Artigos	
A alternância <i>tu</i> e <i>você</i> : cartas capixabas	9
MARIA MARTA PEREIRA SCHERRE	
LILIAN COUTINHO YACOVENCO	
JULIANA RANGEL SCARDUA	
Dêiticos de lugar no galego, português europeu e português do Brasil contemporâneos: proposta de descrição/explicação	26
JUSSARA ABRAÇADO	
RACHEL MARIA CAMPOS MENEZES DE MORAES	
Usos linguísticos contemporâneos: novos lexemas? Resultados de um inquérito.....	46
HELENA REBELO	
Inventário dos correlatores disjuntivos do português do Brasil	67
IVO COSTA ROSÁRIO	
JOVANA MAURÍCIO ACOSTA	
A formação do subesquema argumental causativo no português brasileiro.....	90
MONCLAR GUIMARÃES LOPES	
VANDA MARIA CARDOZO DE MENEZES	
As metáforas cognitivas estruturais definidoras do conceito de linguagem e a sua consequência na construção do ponto de vista em que o objeto-linguagem será construído	113
MAURÍCIO DA SILVA	
A construção sem + gerúndio na <i>Crónica do Condestabre de Portugal</i> Nuno Álvares Pereira.....	139
JOSÉ BARBOSA MACHADO	

Em foco: o <i>Jornal da Globo</i>	148
MARILÚCIA DOS SANTOS DOMINGOS STRIQUER	
JOÃO RICARDO RODRIGUES	
Os topônimos comerciais da cidade de Naranjal, Paraguai	164
MARCIA SIPAVICIUS SEIDE	
PATRÍCIA LUCAS	
<i>Arre Maria! Como tu cunrrresa</i> : a aspiração de /v/ no falar popular de Fortaleza	196
ALUIZA ALVES DE ARAÚJO	
ANA GERMANA PONTES RODRIGUE	
MARIA LIDIANE DE SOUSA PEREIRA	
A expansão lexical em produtos alimentícios industrializados no português brasileiro	222
ALEXANDRE ANTÔNIO TIMBANE	
DAYANNY MARINS COELHO	
Teoria da gramática e dialectologia do português brasileiro	244
RERISSON CAVALCANTE DE ARAÚJO	
A indeterminação do sujeito na Bahia, nos séculos XIX e XX: questões que envolvem uma análise variacionista no nível morfossintático	269
VALTER DE CARVALHO DIAS	
A variação na representação do complemento verbal e o ensino de PB a hispanofalantes: uma análise de materiais didáticos de PLE.....	293
THAIS LEAL RODRIGUES	
Resenhas	
HAUY, Amini Boainain. Gramática da língua portuguesa padrão	311
ALEXANDRE JOSÉ SILVA	
ANTUNES, Irlandé. Análise de textos : fundamentos e práticas	321
JOSÉ KLEIBSON DA SILVA	
Colaboradores deste número.....	323

APRESENTAÇÃO

Este novo número de *Confluência* renova a publicação de vários textos de alta qualidade acadêmica na seara dos estudos linguísticos. A pesquisa contemporânea tem aberto novos caminhos na busca do melhor e mais aprofundado entendimento da linguagem humana, seja no tocante aos temas mais abrangentes, tais como a faculdade da fala e os mecanismos de aquisição da linguagem, seja no que diz respeito aos assuntos mais específicos, atinentes ao sistema linguístico stricto sensu, sem descurar das várias interfaces que a investigação da língua em uso nos oferece.

Em consonância com essa atividade de pesquisa abrangente, abre-se, nas páginas que se seguem, um leque de estudos que buscam dar conta da fenomenologia da linguagem em todos os seus aspectos, cujo escopo visa a servir a projetos de pesquisa igualmente vários, de distinta natureza epistemológica, não obstante destinados a servir ao escopo comum de estudar a linguagem humana em suas diversas dimensões. São textos, pois, de grande utilidade para todos os que se dedicam à teorização linguística e à descrição das línguas vernáculas.

Boa leitura.

A ALTERNÂNCIA *TU* E *VOCÊ*: CARTAS CAPIXABAS

THE ALTERNATION *TU* AND *VOCÊ*: LETTERS FROM
ESPÍRITO SANTO/BRAZIL

Maria Marta Pereira Scherre

Universidade Federal do Espírito Santo

Universidade de Brasília

mscherre@gmail.com

Lilian Coutinho Yacovenco

Universidade Federal do Espírito Santo

lilianyacovenco@yahoo.com.br

Juliana Rangel Scardua

Universidade Federal do Espírito Santo

juliana.scardua@hotmail.com

RESUMO:

Com base na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), o presente trabalho analisa a variação das formas pronominais *tu* e *você*, na posição de sujeito, em cartas capixabas do início do século XX. Para o tratamento quantitativo dos dados, utilizamos o programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH 2005), que forneceu a frequência global de cada variante, bem como a significância estatística dos fatores sobre o uso dos pronomes de segunda pessoa do singular. Os resultados depreendidos da análise de 226 dados mostram: (1) alto índice de *tu*, (2) mudança de tratamento clara conforme o interlocutor, (3) favorecimento do *tu* como forma nula e nos tópicos de maior proximidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística Variacionista; cartas pessoais capixabas; pronomes de segunda pessoa.

ABSTRACT:

Based on Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2008 [1972]), this paper analyses the alternation of the pronoun forms *tu* and *você*, in the subject position, in the letters written by Oswald Cruz Guimarães, born in Vitória/Espírito Santo/Brazil, in the early twentieth century. We used the GoldVarb X program (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH 2005) that provided the overall frequency of each variant as well as the influence of

the factors on the use of the second person singular pronouns. The analysis of 226 data shows: (1) high rate of *tu*; (2) clearly change of treatment according to the interlocutor; (3) favoring of *tu* as null form and in the most intimate topics.

KEYWORDS: Variationist Sociolinguistics; capixabas personal letters; second person pronouns.

Considerações iniciais

O quadro pronominal do português brasileiro (PB) em sua origem, no que diz respeito à referência de segunda pessoa, era formado pelos pronomes *tu* e *vós*, que marcavam, respectivamente, intimidade e distanciamento interacional (CINTRA, 1972). Com a diminuição considerável do uso do pronome *vós*, o pronome canônico *tu* passa a disputar espaço com *você*, originário da gramaticalização da forma nominal *Vossa Mercê* > *você*. Assim, no PB para se identificar com quem se fala, além do pronome *tu*, há, também, o pronome *você*, que é reconhecido “como pronome pessoal de segunda pessoa do singular para a grande maioria dos falantes brasileiros” (PAREDES SILVA, 2003, p. 160).

Scherre et al. (2015) propõem seis subsistemas de pronomes de segunda pessoa no PB e, com base na alternância *tu/você/ocê/cê* e na concordância com o pronome *tu*, ressaltam que há áreas geográficas em que ocorre apenas o macro pronome VOCÊ. Baseados na pesquisa de Calmon (2010), os autores incluem Vitória como uma das áreas de uso exclusivo de VOCÊ.

Calmon (2010), com o intuito de descrever, analisar e sistematizar a variação de *você*, *ocê* e *cê* na fala dos moradores da capital do Espírito Santo, verificou, em linhas gerais, que nessa variedade: (1) *você* e *cê* se alternam na posição de sujeito, sendo *você* mais frequente; (2) *ocê* ocorre em raros casos; e (3) *tu* não é utilizado.

A fim de observarmos como se comportava o sistema pronominal capixaba em sincronias pretéritas, analisamos, com base na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), a alternância *tu* e *você*, na posição de sujeito, em cartas escritas pelo capixaba Oswald Cruz Guimarães no início do século XX, explicitando os fatores linguísticos e extralinguísticos que atuam na escolha das variantes nas cenas comunicativas. Ao focalizar esse fenômeno variável em períodos históricos passados, selecionamos o gênero carta pessoal pelo fato de ser o meio de comunicação utilizado quando o interlocutor se encontrava distante e por ser, segundo Bakhtin (2011), um gênero discursivo primário, isto é, de baixa complexidade e produzido em situações informais e espontâneas.

Após estas considerações iniciais, apresentamos o fenômeno analisado, na seção 2; aspectos teóricos e metodológicos, na seção 3; a análise dos dados, na seção 4; as considerações finais, na seção 5; e, por fim, as referências bibliográficas.

1. O fenômeno linguístico

A variação dos pronomes de segunda pessoa em cartas pessoais do capixaba Oswald Cruz Guimarães, objeto de análise deste artigo, apresenta-se, no início do século XX, sob a forma de duas variantes: *tu* e *você*, ilustradas, respectivamente, em (1) e (2); e em (3) e (4).

a. TU

- (1) “**Tu** és muito má, sabes?”. (Carta para a esposa, datada de 11/12/1919).
 (2) “**ØTerminas** a tua carta falando em tomar-me tempo e causar-me prejuízo”. (Carta para a esposa, datada de 5/07/1916).

b. VOCÊ

- (3) “**Você** também tem muito genio, não é?”. (Carta para a esposa, datada de 19/05/1917).
 (4) “Acaso não **Øestá** bem certa do meu amor?”. (Carta para a esposa, datada de 12/07/1916).

De acordo com Lopes e Duarte (2003), a partir do século XIX, a forma nominal *você* assumiu propriedades pronominais passando a concorrer com *tu*. Estudos realizados sobre os pronomes de segunda pessoa na escrita de períodos históricos passados mostram que há predomínio do *tu* em cartas com remetente masculino (LOPES; MACHADO, 2005; RUMEU, 2008; SILVA, 2011). Em relação ao preenchimento do sujeito, verifica-se um maior índice de sujeito expresso com o uso do pronome *você*, o que demonstra a permanência de aspectos da forma nominal *Vossa Mercê* (LOPES; MACHADO, 2005; RUMEU, 2008; LOPES et al., 2011; SILVA, 2012). No que tange às relações interpessoais, observa-se que o *tu* é mais frequente nas relações simétricas e indica intimidade, enquanto o pronome *você* e as formas nominais são mais presentes nas relações assimétricas e expressam, de maneira geral, distanciamento e indiretividade (LOPES; DUARTE, 2003; MARCOTULIO, 2008, 2010; RUMEU, 2013).

Nesta linha de raciocínio, pretendemos (1) mostrar como a interação condiciona o uso das formas de segunda pessoa, na posição de sujeito, em

cartas pessoais capixabas do início do século XX; (2) investigar como o tipo de preenchimento da posição de sujeito e o tópico discursivo condicionam o uso das variantes *tu* e *você*; (3) contribuir para o conhecimento linguístico do PB; (4) e situar a variedade capixaba no cenário nacional.

2. Aspectos teóricos e metodológicos

A análise apresentada neste artigo foi feita à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, que estuda a língua em seu contexto social, buscando compreender os fatores internos e externos que atuam sobre a variação e mudança linguística. De maneira geral, esta abordagem compreende que as línguas são heterogêneas e diversificadas, isto é, em toda e qualquer língua natural há formas linguísticas diferentes que podem ocorrer em um mesmo contexto ou em contextos semelhantes com o mesmo valor de verdade ou o mesmo significado referencial. O pressuposto básico da Sociolinguística Variacionista é que a variação e a mudança são inerentes ao sistema linguístico, reguladas por restrições estruturais e sociais, passíveis de serem sistematizadas (LABOV, 2008 [1972]; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]). Dessa forma, na concepção da Sociolinguística Variacionista:

A estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle dessas estruturas heterogêneas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 125).

Embora as pesquisas variacionistas trabalhem principalmente com dados orais, há também estudos de textos escritos, especialmente os de natureza histórica que, devido à ausência de registros orais de períodos históricos passados, utilizam como *corpus* de análise “cartas de cunho pessoal, diários e textos teatrais que tenham visado, em seu momento de criação, a um retrato da fala de diferentes camadas sociais da comunidade” (TARALLO, 2007, p. 71).

A base da nossa análise é composta por 60 cartas pessoais do capixaba Oswald Cruz Guimarães, endereçadas a diversos interlocutores com os quais possuía vínculos familiares ou de amizade (Quadro 1), entre os quais estava sua esposa Hylde de Matos Guimarães. Essas cartas, escritas nos anos de 1915-1917, 1919, 1921, 1925-1928, foram cedidas pela neta do casal, uma capixaba que possui diversas correspondências de seus avós.

Quadro 1 – Relações interpessoais entre o capixaba Oswald Cruz Guimarães e os destinatários de suas cartas pessoais escritas no início do século XX

Destinatários	Grau de parentesco	Naturalidade
Hylde Guimarães	Esposa	Freguesia de Santana (RJ)
Alcides Guimarães	Irmão	Vitória (ES)
Antenor Guimarães	Pai	Niterói (RJ)
Anna Cruz Guimarães	Mãe	Vitória (ES)
Azamor Guimarães	Tio	Vitória (ES)
Jeronymo Monteiro	Amigo	Cachoeiro de Itapemirim (ES)
Jayme	Amigo	-

No tocante ao conteúdo, as cartas possuem assuntos diversificados, a saber: amor, notícia, pedido, luto e crítica. As cartas destinadas à esposa, majoritariamente manuscritas, tratam de todos os temas citados, uma vez que, antes e durante o namoro, Oswald residia em Vitória/ES e, Hylde, em Niterói/RJ. Vivendo em cidades diferentes, o casal trocava declarações de amor, partilhava notícias de suas respectivas rotinas, pedia favores e, até mesmo, proferia críticas um ao outro. Por outro lado, as correspondências trocadas entre Oswald e os demais interlocutores, normalmente, versavam sobre notícias diárias e negócios.

O contato com um membro da família do remetente estudado nos ajudou a obter informações, ainda que incipientes, sobre o perfil e a vida do missivista. Oswald Cruz Guimarães, nascido na cidade de Vitória/ES em 1896, é filho de Antenor Guimarães e Anna Cruz Guimarães. Casou-se com sua prima de primeiro grau, Hylde de Mattos Guimarães, que nasceu em 1897, em Freguesia de Santana/RJ e morou em Niterói/RJ. Com base nas informações contidas nas cartas, especula-se que tenham iniciado o relacionamento a partir de 1915. Em 1916, Oswald se inteirou sobre o novo código civil, que proibia o casamento entre parentes até o terceiro grau, para poder se casar com Hylde. O casal de primos teve dois filhos: Hildewald e Antenor.

Trabalhando na logística marinha em uma empresa do pai, nomeada Antenor Guimarães & Cia, Oswald teve efetiva participação na política local. De acordo com Achiamé (2010), no cargo de vice-presidente da Associação Comercial de Vitória, mas desempenhando, de fato, o papel de presidente, Oswald telegrafou a Getúlio Vargas, no período do Governo Provisório, indi-

cando João Punaro Bley para o cargo de interventor federal no Espírito Santo. Segundo Achiamé (2010):

Nos momentos em que os representantes políticos não se entendem, os verdadeiros donos do poder agem de forma resoluto para resolver o impasse. Assim, a Associação de Comercial de Vitória novamente intervém de forma direta na vida política espírito-santense, buscando uma definição que ia ao encontro das aspirações da classe (ACHIAMÉ, 2010, p. 136).

Além da participação política citada, Oswaldo Cruz Guimarães exerceu o cargo de prefeito da cidade de Vitória, no período de 02 de agosto de 1958 a 30 de janeiro de 1959. Oswald faleceu em 25 de março de 1964.

Na análise global dos dados, foi feito um levantamento das formas pronominais e nominais de tratamento, na posição de sujeito. Para isso, retiramos as formas de referência à segunda pessoa que faziam parte da saudação inicial e/ou final, haja vista que esses trechos apresentam enunciados relativamente fixos, que caracterizam tradições discursivas do gênero carta (cf. LOPES, 2011).

O processo de codificação e geração dos dados estatísticos se realizou através do programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), versão para Windows do pacote Varbrul, que é “um conjunto de programas de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística.” (GUY; ZILLES, 2007, p.105).

Após a obtenção dos resultados, efetuamos a sua análise, formulando nossas conclusões com base na perspectiva variacionista, pois “o progresso da ciência linguística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para nosso entendimento das línguas humanas” (NARO, 2013, p. 25). Na próxima seção, será apresentada esta etapa de nosso trabalho.

3. Análise dos dados

3.1 As formas de referência à segunda pessoa conforme as relações interpessoais

A escolha das formas de tratamento, conforme a Teoria do *Poder* e da *Solidariedade*, proposta inicialmente por Brown e Gilman (1960), está correlacionada com as relações interpessoais estabelecidas entre os membros da interação verbal. Assim sendo, o modo utilizado para se referir a quem se fala pode expressar assimetrias (superioridade e/ou inferioridade) ou simetria

(solidariedade). Em nossa amostra, encontramos os seguintes tipos de relações entre os interlocutores: (1) simétrica: familiar – entre a esposa e o irmão; amizade – entre amigos; (2) assimétrica ascendente: de mais jovens para mais velhos – pais e tios.

Do total de 226 dados de formas de referência à segunda pessoa na posição de sujeito, obtivemos 193 casos de *tu* e *você*. O panorama geral das formas utilizadas para se dirigir à segunda pessoa do discurso pode ser observado na tabela 1:

Tabela 1: Frequência global das formas de referência à segunda pessoa na posição de sujeito conforme as relações interpessoais estabelecidas nas cartas pessoais do capixaba Oswald Cruz Guimarães escritas no início do século XX

Interlocutor	Frequência de <i>Tu</i>	Frequência de <i>você</i>	Frequência de <i>senhor</i>	Frequência de <i>amigo</i>
Hylda (esposa)	139/190 = 73,2%	51/190 = 26,8%		
Alcides (irmão)	2/3 = 66,7%	1/3 = 33,3%		
Antenor (pai)			12/12 = 100%	
Ana (mãe)			1/1 = 100%	
Azamor (tio)			16/16 = 100%	
Jeronymo (amigo)				2/2 = 100%
Jayme (amigo)				2/2 = 100%
Total	141/226 = 62,4%	52/226 = 23,0%	29/226 = 12,8%	4/226 = 1,8%

Nota-se que há uma mudança de tratamento clara conforme o interlocutor: nas relações simétricas, Oswald usa os pronomes *tu* e *você* somente em relações familiares (esposa e irmão), utilizando a forma *amigo* nas relações de amizade (com Jerônimo e Jayme); nas relações assimétricas de mais jovens para mais velhos, o missivista usa, exclusivamente, o pronome de tratamento *senhor* (com

a pai, a mãe e o tio). Os exemplos¹ de (5) a (10) ilustram as escolhas nominiais e pronominais do missivista:

5. Ante-hontem telegraphamos, mas não veio resposta ain-|da. Era bom que o **Snr.** cavasse isso ahi agora. (Carta para o pai, datada de 06/11/1921).
6. Por conta de Hylda sei Marina Já está em casa e não acha- | ram muito gorda. Com certesa vocês ainda [ininteligível] algum tempo, porque se | a **Sr^a.** agora é que começou o tratamento, como é que vae terminar no fim do mez [parte rasgada] (Carta para a mãe, datada de 26/10/1921).
7. Enfim, a conferencia foi um verdadeiro sucesso e nunca vi tanta ani- | mação no nosso theatro. (...) | A recepção ao mar tambem foi muito carinhosa, (...). | Vou enviar-lhe os jornaes locaes para que o **Sr.** leia aquillo de que | não me lembro agora para contar-lhe. (Carta para o tio Azamor Guimarães, datada de 4/11/1921).
8. (...) eu ficava satisfeitíssimo commigo mesmo, por | ter contribuído com o meu pedido insistente para que o **amigo** tivesse em | sua vida politica de tantos desgostos, essa sensação de alegria (...) (Carta para o amigo Jerônimo Monteiro, datada de 10/11/1921).
9. Entretanto, com a remessa da ordem feita hoje, o **amigo** ve- | rá que mantivemos tudo o que haviamos combinado, como aliás costumamos sem- | pre faser, (Carta para o amigo Jayme, datada de 9/11/1921).
10. Espero que não **ficarás** sangada comigo (...) Era minha intenção es- crever (...) afim que Ella tirasse um retrato (...) e conseguisse que **V.**² tirasse outro. (Carta para a esposa, datada de 05/06/1916).

Um olhar qualitativo sobre os dados nos permite observar, nas missivas enviadas aos pais e aos tios, um tom de proximidade respeitosa. Nas cartas escritas para o pai, apesar de usar o termo *querido papae* na saudação inicial,

¹ Na transcrição dos trechos das cartas foram mantidas a quebra de linha e ortografia utilizada.

² Em determinadas passagens das cartas, Oswald usa a sigla **V.** para se referir ao pronome *você*.

que demonstra afetividade, Oswald emprega a forma *senhor* quando se dirige a ele no decorrer da correspondência (exemplo 1). De maneira semelhante, na pequena correspondência enviada à mãe, observamos que Oswald faz a saudação inicial em tom íntimo a chamando de *Velha Anninha*, mas utiliza a forma *senhora* para se referir a ela no corpo da missiva (exemplo 6). Nas missivas escritas aos tios, Oswald faz o cumprimento inicial de forma neutra, tratando-os pelo nome, mas usa o pronome de tratamento *senhor* no restante da carta (exemplo 7).

Nas correspondências endereçadas aos amigos, verificamos que, tal como nas escritas para os pais e os tios, há uma proximidade respeitosa. A missiva destinada a Jeronymo Monteiro, figura ilustre que governou o estado do Espírito Santo no período de 1908 a 1912, mostra que Oswald o trata com deferência (exemplo 8). Na carta destinada ao amigo Jayme, Oswald discorre sobre negócios em tom próximo e se dirige a ele pela forma nominal *amigo* (exemplo 9).

Nas missivas destinadas à esposa e ao irmão, notamos um tom de extrema intimidade e informalidade. Nessas correspondências, Oswald utiliza ora o pronome *tu* ora *você* para dirigir-se à segunda pessoa do discurso, podendo ser encontradas as formas dos dois paradigmas numa mesma missiva (exemplo 10).

Assim, tendo em vista o momento histórico em que essas cartas foram escritas, podemos concluir que o uso categórico de *senhor* nas relações ascendentes reflete o modelo hierárquico no qual as famílias, do início do século XX, estavam estruturadas. Como as posições familiares que Oswald ocupa, filho e sobrinho, estão abaixo das posições dos pais e dos tios, ele usa o pronome de tratamento *senhor(a)*, forma de tratamento que denota deferência, cortesia e respeito. O uso da forma nominal *amigo* nas relações simétricas de amizade, por sua vez, declara solidariedade ao destinatário de maneira menos invasiva.

Por fim, em relação ao uso de *tu* e *você*, de maneira geral, observamos que ambas as formas pronominais eram usadas com os mais íntimos, já que ocorrem apenas nas relações simétricas familiares. A alternância dessas formas, bem como suas semânticas são discutidas mais detalhadamente nas seções seguintes.

3.2 A alternância tu e você

Como visto na seção anterior, as formas pronominais aparecem apenas nas cartas enviadas para Hylda e Alcides. Dessa forma, considerando que a grande maioria dos dados se encontra nas missivas escritas para a esposa (190/193), analisamos a significância estatística de *tu* e *você*, na posição de sujeito, somente nas cartas a ela destinadas. Este maior número de dados se dá porque, das 60 cartas escritas, 29 foram para Hylda.

As variáveis independentes submetidas à análise de pesos relativos para o cálculo da significância estatística foram preenchimento da posição de sujeito, tópico discursivo e ano em que a carta foi escrita. Nesta etapa, retiramos os três casos cujo tópico era luto, pois, como a variante *tu* ocorre 100% das vezes com este tópico, isto significa que seu efeito é categórico, ou seja, invariante. A tabela 2 apresenta, então, a nova distribuição das variantes *tu* e *você* no conjunto dos dados variáveis.

Tabela 2: Distribuição das variantes *tu* e *você* na posição de sujeito em cartas pessoais do capixaba Oswaldo Cruz Guimarães destinadas à sua esposa escritas no início do século XX

Variantes	Frequência
Tu	138/189 = 73%
Você	51/189 = 27%

Nota-se que há um alto índice de uso do pronome *tu* (73%) na escrita do missivista no início do século XX, o que sugere que a forma inovadora *você* ainda estava em processo de inserção no sistema pronominal capixaba escrito, especificamente nas relações simétricas íntimas. Contudo, cumpre ressaltar que, apesar desse resultado, não podemos assegurar que houve, algum dia, ocorrências de *tu* na fala capixaba.

A seguir, apresentamos nossos resultados e nossa análise para as variáveis preenchimento do sujeito e tópico discursivo, selecionadas pelo programa GoldVarb X como as que produzem efeitos sobre as variantes *tu* e *você* nas cartas da família Guimarães.

3.2.1 Preenchimento do sujeito

O preenchimento do sujeito pode ser realizado de duas formas: nulo, como em (11) e (12), ou expresso, como em (13) e (14).

11. “Espero poder telegraphar qualquer cousa hoje á tarde ou á noite, para que **Øsocegues**”. (Carta para a esposa, datada de 16/06/1919).
12. “Pedi que **Øconservasse** o | actual pois era verdadeiramente chic”. (Carta para a esposa, datada de 12/06/1916).

13. “Se **tu** não acredita que eu te chamo, é só | perguntar ao meu travesseiro que já me disse que não tem nada com isso”. (Carta para a esposa, datada de 11/12/1919).
14. “**Você** se | lembra de uma ves que fui à noite à | casa do Argemino a que guardei reserva do que se | passou lá?”. (Carta para a esposa, datada de 03/08/1927).

Na tabela 3, podemos observar que o pronome *tu* é favorecido pela forma nula (0,665) e fortemente desfavorecido pela expressa (0,038).

Tabela 3: Efeito do preenchimento do sujeito no uso de *tu* vs *você* em cartas pessoais do capixaba Oswaldo Cruz Guimarães destinadas à sua esposa escritas no início do século XX

Preenchimento do sujeito	Frequência de <i>tu</i>	Peso relativo dos fatores
Nulo	134/156=85,9%	0,665
Expresso	4/33=12,1%	0,038
Total	138/189 = 73,0%	
Nível de significância		0,019

A maior frequência de uso de *tu* nulo e de *você* pleno se deve às características das formas pronominais: como o *tu* pode possuir marca morfológica do verbo, é natural a forma nula favorecer o seu uso; em contrapartida, como *você* tem marca morfológica verbal zero, oriunda da forma nominal de terceira pessoa, o preenchimento da posição de sujeito é que favorece seu uso. Ressaltamos que, dos 138 casos de *tu* das cartas por nós analisadas, apenas um caso aparece sem morfologia verbal expressa (exemplo 13).

Outras pesquisas realizadas em diferentes *corpora* do PB escrito também registram a preferência pelo *tu* nulo e *você* expresso: (1) Lopes e Machado (2005), em cartas pessoais da família Ottoni; (2) Rumeu (2008), em cartas pessoais da família Pedreira Ferraz-Magalhães; (3) Lopes et al. (2011), em bilhetes de amor redigidos por Robertina de Souza; (4) Silva (2012), em cartas pessoais da família Land Avellar. Essa configuração geral evidencia que, em relação ao efeito do preenchimento do sujeito, as diferenças entre as cartas capixabas e de outros estados brasileiros são de ordem quantitativa e não qualitativa.

3.2.2 O tópico discursivo

No presente trabalho utilizamos a noção de tópico elaborada por Koch (1992). Segundo a autora, o tópico discursivo é o conteúdo sobre o qual se fala durante o evento comunicativo. Desse modo, como mencionado na seção 3, nas missivas de Oswald para a esposa, encontramos os tópicos amor, pedido, notícia, crítica e luto, este último, como já exposto, retirado da etapa de projeção dos pesos relativos e do cálculo de significância estatística por apresentar efeito categórico, ou seja, 100% de uso de *tu*, embora com apenas três dados.

Em etapa de análise mais detalhada, a variável tópico, com quatro fatores, não foi considerada estatisticamente significativa pelo GoldVarb X, conforme vemos na tabela 4:

Tabela 4: Efeito da variável tópico discursivo no uso dos pronomes tu vs você em cartas pessoais do capixaba Oswaldo Cruz Guimarães destinadas à sua esposa escritas no início do século XX, em etapa sem significância estatística

Tópico da carta	Frequência de tu	Peso relativo dos fatores
Amor	23/26 = 88,5%	[0,842]
Pedido	11/13 = 84,6%	[0,579]
Notícia	90/131 = 68,7%	[0,415]
Crítica	14/19 = 73,7%	[0,479]
Total	138/189 = 73,0%	
Nível de significância		0,084

Entretanto, como os temas amor (0,848) e pedido (0,576) apontavam favorecimento de uso de *tu*, enquanto notícia (0,411) e crítica (0,480) apontavam desfavorecimento e, além disso, como o nível de significância na última etapa de possibilidade de seleção era de 0,084, ou seja, próximo ao valor de corte arbitrado para a seleção estatística, de 0,051, optamos por simplificar a análise de quatro para dois fatores a fim de verificarmos se haveria significância estatística. Esta postura analítica, nos termos de Guy e Zilles (2007, p.179) e Naro (2007, p.182-183), significa passar a Navalha de Ockam. Feito isso, esta variável também foi selecionada como estatisticamente significativa, com nível de significância de 0,019 (tabela 5).

Tabela 5: Efeito da variável tópico discursivo no uso dos pronomes tu vs você em cartas pessoais do capixaba Oswaldo Cruz Guimarães destinadas à sua esposa escritas no início do século XX, em etapa com significância estatística

Tópico da carta	Frequência de <i>tu</i>	Peso relativo dos fatores
Amor/ pedido	34/39 = 87,2%	0,763
Notícia/ crítica	104/150 = 69,3%	0,425
Total	138/189 = 73,0%	
Nível de significância		0,019

Diante da nova configuração dos resultados, verificamos que os tópicos *amor e pedido* favorecem o uso do pronome *tu* (0,763), ao passo que os tópicos notícia e crítica, o desfavorecem (0,425). Os exemplos de (15) a (18) ilustram os contextos favorecedores de *tu* e *você*:

15. “O Nunes fechou a casa do Benezath por 40 contos à vista e 20 à praso. (...) **Você** vae achar grande diferença, embora ainda não esteja em condições de se apreciar porque tem muita casa no chão, em obras etc”. (Carta para a esposa, datada de 08/04/1925).
16. “**OSabes** perfeitamente qual o sonho a que me refiro: não é mais que a nossa união, abençoada por todos os nossos parentes”. (Carta para a esposa, datada de 05/07/1916).
17. “Veja se algumas vezes na semana faz uns cartões dando noticias quase diárias, tuas e delle, para meu socego. Sendo cartões **Opoderás** escrever e quando não **Opuderes**, não falta gente ahi”. (Carta para a esposa, datada de 08/04/1925).
18. “**Você** não tem nada que mandar diser ao Alcides, | pois, do contrário vira o feitiço contra o feiticeiro. (...) E depois **Ojá** sabe: puxão de orelhas quando eu chegar ahi”. (Carta (Carta para a esposa, datada de 05/05/1917).

No exemplo 15, em que Oswald conta para a esposa que Nunes comprou uma casa nova em Vitória, percebe-se que apenas é noticiado um fato novo sem nenhum tipo de envolvimento emocional com o assunto. Nesse tipo de tópico, como demonstrado na tabela 5, a tendência é o uso de *você*.

Quando o tópico da carta passa a ser relacionamento amoroso ou pedido, o tratamento tende a ser *tu*. No exemplo 16, o propósito comunicativo de Oswald é expressar a vontade que sente de oficializar a união com a esposa. No exemplo 17, Oswald pede para que a esposa escreva mais vezes durante a semana. Tendo em vista que esses tópicos envolvem emocionalmente o remetente de forma mais intensa, consideramos que o uso de *tu* é mais apropriado porque funciona como uma estratégia para aumentar a proximidade com a interlocutora. A presença, na amostra em geral, de três casos categóricos de *tu* no tópico luto ratifica nosso pensamento de que este pronome era mais usado em circunstâncias de maior intimidade ou de maior demonstração de emoção.

À medida que o tom amoroso é alterado para repreensor, a tendência encontrada é o uso do pronome *você*. No exemplo 18, Oswald critica a atitude que a esposa teve em ir contar um dado assunto para o cunhado Alcides. De acordo com Lopes e Marcotulio (2011), como no início do século XX, a forma *você* ainda apresenta resquícios de indiretividade, advindo da forma original *vossa mercê*, o emprego desse pronome opera, nesse momento, como uma estratégia para tornar o ato de fala menos diretivo e mais impessoal.

Em síntese, em relação à semântica desses pronomes, observamos que o *tu* representa maior intimidade, uma vez que o encontramos com maior frequência nos tópicos de maior envolvimento emocional – amor e pedido. O pronome *você*, por outro lado, expressa distanciamento, posto que é mais usado nos tópicos de menor envolvimento emocional – notícia e crítica.

Dessa maneira, um olhar qualitativo sobre os dados revela que, algumas vezes, quando o remetente quer aumentar a proximidade com a interlocutora, usa mais *tu*, ao passo que quando quer ser menos diretivo, utiliza o pronome *você*, que, nessas ocasiões, se comparado ao *tu* íntimo, expressa maior neutralidade. Tal correlação também foi encontrada por Marcotulio (2008, 2010) nas cartas do Marquês de Lavradio, nas quais as formas *tu* e *você* são usadas nas relações simétricas, sendo o *tu* adotado em contextos de proximidade e o *você* em contextos de distanciamento.

Considerações finais

O artigo em tela, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, apresentou um estudo da variação pronominal *tu* e *você* na escrita capixaba do início do século XX através da análise de 60 cartas escritas por Oswald Cruz Guimarães.

Em relação às influências internas à língua que atuam sobre variação pronominal de segunda pessoa, notamos que o maior uso da forma nula para o pronome *tu* e da forma expressa para o *você* ocorre devido à presença e ausência, respectivamente, da marca morfológica do verbo. Já sobre os aspectos externos à língua, a partir da análise realizada, verificamos que a interação é encontrada no plano do interlocutor, em que *tu* e *você* são usados somente nas relações simétricas familiares, e no plano do tema, em que o favorecimento do *tu* ocorre nos assuntos de maior proximidade interacional.

Constatamos, ainda, que, para a escolha das formas de tratamento, Oswald segue uma escala de intimidade e/ou poder: nas relações íntimas em que não há relação de poder, usam-se formas pronominais – *tu* e *você* – que são mais diretivas e marcam maior intimidade; nas relações próximas, mas não íntimas, utiliza-se a forma nominal *amigo*, que marca proximidade e é mais neutra do que as pronominais; por fim, nas relações íntimas com relação de poder, emprega-se a forma de tratamento *senhor*, marcando respeito e deferência.

Assim, de modo geral, ao investigar como o fenômeno variável da alternância *tu* e *você* está organizado nessas cartas pessoais capixabas, notamos que, no início do século XX, havia maior emprego de *tu* na posição de sujeito (73%) no sistema pronominal escrito. Em conformidade com os resultados de outras pesquisas, conforme anteriormente explicitado, o pronome *tu* era mais diretivo e íntimo e o *você*, como forma resultante de um pronome de tratamento utilizado em situações assimétricas, de inferior para superior, ainda estava em processo de inserção no sistema, sendo utilizado em situações íntimas, porém menos próximas ou com menor apelo emocional.

Referências bibliográficas

- ACHIAMÉ, F. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity. In: SEBOK, T. A. (eds.). **Style in Language**. Cambridge: Massachusetts, The MIT Press, 1960, p. 253-449.
- CALMON, E. N. **Ponte da passagem: você e cê transitando na fala de Vitória (ES)**. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

- CINTRA, L. F. L. **Sobre formas de tratamento na língua portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte/Coleção Horizonte, 1972.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.
- KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LOPES, C. R. dos S.; MACHADO, A. C. M.. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre segunda e terceira pessoas nas cartas dos avós. In: LOPES, C. R. dos S. (Org). **Norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX**. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ, 2005, p. 45-66.
- LOPES, C. R. dos S.; MARCOTULIO, L. L. O tratamento a Rui Barbosa. In: CALLOU, D.; BARBOSA, A. (Org.). **A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 2, 2011, p. 265-292.
- LOPES, C. R. dos S.; DUARTE, M. E. L. De Vossa mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (Org). **Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos**. Rio de Janeiro: In-fólio/ Faculdade de Letras da UFRJ, 2003. p. 61-76.
- LOPES, C. R. dos S. Tradição discursiva e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro: definindo perfis comportamentais no início do século XX. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 361-392, 2011.
- LOPES, C. R. dos S.; RUMEU, M. C. de B.; MARCOTULIO, L. L. O tratamento em bilhetes amorosos no início do século XX: do condicionamento estrutural ao sociopragmático. In: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. dos S. (Org.). **As formas de tratamento em português e em espanhol: variação, mudança e funções conversacionais**. Niterói: Editora da UFF, 2011, p. 315-348.
- MARCOTULIO, L. L. **A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez linguística**. 2008. 215f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- MARCOTULIO, L. L. **Língua e história: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Ítaca, 2010.

- NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M.C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-25.
- BRAGA, M. L. Conclusão. In: NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007, p.179-205.
- PAREDES SILVA, V. L. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 160-169.
- RUMEU, M. C. de B. **A implementação do “Você” no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel**. 2008. 276f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- RUMEU, M. C. de B. A variação “tu” e “você” no português brasileiro oitocentista e novecentista: reflexões sobre a categoria social gênero. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 57, p. 545-576, 2013.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X - a multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref>.
- SCHERRE, M. M. P.; DIAS, E.P.; ANDRADE, C.; MARTINS, G. F. Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, M.A.; ABRAÇADO, J. **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo, Contexto, 2015, p. 133-172.
- SILVA, E. N. A variação entre as formas pronominais de segunda pessoa “tu” e “você” em cartas de 1930. **Anais do SILEL**, v. 2, n. 2, Uberlândia, p. 1-11, 2011.
- SILVA, P. F. da. **O tratamento no início do século XX: uma análise socio-pragmática das cartas da família Land Avellar**. 2012. 147f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Recebido em 31 de agosto de 2017.

Aceito em 18 de outubro de 2017.

DÊITICOS DE LUGAR NO GALEGO, PORTUGUÊS EUROPEU E
PORTUGUÊS DO BRASIL CONTEMPORÂNEOS: PROPOSTA DE
DESCRIÇÃO/EXPLICAÇÃO

PLACE DEICTICS IN CONTEMPORARIES' GALICIAN, PORTUGUESE
OF PORTUGAL AND PORTUGUESE OF BRAZIL:
DESCRIPTION / EXPLANATION PROPOSAL

Jussara Abraçado

Universidade Federal Fluminense

almeidamja@globo.com

Rachel Maria Campos Menezes de Moraes

Universidade Federal Fluminense

rachel.maria.moraes@gmail.com

RESUMO:

Os dêiticos de lugar, em amostras de fala do Galego, Português Europeu e Português do Brasil contemporâneos, constituem o tema deste trabalho que postula haver ligação entre a ativação de esquemas imagéticos e o emprego de dêiticos de lugar. Fundamentado, teoricamente, na Linguística Cognitiva, apoia-se no conceito de esquema imagético, para desvelar relações entre alguns esquemas imagéticos e contextos de uso de dêiticos de lugar nas variedades em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: dêixis de lugar; esquemas imagéticos; galego; português europeu; português do Brasil.

ABSTRACT: The place deixis in speech samples of contemporaries' Galician, Portuguese of Portugal and Portuguese of Brazil are the subject of this paper which aims to uncover connection between imagetic schemes and the use of place deictics. In accordance to Cognitive Linguistic, this paper relies on the concept of an imagetic schemes to unveil relationships between some imagetic schemes and contexts of use of place deictics in the varieties under study.

KEYWORDS: place deixis; imagetic schemes; Galician; Portuguese of Portugal; Portuguese of Brazil.

1. O fenômeno da dêixis

Apesar de ter sido aplicada à descrição das línguas desde a Antiguidade (como termo metalinguístico, dêixis foi usado, pela primeira vez, pelos gramáticos gregos), só muito mais tarde a noção de dêixis passou a ocupar o lugar que hoje lhe é atribuído na teorização linguística (FONSECA, 1996, p. 438).

A dêixis é um dos vários temas que têm merecido a atenção da linguística contemporânea, em especial, da Linguística Cognitiva (LANGACKER, 2002; 2006). Por expressão dêitica entende-se aquela que inclui o evento de fala em seu âmbito. Nas palavras de Fonseca (1996), nota-se ainda o sentido de “apontar”, imanente ao sentido etimológico:

pelo seu sentido etimológico, o termo dêixis está relacionado ao gesto de apontar: um gesto, um fazer que, pressupondo uma situação de comunicação face a face e uma intencionalidade significativa comum a dois sujeitos se situa a meio caminho do dizer. (FONSECA, 1996, p. 438)

Na segunda metade do século XX, com o desenvolvimento dos estudos enunciativos, a dêixis teve seu conceito ampliado para “indicador de subjetividade”. Isso observou-se principalmente a partir dos estudos de Benveniste (1989; 1991a; 1991b; 1991c), para quem a dêixis compõe-se por três elementos: pessoa, espaço e tempo situados em um contexto enunciativo.

Para Lyons (1987):

A propriedade essencial da dêixis [...] é que ela determina a estrutura e a **interpretação** dos enunciados em relação à hora e ao lugar de sua ocorrência, à identidade do falante e do interlocutor, aos objetos e eventos, na situação real de enunciação. Por exemplo, o referente de “aquele homem lá” só pode ser identificado com relação ao uso da expressão por alguém que se encontra em determinado lugar, em determinada ocasião. O mesmo se dá com “ontem” e muitas outras expressões dêiticas. (LYONS, 1987, p. 163, grifo nosso).

Fillmore (1971) também contribuiu para os estudos do fenômeno dêitico, ao propor a ampliação das categorias tradicionais da dêixis (dêixis de pessoa, tempo e lugar) acrescentando as categorias de dêixis discursiva e dêixis social à classificação clássica. De fato, para Fillmore, dêixis é um nome dado às propriedades formais de enunciados que são interpretados por determinados tipos de conhecimento e de aspectos do ato da comunicação, em uma dada situação comunicativa, em que se incluem: (1) a identidade dos interlocutores, coberta

pelo termo *dêixis de pessoa*; (2) o lugar ou lugares em que os indivíduos estão locados, para os quais se tem o termo *dêixis de lugar*; (3) o tempo em que o ato de comunicação se situa: neste caso é necessário distinguir o tempo em que a mensagem é enviada e o tempo em que a mensagem é recebida, que, juntos, recebem a denominação de *dêixis de tempo*; (4) a matriz de material linguístico em que o enunciado tem um papel, isto é, as partes precedente e a seguinte do discurso, que remetem à *dêixis discursiva*; (5) as relações sociais que envolvem os participantes do ato de comunicação, que determinam, por exemplo, a escolha de tratamento honorífico ou polido ou íntimo etc., que se agrupam sob o rótulo de *dêixis social* (FILLMORE 1971;1997).

Também Levinson (2007) ampliou o fenômeno dêitico, ao relacioná-lo a diversos contextos enunciativos no âmbito da pragmática e relacionar a dêixis às formas que as línguas codificam ou gramaticalizam os traços do contexto da enunciação (ou do evento de fala) e, em função disso, também se relaciona às formas de interpretação das enunciações.

Vemos, então, que a dêixis propicia aos sujeitos que estabeleçam um ponto de referência no discurso a partir de relações temporais, espaciais, sociais e discursivas. Acatando a contribuição desses estudiosos, mas adotando um viés cognitivista,

entendemos que semelhantemente à maneira como nos orientamos no mundo ambiental e nos adaptamos a novas situações enfrentadas _ por exemplo, buscando caminhos que nos livrem de pedras, espinhos, lugares escuros e situações de perigo _ também nos orientamos nos atos de comunicação, nos adaptando aos contextos comunicativos em que ocorrem. E, ainda, semelhantemente à maneira em que, dependendo das circunstâncias, uma pedra em nosso caminho pode representar um obstáculo ou uma arma com a qual podemos nos defender de possíveis ataques, nos atos comunicativos, inferimos posições, condições, intenções, perspectivas etc., nossas e de nossos interlocutores, com base no contexto comunicativo em que nos encontramos (ABRAÇADO, 2011, p.211)

1.2. Os dêiticos de lugar

A descrição dos dêiticos de lugar, em geral, baseia-se na oposição entre ‘o que está próximo’ e ‘o que está afastado’ do falante. Nessa linha, Pontes (1992), explica a oposição espacial entre aqui/aí/ali/lá. Para a autora, há uma oposição entre aqui/aí/ali/lá que se deve a uma questão de proximidade e distância:

Vê-se que *aí* opõe-se a *aqui* por um único traço: um indica próximo ao falante, o outro próximo a ouvinte.

Já *ali* opõe-se a *aqui* por referir-se um a mais perto, outro a menos perto. É uma questão de gradação. Trata-se de um *continuum* em que a relação de contiguidade é maior com *aqui* e menor com *ali*. Esta gradação se completa com *lá*. (Pontes 1992:13).

Partindo dessa premissa, Pontes (1992) estabelece uma escala entre pólos opostos, com a seguinte distribuição: *aqui* > *ali* > *lá*. Tal distribuição é apresentada em um quadro que ilustra as relações semânticas que vigorariam entre os dêiticos *aqui*, *aí*, *ali* e *lá*, em termos de distância, sendo postulados três graus de distância, e em termos de pessoa, estando especificadas a primeira, a segunda e a terceira pessoas. Apresentamos o referido quadro a seguir:

Quadro 1: Proposta de Pontes (1992). Fonte: Pontes (1992, p.16)

Pessoa	Distância		
	1	2	3
1	Aqui		
2	Aí		
3		Alí	Lá

Teixeira (2005), referindo-se ao estudo de Pontes (1992), diz que

A inexactidão desta análise quase que a leva à completa falsidade. O pré-conceito estruturalista de que as unidades se tendem a opor por um único traço opositivo não deixa Pontes ver que a distância é apenas um dos elementos que entra em todo o modelo e, por vezes, nem sequer o elemento mais importante, podendo mesmo ser “ignorado”. (TEIXEIRA, 2005, p.451),

Acrescenta ainda o autor que

Em primeiro lugar, *lá* não pertence ao mesmo quadro opositivo de *aqui/aí/ali*. Pertencerá, antes, a um outro, constituído apenas por *cá/lá/(acolá)*. É evidente que os dois quadros se podem “misturar” numa situação de comunicação, embora a oposição *cá/lá* não se estruture em função das relações 1^a/2^a/3^a pessoa. Tal como *aqui*, *cá* pode referir-se apenas à situação da 1^a pessoa. (TEIXEIRA, 2005, p.451)

De acordo com o autor,

a oposição *ai/lá* não pode figurar num único quadro, nem muito menos se estrutura em função de uma menor ou maior distância. Repare-se que ao telefone eu posso perfeitamente dizer:

9) Pela janela vejo a neve **lá** fora, mas sei que **aí** no Rio de Janeiro está muito calor.

Neste caso, a relação de distância é exactamente antagónica à apresentada por Pontes: o *lá*, que deveria corresponder a [+distância], corresponde a alguns metros e o *ai*, que deveria equivaler a [-distância] corresponde a muitos milhares de quilómetros.

Argumentando que *cá/lá/(acolá)*¹ e *aqui/ai/ali* não se estruturam em função das três pessoas verbais, mas em função da situacionalidade do Locutor e do Alocutário, Teixeira (2005) propõe um quadro, que apresentamos a seguir, em que estão dispostos os dêiticos de lugar, conforme categorizados por ele, em função da situacionalidade do locutor (LOC) e do alocutário (ALOC):

Quadro 2: Proposta de Teixeira (2005). Fonte: Teixeira (2005, p.452)

Espaço do Loc	Espaço do Aloc	Espaço não pertencente ao Loc e Aloc
Aqui	aí	ali
Cá		lá, acolá

Nesse quadro, podemos notar que “aqui” e “cá” são considerados espaços do Locutor e “aí” é considerado espaço do Alocutário. Já “ali”, “lá” e “acolá” são considerados espaços não pertencentes nem ao Locutor, nem ao Alocutário.

Se, por um lado, conforme constatamos, o elemento configurador não pode ser prioritariamente a distância, por outro, como salienta Teixeira (2005), a distância também não pode ser ignorada do modelo dos configuradores espaciais, por fazer parte da intuição dos falantes. Para o autor, o problema se resolve se atentarmos para aspectos cognitivos das experiências humanas, que constantemente demonstram que a posse e o acesso a coisas são dificultados por fatores diversos, entre os quais, está a distância, que é o mais frequente. O autor acrescenta, no entanto, que a distância é apenas um dos condicionantes

¹ A respeito do marcador *acolá*, Teixeira destaca que, apesar de estar, costumeiramente, no mesmo grupo de *cá*, *lá*, o dêitico *acolá* representa valores um pouco diferentes dos outros dois, que constituem oposição binária e, por isso, teria sido colocado entre parênteses.

da acessibilidade. Por isso mesmo, o que constitui o verdadeiro fator no Quadro 2, segundo ele, é “a distância em função da acessibilidade”. Contudo, cumpre destacar que,

Embora seja a distância em função da acessibilidade que enforma genericamente estes dois grupos de marcadores espaciais, tal vertente não é (até para justificar a respectiva existência) conceptualizada da mesma forma pelos dois grupos. A diferença fracturante entre os dois grupos (*cá/lá/acolá*), por um lado e *aqui/aí/ali*, por outro) reside no facto de *cá/lá* assentar prototipicamente na metáfora do contentor, ou seja, *cá/lá* pressupõem um espaço englobante, um espaço que contém um determinado sujeito que ocupa uma centralidade. Ao inverso, *aqui/aí/ali* indicam não espaços, mas lugares, sítios. Pode dizer-se que enquanto *cá* é um espaço sem fronteiras marcadas onde o LOC se insere, *aqui* designa um espaço demarcável próximo do locutor. Esta diferença fundacional acarreta divergentes possibilidades de referencialidade para os dois marcadores: o espaço de *aqui* porque demarcável, pode coincidir com um ponto, pode apontar-se; o de *cá*, não. (TEIXEIRA, 2005, p. 454)

Tomando como base o trabalho de Teixeira (2005) desenvolvemos nossa proposta de relacionar os dêiticos de lugar *aqui, cá, aí, ali, lá e acolá* aos espaços do locutor e do alocutário, uma vez que, conforme demonstraremos mais adiante, a proposta não dá conta de usos corriqueiros dos dêiticos de lugar nas três variedades em estudo. Nossa proposta consiste ainda em relacionar o uso de dêiticos de lugar à ativação de esquemas imagéticos.

2. A inclusão do galego como variedade em estudo

A presente pesquisa se insere no projeto Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança, desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Santiago de Compostela (USC), cujo objetivo inicial, o de promover a comparação entre falas galegas e brasileiras, foi modificado para abranger também a variedade portuguesa. O projeto principal está voltado para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas que consigam detectar os pontos críticos e delimitar os princípios metodológicos adequados à comparação entre as variedades em questão. Adicionalmente, considerando-se a origem comum galego-portuguesa das variedades linguísticas comparadas, propõe a investigação de fenômenos linguísticos observados na Galiza, em Portugal e no Brasil, buscando-se assim ampliar o escopo comparativo até agora utilizado

na explicação dos traços próprios do PB, e compreender melhor os fenômenos até então considerados característicos do galego e/ou do PP.

Sabe-se que o território em que se formou o romance galego-português corresponde à província romana da *Gallaecia* _ que abrangia unidades administrativas romanas anteriormente denominadas *conventus bracarenensis*, *lucensis*, *asturicensis* e *cluniensis* _ constituída no fim do século III, durante o mandato do imperador Diocleciano, sobre uma base étnica indígena que já apresentava relativa unidade cultural (Baldinger 1963). Sua situação periférica, no extremo mais ocidental do mundo conhecido, no *Finis Terrae*, permitiu que se mantivesse linguisticamente distante das inovações que emanavam de Roma. Posteriormente, o domínio suevo e as consequências que as invasões árabes, a partir do século VIII, tiveram sobre a reestruturação dos reinos peninsulares fizeram com que se acentuasse a autonomia cultural e linguística do território que compreendia a Galiza e o norte de Portugal (Teyssier 1989, Monteagudo 1999, Condé 2005).

Embora reconheça a relativa unidade cultural de tal região, a linguística românica tem preferido considerar como critérios de classificação as fronteiras políticas constituídas. Lausberg, numa epígrafe, em que o português figura como uma das línguas românicas atuais, refere-se ao processo de propagação do português, que teria sido levado ao sul, durante a Idade Média, nas guerras de conquista e ocupação de territórios que estavam sob domínio muçulmano. Segundo Lausberg, essa variedade medieval recebe o nome de “português arcaico”, embora constitua, de acordo com as suas próprias palavras, o “dialeto fronteiriço galego”. Essa duplicidade terminológica, que se resolve em favor do nome da língua nacional, deriva da impossibilidade de se encaixar nos estreitos limites da fronteira política atual portuguesa o processo de formação da língua. Sendo assim, o “dialeto galego” transforma-se em “língua portuguesa” a partir de um fato político: a constituição do reino de Portugal em 1139. Sobre o “dialeto da Galiza”, Lausberg diz apenas que “pertence hoje ao domínio da língua escrita espanhola”.

O estudo histórico comparado tem adquirido uma grande relevância no Brasil nos últimos anos. Contudo, tende-se a privilegiar a comparação de falas dialetais circunscritas nas fronteiras políticas do Estado de Portugal, contrastando com a atitude comparativa de estudos clássicos como *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes (1953), que contém constantes referências ibéricas (dos dialetos portugueses, galego, leonês, asturiano, aragonês, catalão), para abonar quase todos os fenômenos descritos. Essa atitude “romanista”, nem sempre presente nos estudos históricos, é reivindicada neste projeto, sem que

isso signifique que, em circunstâncias históricas e sociais concretas, hipóteses explicativas dos fenômenos linguísticos baseadas no contato entre o português e línguas africanas ou indígenas não sejam as mais adequadas. Nesse sentido, entende-se que uma comparação ampla das variedades do sistema linguístico histórico galego-português poderá lançar novas luzes sobre o alcance dessas hipóteses.

Cumprido destacar, contudo, que a comparação entre o português brasileiro e o galego poderia ser enfocada como uma simples comparação entre duas línguas românicas. Entretanto, para nós, pesquisadores envolvidos no projeto em questão, há o prisma de um contraste entre duas ramas, numa abordagem em que as variedades em tela são tidas como dois subsistemas de um mesmo diassistema linguístico². Assim sendo, postulamos que existe uma linha de *filiação genética* entre o galego e o PB, que remonta ao romance galego (ou galego-português) medieval, através do português clássico (e não somente ao latim / protorromance ‘comum’).

Entendendo a expressão *filiação genética* como contrapondo-se à *continuidade histórica* _ de forma que, enquanto o primeiro se refere a fatos estritamente linguísticos, o segundo remete a fenômenos sociais, políticos e culturais, a proposta de assumir o viés da filiação genética, pressupõe considerar, na explicação dos fenômenos linguísticos analisados, a *evolução diacrônica do sistema linguístico*. Para tanto, estão previstas pesquisas de natureza pancrônica, que busquem descrever os subsistemas em estudo em sua contemporaneidade e em diversas sincronias anteriores, de forma a levantar subsídios que permitam interpretar e explicar possíveis casos de variação e/ou de mudança linguística verificados nas variedades em comparação.

3. O modelo teórico

A Linguística Cognitiva pode ser compreendida como uma abordagem perspectivada da linguagem que se relaciona à experiência humana. Segundo esta abordagem perspectivada como meio de conhecimento, as unidades e estruturas da linguagem são estudadas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, assim como da organização conceptual, de princípios de

² A noção de *diassistema* adotada no projeto principal remete ao âmbito sistemático-linguístico, não prejulgando a existência de uma comunidade linguística que lhe corresponda. Assim sendo, cabe ao termo *polissistema* referências ao plano dos fenômenos sócio-históricos, à língua como instituição, ou como um sistema de sistemas (semelhantes, mas estruturalmente heterogêneos) integrados simbolicamente.

categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual.

Segundo Silva (1997), destacam-se, dentre os temas estudados pela Linguística Cognitiva as características estruturais da categorização linguística (tais como prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáfora e imagens mentais), os princípios funcionais da organização linguística (iconicidade e naturalidade), a interface conceptual entre sintaxe e semântica, a base pragmática e ligada à experiência da linguagem-no-uso e a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceptuais).

Um dos maiores estudiosos dessa corrente teórica é Ronald W. Langacker que, com a obra “Cognitive Linguistics: Basic Readings”, estabeleceu importantes parâmetros para o desenvolvimento de estudos na área. Segundo o autor, a Gramática Cognitiva (em inglês *Cognitive Grammar*, CG) não é descritível sem referência essencial ao processamento cognitivo. As estruturas gramaticais, desta forma, não constituem um sistema formal autônomo, mas são simbólicas (LANGACKER, 2002; 2006).

A Gramática Cognitiva postula, assim, três tipos de estruturas: semântica, fonológica e simbólica. As estruturas simbólicas, que não são diferentes dos outros dois tipos, residem na simbolização de estruturas semânticas por estruturas fonológicas. Nas palavras de Langacker (2006, p. 45), “Uma unidade simbólica é considerada “bipolar” e consiste de uma unidade semântica definindo um polo e uma unidade fonológica definindo o outro” (Tradução nossa). Ainda segundo o autor, “[...] unidades gramaticais são intrinsecamente simbólicas. Estas unidades variam de acordo com os parâmetros de complexidade e especificidade. Vale ressaltar ainda que, com respeito ao padrão, uma unidade é no mínimo um morfema se não contiver nenhuma outra unidade simbólica como componente. (LANGACKER, 2006, p. 45).

O princípio central da Gramática Cognitiva é o de que a Morfologia e a Sintaxe são também de natureza simbólica. Somente estruturas simbólicas são necessárias para a caracterização completa e adequada da estrutura gramatical. Segundo Langacker “[...] a Morfologia e o léxico são vistos pela Gramática Cognitiva como um continuum de estruturas simbólicas” (LANGACKER, 2006, p. 29 tradução nossa).

Cumprido destacar que a Linguística Cognitiva, conforme explica Morato (2010), elege como pré-requisito para a descrição linguística, o uso de um conhecimento prévio do mundo (*backstage cognition*), do qual fazem parte fatores biológicos, psicológicos, históricos e socioculturais.

Neste trabalho, pretendemos nos apoiar no conceito de esquemas imagéticos para explicar o emprego dos dêiticos de lugar. Os esquemas imagéticos, segundo Johnson (1987), emergem diretamente da experiência corpórea pré-conceptual e correspondem a estruturas cognitivas procedentes das experiências sensoriomotoras.

De acordo com Johnson (1987), as estruturas dos nossos conceitos espaciais emergem de nossas experiências conceptuais provenientes de nossa interação com o ambiente físico. Essas experiências proporcionam ao ser humano as noções de orientação, forma, equilíbrio, entre outras (SOUSA, 2012).

Segundo PINA (2006), “Os esquemas imagéticos são estruturas abstratas e genéricas advindas de experiências sensório-motoras, facultadas pelas características da espécie humana.” Ainda segundo a autora, as imagens esquemáticas são de natureza sinestésica, já que dizem respeito a diversas atividades do ser humano no espaço, tais como orientação, movimento, equilíbrio, forma, etc.

Apresentamos, a seguir, a caracterização dos principais esquemas imagéticos, de acordo com Duque (2015, p. 34-35) e com Miranda (2008, p. 35-36):

- I. Contêiner (interior X exterior): diversos conceitos, como por exemplo, a forma de experienciar nossos corpos, a sociedade, família e casamento podem ser explicados com base neste esquema imagético, segundo o qual, “toda e qualquer coisa sempre está ou dentro ou fora de um recipiente. Se o recipiente B está dentro do recipiente C, e A está dentro do recipiente B, então A está dentro de C também.” (DUQUE, (op. Cit., 2015, p. 33).
- II. Ligação parte-todo: Este esquema imagético pode ser compreendido como a relação parte/todo, que é assimétrica, uma vez que se A é parte de B, então B não pode ser parte de A. Não pode ocorrer o todo sem as partes, mas podemos realçar partes específicas do todo. Só existe o todo se as partes estiverem em uma configuração. Conceitos como sociedade, casamento, família etc. podem ser emulados na base do esquema parte-todo. O conceito geral de estrutura, em si, é esquematizado como parte-todo.
- III. Ligação centro-periferia: Este esquema imagético se baseia na ligação assimétrica entre centro e periferia. Com base neste esquema, as teorias, por exemplo, apresentam princípios centrais e periféricos; também nossos corpos podem ser explicados de acordo com este esquema em que o tronco e órgãos internos são entendidos como centrais, e a pele, os dedos e unhas, como periféricos. Neste esquema, o que é central é tido como mais importante. A ligação entre centro e periferia, ainda justapõe elementos em radicalidade.

- IV. Trajetória (e ligação entre os pontos da trajetória): tem como fundamento o deslocamento de um corpo de uma origem a um destino, ao longo de um percurso, passando por pontos intermediários desse percurso. Todo movimento pressupõe um ponto de partida e um ponto de chegada e, ainda, uma sequência contínua de espaços que conectam os pontos em uma dada direção.
- V. Ligação trajetor- marco: este esquema tem como base o deslocamento de um trajecto em relação a um marco. Fundamenta-se em experiências como a de nossos corpos em movimento no espaço ou a de entidades que vemos se movimentarem de um ponto a outro no espaço.
- VI. Força: A força, assim como a causalidade, é uma estrutura gestáltica. Segundo Miranda, (2008, p. 35-36) “O esquema imagético da força, então, é um todo organizado que se forma em razão das experiências humanas repetidas cotidianamente, constituindo um complexo de propriedades que ocorrem em conjunto, sendo que o todo é considerado mais básico e mais facilmente compreensível do que suas partes, analisadas separadamente”. (idem, p. 36). A força é uma atividade complexa, mas é normalmente pouco percebida por estar em todo lugar. Quando há um desequilíbrio, todavia, nota-se sua presença. Pode-se notar este esquema quando o vento, por exemplo, transforma-se em um furacão. Temos tendência, também, a negligenciar a nossa força e a do nosso ambiente. Ainda segundo a autora, “Facilmente esquecemos que nossos corpos são clusters (grupamento, várias unidades) de força, como também não lembramos que em todo evento no qual somos uma parte consistente, ainda que minimamente, há forças em interação (JOHNSON, 1987, p. 42). (Miranda, (2008, p. 36)

Em relação ao Esquema Imagético de Força, salientamos que a força, como é uma estrutura complexa, possui algumas características típicas que desempenham alguns papéis em nosso senso de força e devem ser destacadas: uma delas é ser experienciada sempre através da interação. Deste modo, temos consciência da força quando ela nos afeta ou atinge algum objeto no nosso campo perceptual. Assim sendo, não há esquema de força que não envolva interação ou interação potencial. A segunda característica é a de que sempre há uma estrutura ou sequência de causalidade envolvida na interação de forças, pois são elas os meios pelos quais atingimos ou realizamos interações causais. A terceira é a gradação ou intensidade da força, pois se há uma força, existe a possibilidade de medir sua intensidade. (JOHNSON, 1987, p. 43).

Considerando que os esquemas imagéticos emergem diretamente da experiência corpórea pré-conceitual e que as estruturas dos nossos conceitos espaciais emergem de nossas experiências conceptuais provenientes de nossa interação com o ambiente físico, entendemos ser bastante natural a relação que postulamos haver entre o acionamento de esquemas imagéticos e o emprego de dêiticos de lugar.

Neste trabalho, na análise dos dados que empreenderemos a seguir, vamos tomar como base a proposta de Teixeira (2005), no que diz respeito à relação entre os dêiticos de lugar e os espaços do locutor e do alocutário, para alicerçar a nossa proposta e, ainda, vamos demonstrar a importância de se estabelecer relação entre dêiticos de lugar e esquemas imagéticos.

4. Análise de amostras de fala nas três variedades

Neste trabalho, analisamos, qualitativamente, as ocorrências de dêiticos de lugar em quatro fragmentos de fala. Tais fragmentos foram extraídos de três diferentes *corpora*: (1) galego: livro “A Nosa Fala Bloques e Árias Linguísticas do Galego”, de autoria de FRANCISCO FERNÁNDEZ REI e CARMEHERMIDA GULÍAS; (2) PP: Banco do Dados Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, constituído em parceria estabelecida entre o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, a Universidade de Toulouse-Le-Mirail e a Universidade de Provença-AIX-Marselha; (3) PB: Amostra Senso 1980, do Projeto Peul (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Passemos a análise das ocorrências dos dêiticos de lugar nas três variedades em estudo.

4.1. Galego

(1) Informante: sexo feminino; idade: 38 anos; profissão: Industrial.

(...) once anos que traballa nesto do espetáculo, è, eu è mais o meu fillo pos traballamos aquí, no, no bar. O meu fillo aora está libre de quintas è quere levar el a cafetería. Eu axúdolle no que poida asta que se case. Cando se case è teña a súa muller pos, eu irei co meu hòme por alí ás fèstas, è axudareille a el no do espetáculo-lo, no que pòida. Tèn unha oficina en Monterroso, montada, è tèn outra en Melide. È a, a principal è aquí en Melide; è despòs tèn unha delegación alá, porque el traballa moito a zona de Monterroso; traballa, as fèstas todas darredor de Monterroso fainas el. È entonces pos compramos alí un local è puxo alí unha oficina pa estar máis tranquilo, non ter que andar polos bares adiante enseñándolle á xènte os, os cartèles è enseñándolle á xènte as cousas è

bebendo, se cadra o que non eso. È está na súa oficina, a xènte vai alí, (1d) tèn o seu teléfono, tèn o seu fas alí que...

Como podemos observar, há em (1) oito ocorrências de dêiticos de lugar, duas representadas pelo dêitico “aqui”, uma representada pelo dêitico “aí”, uma representada pelo dêitico “alá” e quatro representadas pelo dêitico “alí”.

Já nas duas ocorrências do primeiro dêitico, no caso “aqui” (once anos que traballa nesto do espetáculo, è, eu è mais o meu fillo pos traballamos aquí, no, no bar e Tèn unha oficina en Monterroso, montada, è tèn outra en Melide. È a, a principal è aquí en Melide), constatamos não haver uma correspondência perfeita com a proposta de Teixeira (2005), segundo a qual “aqui” corresponderia ao espaço do locutor. Note-se que o dêitico “aqui” nas ocorrências em questão se refere a um espaço pertencente ao locutor e ao alocutário [+LOC; +ALOC].

Não podemos deixar de mencionar que Teixeira (2005) reconhece que há muitos usos que não se encaixam em sua proposta:

Como todas as unidades linguísticas, juntamente com estes valores prototípicos, múltiplos usos mais periféricos, relativamente ao protótipo espacial, asseguram-lhes uma enorme plasticidade semântica. Por isso mesmo, em muitos usos, um marcador de um grupo pode ser substituído por um do outro quando o valor que está em causa não é o que os divide, mas o um (sic) valor partilhado. (TEIXEIRA, 2005, p. 465)

Entretanto, para nós, empregos como este de “aqui”, e de outros dêiticos de lugar conforme pretendemos demonstrar, não podem ser considerados periféricos. Tratam-se de usos corriqueiros em situação comunicativa prototípica, ou seja, de interação face a face. Adicionalmente, entendemos que tais usos podem ser explicados se associados aos esquemas imagéticos inerentes aos enunciados em que esses dêiticos ocorrem. No caso em questão, o esquema imagético acionado em ambas as ocorrências é o esquema imagético de contêiner, pois tanto na primeira quanto na segunda, o bar e a cidade de Melide, respectivamente, são conceptualizados como recipientes: na primeira, o bar “em que” a falante e seu filho trabalham e, na segunda, o bairro “em que” o marido da falante tem um escritório (oficina) (Melide).

O dêitico “aí”, em sua única ocorrência (Cando se case è teña a súa mullèr pos, eu irei co meu hòme por aí ás fèstas, è axudareille a el no do espetácu-lo, no que pòida), também não está em consonância com a proposta de Teixeira (2005), segundo a qual “aí” corresponderia ao espaço do alocutário. Embora saibamos que “aí” possa configurar, em muitos usos, um espaço do alocutário,

neste fragmento, o dêitico “aí” refere-se a um lugar equidistante do falante e do ouvinte, ou seja, constitui um espaço não pertencente ao locutor nem ao alocutário, configurando-se, portanto, como [-LOC; -ALOC].

Há, nesta ocorrência, a ativação do esquema imagético de ligação centro-periferia, pois o locutor conceptualiza o local em que se encontra junto com o alocutário como sendo o centro e se refere a um lugar nas redondezas, correspondente à periferia.

A única ocorrência do dêitico “alá (Tèn unha oficina en Monterroso, montada, è tèn outra en Melide. È a, a principal ê aquí en Melide; è despós tèn unha delegación alá, porque el traballa moito a zona de Monterroso), refere-se a um espaço não pertencente ao locutor nem ao alocutário, configurado por [-LOC; -ALOC], estando de acordo com a proposta de Teixeira (2005). Há, nesta ocorrência, a ativação do esquema imagético de contêiner, de forma que o locutor e o alocutário encontram-se no interior do contêiner (aquí en Melide), e o local referido está fora de Melide (unha delegación alá, porque el traballa moito a zona de Monterroso).

O emprego do “alí, nas quatro ocorrências detectadas (È entonces pos compramos alí un local è puxo alí unha oficina pa estar máis tranquilo, non ter que andar polos bares adiante enseñándolle á xènte os, os cartèles è enseñándolle á xènte as cousas è bebendo, se cadra o que non eso. È está na súa oficina, a xènte vai alí, tèn o seu telêfono, tèn o seu fas alí que...), também está em consonância com a proposta de Teixeira (2005), pois se refere a um espaço que não pertence ao locutor nem ao alocutário [-LOC; -ALOC;]. Não podemos deixar de assinalar, contudo, que embora todas as ocorrências de “alí” se caracterizem como [-LOC; -ALOC], há diferenças em termos de conceptualização do lugar a que se referem. Nas duas primeiras ocorrências é ativado o esquema imagético de ligação centro-periferia, estando o locutor e o alocutário na região conceptualizada como centro, enquanto o locutor se refere a um lugar nas redondezas, correspondente à periferia. Já na terceira é ativado o esquema imagético de ligação trajetor-marco, em que a oficina é conceptualizada como um marco (a xènte vai alí). Na quarta e última ocorrência de “alí”, o esquema imagético ativado é o de contêiner, sendo a oficina conceptualizada como um recipiente que contém o telefone e o fax.

4.2 Português Europeu

(2) Informante: sexo masculino; idade: 22 anos; profissão: Estudante.

(...) consegui ir ao Hospital de Santa Maria, fizeram-me uma carrada de exames, viram realmente que era o sistema nervoso, disseram-me logo “o senhor

é um indivíduo nervoso, eh, não lhe acha[...], não lhe encontramos absolutamente mais nada” - fiz desde o coração à cabeça, até ressonância magnética fiz. e então chegaram à conclusão que era do sistema nervoso. eu andava a tomar três valium cinco por dia, o médico disse-me logo se eu andava a ser tratado por um veterinário cá da zona

(3)

(...) eles também não achavam muita razão para aquilo, e então, também tive uma crise, mesmo dentro do hospital tive uma crise dessas do ritmo cardíaco me acelerar. aproveitaram, tinham os alunos na altura, foram chamar o professor que estava a dar aula, e eles vieram todos para ali.

Em (2) podemos observar uma única ocorrência do dêitico “cá” (eu andava a tomar três valium cinco por dia, o médico disse-me logo se eu andava a ser tratado por um veterinário cá da zona), que também contraria a proposta de Teixeira (2005), pois, para o autor, o dêitico “cá” refere-se a um espaço pertencente apenas ao locutor. Podemos atestar, contudo, que neste fragmento, o dêitico “cá” refere-se a um espaço do locutor e do alocutário [+LOC; +ALOC]. A respeito do esquema imagético acionado, pode-se notar, que, neste trecho, o esquema imagético ativado é o de ligação centro-periferia, pois o local (zona) é conceptualizado como uma região, em que o locutor e o alocutário se encontram, distinta daquela em que se situa o hospital, de onde o médico teria feito o comentário relatado pelo locutor.

Como podemos observar, há em (3) uma única ocorrência do dêitico “ali” (tinham os alunos na altura, foram chamar o professor que estava a dar aula, e eles vieram todos para ali). Este uso está em consonância com a proposta de Teixeira (2005), pois o espaço referido não pertence ao locutor nem ao alocutário. O esquema imagético ativado nesta ocorrência de “ali” é o de ligação trajetor-marco, sendo os alunos conceptualizados como trajetor e o lugar referido por “ali”, o marco.

5.3. *Português do Brasil*

(4) Informante: sexo masculino; idade: 22 anos; profissão: borracheiro.

F- É. (est) Aí a rapaziada chama de Maré, Nova Holanda. (est) Muitos que não conhecem lá fora, não são? (est) “Ah! Vou na Maré.” “Onde é essa Maré?” “Lá na Nova Holanda.” Aí- (ruído)

E- Hum! Está. Ei aqui no final da rua que começa [(inint)] (“assim”) – esse outro bairro (inint)? [a Maré,], aliás.

F- [É o quê?] [a Maré?] não, a Maré é depois da principal. Seguindo em frente aqui, (est) aí você vai dar numa rua transversal lá, a Maré, é bem dizer, é dali para frente, (est) não é? (est) Maré, é bem dizer, era isso aqui tudo. (est) Isso aqui tudo era embaixo [de]- de lago, [de]- de- hum! (ruído) Uma partezinha da Maré mesmo que pegava a praia, [um]- (est) um canalzinho. (est) Quer dizer, a rapaziada veio se mudando para cá, veio morando, veio [aterrando.] É, aí a [(inint) (“já”)] está quase-]...

Como podemos observar, há em (4) nove ocorrências de dêiticos de lugar, uma representada pelo dêitico “aí”, três representadas pelo dêitico “aqui”, uma representada pelo dêitico “ali”, três representadas pelo dêitico “lá” e uma representada pelo dêitico “cá”.

Na única ocorrência de “aí” (Aí a rapaziada chama de Maré, Nova Holanda) não há correspondência com o postulado por Teixeira (2005), segundo o qual, “aí” corresponde ao espaço do alocutário e, neste trecho de fala, o dêitico “aí” se refere a um espaço não pertencente ao locutor nem ao alocutário. De fato, no caso em questão, o esquema ativado é o de ligação centro-periferia e, “em “Aí a rapaziada chama de Maré, Nova Holanda”, o dêitico “aí” faz referência à periferia, na qual não se encontram o locutor nem o alocutário.

O emprego do “lá”, nas três ocorrências detectadas, está em consonância com a proposta de Teixeira (2005), constituindo um espaço não pertencente ao locutor e alocutário. Mas observemos que, as duas primeiras ocorrências de “lá”, (Muitos que não conhecem lá fora, não são? (est) “Ah! Vou na Maré”. “Onde é essa Maré?” “Lá na Nova Holanda.”), diferem da terceira, relativamente à ativação de esquema imagético. Na primeira, o circunstanciador “fora” explicita bem a relação do uso de “lá”, neste caso, com o esquema imagético de contêiner, em que a Maré é entendida como um recipiente e, assim sendo, as pessoas que não são do bairro estão do lado de fora dele. Na segunda ocorrência, embora o esquema imagético ativado seja o mesmo, Nova Holanda é o contêiner e a Maré, por sua vez, está no seu interior. Na terceira ocorrência, distintamente, “lá” associa-se ao esquema imagético de ligação trajetor-marco, em que lá faz referência ao marco, onde o falante e seu interlocutor não se encontram (Seguindo em frente aqui, (est) aí você vai dar numa rua transversal lá, a Maré).

Na única ocorrência de “ali”, na contração “dali” em “A Maré, é bem dizer, é dali para frente, (est) Não é?”, observamos que seu emprego se dá associado ao esquema imagético de ligação parte-todo. Em consonância com a proposta de Teixeira (2005), “ali” constitui um espaço não pertencente ao locutor nem ao alocutário, configurando-se como [-LOC; -ALOC].

Nas três ocorrências de “aqui” (Seguindo em frente aqui, (est) aí você vai dar numa rua transversal lá.../ a Maré, é bem dizer, é dali para frente, (est) não é? (est) Maré, é bem dizer, era isso aqui tudo. (est). Isso (aqui tudo era embaixo [de]- de lago), o dêitico em questão constitui um espaço pertencente tanto ao locutor quanto ao alocutário, e não somente ao locutor, como defendido por Teixeira (2005). No que diz respeito aos esquemas imagéticos, as suas três ocorrências estão associadas ao esquema de ligação centro-periferia, de forma que o locutor e alocutário encontram-se na região conceptualizada como o centro.

Por fim, o dêitico “cá”, em sua única ocorrência (a rapaziada veio se mudando para cá, veio morando, veio [aterrando.]), refere-se a um espaço pertencente também a ambos, locutor e alocutário, e está relacionado ao esquema imagético de ligação trajetor-marco, estando o locutor e alocutário na região conceptualizada como o marco.

Como demonstramos, na análise dos exemplos pertencentes às três variedades em estudo, são comuns as ocorrências de “aqui” e de “cá” em referência a espaços pertencentes ao locutor e ao alocutário, e não somente ao locutor, como proposto por Teixeira (2005). Também contrariando a proposta do referido autor, de acordo com a qual, “aí” refere-se ao espaço do alocutário, ocorrências de “aí” analisadas referem-se a um lugar equidistante do falante e do ouvinte, ou seja, constituem um espaço não pertencente ao locutor nem ao alocutário.

Por outro lado, vimos também que as ocorrências de “ali” e “lá” estão em consonância com a proposta de Teixeira (2005), pois configuram espaços que não pertencem ao locutor nem ao alocutário. No entanto, observamos também que tais ocorrências apresentam diferenças no que diz respeito à conceptualização do espaço referido, ou seja, em termos de esquemas imagéticos ativados, o que confirma a procedência de, na descrição/explicação referente aos dêiticos de lugar, levarem-se em conta os esquemas imagéticos ativados pelo falante no ato comunicativo em que tais dêiticos são empregados.

Considerando os resultados dos dados analisados, apresentamos nossa proposta no que tange à relação entre os usos de dêiticos de lugar e os espaços do locutor e do alocutário.

Quadro 3: Dêiticos de lugar e os espaços do locutor e do alocutário revisado

Locutor	Alocutário	Dêiticos	
+	+/-	<i>aqui</i>	cá
-	+/-	<i>aí</i>	
-	-	<i>ali</i>	Lá

Neste quadro, “aqui” e “cá” são espaços do locutor e podem ser ou não espaços do alocutário. “Aí” não é espaço do locutor, mas pode ser ou não espaço do alocutário. E, por fim, “ali” e “lá” não são espaços nem do locutor nem do alocutário.

Considerações finais

Neste trabalho, fundamentado, teoricamente, na Linguística Cognitiva, analisamos qualitativamente ocorrências de dêiticos de lugar em amostras de fala do Galego, do PP e do PB contemporâneos. Tomando como base o conceito de esquema imagético, demonstramos: (1) que uma explicação adequada, para alguns usos corriqueiros de dêiticos de lugar nas três variedades em estudo, deve considerar o esquema imagético subjacente, ou seja, a maneira como o espaço é conceptualizado pelo falante no ato de fala em que o dêitico de lugar é empregado; (2) que as relações entre dêiticos de lugar e esquemas imagéticos, no que diz respeito aos dados analisados, são semelhantes no galego, no PP e no PB; (3) que a proposta de Teixeira (2005), para descrever a relação entre espaços do locutor e do alocutário, não contempla usos corriqueiros de dêiticos de lugar nas três variedades estudadas; (4) que nossa proposta, apresentada Quadro 3, relaciona usos de dêiticos de lugar a espaços do locutor e do alocutário adequadamente nas três variedades em estudo.

Referências

- ABRAÇADO, Jussara. Como é possível vivermos e convivermos em um mundo real e nos comunicarmos exclusivamente no âmbito de um universo discursivo? In: *Alfa*, São Paulo, 55 (1): 205-224, 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4174>. Acesso em 20/10/2016.
- BALDINGER, Kurt. *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Madrid, Gredos, 1963.
- BENVENISTE, Emire. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: *Problemas de Linguística Geral I*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991a. cap. 18. p. 247-259.
- _____. A natureza dos pronomes. In: *Problemas de Linguística Geral I*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991b. cap. 20. p. 277-285.
- _____. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Linguística Geral I*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991c. cap. 21. p. 284-293.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989. cap. 5. p. 81-92.

- CONDÉ, Valéria Gil (2005). Particularidades da história social da língua galega. In: Silva, Luiz Antônio da.. (Org.). *A língua que falamos. Português: história, variação, discurso*. São Paulo: Globo S.A., p. 253-268
- DUQUE, Paulo. Discurso e Cognição: Uma Abordagem Baseada em Frames. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 39, p. 25-48, jul./ago. 2015. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/902>. Acesso em: 18 de abril de 2016.
- FILLMORE, Charles. *Lectures on deixis*. Berkeley: University of California, 1971.
- _____. *Lectures on deixis*. California:CSLI Publications, 1997.
- FONSECA, Fernanda. Dêixis e Pragmática Linguística. In: FARIA, I. H. et al. *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminhos, 1996, p. 437-445. Disponível em: <http://area.dgiddc.min-edu.pt/GramaTICa/deixisirene5.html>. Acesso em: 12 de fev. de 2012.
- JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LANGACKER, Ronald. *Deixis and Subjectivity*. [S.l.: s.n.], 2002.
- LANGACKER, Ronald. *Cognitive Linguistics: basic readings*. Moton De-gruyter: Berlin; New York, 2006.
- LEVINSON, S.C. A dêixis. In: *Pragmática*. Trad. Borges e Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- MONTEAGUDO, Henrique. *Historia social da lingua galega*. Vigo, Galaxia, 1999.
- MORATO, Edwiges Maria. A noção de frame no contexto neuro linguístico: o que ela é capaz de explicar? In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição no 41*, 2010, p. 93-113.
- NASCENTES, Antenor (1922). *O Linguajar Carioca*. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 2ª. ed., 1953.
- PINA, Angelina. Esquema Imagético, Metáfora e Dinâmica de Forças: o Caso da Preposição “Contra”. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 9, 2005. *Cadernos do CNLF*, v. 9, Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/15/10.html>. Acesso em: 02 de mai. 2016.
- PONTES, Eunice. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 1992.
- PROJETO PEUL. *Banco de dados do PEUL/UFRJ amostra senso*: 1980. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em: <http://letras.ufrj.br/peul/amostras>. Acesso em: 15 de jan. de 2016.

- REI, Francisco Ernández; GULÍAS, Carmehermida (Eds.). *A Nosa Fala Bloques e Árias Lingüísticas do Galego*, 2ª ed. Santiago de Compostela : Consello da Cultura Galega, Arquivo Sonoro de Galicia, 2003.
- SILVA, Augusto. “A Lingüística cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em lingüística”. In: _____. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. I (1-2), Braga, 1997, p. 59-101.
- SOUSA, Ada. A construção de modelos situacionais no padrão discursivo narrativa em quadrinhos. *Dissertação* (Mestrado em Linguística Aplicada). Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.
- TEIXEIRA, José, 2005, “De cá para lá e de aqui para aí: rede de valores semânticos dos marcadores espaciais cá/lá/(acolá) e aqui/aí/ali “, I Vol., pp. 449-460 in Rio-Torto, Graça Maria; Figueiredo, Olívia Maria; Silva, Fátima (Coord.), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela* (2 volumes), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. (ISBN 972-8932-06-5; ISSN 1646-0820).
- TEYSSIER, P. (1989). *Histoire de la langue portugaise*. Paris: Presses Universitaires de France. Trad. para o português: Teyssier, P. 1987. *História da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa.

Recebido em 12 de agosto de 2017.

Aceito em 7 de maio de 2018.

USOS LINGÜÍSTICOS CONTEMPORÂNEOS: NOVOS LEXEMAS? RESULTADOS DE UM INQUÉRITO¹

CONTEMPORARY LINGUISTIC USES: NEW LEXEMES? RESULTS OF AN INQUIRY

Helena Rebelo

Universidade da Madeira

Universidade de Aveiro

helenreb@uma.pt

RESUMO:

O futuro da Língua Portuguesa delinea-se no presente, sobretudo na escola. Na sequência de conferências em estabelecimentos de ensino para abordar o assunto, foi realizado um estudo sobre usos orais-escritos da língua. Aplicou-se um breve inquérito a alunos portugueses de 3.º Ciclo do Ensino Básico e esta ferramenta foi, igualmente, distribuída a estudantes universitários de 1.º Ciclo. Interessa observar as respostas obtidas para compreender que usos linguísticos predominam. Numa relação entre Gramática e Linguística, importa analisar os conhecimentos revelados por jovens usuários de uma língua com mais de 800 anos, que se vai moldando aos gostos dos falantes.

PALAVRAS-CHAVE:

Língua Portuguesa. Usos Linguísticos. Registos Oral e Escrito. Ensino. Inquérito.

ABSTRACT:

The future of the Portuguese language is delineated in the present, especially at school. Following a series of lectures at educational establishments about the issue, a study on oral-written language usage was carried out. A brief survey was applied to Portuguese students of the 3rd Cycle of Basic Education and this tool was also distributed to 1st Cycle university students. It is interesting to observe the answers obtained to understand what linguistic uses predominate. In a relationship between Grammar and Linguistics, it is important to analyse the knowledge revealed by young users of a language that is more than 800 years old, which is shaping the tastes of the speakers.

¹ No geral, o presente artigo resulta de uma comunicação apresentada na Universidade de Alcalá de Henares, no XII Congresso Internacional de Linguística Geral (CILG2016). O Journal of Literature and Art Studies (USA), a cujos editores se agradece o contacto e o interesse evidenciado, manifestou vontade em publicar o texto, mas, por questões de tradução, opta-se por manter a Língua Portuguesa como meio de transmissão da informação.

KEYWORDS:

Portuguese language. Linguistic Uses. Oral and Written Usages. Teaching. Inquiry.

Introdução

Conforme o *Cours de Linguistique générale* (1985), publicado em 1916, cujo centenário se celebrou em 2016, um ponto de vista de Ferdinand de Saussure (1857-1913) implicará uma oposição entre Gramática e Linguística. Esboçada a história da Linguística em “Coup d’œil sur l’histoire de la linguistique”, numa síntese: « La science qui s’est constituée autour des faits de langue a passée par trois phases successives avant de reconnaître quel est son véritable et unique objet. » (SAUSSURE, 1985, p. 13). Assim, o período da Gramática, o primeiro, vem seguido do da Filologia e, por fim, do da Linguística. Relativamente à Gramática, a opinião é a de uma tendência normativa, desinteressada da observação dos fenómenos, como o realça a presente citação:

On a commencé par faire ce qu’on appelait de la « grammaire ». Cette étude (...) est fondée sur la logique et dépourvue de toute vue scientifique et désintéressée sur la langue elle-même ; elle vise uniquement à donner des règles pour distinguer les formes correctes des formes incorrectes ; c’est une discipline normative, fort éloignée de la pure observation et dont le point de vue est forcément étroit. (SAUSSURE, 1985, p. 13)

Quanto à Linguística, no Capítulo II, “Matière et tache de la linguistique; ses rapports avec les sciences connexes”, está escrito que:

La matière de la linguistique est constituée d’abord par toutes les manifestations du langage humain, qu’il s’agisse des peuples sauvages ou des nations civilisées, des époques archaïques, classiques ou de décadence, en tenant compte, dans chaque période, non seulement du langage concret et du « beau langage », mais de toutes les formes d’expression. (SAUSSURE, 1985, p. 13)

Em suma, não parecem ter nada em comum, embora a Gramática, dita normativa, esteja na origem histórica da Linguística, que se deve interessar por “todas as formas de expressão”. No entanto, observa-se que ambas se interessam pelos usos lingüísticos. Enquanto a arte de falar e escrever bem importa à Gramática, centrada no domínio da norma, porque considera haver usos certos e outros errados, para a Linguística, o estudo científico da linguagem verbal, nenhum uso será errado porque foi validado pela fala. Merece, por isso, estudo e

investigação. Os enunciados produzidos deixam, então, de ser considerados certos ou errados. Portanto, se todos os enunciados são válidos porque o importante é o que o falante produz, a Linguística defende que os usos linguísticos devem ser valorizados. Deste modo, apenas defende existirem desvios linguísticos, não havendo erros, embora alterem o padrão que homogeneiza a comunidade.

No entanto, quem ensina a língua materna sabe bem que há desvios linguísticos e há erros porque, muitas vezes, não são coincidentes. Os desvios desrespeitam a norma, propositadamente, conhecendo-a (ex.: Literatura, publicidade, etc.). Os erros revelam desconhecimento da variedade normativa (ex.: produções da fase de aprendizagem primária, meios de comunicação social, etc.). Nas universidades, os linguistas – docentes, gramáticos e investigadores – têm registado a dificuldade dos estudantes em compreender explicações linguísticas e em desenvolver reflexões porque desconhecem a gramática da própria língua materna e das línguas estrangeiras que, supostamente, dominam a nível comunicacional. Além disso, os jovens aprendizes desinteressam-se pelo fenómeno linguístico porque predomina a ideia: importante é comunicar, independentemente do modo como se faz. Pensa-se que esta sobrevalorização da Comunicação se deve a algumas correntes linguísticas que tendem, teoricamente, a valorizar as variedades, dedicando-se aos usos como desvios, excluindo a existência de erros linguísticos. Contudo, na prática, sobretudo educativa, a noção de “erro” persiste. Crê-se, portanto, que é imprescindível conhecer as orientações gramaticais de uma língua e resolver este conflito, aparente, entre Gramática e Linguística, já que esta não sobrevive sem aquela. Logo, importa olhar para a relação Gramática-Linguística sem preconceitos, nem ter uma visão negativa do erro linguístico, um uso que merece estudo e reflexão linguística, uma vez que alguns deles vão dando origem a usos padronizados.

Nesta linha de investigação, colocam-se algumas questões. Como tratam, maioritariamente, os falantes, as unidades linguísticas herdadas? Conhecem-nas? Alteram-nas? Deixam-nas cair em desuso e concebem outras? Estas criações poderão considerar-se “novos” (= recentes) lexemas? Até que ponto é viável falar em “novidade” (por criação), quando é difícil datar fenómenos linguísticos, inclusive usos contemporâneos? Serão “novas” (= recorrentes) possibilidades linguísticas tidas como erros ou desvios? Serão, somente, “reformulações” de elementos já existentes que assumem “novos” (= outros) contornos que os falantes lhes vão dando, em substituição dos anteriores (“novidade” por “substituição”)? Pode a preferência pelo uso vir a ser dicionarizada? São estas algumas das interrogações que motivam este estudo empreendido no decorrer

dos últimos anos². A fim de procurar respostas, escolheram-se, aleatoriamente, entre muitos existentes, 20 usos linguísticos, orais-escritos, considerados genericamente frequentes no Português Contemporâneo, neste início do século XXI, para matéria de um inquérito aplicado a jovens em fase de escolarização, mas em vias de consolidação linguística: uns de 3.º Ciclo e outros de Ensino Superior. Pretende-se com este trabalho observar, analisando e sintetizando, as respostas para compreender que usos linguísticos predominam em duas centenas de inquéritos recolhidas. Segue-se no caminho da Linguística preconizado por Saussure, sem, porém, pôr de parte a Gramática porque ambas se interligam.

1. Usos linguísticos contemporâneos: raros e generalizados

Distinguem-se dois tipos de usos linguísticos: os pouco frequentes, sendo raros, e os recorrentes, muito generalizados. Em primeiro, consideram-se os que são fortuitos porque ocasionais, uma vez que ainda não estão realmente disseminados na comunidade. Sendo individuais, não têm consistência porque não estão (ou parecem não estar) muito divulgados. Sirvam, para exemplo, dois casos: a frase ouvida na esplanada de um café a uma senhora, numa conversa telefónica: “A gente come-se cedo.” e a publicidade escrita de uma imobiliária: “ESTEJA DESCANSADO, NÓS CUIDAMOS DO SEU IMÓVEL.” Na frase dita ao telemóvel e perfeitamente audível, compreende-se a (con) fusão entre a construção impessoal “come-se” e a sua suposta incompatibilidade com o sujeito expresso em “A gente”. O uso do verbo “comer” (“comer-se”) ultrapassa a impossibilidade gramatical, originando uma construção em tudo semelhante a uma pronominalização reflexiva: “A gente” (sujeito) e “se” (pronome reflexivo) como na frase “A gente lava-se com água fria.”. Todavia, em Português, contrariamente a “lavar”, “comer” não aceita a reflexividade porque introduz a noção de “canibalismo”, que não é culturalmente aceite. As relações entre Língua e Cultura são sempre muito interessantes. Todavia, permite a impessoalidade, com o pronome impessoal “se” e sem outro sujeito expresso. A combinação de “A gente” e “se” é singular, mas será uma “nova” construção, incluindo com “comer”? Terá cariz popular, sobretudo oral? Será o elemento “se” expletivo, como o parece ser em “rir-se”? Pode, então, “comer-se” ser um novo lexema? Não o parece ser porque existe “comer”. Considerar-se-á um erro ou será apenas um desvio linguístico, devido a razões de variedade diatópica ou diastrática? Será um desvio como no segundo caso, em que DESCANSE, NÓS CUIDAMOS

² Cf., por exemplo, REBELO (2014 e 2015).

DO SEU IMÓVEL.” se apresenta como uma alternativa válida, mas tal não foi a escolha de quem concebeu e de quem autorizou aquele “slogan” publicitário. A campanha privilegia o homem em detrimento da mulher e talvez haja aqui uma razão cultural, sendo ainda o homem o agente económico predominante. Haverá alguma explicação linguística para esse problema comunicacional? Dever-se-á, provavelmente, a do masculino ser o género linguístico não marcado, válido para qualquer destinatário, o que pode ser considerado frequente, mas não quando há outras possibilidades. Estes dois usos (“comer-se” combinado com “a gente” e “descansado”, masculino para um destinatário que também pode ser feminino, podendo usar-se “descanse”) são, contudo, pontuais e não se assemelham aos que se registam recorrentemente em diversos enunciados de falantes de muitas idades, estratos sociais e formações profissionais.

Assim, em segundo lugar, consideram-se os usos linguísticos frequentes. Sendo também individuais e ocasionais, devido a múltiplos motivos, já ganharam consistência e propagaram-se no seio da comunidade de falantes, ocorrendo quer em registos orais, quer em escritos (cf. Listagem *infra*). Mesmo se os usos ainda não propagados têm interesse, são os generalizados que importa, aqui, observar e estudar porque atingem (positiva e negativamente, não importa, de momento, esta avaliação) o nosso Património Linguístico (PL). Aliás, preservar o Património Material (PM ou PCM: Património Cultural Material) parece ser mais fácil do que o Imaterial (PI ou PCI: Património Cultural Imaterial), particularmente o Património Linguístico, que faz parte integrante deste, não sendo, apenas, um simples “vector” dele (cf. UNESCO, 2003). São vários os organismos que, para o PCM, cuidam, conservam, restaurando, se necessário, peças consideradas ímpares ou fundamentais para a comunidade. Nos museus, por exemplo, são expostas como bens que contam a história do povo, do grupo ou do indivíduo a que pertencem ou pertenceram. Não se vislumbra ocorrer o mesmo com os “bens linguísticos”³, incluindo lexemas, que são, porventura, os mais visíveis. Embora o léxico conste de dicionários, vocabulários, glossários, gramáticas, prontuários, enciclopédias, entre outras ferramentas de compilação, explicação e preservação linguística, continuam a ser do domínio dos usuários e estes, enquanto falantes, vão, pessoal e conjuntamente, decidindo do futuro

³ O caso do Museu da Língua de São Paulo é um dos poucos a ter em conta. Seria interessante a UNESCO criar o Museu das Línguas do Mundo, que se saiba não existe e é comum ouvir dizer que há línguas que se extinguem continuamente, com a morte dos últimos falantes. Veja-se, por exemplo, o documentário “Idiomas do Mundo”, com a participação de David Crystal e disponível no YouTube em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ypx3a56YfdM>, última consulta a 18-04-2016.

linguístico da sua língua materna. Em consequência, o porvir de qualquer língua, nomeadamente da portuguesa, está a ser delineado no presente e interessa compreender até que ponto o PL é conservado, preservado ou delapidado.

2. Resultados de um inquérito

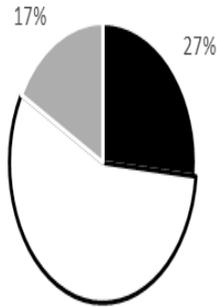
Em crónicas para publicações periódicas, radicadas, sobretudo, na observação da imprensa portuguesa, procurou-se ter uma ideia geral da situação de alguns usos da Língua Portuguesa. Este trabalho de reflexão, baseado na leitura analítica quotidiana de diversos jornais e revistas, foi intensificado com a presença em estabelecimentos de ensino, essencialmente em escolas do 2.º e 3.º Ciclos, assim como do Secundário, para conferências em que se abordaram questões de Português. A observação alargou-se ao “laboratório ao ar livre” que constitui a vivência social diária. Para ter uma visão sobre algum do PL português (cf. Listagem dos elementos inquiridos), decidiu-se recorrer a um instrumento analítico redutor, o inquérito-questionário, a fim de ter uma noção alargada de algumas tendências. A aplicação deste inquérito foi uma fase necessária para entender o fenómeno e a relação entre Gramática-Linguística. Quantificar dados fornece uma ideia mais concreta de uma determinada situação, nomeadamente no âmbito linguístico. Evidentemente que os resultados obtidos devem ser lidos em função do inquérito concebido e da população da amostra, mas não deixa de ser uma ferramenta útil para compreender a amplitude dos usos testados e, comprovadamente, como se verá, generalizados.

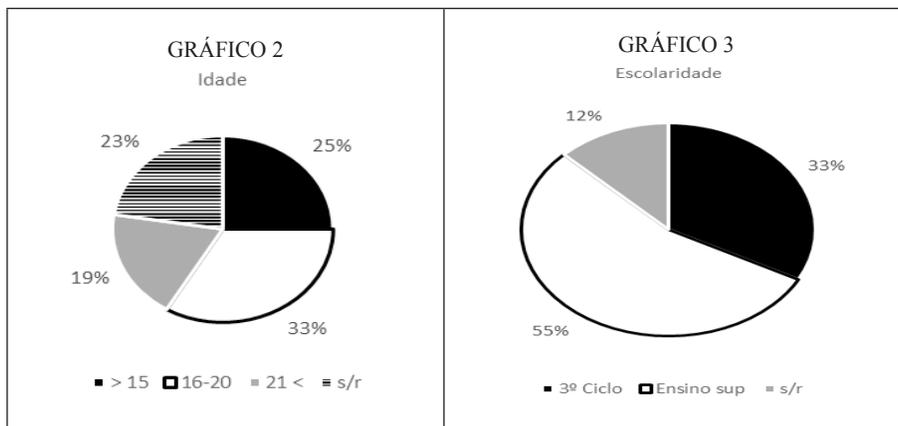
A população-alvo é estudantil, de níveis de aprendizagem distintos, essencialmente de dois: 3.º Ciclo e Ensino Superior (das Humanidades e da Educação Básica). É, neste estudo, constituída por 200 estudantes portugueses, com mais raparigas do que rapazes (cf. Gráfico 1) que aceitaram responder ao inquérito, apesar de haver quem não tenha dado resposta a algumas questões⁴. Em termos de idades (cf. Gráfico 2), indo dos 12 aos 49 anos, o gráfico 2 aponta os 20 anos como ponto fulcral, sendo a faixa etária em que a consolidação linguística está estabilizada. Pesem embora algumas hesitações⁵, as estruturas gramaticais, o funcionamento da língua e os conhecimentos metalinguísticos deveriam estar

⁴ Agradece-se a todos os que, voluntariamente, responderam ao inquérito e aos docentes que o distribuíram, reconhecendo a importância de uma ferramenta semelhante para estudar a língua materna em uso. Destacam-se, especialmente, Paula Fernandes e Neli Santos.

⁵ Comprovam-nas os resultados dos gráficos associados a, por exemplo, crónicas das revistas *JA* e *ET AL* da Associação Académica da Universidade da Madeira (AAUMA), na rubrica EM PORTUGUÊS ESCORREITO.

solidificados, nessa faixa etária. Deste modo, um elemento preponderante no inquérito é a escolaridade. Os dados deste parâmetro constam do gráfico 3. Os inquiridos foram contactados em estabelecimentos de ensino português. O processo de recolha decorreu através de docentes de língua materna (e as respostas colhidas são essencialmente representativas do 3.º Ciclo, em que os jovens têm uma noção clara do funcionamento da língua materna), e do Ensino Superior, nível máximo de escolaridade, em que os usos deveriam estar fixados. Num estudo posterior, confrontar-se-ão, pelo cotejo, as respostas de uns e outros. Por agora, e para evitar alongar excessivamente o presente artigo, trata-se a amostra na sua globalidade.

<p>LISTAGEM: Elementos Inquiridos</p> <p>ORTOGRAFIA: “com certeza”/ “concerteza”, “a perda”/ “a perca”, “história”/ “estória”, “quotidiano”/ “cotidiano”,</p> <p>GÉNERO: “ela-obrigada”/ “ela-obrigado”, “a presidente”/ “a presidenta”, “a dengue”/ “o dengue”, “bastante (comida)”/ “bastanta (comida)”, “muito grande”/ “muita grande”,</p> <p>NÚMERO: “21 anos”/ “21 ano”, “quaisquer”/ “quaisquieres”, “Pronto!”/ “Prontos”, “os verdes-rubros”/ “os verde-rubros”, “os sociais-democratas”/ “os social-democratas”, “os pais-natais”/ “os pais-natal”,</p> <p>FORMAS VERBAIS: “a mim, parece-me”/ “eu parece-me”, “tinha entregado”/ “tinha entregue”, “havia alunos”/ “havam alunos”,</p> <p>PREPOSIÇÕES: “copo de água”/ “copo com água”, “muitas vezes”/ “muitas das vezes”</p>	<p>GRÁFICO 1</p> <p>Sexo</p>  <table border="1"> <thead> <tr> <th>Sexo</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>M</td> <td>27%</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>56%</td> </tr> <tr> <td>s/r</td> <td>17%</td> </tr> </tbody> </table> <p>■ M ■ F ■ s/r</p>	Sexo	Porcentagem	M	27%	F	56%	s/r	17%
Sexo	Porcentagem								
M	27%								
F	56%								
s/r	17%								



Os dados a testar no inquérito apresentaram-se com alíneas numeradas de 1 a 20 (cf. apêndice), facultando, em duas colunas, frases idênticas, divergindo apenas no elemento (oral-escrito) a observar. Deveria ser excluída, com uma cruz, a que não era usada. Os tópicos inquiridos (cf. Listagem e Apêndice) resultam, como explicitado, de uma escolha aleatória de entre vários que foram alvo de diversas crónicas linguísticas⁶ e abordam questões de ortografia, género (sobretudo feminino), número (essencialmente plural), formas verbais e preposições. Os resultados obtidos são quantificados em gráficos de percentagens comentados (cf. Gráficos *infra*). Para referências linguísticas, consultaram-se dicionários brasileiros de língua portuguesa (*Houaiss e Aurélio*) e portugueses (*Machado, Porto Editora e Academia*)⁷.

Provavelmente, quando se pensa em erros ou problemas de língua, essencialmente na escrita, a ideia que se tem é que são principalmente do âmbito da transgressão ortográfica⁸. Começa-se por eles. Como se sabe, e os dicionários confirmam-no, para “com certeza” (cf. Gráfico 4), a norma não permite outra

⁶ Trata-se, nomeadamente, das intituladas OS PORQUÊS DO PORTUGUÊS (cf. *Tribuna da Madeira*).

⁷ São edições sem o Acordo Ortográfico de 1990, já que todo o material é anterior à sua aplicação.

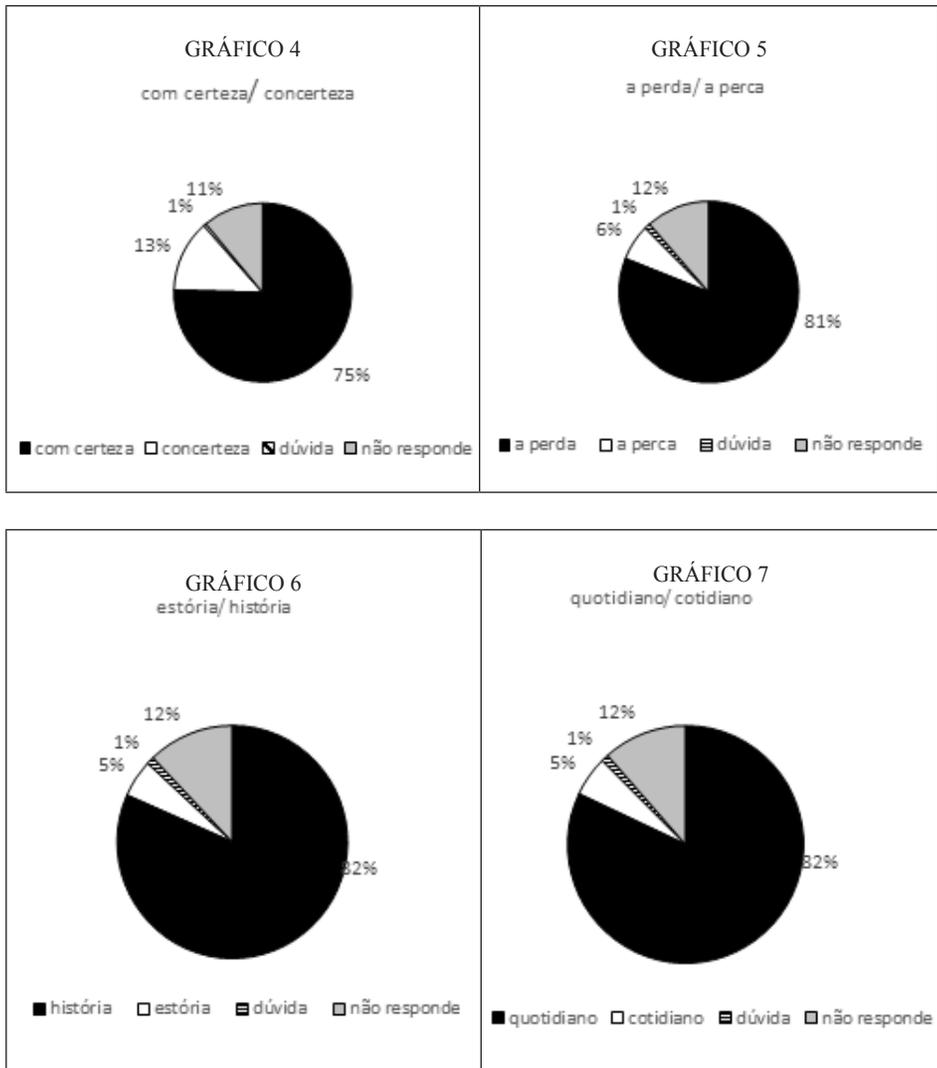
⁸ Contemplam-se alguns casos para compreender até que ponto os usos dos jovens seguem ou não a norma ortográfica. Embora as questões de ortografia estejam na ordem do dia com a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, não é, contudo, a temática deste trabalho. Interessa, em particular, observar a influência do registo oral no escrito. Por exemplo, é frequente ver escrito “cujo o/ cuja a/ cujos os/ cujas as” com a duplicação dos artigos. Tem-se verificado que, no registo oral, os falantes realizam esta duplicação e que, por isso, a grafam, sem ter a noção que o relativo integra o artigo. São detalhes como este que suscitam a presente investigação linguística, entre outras.

grafia, já que as componentes da expressão admitem outros de permeio “com toda a certeza”, sendo, então, “concereteza”⁹, indubitavelmente, um erro recorrente na escrita de jovens estudantes e alguns adultos, profissionais de diversas áreas. Pensava-se que a sua frequência seria maior do que os 13% obtidos neste inquérito. Apesar de ser um resultado considerável, não se pode dizer que tenha real relevo na amostra. Todavia, este cenário poderia ser diferente, se se variasse a população-alvo. Nesse caso, a questão de poder ser um “novo” lexema talvez se colocasse. Por exemplo, se tivesse vigor e fosse dicionarizado (o que não é o caso, mas foi-o para “*supra* citado”: “supracitado”, que, no entanto, admite a inversão de posição “citado *supra*”) ocuparia uma posição alfabética diferente da de “certeza”, com a expressão “com certeza”. Relativamente ao gráfico 5, para “a perda”¹⁰ (substantivo relacionado com o verbo “perder”) e “a perca” (substantivo a indicar um peixe), não sucede o mesmo que em “com certeza” porque os dois vocábulos – “a perda”/ “a perca” – são válidos, não sendo, porém, equivalentes. A forma “perca” ocorre na conjugação do verbo “perder” (no presente do conjuntivo: “que eu perca” e “que ela perca”) e este dado poderá explicar o uso indevido de “a perca” em vez de “a perda”, embora o resultado do inquérito revele a sua insignificância, visto ter obtido apenas 6% das respostas. No entanto, alguns dicionários já registam o fenómeno (cf. *Houaiss* e *Porto Editora*). Quanto a “história”/ “estória” (cf. Gráfico 6) e a “quotidiano”/ “cotidiano” (cf. Gráfico 7), as duas unidades testadas, para ambos os pares, são válidas ortograficamente. Os elementos “estória” e “história”, que se podem considerar sinónimos, entendem-se como duas unidades linguísticas hoje distintas porque “estória” foi ganhando um sentido técnico (narrativa de ficção) que “história” parece perder. No entanto, etimologicamente, podem considerar-se equivalentes. Enquanto “estória” tem entrada nos dicionários brasileiros *Houaiss* e *Aurélio* (mesmo se este não recomenda o seu uso, preferindo-lhe “história”), nenhuma edição dos dicionários portugueses consultada (*Porto Editora*, *Machado* e *Academia*) o atesta. Para “quotidiano” e “cotidiano”, a única diferença é o início de palavra que o Português Europeu grafã com “qu” e o Português do Brasil com “c”, não havendo mais nenhuma distinção. Esta questão ortográfica surge no Português Europeu em palavras como “cota” e “quota” ou “cociente” e “quociente”. Para os dados dos gráficos

⁹ Foi testada a grafia “comcereteza” no BOM PORTUGUÊS da RTP1, no noticiário matinal BOM DIA PORTUGAL, que questiona a população sobre a língua portuguesa, nas ruas de Lisboa.

¹⁰ Colocou-se o artigo definido para marcar o uso enquanto substantivo.

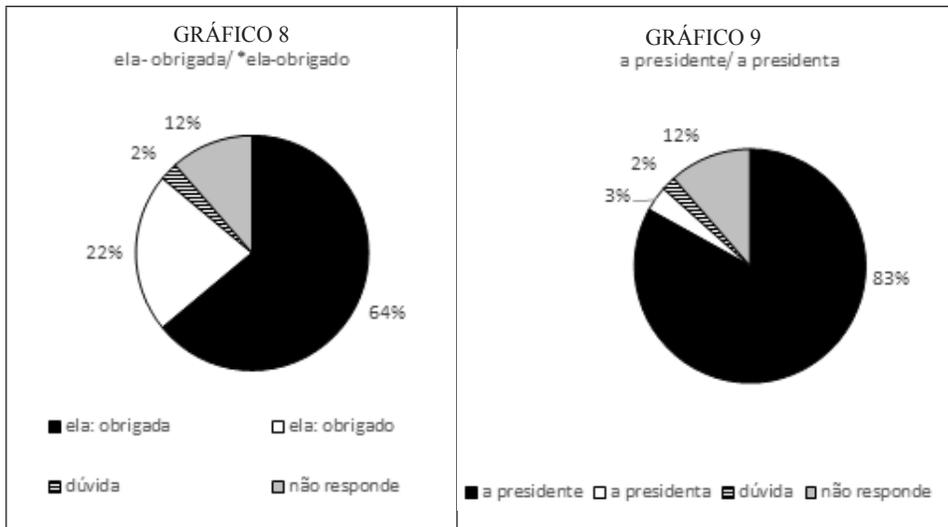
6 e 7, os resultados são coincidentes. A preferência da maioria dos inquiridos (82%) é por “história” e “quotidiano”, registrando “estória” e “cotidiano” 5%.

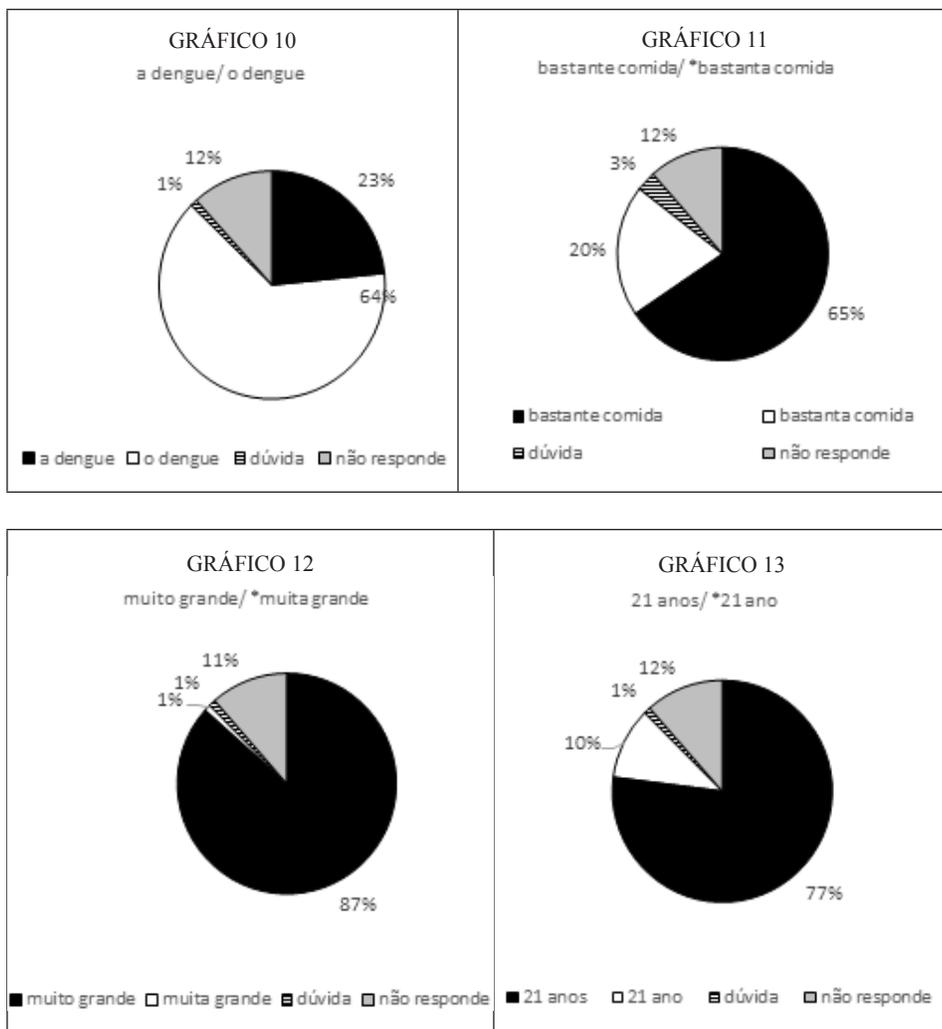


Se a maneira de escrever os lexemas pode suscitar dúvidas, as questões de gênero também as levantam. Importa, então, compreender até que ponto os jovens usuários da língua preferem o masculino em elementos que são femininos (cf. Publicidade da imobiliária *supra*). Tem-se observado um fenômeno

intrigante a nível dos agradecimentos, no atendimento comercial e institucional, em que, a um “obrigado”, surge, em resposta, outro “obrigado”, parecendo esquecer-se a fórmula “De nada!” (considerada por alguns como castelhana) ou “Não tem de quê!”. Mais recorrente parece ser a questão da redução ao masculino singular do particípio passado de “obrigar” que não tende a seguir a variação da de “agradecer”. Quantas vezes, quem agradece não sabe se deve dizer “obrigado” ou “obrigada”, nem se isso depende do destinatário ou do próprio sujeito? As convicções linguísticas variam, havendo alguns que optam por uma formulação e outros por outra. Assim, para “ela: obrigada”/“ela: obrigado” (cf. Gráfico 8), os 22% que escolhem “ela-obrigado” são significativos. A redução a “obrigado” (cf. os dicionários referidos), independentemente do sexo de quem fala, poderá consubstanciar-se nas próximas décadas. Este fenómeno de simplificação é contrário ao que ocorre com “presidenta”, que tem, sobretudo no Brasil, tido alguma pujança, enquanto uma mulher (Dilma Rousseff) representou o país. A opção pela marca do feminino “-a”, no final, a substituir o “-e” é desnecessária, uma vez que não ocorre o “-o” a indicar o masculino (*presidente). Porém, esta situação não é única e acontece, também, no Português Europeu com “parente” e “estudante”. É como se se opusesse o masculino “-e” ao feminino “-a”, o que normativamente não sucede porque, sendo uniforme, a diferença de género se manifesta contextualmente, em particular através dos artigos definidos. No inquérito realizado, “a presidente” (cf. Gráfico 9) obtém 83% e é um uso predominante, sendo irrelevantes os 3% do uso grafado com “-a”. Embora os dados sejam proporcionalmente inversos, acontece uma situação quase idêntica com “a dengue”/ “o dengue”, já que também termina em “-e”, apesar de aqui não ser a terminação final a suscitar a vontade do falante para indicar o género. O masculino “o dengue” e o feminino “a dengue” existem como entradas de dicionário, tendo significações completamente diversas. A designação do domínio da Medicina (cf. Apêndice) é o feminino “a dengue”, mas muitas pessoas, incluindo médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde, optam pelo masculino, expresso pelo artigo. Aliás, esta opção pelo masculino em detrimento do feminino, é recorrente num caso como “aluvião”, que, todavia, é um termo exclusivamente feminino. Os resultados do inquérito (cf. Gráfico 10) são esclarecedores e os 64% obtidos para o masculino não deixam margem para dúvidas, confirmando a impressão que se tinha. Terá este uso registo dicionarístico no futuro? Poderá ser um dos novos sentidos de “o dengue”? As respostas dependerão dos dicionaristas, mas também da força dos usos que as populações lhes forem dando. Continuando com questões de género linguístico, dando relevo ao feminino, os gráficos 11

– para “bastante (comida)”/ “bastanta (comida)” – e 12 – com “muito grande”/ “muita grande” – parecem testar o mesmo fenómeno por envolverem elementos gramaticais, como o revelam os contextos. Porém, os resultados evidenciam que é mais frequente o feminino para “bastante” (cf. Gráfico 11: 20%) do que o de “muito” (cf. Gráfico 12: 1%), embora este último elemento, um advérbio, se pudesse confundir com o indefinido que admite feminino, como em “muita gente”. A observação frequente na linguagem oral, particularmente da camada juvenil, não coincide com o fraco resultado do 1% do gráfico 12. Acreditava-se num resultado com maior amplitude, já que se encontra escrito em vários textos, incluindo os redigidos por estudantes universitários, mas não se comprovou. Este fenómeno merecerá uma atenção especial no futuro para acompanhar a sua evolução.

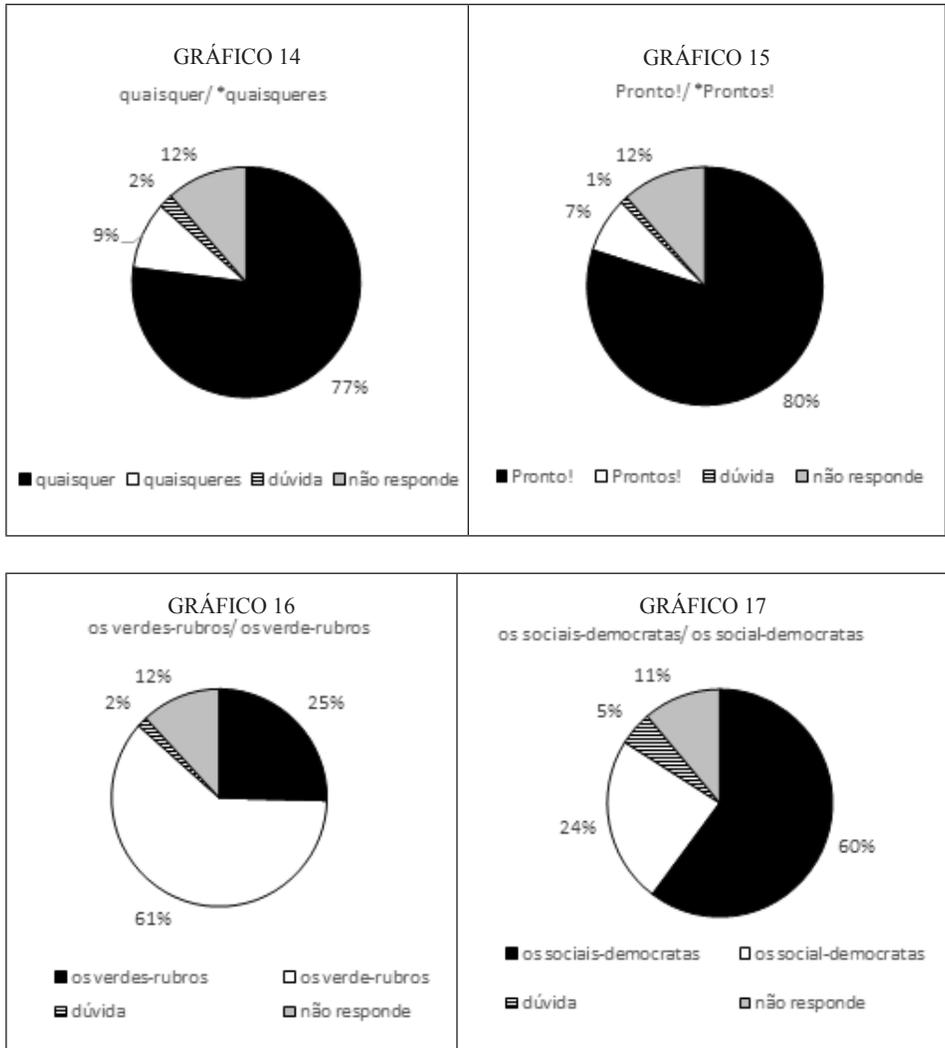




Como se depreende deste inquérito, são, por vezes, questões gramaticais simples como a do género ou a do número que levantam problemas aos usuários da língua. As razões para este facto serão diversas e não se procuram aqui, embora o ensino da língua materna possa ser uma condicionante. Haverá, evidentemente outras, por não parecerem ser estes fenómenos de simples causa-efeito. Por exemplo, para o número, o caso dos 77% de “21 anos” contra os 10% de “21 ano” (cf. Gráfico 13) evidencia que a escola ensina a concordância, mas o uso, popular e oral, orienta-se por uma parte do algarismo, ou seja, 1

(singular), em vez da sua totalidade (plural: 20+1=21). Esta explicação realça que o fenómeno de concordância se opera pela proximidade de elementos e pode (des)orientar, havendo quem defenda que seja essencialmente do âmbito da Semântica e não tanto da Sintaxe. Porém, aqui, o uso é, incontestavelmente, um erro, já que linguística e gramaticalmente o singular de 21 (ou de outro algarismo semelhante 31, 41, etc.) é inadequado. Julga-se que o desconhecimento da gramática desencadeia usos como estes e os seguintes: gráficos 14 (“quaisquer”/“quaisquieres”) e 15 (“Pronto!”/“Prontos!”). Os plurais indevidos obtêm resultados pouco expressivos: 9% no gráfico 14 e 7% no 15, mas revelam que, na combinação de “quais” e “quer”, se perde a classificação de verbo para “quer” e que há uma confusão entre a interjeição “Pronto!” e o qualificativo “prontos”. Pelos gráficos anteriores, crê-se que assinalar o plural nem sempre é evidente, sobretudo em casos de justaposição como em: “os verdes-rubros”/“os verde-rubros” (gráfico 16), “os sociais-democratas”/“os social-democratas” (gráfico 17) ou também “os pais-natais”/“os pais-natal” (gráfico 18). Este último combina dois substantivos, enquanto os anteriores associam adjectivos para, juntos, formarem substantivos. As opções não são coincidentes, mesmo se gramaticalmente, os dois elementos justapostos aceitam a marca de plural. As percentagens do singular de “verde” (61% no gráfico 16) e “natal” (46% no gráfico 18) vão ao encontro das do plural de “sociais” (60% no gráfico 17). Seria interessante compreender as causas que explicam tal variação, mas este parâmetro não foi alvo do inquérito. Resta fazer sobressair que a razão não será gramatical porque, se o fosse, o plural predominaria nos três casos em ambas as unidades dos compostos testados.¹¹

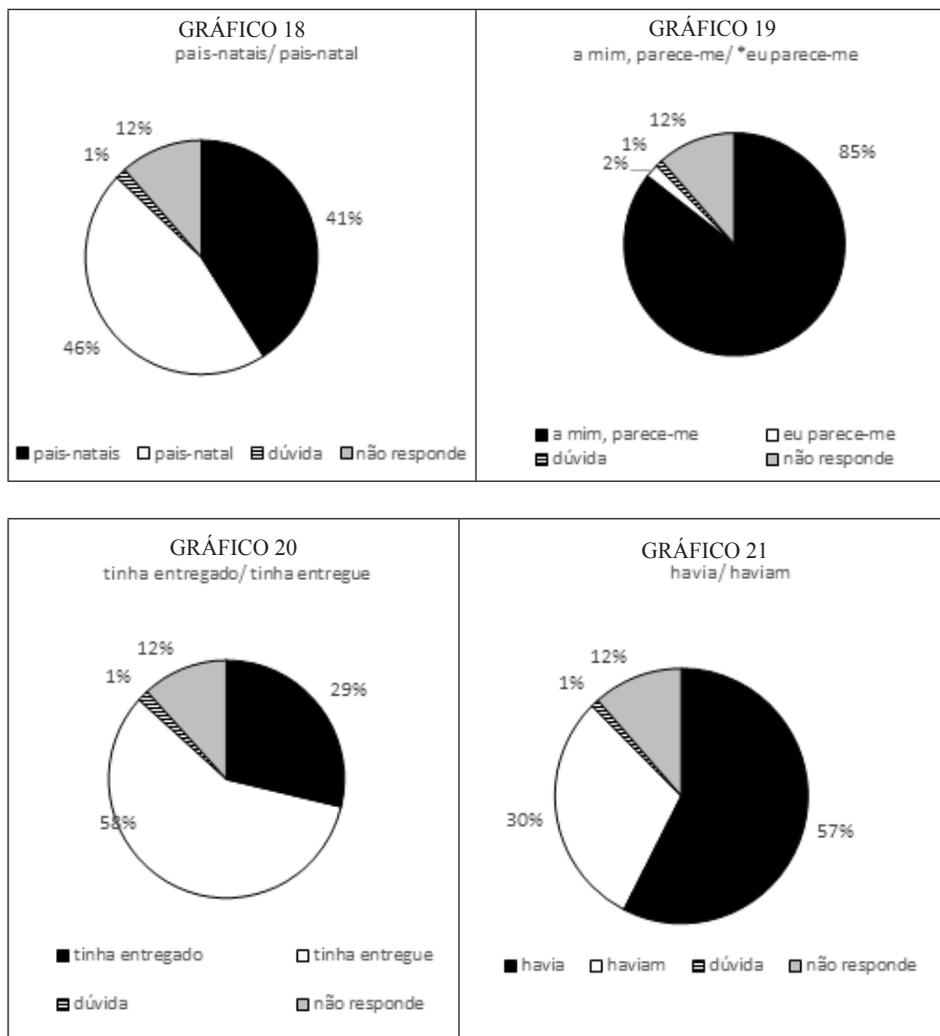
¹¹ O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 trouxe alguma instabilidade a grafias semelhantes. O hífen tem sido suprimido, pensando-se que esta é uma recomendação deste Acordo. Contudo, a consulta do Decreto-Lei contempla os prefixos ou falsos prefixos. Por confusão, escrevem “sócio-económico” sem hífen, esquecendo que “sócio” é a forma reduzida do adjectivo “social”. Esta tendência manifesta-se também em unidades como “os alvi-negros”.



A experiência docente revela que conjugar verbos será um dos tópicos gramaticais menos apreciados pela população estudantil. Decorar (para esquecer) parece ser o método mais aplicado. Isso terá reflexos no discurso dos adultos e as formas verbais vão ganhando usos (“novos”?) que se vão propagando. Para exemplo, tome-se a construção “a mim, parece-me” que se ouve, regularmente, nos meios de comunicação social com a construção verbal “eu parece-me”. A presença do pronome pessoal de 1.^a pessoa do singular “eu” é combinada com o pronome “me”, cujo equivalente, a nível de complemento, seria “a mim”. A

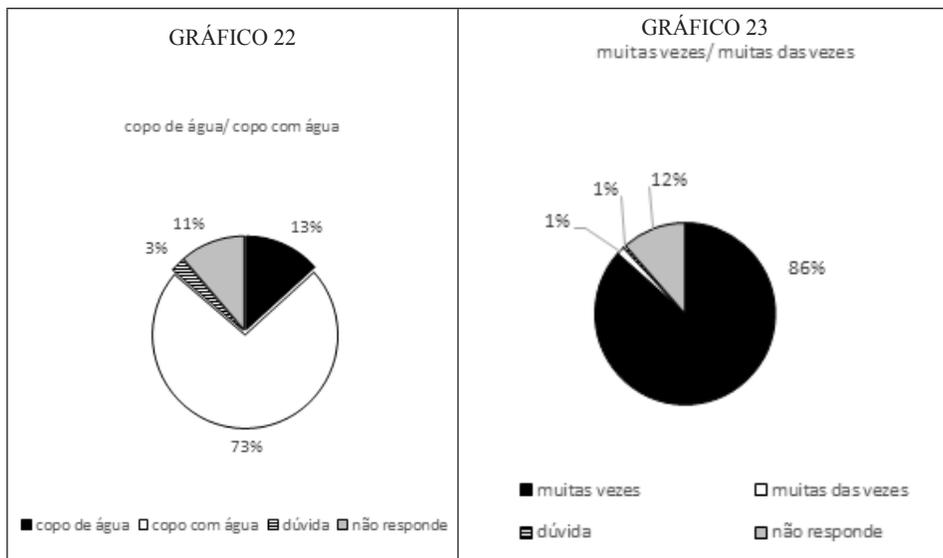
conjugação para essa pessoa gramatical seria “eu pareço”. Invalida, por isso, a 1.^a pessoa do singular porque o sujeito gramatical em “parece-me” é uma terceira pessoa, marcada na forma verbal (isso parece-me). Esta combinação de sujeito com pronome, embora distinta, faz lembrar a que se assinalou *supra* em “A gente come-se.” e verifica-se que os usos originam combinações consideradas impossibilidades gramaticais¹². Pensava-se obter um resultado maior do que os 2% deste inquérito para a formulação com “eu”. A fraca percentagem surpreendeu, por se acreditar ter, o fenómeno, maior propagação. O particípio passado (ou apenas “particípio”), quando os verbos são “abundantes” (CUNHA e CINTRA, 1995) também é uma dificuldade constante, registando-se hesitações entre o particípio regular e o irregular. Para muitos verbos, há mesmo um ou outro deles que tende a predominar. É o que sucede com “aceitar” ou “ganhar”, em que o irregular adquire mais força. O gráfico 20 dá conta dos resultados obtidos para “entregar” (“tinha entregado”/ “tinha entregue”) e os 58% obtidos pelo particípio irregular revelam a predominância desta tendência linguística. Outra bastante significativa vem ilustrada no gráfico 21 com os dados para “havia alunos” (57%)/ “havam alunos” (30%). As percentagens são uns indicadores da flutuação existente, embora predomine, neste inquérito, a construção impessoal normativa. Todavia, os 30% dos inquiridos que optam pelo uso do plural na forma verbal representam uma tendência, evidenciando que ela se virá, porventura, a impor a médio prazo. Aliás, regista-se constantemente em jornalistas e outros agentes teoricamente difusores do padrão linguístico, inclusive docentes.

¹² A noção de “agramaticalidade” fica posta em causa.



Se os verbos merecem uma atenção particular, outro assunto a requerer alguma reflexão é o uso das preposições. Testam-se aqui dois casos envolvendo a preposição “de”, o de “copo de água”/ “copo com água” (cf. Gráfico 22) e o de “muitas vezes”/ “muitas das vezes”. Os resultados diferem. Os 73% de “copo com água” revelam uma tendência para a mudança de uma expressão perfeitamente viável, mas sentida como inaceitável. Assim “copo de água” parece ser interpretado como indicando material (como em “copo de plástico” ou “copo de cristal”) e não para apontar o conteúdo (como em “copo de vinho”

ou “garrafa de água”). Os falantes, por diversas razões, corrigem o que está, normativamente, validado, certo. Apresentando uma formulação com sentido diferente. Um “copo de água” indica que vem cheio de água e um “copo com água” indicia que há alguma água no copo, o que não é o mesmo. Neste inquérito, observa-se, contudo, a mudança em curso e a “novidade” da substituição de “copo de água” por “copo com água”, sem que a alteração de preposição mude o sentido, o que, gramaticalmente, deveria ocorrer. Este fenómeno de substituição também se verifica em “muitas vezes” (com o sentido de “frequentemente”) que vem sendo alterado por “muitas das vezes” (parte de uma construção viável: “Muitas das vezes que vou ao cinema sozinha, compro o bilhete com antecedência.”). O resultado de 1% obtido neste inquérito para esta formulação não coincide com a ideia que se tinha por se observar, constantemente, o fenómeno.



3. Síntese dos dados

Os resultados quantificados nos gráficos remetem apenas para a amostra inquirida, mas são indicadores da vivacidade da língua e das flutuações por que está passando. Os usos linguísticos são preferências de falantes que as desencadeiam por diversas razões que não se discutem aqui. Impõe-se, contudo, uma leitura geral dos dados para a vintena de itens testados. Em nenhum se obteve 100% ou 0%, comprovando a real flutuação nos usos. Pode ser indício

da vitalidade da língua e da sua constante aprendizagem, visto que a língua materna é permanentemente adquirida, não havendo nenhum falante que a domine integralmente. Isso evidencia-se numa população estudantil como a do presente inquérito. É certo também que houve quem não respondesse a algumas perguntas. Não se sabendo as razões para que tal sucedesse, não se podem tirar ilações relativamente a este facto.

Em síntese, dos resultados, conclui-se que há diversas tendências. Sobressaem, pelo menos três. A primeira contempla os **usos esperados predominantes** com valores acima dos 50% como em: “muito grande” (87%), “muitas vezes” (86%), “a mim, parece-me” (85%), “a presidente” (83%), “história” (82%), “quotidiano” (82%), “a perda” (81%), “Pronto!” (80%), “quaisquer” (77%), “21 anos” (77%), “com certeza” (75%), “bastante” (comida) (65%), “ela: obrigada” (64%), “os sociais-democratas” (60%) e “havia” (57%). Em contraponto com a primeira, a segunda aponta para **usos inesperados predominantes** como em: “copo com água” (73%), “o dengue” (64%), “os verde-rubros” (61%), “tinha entregue” (58%) e “pais-natal” (46%, valor próximo dos 50%). A terceira tendência, embora não predomine no inquérito, sublinha os **usos a ganhar relevância**, como em: “havia alunos” (30%), “os social-democratas” (24%), “ela: obrigado” (22%), “bastanta (comida)” (20%), “concerteza” (13%), “21 ano” (10%), “quaisquieres” (9%) e “Prontos!” (7%). No geral, conclui-se, com os primeiros, que a escola tem um papel eficaz na uniformização, normalizando usos, mas os segundos podem indicar que há “novos lexemas”, isto é, “reformulações dos existentes”. Assim, este breve inquérito realça que uma mudança se vai consubstanciando, mas que não é reconhecida, nomeadamente por dicionaristas. Revela flutuação e preferências nos jovens usuários de uma língua com mais de 800 anos. Evidencia os gostos dos falantes, moldadores da língua. Indica a escola como força normalizadora, mas não impede a predominância de usos tidos como erros por uns e desvios por outros. O que devem fazer a Gramática e a Linguística? É indispensável estudar, quantificar e analisar os usos para reconhecer os que predominarem e identificar as alterações do Património Linguístico. O futuro da Língua Portuguesa está a ser delineado no presente, sobretudo na escola, em que é ensinado o seu funcionamento. Os resultados obtidos neste inquérito sublinham que a Gramática e a Linguística são indissociáveis. A vontade de Saussure em observar e analisar as manifestações linguísticas não pode ignorar os estudos gramaticais, intrinsecamente relacionados com ela.

Referências bibliográficas

- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa, 1995.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Verbo, 2001.
- Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto, Porto Editora, 2001.
- Documentário “Idiomas do Mundo”, com a participação de CRYSTAL, David. disponível no YouTube em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ypx3a56YfdM>, última consulta a 18-04-2016.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Dicionário da Língua Portuguesa*, Brasil, Editora Nova Fronteira, 1987.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
- MACHADO, José Pedro. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.
- REBELO, Helena. “O Processo de Bolonha, a Educação Liberal e a Criação da FCCSE «Desvio ou Erro»” in *Universidade da Madeira: 25 anos*, Veríssimo, N. e Santos, T. P. (eds.), Funchal, Universidade da Madeira, 2015, p. 305-330.
- REBELO, Helena. *Desvio ou Erro? Problemas na Escrita da Língua Portuguesa*. Funchal, O Liberal, 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de Linguistique générale*, Paris, Payot, 1985.
- UNESCO, *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Paris: ONU, 17-10-2003.

Apêndice: Grelha condensada do inquérito

Como dizes e escreves? **Risca a frase que não usas.**

1	Vou, concerteza, ter tudo certo.	Vou, com certeza, ter tudo certo.
2	A perda de um amigo é triste.	A perca de um amigo é triste.
3	Ele tinha entregado a encomenda.	Ele tinha entregue a encomenda.
4	Havia muitos alunos.	Haviam muitos alunos.
5	Eu parece-me que está certo.	A mim, parece-me que está certo.
6	É a presidente.	É a presidenta.

7	Ela tem vinte e um ano.	Ela tem vinte e um anos.
8	É muito grande!	É muita grande!
9	São uns quaisquer.	São uns quaisquer.
10	Vamos passear muitas das vezes.	Vamos passear muitas vezes.
11	Obrigada! – disse-lhes ela.	Obrigado! – disse-lhes ela.
12	Queria um copo de água, por favor!	Queria um copo com água, por favor!
13	A dengue é pior que a gripe.	O dengue é pior que a gripe.
14	É uma estória totalmente inventada.	É uma história totalmente inventada.
15	Pronto! Enganei-me.	Prontos! Enganei-me.
16	Os verdes-rubros perderam.	Os verde-rubros perderam.
17	Os sociais-democratas ganharam.	Os social-democratas ganharam.
18	É bastante comida!	É bastante comida!
19	Gostam da rotina quotidiana.	Gostam da rotina cotidiana.
20	Comprei pais-natais de chocolate.	Comprei pais-natal de chocolate.

Recebido em 27 de agosto de 2017.

Aceito em 7 de maio de 2018.

INVENTÁRIO DOS CORRELADORES DISJUNTIVOS DO
PORTUGUÊS DO BRASIL

INVENTORY OF DISJUNCTIVE CORRELATORS IN
BRAZILIAN PORTUGUESE

Ivo Costa Rosário

Universidade Federal Fluminense
rosario.ivo3@gmail.com

Jovana Maurício Acosta

Universidade Federal Fluminense
jovanamauricio@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo apresenta um inventário dos correladores disjuntivos da língua portuguesa do Brasil e seus contextos de uso. Alguns dos correladores aqui apresentados não são contemplados pelas principais gramáticas do português, apesar de apresentarem produtividade. Os pressupostos teóricos da pesquisa estão calcados na Linguística Funcional Centrada no Uso. O *corpus* utilizado é composto por textos retirados de versões eletrônicas da Revista *Veja on-line*, disponíveis em <http://www.veja.abril.com.br>. A pesquisa demonstra que os correladores disjuntivos em uso no português atual são os seguintes: *ou...ou, seja...seja,...ora...ora, quer...quer, e nem...nem, seja...ou, quer...ou, e nem...ou*.

PALAVRAS-CHAVE: correladores disjuntivos; uso; construção.

ABSTRACT:

This article presents an inventory of disjunctive correlators of the Brazilian variety of Portuguese language and its usage contexts. Some of the correlators presented here are not covered by the main grammars of Portuguese, although they present productivity. The theoretical assumptions of the research are based on the Usage-Based Functional Linguistics. The *corpus* includes texts from electronic editions of *Veja online*, available at <http://www.veja.abril.com.br>. The research demonstrates that the usual disjunctive correlators in contemporary Portuguese are the following: *ou...ou, seja...seja, ora...ora, quer...quer, nem...nem, seja...ou, quer...ou, nem...ou*.

KEYWORDS: disjunctive correlators; usage; construction.

Considerações iniciais

Normalmente, apenas a subordinação e a coordenação são apresentadas como processos de integração oracional pelas gramáticas. A correlação, por sua vez, apesar de ser preterida pela Nomenclatura Gramatical Brasileira e de contar com poucos estudos em profundidade, tem grande importância dentro dos estudos da estruturação do período e no âmbito de toda a sintaxe (cf. ROSÁRIO, 2012, 2013, 2014, 2015, 2017).

Inspirado em Câmara Jr. (1981), Rosário (2012, p. 29) cunhou uma definição para *correlação*, que é adotada neste trabalho: “construção sintática prototipicamente composta por duas partes interdependentes e relacionadas entre si, encabeçadas por correlatores, de tal sorte que a enunciação de uma (prótase) prepara a enunciação de outra (apódose)”. Trata-se, portanto, de um arranjo sintático-semântico distinto da coordenação e da subordinação.

Em geral, no campo da alternância/disjunção, as gramáticas normativas apresentam elementos coordenativos e correlativos como se fizessem parte de um mesmo grupo. Neste trabalho, ao contrário, propomos uma distinção entre *coordenação alternativa* e *correlação disjuntiva*. A coordenação alternativa é entendida como um procedimento sintático normalmente concretizado pela conjunção coordenativa alternativa *ou*. A correlação disjuntiva, por sua vez, engloba correlatores¹, compreendidos como articuladores sintáticos descontinuos responsáveis por veicular a correlação (*ou...ou, ora...ora*, etc). Feita esta importante distinção, este artigo tem como objetivo apresentar um estudo atualizado do inventário dos correlatores disjuntivos efetivamente em uso, na língua escrita sincrônica, no Português do Brasil, a partir de uma amostra de textos da mídia culta escrita.

Pautamos esta pesquisa nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), nos termos de Cezario e Furtado da Cunha (2013), Traugott e Trousdale (2013), Bybee (2015), Goldberg (1995, 2006) e Oliveira e Rosário (2016). A LFCU leva em conta as inovações e as mudanças apresentadas na língua tal como efetivamente produzidas no dia a dia, ou seja, tanto as estruturas canônicas quanto as não canônicas.

Apresentamos, na seção 1, uma síntese de como a alternância/disjunção é destacada por alguns autores. Como nosso objeto de estudo é tradicionalmente conhecido como conjunção alternativa, fez-se necessário observar como alguns

¹ O termo *correlatores* foi criado por Rosário (2012), em analogia com *coordenadores* e *subordinadores*. Exemplos de correlatores: *não só...mas também, tanto...como, ou...ou* etc.

estudiosos tratam o assunto em questão. Na seção 2, apresentamos o referencial teórico-metodológico que ampara a pesquisa em foco: a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Na seção seguinte, denominada *Resultados*, atesamos os *types* encontrados e a análise de dados propriamente dita. Por fim, nas considerações finais, apresentamos os contextos de uso de cada correlator disjuntivo encontrado e algumas observações adicionais de cunho mais geral.

1. Conjunções alternativas na visão gramatical e na perspectiva dos linguistas

Os correlatores disjuntivos, objeto deste trabalho, como citado anteriormente, são tradicionalmente conhecidos, por alguns autores, como *conjunções alternativas*. Vejamos, então, a partir do quadro a seguir, como algumas gramáticas apresentam as conjunções alternativas:

Quadro 1: Conjunções alternativas.

Bechara (1999, p. 321)	Enlaçam as unidades coordenadas matizando-as de um valor alternativo, quer para exprimir a incompatibilidade dos conceitos envolvidos, quer para exprimir a equivalência deles. <i>Ou...ou, quer...quer, seja...seja, ora...ora</i>
Rocha Lima (1999, p. 185, grifos nossos)	As conjunções alternativas relacionam pensamentos que se excluem. O tipo é <i>ou</i> , que pode repetir-se , ou não, antes de todos os elementos coordenados: <i>ou...ou, ora...ora, seja...seja, quer...quer, já...já</i> .
Cunha e Cintra (2001, p. 580, grifos nossos)	As conjunções alternativas ligam dois termos ou orações de sentido distinto, indicando que, ao cumprir-se um fato, o outro não se cumpre. São as conjunções <i>ou</i> (repetida ou não) e, quando repetidas : <i>ora...ora, quer...quer</i> , etc.
Carvalho (2011, p. 365)	As conjunções alternativas justapõem pensamentos que se excluem: <i>ou...ou, já...já, quer...quer, ora...ora, seja...seja</i> .
Neves (2011, p. 593)	A conjunção coordenativa com <i>ou</i> marca disjunção ou alternância entre o elemento coordenado no qual ocorre e o elemento anterior.

Verificamos, com base no quadro anterior, que algumas gramáticas referem-se às aqui chamadas correlatas disjuntivas como estruturas instanciadas por conjunções em repetição (ou conjunções duplicadas). Além disso, essas obras não fazem nenhuma referência específica à correlação, com exceção de Neves (2011), que cita a correlação com *ou* ao tratar da disjunção exclusiva. Deve-se destacar que Neves (2011) filia-se mais propriamente ao grupo dos linguistas, e não dos gramáticos, no sentido mais clássico do termo.

Sob o rótulo geral de conjunções coordenativas alternativas, observamos que os autores restringem-se a citar os conectivos correlativos mais canônicos, ou seja, os que integram o padrão normativo da língua, como *ou...ou*, *quer...quer*, *seja...seja*, *ora...ora*. Curiosamente, Bechara (1999), à diferença dos outros autores aqui apresentados, não considera *seja...seja*, *quer...quer* e *ora...ora* como conectores. Eis uma afirmação do autor:

A numeração distributiva que matiza a ideia de alternância leva a que se empreguem neste significado advérbios como *já*, *bem*, *ora* (repetidos ou não) ou formas verbais imobilizadas como *quer...quer*, *seja...seja*. Tais unidades não são conectores e, por isso, as orações enlaçadas se devem considerar justapostas. (BECHARA, 1999, p. 321).

Bechara (1999) evoca as categorias fonte desses elementos e desconsidera o processo de gramaticalização pelo qual esses itens passam. A razão para não incluir esses elementos no rol das conjunções é que alguns correlatores, como *seja...seja*, ainda possuem características fortemente verbais, como a possibilidade de flexão (*sejam...sejam*). Essa certamente é uma das razões para o autor considerar justapostas as estruturas ligadas pelos elementos citados.

Carvalho (2011, p. 365) apresenta o correlator *seja...seja* como conjunção, no entanto, condena o uso da conjunção flexionada (do tipo *sejam...sejam*). Vejamos:

A conjunção *seja*, por ser conjunção, é invariável. Está, portanto, corretíssima a seguinte passagem da coluna “coisas de política”, de Rosângela Bittar (Jornal do Brasil, 24-12-96): “Portanto ficam sem fundamento as interpretações de recentes declarações do presidente sobre o plebiscito, seja as feitas a deputados (...), seja as expostas em entrevistas (...)”. A tendência do usuário da língua seria pôr no plural as duas ocorrências de *seja*.

Notamos que Carvalho (2011) classifica como um “erro” o uso flexionado da conjunção *seja...seja*. Isso se deve a uma visão bastante rígida do conceito de conjunção. De fato, em geral, as conjunções são palavras invariáveis, sem possibilidade de flexão. Por outro lado, a invariabilidade desses termos linguísticos, apesar de ser uma característica bastante prototípica, não abarca a totalidade das conjunções de uma língua. O processo de flexão ainda pode estar presente em alguns conectivos, justamente por estarem em processo de mudança, com sua forma final ainda não estabilizada.

Além da perspectiva apresentada por Neves (2011), também acrescentamos a visão de Pezatti e Longhin-Thomazi (2008, p. 898), que se filiam ao grupo dos linguistas. Segundo as autoras, a disjunção pode ser efetuada por meio da conjunção *ou*, simples e dupla. A conjunção *ou* na forma dupla equivale ao que chamamos neste trabalho de correlação disjuntiva.

Devemos acrescentar que esse estudo desenvolvido pelas autoras, por ter como objetivo uma análise do português em uso, é um dos poucos que faz referência à correlação instanciada por *seja...ou*. Elas afirmam que esses correlatores, diferentemente do que preveem as convenções normativas, apresentam duas conjunções distintas para estabelecer a ligação de prótase e apódose.

2. Pressupostos teórico-metodológicos

Para esta pesquisa, foram utilizados os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) ou Abordagem Construcional da Gramática (TRAUGOTT, TROUSDALE, 2013; BYBEE, 2015; ROSÁRIO, OLIVEIRA, 2016; CEZÁRIO, FURTADO DA CUNHA, 2013), que representa a união de conceitos da Linguística Funcional de vertente norte-americana com a Linguística Cognitiva.

Observamos que, a partir dessa fusão, a gramática passa a ser concebida como uma representação da experiência dos indivíduos com a língua, considerando, ainda, que há padrões regulares de uso e formas emergentes em convivência. Assim, a estrutura da língua emerge à proporção de seu uso, e a gramática é compreendida como em constante adaptação em consequência do discurso.

Nessa perspectiva teórica, a gramática é vista em sua totalidade, e forma e significado são pareados como iguais, passando a funcionar como unidades básicas e centrais da língua, operando em diferentes níveis. Com isso, a LFCU prevê que todas as unidades da língua são simbólicas – desde morfemas simples, passando por expressões idiomáticas, estruturas sintáticas (GOLDBERG, 1995, 2006), até padrões mais abstratos.

Dentro dessa perspectiva, defendemos que os correlatores disjuntivos são, de fato, construções linguísticas gramaticais, tendo em vista que são dotados de forma e sentido. Ademais, constituem nós na rede dos conectores em língua portuguesa.

À luz desses fundamentos teóricos, foram analisados textos de 61 edições da Revista *Veja on-line*, disponíveis em <http://www.veja.abril.com.br>, no período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2014. Assim, a pesquisa caracteriza-se

como sincrônica, com foco no Português do Brasil (PB) escrito, especialmente na variedade linguística utilizada pela mídia escrita.

Na primeira fase da análise, foram coletados todos os correlatores que estabelecem a noção de disjunção, tanto em estruturas oracionais quanto não oracionais. Em seguida, com base na constatação de alguns autores, como Raposo *et alii* (2013), de que a correlação com *ou...ou* apresenta uma leitura semântica de exclusão, decidimos observar quais *types* apresentavam a leitura semântica de exclusão ou inclusão, em um maior refinamento analítico.

3. Resultados

Foram encontrados oito diferentes correlatores estabelecendo a correlação disjuntiva. Vejamos esses *types*, acompanhados de sua frequência de uso (cf. ACOSTA, 2016, p. 54):

Tabela 1: *Types* de construções correlatas disjuntivas.

<i>Types</i>	<i>Tokens</i>	%
<i>ou...ou</i>	63	34,8%
<i>seja...seja</i>	42	23,2%
<i>seja...ou</i>	32	17,7%
<i>ora...ora</i>	21	11,6%
<i>nem...nem</i>	16	8,8%
<i>quer...quer</i>	4	2,2%
<i>quer...ou</i>	2	1,2%
<i>nem...ou</i>	1	0,5%
<i>Total</i>	<i>181</i>	<i>100%</i>

A primeira importante observação acerca da tabela 1 é que a correlação disjuntiva estabelece-se na língua em uso por meio de *correlatores espelhados*, ou seja, repetidos (*ou...ou*, *seja...seja*, *ora...ora*, *nem...nem* e *quer...quer*), ou

por meio de *correlatores não espelhados*, ou seja, diferentes (*seja...ou, quer...ou e nem...ou*). Na seção a seguir, veremos mais detalhadamente cada um dos correlatores espelhados e não espelhados encontrados no *corpus*.

Ao observarmos a tabela 1, verificamos que o *type ou...ou* apresenta-se como o mais frequente entre as construções correlatas disjuntivas, como era esperado, já que as gramáticas, de um modo geral, apresentam a conjunção *ou* como a mais utilizada pelos usuários da língua no campo da alternância.

De acordo com Traugott e Trousdale (2013), construções são objetos linguísticos convencionais cuja frequência de ocorrência pode influenciar a categorização. Sendo assim, calcados na perspectiva construcional, que funciona como aporte teórico para esta pesquisa, concluímos que o *type ou...ou* é o membro central prototípico das construções correlatas disjuntivas, pois se apresenta como um exemplar de alta frequência dentro de sua categoria e já está altamente convencionalizado pelos usuários da língua. É um correlator econômico (bem leve em termos fonológicos) e facilmente acessível pelos falantes em seu repertório linguístico. Tudo isso corrobora a prototipicidade de *ou...ou*.

A partir da análise da tabela, verificamos também que, curiosamente, o terceiro *type* mais frequente de construção correlata foi *seja...ou*, um correlator que não está previsto nas gramáticas normativas e que é pouco abordado pelas gramáticas em geral, inclusive pelas que apresentam uma visão menos tradicional a respeito dos fenômenos linguísticos. Nas subseções seguintes, com base na perspectiva construcional, apresentaremos uma hipótese para como o *type seja...ou* foi recrutado pelos falantes da língua portuguesa.

Por ora, destacamos que a observação da alta frequência apresentada pelo *type seja...ou* demonstra a importância de se levar em conta a língua em uso na análise linguística, e ressalta a necessidade de se fazer uma revisão de nossas obras gramaticais. Afinal, novos padrões precisam ser contemplados, visto que já são atestados, inclusive, em textos normatizados do português padrão, como são os textos midiáticos utilizados no *corpus* desta pesquisa.

3.1 Correlatores espelhados

A análise dos dados revelou cinco *types* de construções correlatas disjuntivas formadas por correlatores espelhados. Observemos quais são eles, acompanhados de sua frequência de uso:

Tabela 2: *Types* de construções correlatas disjuntivas espelhadas

<i>Types</i>	<i>Tokens</i>	%
<i>ou...ou</i>	63	43,1%
<i>seja...seja</i>	42	28,7%
<i>ora...ora</i>	21	14,4%
<i>nem...nem</i>	16	10,9%
<i>quer...quer</i>	4	2,9%
<i>Total</i>	<i>146</i>	<i>100%</i>

Atestamos, com base na tabela 2, que os *types* espelhados são os mais prototípicos, já que das 181 ocorrências encontradas, 146, ou seja, 80,6% dos dados são formadas por *types* dessa natureza.

Esses correlatores espelhados podem ser divididos em três grupos, a partir dos elementos gramaticais que os formam: os de base conjuncional, os de base verbal e os de base substantiva. Vejamos cada grupo em particular.

3.1.1. *Correlatores de base conjuncional*

Os correlatores disjuntivos espelhados *ou...ou* e *nem...nem*, encontrados no *corpus* de análise, originaram-se, por via histórica, das conjunções *ou* e *nem* respectivamente. Esses correlatores são tradicionalmente apresentados nas gramáticas, como já dissemos, como conjunções coordenativas.

Rocha Lima (1999) e Cunha e Cintra (2001) apresentam esses elementos apenas como uma repetição das conjunções *ou* e *nem*. No entanto, veremos, a seguir, que esses correlatores não são apenas uma repetição das conjunções já existentes, já que apresentam valores semânticos e pragmáticos diferenciados em relação à sua conjunção de origem.

Como era previsto, já que as gramáticas de um modo geral apresentam a conjunção *ou* como a mais utilizada pelos usuários da língua no plano semântico da alternância, as construções espelhadas com *ou...ou* confirmaram-se como as correlatas disjuntivas prototípicas em nosso *corpus*.

Dos 146 *tokens*, 63 ocorrências (quase 44% das construções) são encaixadas por *ou...ou*, confirmando, assim, sua exemplaridade em relação aos outros correlatores disjuntivos, provavelmente por serem mais curtos, mais

leves em relação à sua quantidade de massa fônica e pela maior facilidade de processamento em relação aos outros *types*. Observemos o dado a seguir:

		PRÓTASE	APÓDOSE
(1)	As forças assadistas parecem estar nos tomando a dianteira, deixando a Síria com duas opções:	ou continua, na maior parte, sob o domínio do tirano	ou cai nas mãos dos fundamentalistas muçumanos que hoje controlam praticamente todas as forças da rebelião.

Revista Veja on-line, ed.22/05/2013, p. 29

Nessa ocorrência, observamos que os correlatores *ou...ou* transmitem à construção uma noção semântica de disjunção exclusiva, já que uma opção exclui a outra. A Síria deve escolher entre uma opção ou outra: ou continua sendo dominada ou cai nas mãos dos fundamentalistas. A interpretação exclusiva fica ainda mais evidenciada pela porção textual que precede a prótase correlativa (“deixando a Síria com *duas opções*”) (grifo nosso).

A manifestação de uma interpretação exclusiva nas construções com *ou...ou* foi observada em todas as estruturas encabeçadas por esse par de correlatores, ou seja, os 63 *tokens* instanciados apresentaram a leitura de exclusão, confirmando a afirmação de Pezatti e Loghin-Thomazi (2008, p. 899) e de outros autores de que a repetição da conjunção *ou* não indica uma “mera variação estilística ou enfática”, mas uma oposição dos sentidos expressos pelas conjunções. Ou seja, o par *ou...ou* é utilizado no português atual apenas para indicar a exclusão, com uma função distinta do *ou* coordenativo.

A disjunção exclusiva é apontada como uma particularidade de *ou...ou* também por outros autores. Neves (2011), por exemplo, afirma que o conectivo *ou* ora indica inclusão, ora exclusão, destacando, no entanto, que a disjunção com *ou...ou* sempre será exclusiva. Em relação à frequência de *ou* e *ou...ou*, Pezatti e Loghin-Thomazi (2008, p. 900) ressaltam que a forma ambígua (*A ou B*) é a não marcada no português falado no Brasil, ao passo que a forma exclusiva (*ou A ou B*) é a forma marcada. Sendo assim, as autoras concluem que *ou...ou* é menos produtivo, justamente pelo fato de significar apenas exclusão, com menor espectro de uso.

A comprovação de que as construções correlatas disjuntivas com *ou...ou* veiculam apenas a semântica de exclusão reforça seu estatuto particular, demonstrando que essa construção é diferente de *ou* simples. Portanto, as cor-

relatas disjuntivas não podem ser englobadas dentro da coordenação com *ou*, devido às suas peculiaridades.

Já a partícula *nem*, de acordo com Barreto (1992, p. 85-86), pode funcionar como um advérbio ou conjunção aditiva negativa correspondendo a *e não*, e “vem sempre precedida de sentença negativa”. Já o par *nem...nem*, ainda segundo a autora citada, teria valor correlativo alternativo, no sentido de expressar uma “alternância negada”. O par *nem...nem* já era empregado no latim, antes de itens lexicais, sintagmas ou sentenças.

Vejamos, a seguir, um dos *tokens* encontrados de *nem...nem*.

		PRÓTASE	APÓDOSE		
(2)	A paz é um dueto, não um solo. E não tivemos ainda uma só declaração,	nem da OLP,	nem do Hamas,	Muito menos do Hezbollah, que aceite o direito de Israel existir.	

Revista Veja on-line, ed.15/01/2014-,pág. 19

Atestamos, no dado (2), que o correlator *nem...nem* estabelece uma correlação disjuntiva negativa, assim como citado por Barreto (1992). Entretanto, reconhecemos que os limites entre alternância e adição tornam-se altamente difusos, a ponto de ser possível a postulação de uma construção alternativo-aditiva, de cunho negativo.

Segundo Santos (1990, p.72), “o uso de *nem* em lugar de *ou* tem como efeito não somente a apresentação de alternativas, mas, mais do que isso, a negação, simultânea à apresentação dessas mesmas alternativas”. Ou seja, duas alternativas são apresentadas para mostrar que elas não se realizam.

Observemos outra ocorrência de *nem...nem*, encontrada nos dados:

		PRÓTASE	APÓDOSE
(3)	Mas sua desgraça é que não cresceu,	nem perto do necessário,	nem com a rapidez de que precisava.

Revista Veja on-line, ed. 25/12/2013, pág. 60

Observamos, no *token* citado, que o correlator *nem...nem* estabelece a disjunção negativa entre prótase e apódose, apresentando alternativas que não

se realizaram, assim como afirmado anteriormente por Santos (1990). Essa interpretação é reforçada pela presença da partícula *não*, que antecede a prótase. De fato, todo contexto reforça a polaridade negativa do discurso.

Verificamos, ainda, em relação ao valor semântico de *nem...nem*, que todas as construções, diferentemente de *ou...ou*, apresentaram a leitura semântica de inclusão, com uma especificidade já levantada: uma inclusão de cunho negativo, o que reforça o caráter híbrido dessa construção, visto que compartilha traços com a noção de adição. Vejamos:

		PRÓTASE	APÓDOSE
(4)	O desprezo pela canção popular - ou popularesca, como preferem alguns - tem certo preconceito de classes. Em geral, seus intérpretes são de origem humilde e têm pouca escolaridade. Musicalmente o brega não cultiva	nem a tradição	nem a modernidade

Revista Veja on-line, ed. 01/01/2014, pág. 90

Observamos, no *token* citado, que a música brega não cultiva a tradição e também não cultiva a modernidade, ou seja, não cultiva nenhuma das duas. Sendo assim, a leitura apresentada é de inclusão.

3.1.2. Correlatores de base verbal

Os correlatores espelhados *seja...seja* e *quer...quer* são de base verbal, pois tiveram como origem os verbos *ser* e *querer*, respectivamente. Esses correlatores, assim como os já citados, também apresentaram um traço persistente de sua palavra de origem: preservaram características verbais que atuam no comportamento sintático e semântico dessas construções, como veremos a seguir.

O primeiro *type* espelhado de base verbal a ser analisado é o *seja...seja*. Esse *type* aparece em segundo lugar na preferência dos usuários da língua, no *corpus* analisado. Dos 146 *types* espelhados apresentados na análise de dados, 42 *tokens* são de *seja...seja*.

O correlator *seja...seja*, de acordo com Pezzatti e Longhin-Thomazi (2008, p. 898), “manifesta, na realidade, uma forma de repetição do predicado verbal, que parece estar se gramaticalizando como conjunção”. Sendo assim, as autoras afirmam que a conjunção ainda se encontra em processo de mudança. Vejamos um dos *tokens* encontrados em nossos dados:

		PRÓTASE	APÓDASE	
(5)	O direito de ir e vir é sagrado,	seja para pobre,	seja para rico,	inclusive nos shoppings. Mas precisa ir em bando de 500, 1000, 2000?

Revista Veja on-line, ed. 29/01/2014, pág. 27.

Em (5), observamos que o *type seja...seja* estabelece a correlação disjuntiva entre dois termos, ou seja, correlaciona estruturas não oracionais e apresenta a alternância típica da construção disjuntiva. O fato de *seja...seja* correlacionar, com maior frequência, termos não oracionais (cf. ACOSTA, 2016) configura, em nossa pesquisa, uma característica particular desse correlator.

A preferência de *seja...seja* pelas construções não oracionais é uma constatação de que o correlator, por si só, ainda preserva características de seu estatuto verbal. De fato, dos 42 *tokens* instanciados, 32 correlacionavam termos não oracionais.

Alguns autores tecem comentários sobre os resquícios verbais preservados por *seja...seja*. Por exemplo, Camacho (1999, p. 2687), ao analisar a língua espanhola, ressalta a distribuição sintática diferenciada apresentada por esse correlator em relação aos outros *types* disjuntivos. O autor afirma que *seja...seja* coordena orações e sintagmas preposicionados, mas sua distribuição é bem mais limitada com argumentos do verbo. Sendo assim, apresenta a preferência por sintagmas preposicionados. É o que constatamos em nossos dados, visto que, das 32 construções de *seja...seja* não oracionais encontradas, 19 eram compostas por sintagmas preposicionados.

O autor salienta, ainda, que, por preservar o seu caráter verbal, o correlator *seja...seja* bloqueia a proximidade de outros verbos, e daí a sua preferência por correlacionar termos não oracionais. Um fator ainda mais saliente desse resquício verbal é o aparecimento, em alguns dados, do *seja* flexionado. Vejamos o *token* a seguir:

		PRÓTASE	APÓDASE
(6)	Suíços fazem ótimos chocolates, fabricam esplêndidos relógios e, alpinos que são adoram montanhas.	sejam aquelas de cumes gelados,	sejam as nem tão metafóricas assim, compostas de euros e dólares convertidos em francos nativos.

Revista Veja on-line, ed. 15/05/2013, pág. 102

Em (6), o *seja...seja* aparece flexionado (*sejam... sejam*), apresentando mais um indício de que o correlator ainda preserva traços verbais, já que as conjunções tradicionalmente, por definição, não recebem o traço da flexão.

A seguir, observamos outro *token*, apresentando o correlator *sejam...seja*, ainda mais idiossincrático. Observemos:

		PRÓTASE	APÓDASE
(7)	Prada tem um quarto só seu, decorado com borboletas na parede, e adora enfeites	sejam as bijuterias da dona,	seja sua própria gargantilha de pérolas verdadeiras.

Revista Veja on-line, ed. 14/08/2013, pág. 97

Nesse *token*, constatamos que apenas o primeiro correlator é flexionado, pois acompanha a marca de plural do sintagma nominal presente na prótase (*as bijuterias da dona*). O segundo correlator mantém-se em uma forma não marcada, justamente por combinar-se com um sintagma singular (*sua própria gargantilha de pérolas verdadeiras*).

A análise dos dados de *seja...seja* revelou também que, em todas as ocorrências, a disjunção apresentada é inclusiva. Vejamos:

		PRÓTASE	APÓDASE
(8)	Os autômatos tomam suas próprias decisões	seja em situações de policiamento	seja em zonas de intervenção militar.

Revista Veja on-line, ed. 05/02/2014, pág. 103

Verificamos que *os autômatos tomam suas próprias decisões* tanto em situações de policiamento quanto em zonas de intervenção militar. Há, portanto, uma ideia de inclusão, e não exclusão, como comumente ocorre com o correlator *ou...ou*. Sendo assim, a disjunção com *seja...seja* é tipicamente inclusiva.

O segundo correlator de base verbal encontrado nos dados foi *quer...quer*. De acordo com Barreto (1999, p. 450), a conjunção *quer* é derivada do verbo *querer* de 3ª pessoa do presente do indicativo que, por sua vez, é “oriundo do latim *quaerere*, ‘buscar’, ‘aspirar’, ‘desejar’”. Ainda segundo a autora, a conjunção correlativa *quer...quer* originou-se a partir de um processo de re-categorização (*verbo* > *conjunção*) e foi acompanhada, em alguns casos, por uma mudança de conteúdo semântico, pois pode indicar, em alguns contextos, um valor concessivo-condicional como observado no exemplo seguinte, tam-

bém fornecido por Barreto (1999): *Quer eu faça isto, quer eu faça aquilo, ela sempre reclama comigo.*

No exemplo citado, a autora demonstra que poderíamos facilmente substituir a conjunção duplicada *quer* pela conjunção condicional *se*. Outros autores como Garcia (1975) também ressaltaram o caráter concessivo-condicional de *quer...quer*, no entanto, a autora ressalta que, em outros casos, a conjunção apresenta seu valor primitivo, o alternativo, e segue o valor semântico de *ou...ou*, como no exemplo a seguir: *Quer chova quer faça sol, irei à praia.*

Em nossos dados, foram encontrados apenas quatro *tokens* de *quer...quer*, demonstrando ser este o correlator menos frequente entre os que veiculam a noção de disjunção. Vejamos a seguir um desses *tokens* encontrados:

		PRÓTASE	APÓDOSE
(9)	Não importa o destino do projeto de lei, é evidente que prostitutas, por necessidade, gosto ou as duas coisas, continuarão a vender seus serviços,	quer você queira,	quer não.

Revista Veja on-line, ed.19/02/2014, pág. 23

Verificamos também que, apesar de o correlator *quer...quer* apresentar uma base verbal como *seja...seja*, em nenhum caso admite a flexão. De acordo com Kury (2003), isso ocorre porque, diferentemente do que acontece com *seja...seja*, a conjunção *quer...quer* já está totalmente gramaticalizada, permanecendo, assim, sempre invariável. Observamos que, em todos os *tokens* instanciados pelo *type quer...quer*, a disjunção apresentada foi também inclusiva, assim como aconteceu com o *type seja...seja*.

3.1.3. Correlatores de base substantiva

Um dos correlatores encontrados, em nossa análise, apresenta como base uma palavra substantiva. É o caso do correlator *ora...ora*.

Barreto (1999) afirma que o substantivo latino *hora*, precedido do demonstrativo *hac* (*hac hora*) deu origem ao advérbio português *agora* ‘nesta hora’, ‘neste momento’. Já a preposição *ad* (*ad hora*) mais o substantivo *hora* deu origem ao advérbio português *ora*, semanticamente equivalente.

O *type ora...ora* também apareceu nos dados como um dos correlatores que instanciam construções correlatas disjuntivas, totalizando 21 *tokens*. Observemos um dado:

		PRÓTASE	APÓDOSE
(10)	O cantor carioca, nascido João Luiz Wordenberg Filho, passou boa parte da vida trombandando	ora com a lei (nos anos 80, usuário contumaz de drogas diversas, era chamado tantas vezes às delegacia que passou a andar com algemas no bolso),	ora com seus colegas músicos.

Revista Veja on-line, ed. 28/08/2013, pág. 15

Em (10), percebemos que o correlator *ora...ora*, além da disjunção, também veicula um valor temporal secundário que pode ser percebido com clareza. Observamos que prótase e apódose poderiam ser parafraseadas por: “*O músico, em alguns momentos, tinha problemas com a polícia e, em outros momentos, com seus colegas*”.

A semântica temporal apresentada por esse correlator pode ser depreendida por conta da persistência de sua palavra de origem, como foi explicado por Barreto (1999), em uma visão essencialmente diacrônica. Em todos os *tokens* encontrados, o correlator *ora...ora*, de fato, preserva o conteúdo semântico de tempo. Observemos o dado a seguir:

		PRÓTASE	APÓDOSE
(11)	Vivemos a era do individualismo tecnológico. Criamos perfis virtuais que nem sempre condizem com a realidade. Com alguns cliques,	ora nos apresentamos como pessoas amáveis,	ora como pessoas totalmente poderosas.

Revista Veja on-line, ed. 16/01/2013, pág. 28

Percebemos que a noção semântica de tempo também é facilmente percebida no *token* acima. Com relação aos perfis criados nas redes virtuais, verificamos que, em alguns momentos, “nos apresentamos como pessoas amáveis” e, em outros momentos, “como pessoas totalmente poderosas”. Verificamos, também, que todos os *tokens* instanciados pelo *type ora...ora* apresentam a leitura semântica de exclusão. Observemos mais um dado:

		PRÓTASE	APÓDOSE
(12)	Uma parte das que se veem enredadas pela pressão procura ajuda especializada para tratar do assunto, deixando entrever o preconceito do qual são alvo,	ora velado,	ora escancarado.

Revista Veja on-line, ed. 29/05/2013, pág. 120

Notamos que, em (12), um momento exclui o outro. Em alguns momentos, o preconceito é *velado*, em outros momentos ele é *escancarado*. É impossível, portanto, uma leitura inclusiva.

3.2. Correlatores não espelhados

A análise dos dados revelou três *types* da construção correlata disjuntiva não espelhada, ou seja, formada por correlatores com itens diferenciados. Vejamos:

Tabela 3 - *Types* de construções correlatas disjuntivas não espelhadas

<i>Types</i>	<i>Tokens</i>	%
<i>seja...ou</i>	32	91,44%
<i>quer...ou</i>	2	5,71%
<i>nem...ou</i>	1	2,85%
Total	35	100%

Foram encontradas 32 ocorrências do *type* *seja...ou* na análise dos dados, o que é uma frequência alta para um correlator disjuntivo considerado não canônico, tendo em vista que as gramáticas, de um modo geral, não mencionam a existência desse conector. Ademais, devemos frisar que essas ocorrências foram flagradas em um *corpus* com forte apelo normativista, como é a Revista *Veja*.

Pezzati e Loghini-Thomazi (2008) enquadram o correlator *seja...ou* dentro dos disjuntivos, e afirmam que a associação de *seja* com *ou* é frequentemente licenciada na língua em uso. Vejamos, para fins ilustrativos, um dado de cada *token* não espelhado encontrado no *corpus*:

		PRÓTASE	APÓDOSE
(13)	Além disso, o aumento na capacidade portuária depende de avanços no acesso aos terminais,	seja por rodovias,	ou ferrovias.

Revista Veja on-line, ed. 22/05/2013, pág. 120

		PRÓTASE	APÓDOSE
(14)	"Niels por que a ferradura? Você não pode acreditar nisso". Ele respondeu: É claro que não acredito. Mas isso funciona	quer você acredite	ou não.

Revista Veja on-line, ed. 15/01/2014, pág. 19

		PRÓTASE	APÓDOSE
(15)	Ninguém faz nada quanto a isso; por alguma razão misteriosa, insondável, nada se corrige. Homens, mulheres, jogados aos magotes em celas que não admitiriam razoavelmente	nem seis,	ou dez.

Revista Veja on-line, ed. 18/12/2013, pág. 32

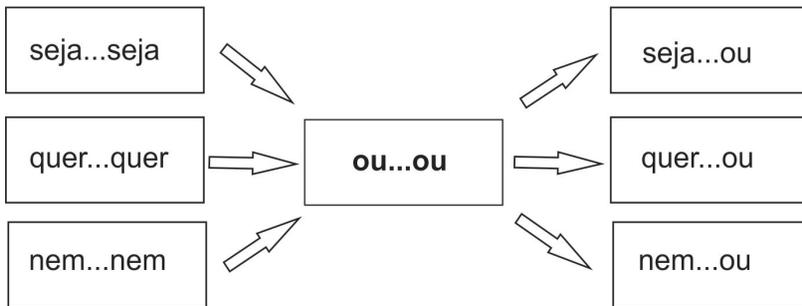
Observamos que todos os *tokens* instanciados pelos *types* *quer...ou, seja...ou* e *nem...ou* apresentam a leitura semântica de inclusão. Outro traço geral é que todos são formados a partir da mescla de *types* espelhados já existentes.

Para explicarmos o surgimento dessas formas, valemo-nos da obra de Traugott e Trousdale (2013). Segundo esses autores, um dos mecanismos de mudança existentes para explicar o surgimento de uma nova construção é o fenômeno da analogização. Na analogização, o falante reconfigura e alinha traços de uma construção já existente para a formação de uma construção nova (cf. ROSÁRIO, 2017).

O exemplar da categoria de uma construção é tomado como um modelo para a criação de novos *types*. Sendo assim, observamos que o mecanismo da analogização é útil para a interpretação dos mecanismos de mudança operados na criação dos *types* *seja...ou, quer ...ou* e *nem...ou*.

Esses *types* foram formados, de fato, por meio da atração de membros e de construtos já existentes, que são os seguintes: *seja...seja*, *quer...quer*, *nem...nem* e *ou...ou*. Os correlatores não espelhados alinham traços das velhas e das novas construções, possibilitando a emergência de novas formas. Vejamos a figura abaixo (cf. ACOSTA, 2016, p. 86):

Figura 1: Efeito da analogização nas construções não espelhadas



Observamos, a partir da figura 1, que o *type ou...ou* está parcialmente presente em todos os novos *types* criados, demonstrando grande produtividade. Isso ocorre por ser ele o membro exemplar da categoria das construções correlatas disjuntivas, o que pode ser comprovado pela sua antiguidade e alta frequência *token* até os dias de hoje. De fato, o conectivo *ou* é o elemento alternativo/disjuntivo por excelência. Daí a presença dele nos novos *types* formados, garantindo a persistência desse matiz semântico fundamental.

De acordo com a abordagem construcional proposta por Traugott e Trousdale (2013), esse fenômeno acontece porque, ao utilizarmos a língua, acessamos informações estocadas, e aquelas que são mais frequentes são acessadas com maior facilidade. Sendo assim, como o *type ou...ou* é o mais frequente, ele é mais facilmente recrutado pelo usuário da língua.

Bybee (2015), em estudo recente, acrescenta que formas com alta frequência são resistentes à mudança e mais suscetíveis a servirem como base para inovações linguísticas, assim como ocorre com as construções com *ou...ou* aqui citadas. De fato, por serem mais fortemente representadas na memória, são mais facilmente acessadas e utilizadas como base para a criação dos novos usos.

Bybee (2015) enriquece os estudos de mudança linguística ao propor os conceitos de *nivelamento analógico* e *extensão*. O primeiro ocorre quando uma

nova forma criada a partir da base de um paradigma elimina uma alternativa mais antiga já existente. Já a extensão, ocorre quando há um acréscimo no paradigma, baseado em um modelo prototípico.

Com base nesses postulados, é possível hipotetizarmos que o processo de mudança que deu origem aos pares correlatos não espelhados é o da extensão, já que observamos, a partir deste estudo, uma alternância no paradigma que não elimina formas anteriores. Essa é uma hipótese forte, mas que naturalmente precisará se fundamentar em estudos futuros, com base em dados diacrônicos.

De uma forma geral, com relação aos usos dos correlatores não espelhados, concluímos que os *types seja...ou, quer ...ou e nem...ou* apresentam-se como marginais na categoria das construções correlatas disjuntivas. Diferentemente do *type* prototípico *ou...ou*, que apresenta valor de exclusão, maior possibilidade de inversão e preferência por estruturas oracionais, esses *types* não espelhados apresentam a leitura semântica de inclusão, menor possibilidade de inversão e apresentam-se com maior frequência em estruturas não oracionais.

Concluímos também que o processo de analogização, ao qual foram submetidos os *types* para a criação das novas formas, resultou em um processo de mudança que alargou a rede construcional da disjunção correlativa em língua portuguesa (cf. ACOSTA, 2016; ROSÁRIO, 2017).

Considerações finais

Verificamos, neste trabalho, que a construção correlata disjuntiva pode se apresentar na língua em uso a partir de diversos *types*, que são dotados de especificidades. Embora tivéssemos inicialmente como referência o *type ou...ou*, que de fato se comprovou como o mais prototípico, e alguns outros mais recorrentes como *ora..ora* e *seja..seja*, verificamos a ocorrência de outros correlatores disjuntivos que também estabelecem a disjunção, de forma provavelmente inovadora.

A partir dessa observação em relação aos *types*, surge um questionamento: Com que finalidade o falante recruta tantos *types* diferentes para estabelecer a correlação disjuntiva? Concluímos que o falante recruta novas formas, pois seu objetivo é sempre a necessidade de conferir maior expressividade ao discurso, daí a renovação no rol desses conectivos.

Em seguida, a partir da análise minuciosa de cada *type*, verificamos que, apesar de todos estabelecerem a disjunção, cada correlator apresenta um matiz semântico particular que se encaixa melhor em um determinado contexto de

uso. Observamos que esse matiz semântico particular apresentado por cada *type* é decorrente, pelo menos parcialmente, da origem de cada correlator. Vejamos o quadro a seguir, com os correlatores disjuntivos espelhados:

Quadro 2: Contexto de uso das construções correlatas disjuntivas espelhadas. Fonte: Os autores

Types	Contexto de uso
<i>ou...ou</i>	Exclusão/alternância prototípica.
<i>seja...seja</i>	Inclusão/alternativas que não se excluem em padrões não oracionais.
<i>ora...ora</i>	Exclusão/estruturas com noção temporal.
<i>quer...quer</i>	Inclusão/ alternativas que não se excluem em padrões não oracionais.
<i>nem...nem</i>	Negação de duas alternativas.

A partir do quadro 2, observamos que o *type ou...ou* é recrutado pelo falante para explicitar a alternância prototípica, em que se apresentam alternativas com o valor preciso de exclusão.

Já o *type seja...seja* é recrutado nos casos em que o falante quer explicitar duas alternativas que não se excluem, representando, na verdade, um acréscimo, uma inclusão de alternativas, por meio de padrões não oracionais.

O *type ora...ora* também é indicado para expressar exclusão, no entanto, a sua noção semântica temporal faz com que ele seja recrutado para as estruturas em que o falante deseja veicular, mesmo que subsidiariamente, uma noção de tempo.

Já o *type quer...quer* parece indicar inclusão como *seja...seja*, entretanto, não podemos tecer afirmações categóricas sobre esse *type* pelo fato de termos encontrados apenas quatro *tokens*. Os poucos dados apontam que esse *type* é mais utilizado para os casos de estruturas oracionais, pelo fato de já estar totalmente gramaticalizado e não bloquear a presença dos verbos como ocorre com *seja...seja*.

O *type nem...nem* é recrutado pelo usuário da língua quando o falante quer apresentar uma negação das alternativas apresentadas, sendo bastante próximo da noção de adição, o que poderia até mesmo possibilitar uma classificação do tipo alternativo-aditivo.

Já com relação aos *types* não espelhados, embora tenhamos percebido que tenham trazido traços de seus correlatores de origem, não foi possível depreender nesta pesquisa os contextos exatos de seus usos. Essa é uma questão aparentemente nova, que demandará mais estudos em vista de um maior aprofundamento futuro.

Enfim, ao concluirmos este artigo, cumprimos o intento de apresentar o inventário atualizado dos correlatores disjuntivos no português do Brasil, a partir de amostras da variedade culta da mídia escrita. Que outras pesquisas nesse amplo universo da correlação possam se unir a este trabalho, tendo em vista a necessária descrição cada vez mais pormenorizada dessas construções tão preteridas pela Tradição em geral, inclusive abarcando outros *corpora* representativos de outras variedades e modalidades da língua portuguesa.

Referências bibliográficas

- ACOSTA, Jovana Mauricio. *Análise funcional das construções correlatas alternativas*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). UFF, Instituto de Letras, Niterói, 2016.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 2v. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucrecia, 1999.
- BYBEE, Joan. The study of language change. In: _____. *Language change*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2015.
- CAMACHO, José. La coordinación. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Orgs.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999.
- CARVALHO, José Augusto. *Gramática Superior da Língua Portuguesa*. Brasília: Thesaurus, 2011.
- CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (Orgs.) *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad x FAPERJ. 2013.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2003.

- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2011.
- PEZATTI, Erotilde Goreti; LONGUIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. As construções coordenadas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*: vol. 2 – classes de palavras e processos de construção. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et al.* (Org.). *Gramática do Português*. Vol. I e II. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013.
- ROCHALIMA, Carlos Henrique. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). UFF, Instituto de Letras, Niterói, 2012.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Construções correlatas aditivas na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso. In: *Anais do IV Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática e XVII Seminário Nacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática*: Teoria da gramaticalização e Gramática de construções. Natal - RN: Editora da UFRN, 2013. p. 26-41. Disponível em <https://degnatal.files.wordpress.com/2015/04/teoria-da-gramaticalizac3a7c3a3o-e-gramc3a1tica-de-construc3a7c3b5es.pdf>
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Correlação. In: VIANNA, Edila; DIAS, Nilza Barrozo. (Orgs.). *Português III*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014, v. 1, p. 109-124.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Sintaxe Funcional. In: OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo. (orgs.). *Sintaxe, Sintaxes*: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2015, p. 143-162.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Construções correlatas aditivas e disjuntivas. In: *Odisséia*, v. Especial, p. 103-124, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/12903/9020>.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do; OLIVEIRA, Mariangela Rios. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. In: *Alfa*: Revista de Linguística (UNESP. Online), v. 60, p. 233-259, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n2/1981-5794-alfa-60-2-0233.pdf>
- SANTOS, Liliane Moreira. *Nem*: negação/adição/argumentação. Dissertação (Mestrado em Linguística). UNICAMP, Campinas, 1990.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Recebido em 22 de janeiro de 2018.

Aceito em 7 de março de 2018.

A FORMAÇÃO DO SUBESQUEMA ARGUMENTAL CAUSATIVO
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

THE FORMATION OF THE ARGUMENTATIVE CAUSATIVE SUBSCHEMA
IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Monclar Guimarães Lopes
Universidade Federal Fluminense
monclarlopes@gmail.com

Vanda Maria Cardozo de Menezes
Universidade Federal Fluminense
vandacardozo333@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo descrever, sob a ótica da Linguística Funcional Centrada no Uso, a emergência de um subesquema de valor causativo no português brasileiro, que pode acarretar mudança de transitividade e aumento de valência em verbos tipicamente monoargumentais, como *desaparecer* e *sumir*, ou expandir as possibilidades de uso de verbos já transitivos, como ocorre com *acabar*. Com base na visão de construção defendida por Goldberg (1995), defende-se a existência de uma correspondência de forma-sentido de natureza mais esquemática e abstrata. Nesse sentido, os verbos supracitados sofrem uma coerção tanto na forma quanto no sentido, a partir do momento em que são recrutados por uma nova construção.

PALAVRAS-CHAVE: Transitivização. Causativização. Linguística Funcional Centrada no Uso.

ABSTRACT:

This paper aims at describing a causative subschema in Brazilian Portuguese in the light of the Usage-Based Linguistics. This construction entails transitivity change as well as valence increase in mono-argumental verbs in our synchrony, like *desaparecer* (*disappear*) and *sumir* (*vanish*), or it expands the possibilities of use in transitive verbs, like *acabar* (*finish*). Based on Goldberg's perspective (1995), we support the existence of schematic and abstract form-meaning correspondences. Therefore, the above-mentioned verbs are coerced both in form and in meaning from the moment they are recruited by a new construction.

KEYWORDS: Transitivization. Causativization. Based-Usage Linguistics.

Introdução

Desaparecer e *sumir* são tradicionalmente considerados verbos inacusativos, isto é, predicadores monoargumentais que selecionam um sujeito sintático de papel paciente. Por sua vez, *acabar* é um verbo que pode instanciar tanto construções transitivas quanto inacusativas. Abaixo, segue uma ocorrência para cada um dos verbos supracitados, todas extraídas do *Corpus do Português*:

1. Não é raro que médicos digam aos pais de uma criança com TDAH que “isto *desaparecerá* com o tempo”.
2. Segundo o governo, *sumiram* US\$ 19 mil, que seriam para “festinhas de fim de ano”.
3. Fui tirar um curso profissional da escola de hotelaria e desde então quando *acabei* o curso com 19 anos, até agora, tenho o meu emprego.
4. Eu me lembro da grandeza que eu sentia quando o filme *acabou*.

Nos exemplos (1) e (2), *desaparecer* e *sumir* apresentam como sujeitos, respectivamente, os sintagmas nominais “isto” e “US\$ 19 mil”, sendo ambos afetados pela ação do verbo. Em (3), o sujeito de *acabar* (elíptico) é agente e o verbo seleciona um argumento interno (*o curso*). Já em (4), *acabar* apresenta-se como verbo inacusativo e seleciona um sujeito paciente (*o filme*). Paralelos a esses usos, há, em nossa sincronia, outros empregos em que tais verbos instanciam uma construção transitiva emergente, de sentido causativo e subesquema [X_{agente} V.COM Y_{afetado}]. Seguem algumas ocorrências, também extraídas do *Corpus do Português*:

5. Prefeitura de Volta Redonda *desaparece com* mais de R\$ 7 milhões da educação para 1998.
6. Detesto quando minha mulher resolve *sumir com* meus tênis detoados.
7. Há tratamento sim, mas pode ou não ficar com marcas. Com uma lixa você *acaba com* os terríveis calos nos pés.

Nos dois primeiros exemplos, os verbos apresentam uma nova transitividade, na medida em que selecionam tanto um argumento externo, com papel semântico de agente, quanto um outro interno, com papel semântico de afetado. Nessas ocorrências, pode-se observar, portanto, aumento de valência. No último exemplo, embora *acabar* já instancie uma construção transitiva – como

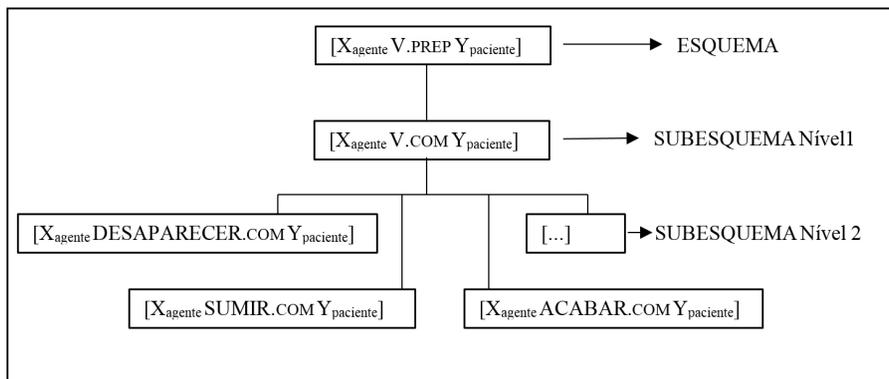
vimos em (3) –, há a emergência de um sentido de valor causativo, que pode ser observado não só em *acabar* como também nas duas ocorrências anteriores. Esse sentido pode ser parafraseado por uma construção com o verbo *fazer* [X FAZ Y V]: a) *A Prefeitura de Volta Redonda faz mais de R\$ 7 milhões de educação desaparecer*; b) *Detesto quando minha mulher faz meus tênis detonados sumirem*; c) *a lixa faz os terríveis calos nos pés acabarem*.

Nesta pesquisa sobre a transitivização de verbos monoargumentais, observa-se que a construção transitiva causativa [X_{agente} V.COM Y_{afetado}] recruta vários verbos, dentre os quais estão *acabar*, *desaparecer* e *sumir*; objetos de nossa investigação. Reconhece-se a construção como um subesquema em consonância com a visão de Traugott & Trousdale (2013), para quem as construções linguísticas estão distribuídas hierarquicamente na mente humana, sendo a *microconstrução* a construção em que todos os *slots* estão preenchidos; o *subesquema* a construção em que parte dos *slots* estão preenchidos; o *esquema* a construção em que todos os *slots* estão abertos. No objeto investigado, um subesquema, o *slot* preenchido é a preposição *com*, que se apresenta em elevado estágio de gramaticalização e perde seu sentido básico de associação. Todos os outros *slots* – sujeito, verbo e objeto – são abertos, devendo ser preenchidos paradigmaticamente por elementos que possam instanciar essa construção.

Este artigo está dividido em quatro seções: na primeira, trata-se do subesquema [X_{agente} V.COM Y_{afetado}] como uma representação esquemática de uma construção de estrutura argumental do português brasileiro, nos critérios de Goldberg (1995); na segunda, trata-se da formação dessa construção no português brasileiro, procedendo a uma investigação diacrônica de *acabar*, *desaparecer* e *sumir*, sob a perspectiva da *Teoria da Construcionalização e das Mudanças Construcionais*, uma abordagem para investigação da mudança construcional elaborada por Traugott & Trousdale (2013); na terceira, trata-se das motivações cognitivas para a emergência dessa nova construção; na quarta, discutem-se a metodologia e os dados.

A figura, a seguir, ilustra como as construções estariam esquematicamente representadas na mente humana. Em virtude de nosso objeto, a representação não prevê a microconstrução, já que é argumental e, por isso, não plenamente preenchida.

Figura 1. Rede da construção transitiva causativa



1. A Gramática de Construções e as construções de estrutura argumental

A Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001) propõe que as expressões linguísticas, desde morfemas e palavras a frases complexas, constituem unidades simbólicas baseadas em correspondências entre formas e significado, que caracterizam um *continuum* entre léxico e sintaxe, sendo o sentido indissociável da forma. O estudo seminal que deu origem à Gramática de Construções pertence a Fillmore e colaboradores (1988 apud KAY e FILLMORE, 1999), que viram a necessidade de uma teoria que atendesse às exceções, que não eram consideradas pelas teorias sintáticas vigentes na época. Para tal, partiram do estudo das expressões idiomáticas que, segundo eles, têm as mesmas propriedades semânticas e pragmáticas dos itens lexicais. Como ilustração, observe-se o exemplo:

8. O rapaz deu com a língua nos dentes.

Em (8), pode-se afirmar que a expressão idiomática *dar com a língua nos dentes* tem a mesma propriedade que um item lexical não somente pelo fato de poder ser substituída por um único elemento, como o verbo *delatar*¹, mas

¹ Reconhece-se que a substituição idiomática por um item lexical é forçada, na medida em que, pragmaticamente, a expressão idiomática parece pressupor que o termo delatado é contextualmente compartilhado pelos interlocutores – o que não ocorre necessariamente com o verbo *delatar*. A substituição serviu apenas como ilustração.

também pelo fato de o significado da expressão não ser composicional, isto é, formado a partir da associação de suas partes. *Dar com a língua nos dentes* parece ter seu processamento cognitivo como um bloco único, o que vai de encontro à perspectiva componencial da gramática, a de que o processamento seria serial.

A partir da observação da existência dessas expressões não composicionais nas línguas, Fillmore e Kay (1999, p. 123) concluíram que tais estruturas deveriam ser aprendidas pelos falantes como blocos únicos, isto é, inferiram que conhecer o significado das partes de uma expressão idiomática como *dar com a língua nos dentes* não implica a compreensão da expressão, assim como o não conhecimento do significado de suas partes não impede o seu entendimento, desde que o falante tenha domínio de seu uso em seus respectivos contextos.

Sob um ponto de vista análogo, Goldberg (1995, p. 03) analisa cinco construções de estrutura argumental bastante frequentes e produtivas em inglês, que são totalmente esquemáticas – isto é, não preenchidas – de onde se pode depreender não apenas a existência de forma, como também de sentido. Nessa perspectiva, quando a construção se concretiza através de uma ocorrência, há uma coerção do sentido, que independe dos elementos que preenchem seus *slots*, elucidando que, ao contrário do que se pensava, as estruturas argumentais não são totalmente composicionais nem completamente dependentes dos verbos que as instanciam.

Quadro 1. Construções de estrutura argumental (GOLDBERG, 1995).

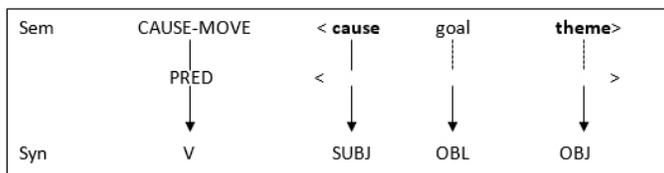
Tipo de construção	Estrutura semântica	Estrutura sintática
1. Ditransitiva	X CAUSA Y A RECEBER Z	Suj V Obj Obj <i>Pat faxed Bill the letter</i>
2. Movimento causado	X CAUSA Y A MOVER Z	Suj V Obj Obl <i>Pat sneezed the napkin off the table</i>
3. Resultativa	X CAUSA Y A TORNAR- -SE Z	Suj V Obj Xcomp <i>She kissed him unconscious.</i>
4. Movimento intransitivo	X MOVE Y	Suj V Obl <i>The fly buzzed into the room.</i>
5. Conativa	X DIRIJE AÇÃO PARA Y	Subj V Obl _{at} <i>Sam kicked at Bill.</i>

Para mostrar a coerção da construção, a título de ilustração, observe-se a construção de movimento causado. Como exemplo, Goldberg (1995) seleciona uma ocorrência em que o verbo *to sneeze* (espirrar), um predicador tipicamente

inergativo [X_{agente} ESPIRRA], apresenta-se numa construção transitiva, com argumento interno e termo oblíquo. Uma versão portuguesa para *Pat sneezed the napkin off the table* seria “Pat espirrou o guardanapo para fora da mesa”.

Sob essa ótica, mesmo que ainda não realizados, os elementos sintáticos e semânticos encontram-se pareados num esquema como este:

Figura 2. A construção de movimento causado.



De maneira análoga a Goldberg (1995), a despeito da opção por um tipo diferente de representação, propõe-se neste trabalho a existência de uma construção argumental de valor transitivo causativo [X_{agente} V.COM Y_{afetado}]. Assim sendo, há uma coerção de sentido causativo dessa construção, que pode ser inferida a partir das diversas ocorrências, como se observa a seguir, em alguns dados do *Corpus do Português*:

9. Durante o tratamento com RESCOLD, embora raras, podem surgir algumas reações adversas como: náusea, tremor muscular, e erupções na pele que *desaparecem* com a suspensão do medicamento.
10. Para ajudar Aécio, mídia *desaparece com* aeroporto.

Em (09), tem-se um exemplo da construção inacusativa [X_{paciente} V], prototípica para o verbo *desaparecer*. Nela, é inserida um adjunto adverbial de causa encabeçado pela preposição “com”. Vale ressaltar que a semelhança entre este exemplo e o (10) é apenas aparente. Não se trata da mesma construção, na medida em que tanto forma quanto função não se equivalem. Na construção intransitiva, “com” inicia um adjunto adverbial; na construção transitiva, “com” é um elemento do SV e conectivo de um complemento oblíquo. Além disso, ao sujeito da construção intransitiva, está associado um termo de papel paciente; ao adjunto adverbial, um termo com propriedade de causa. Paralelamente, ao sujeito da construção transitiva causativa, há um sujeito de papel agente e ao complemento oblíquo, um termo afetado pela ação do verbo.

2. A Teoria da Construcionalização e das Mudanças Construcionais

A Teoria da Construcionalização e das Mudanças Construcionais (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013) representa uma perspectiva teórica para as investigações diacrônicas em abordagem construcional. De modo geral, a obra tem o objetivo de fornecer procedimentos metodológicos para investigar como novas construções, sejam gramaticais, sejam lexicais, surgem na língua e como elas são representadas, de modo hierárquico, na mente humana.

Define-se *construcionalização* como uma mudança nos dois polos da construção, ou seja, altera-se tanto a forma quanto o sentido. Por esse motivo, Traugott & Trousdale (2013) descrevem a construcionalização como sendo um pareamento de uma FORMA_{NOVA}-SENTIDO_{NOVO}, cujo resultado seja um novo elemento para o inventário de construções, localizado na mente humana. Nos subesquemas analisados neste trabalho, sustenta-se que, na trajetória de construcionalização, ocorrem as seguintes mudanças: no polo da forma, um estágio avançado de gramaticalização da preposição *com* torna-a mais entrincheirada ao verbo, acarretando-lhe tanto uma maior fixidez posicional quanto a mudança da regência verbal. Há também, no caso dos verbos monoargumentais, o aumento de valência verbal, na medida em que esses predicadores, antes tipicamente intransitivos, passam a apresentar um argumento interno, um complemento oblíquo. No polo do sentido, há diminuição de composicionalidade da construção, haja vista que a preposição perde seu sentido prototípico, entrincheira-se ao verbo e passa a compor uma nova construção, de valor causativo. Ademais, de um lado, um sentido de *causatividade* emerge das novas construções, ao passo que há agentividade do sujeito; de outro, há uma expansão no paradigma de seleção dos sujeitos. A construção transitiva de *acabar*, por exemplo, só permitia a seleção de sujeitos de traço + animado. A construção transitiva causativa, por sua vez, permite ao predicador a seleção de um sujeito de traço –animado. Como ilustração, seguem duas ocorrências extraídas do *Corpus do Português*:

11. E não estamos diante de um desemprego momentâneo, pois a reengenharia *desapareceu com* milhares de postos de trabalho.
12. Lei americana *acaba com sigilo bancário no mundo*.

Em (11), há um uso transitivo de *desaparecer*. Nesse exemplo, o termo “a reengenharia” exerce a função de sujeito agente; “milhares de postos de trabalho”, a de objeto afetado pela ação de *desaparecer*. Vale frisar que, se tomada a oração isoladamente, também seria possível uma leitura intransitiva,

em que a “reengenharia” fosse sujeito paciente e “com milhares de postos de trabalho”, um adjunto adverbial de causa. No entanto, o contexto precedente restringe a interpretação a uma construção transitiva.

A despeito de parecer que essas duas leituras sempre foram possíveis, a intransitiva e a transitiva causativa, ressalta-se que esta última é mais recente, haja vista que seu uso é atestado nos *corpora* pesquisados apenas no século XX. No plano da forma, observa-se que a preposição *com* apresenta-se dessemantizada, sem seu sentido básico de associação. Por se tratar de um complemento oblíquo, sua posição é relativamente mais fixa que a de um adjunto adverbial. Observe-se, por exemplo, que, em (12), a topicalização do complemento oblíquo – isto é, *com sigilo bancário no mundo, lei americana pode acabar* –, resultaria em uma construção intransitiva, e não transitiva, o que mostra a plausibilidade de uma maior rigidez posicional.

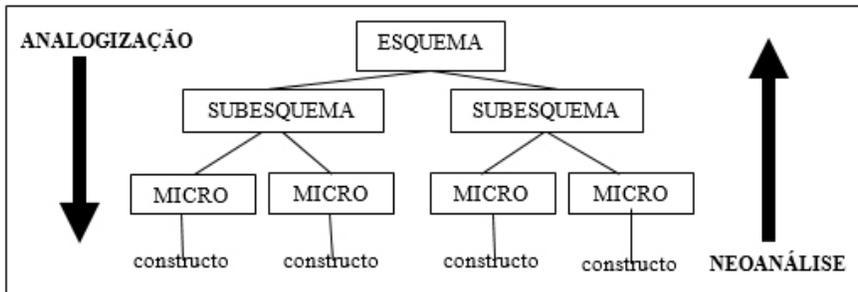
Em (12), há mudanças análogas às vistas logo acima no plano da forma, com a exceção de que não há, necessariamente, aumento de valência verbal (*acabar*, em uma de suas construções primitivas, já previa um argumento interno). No plano do sentido, há também uma relação de causatividade. Nesse sentido, dizer *lei americana acaba com sigilo bancário no mundo* equivale a dizer *lei americana FAZ sigilo bancário no mundo acabar*. Entretanto, observa-se uma expansão paradigmática na seleção do sujeito. Vale frisar que *acabar* já apresentava, desde o século XIII, tanto uma construção transitiva (*eu acabei o livro*) quanto uma intransitiva (*a comida acabou*). Contudo, a construção transitiva direta permitia apenas a seleção de sujeitos com o traço + animado, como se observa no exemplo *eu acabei a comida*. Nesse tipo de construção, não parece ser possível preencher o sujeito sintático com um termo – animado (* *o livro acabou-me*). No entanto, na construção transitiva seguida de *com*, é possível que o sujeito sintático seja um termo - animado (*o livro acabou com ele*), tal como ocorre em (12), cujo sujeito não apresenta o traço de animacidade.

A construcionalização ocorre por meio de dois mecanismos cognitivos: neoanálise e analogização. Na neoanálise, há uma trajetória diacrônica, que implica uma sucessão de micropassos. Inicialmente, uma forma já existente na língua é empregada em um contexto atípico, não esperado, o que suscita uma reinterpretação (*uma inferência sugerida*) por parte do interlocutor, que entende, naquele momento, que aquela construção deve ser vista sob uma nova função ou novo significado. Em nosso estudo, ver-se-á que esse processo se dá quando um adjunto adverbial, normalmente de causa, é reinterpretado como sendo complemento do verbo. Num segundo momento, esse novo uso pode começar a se convencionalizar e, por isso, aparece em contextos críti-

cos (ambíguos), em que as duas leituras são possíveis – no nosso caso, tanto uma leitura intransitiva quanto transitiva causativa. Num último momento, o novo uso mostra-se bastante convencionalizado e já é utilizado em contextos isolados, em que apenas o novo sentido é possível. No caso das construções $[X_{\text{agente}} \text{ V.COM } Y_{\text{afetado}}]$, observa-se que elas convivem com a construção-fonte, de natureza intransitiva, e ocorrem usualmente em contextos distintos.

Na última fase, a da convencionalização, a construção passa a representar novos nós-*type* na *constructicon*, nossa rede de construções, hierarquicamente organizados: no nível da microconstrução, do subesquema e do esquema. A neanálise ocorre por meio de um processo indutivo – de baixo para cima –, isto é, as ocorrências/constructos vão se convencionalizando e, por isso, formam micro-construções que, por sua vez, formam subesquemas e esquemas na rede. Assim que formado um esquema, ele pode tornar-se produtivo e formar novas micro-construções ou subesquemas por meio de analogização, quando a rede opera de cima para baixo.

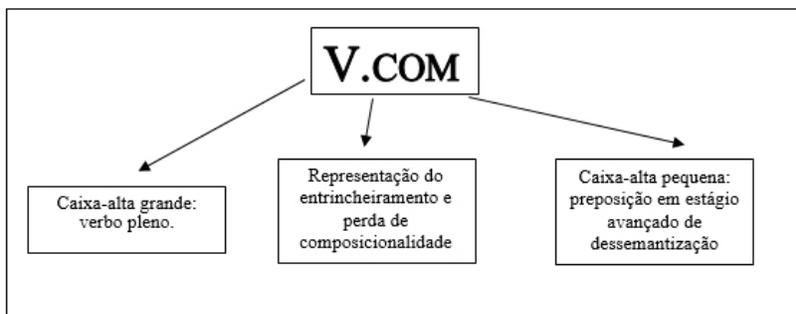
Figura 3. Hierarquia construcional.



Em se tratando do objeto de estudo desta pesquisa, conforme já se argumentou mais acima, não se trabalha com o nível da microconstrução, por se entender que toda microconstrução é plenamente preenchida e, uma vez que se investiga uma construção argumental, defende-se que a inserção de micro-construções não é pertinente.

Na seção anterior, quando se falara da representação esquemática de Goldberg (1995), esclareceu-se que não se faria uso da mesma representação esquemática, mas, sim, uma baseada no modelo de Traugott & Trousdale (2013). Nesse sentido, observe-se a notação científica empregada pelos autores:

Figura 4. Representação do esquema V.PREP.



Na figura 4, por questões didáticas, fez-se um recorte do subesquema. As duas formas, verbo e preposição, encontram-se separadas por ponto, o qual representa tanto o entrincheiramento dos elementos quanto a diminuição da composicionalidade da construção. O elemento lexical é representado em caixa-alta grande e o elemento gramatical em caixa-alta pequena. O *slot* do verbo pode ser preenchido por diferentes verbos – mas não quaisquer verbos, apenas aqueles que são recrutados pela construção. Porém, vale ressaltar que, como a construção é produtiva, novos subesquemas podem surgir no futuro.

Até hoje, quando se fala em mudança sob um ponto de funcionalista, impediram os estudos de gramaticalização, que prevê um processo unidirecional para mudança. Nessa perspectiva, a mudança é vista como uma passagem do léxico para a gramática, ou ainda, do menos para o mais gramatical, em que sempre se observa um processo de redução da forma e de aumento da dependência sintática. Embora a plausibilidade desse processo já tenha sido devidamente atestada, haja vista que a unidirecionalidade é comprovada na maior parte dos estudos de mudança de itens, a perspectiva da gramaticalização não nos permite estudar plenamente construções que são compostas por mais de um item, sobretudo, as mais esquemáticas.

Em *Teoria da Construcionalização e Mudanças Construcionais*, Traugott & Trousdale (2013) nos mostram que a unidirecionalidade deve ser substituída por direcionalidade quando se trata de uma perspectiva construcional. Na direcionalidade, no lugar da passagem do léxico para a gramática, são observadas a produtividade, a esquematicidade e a composicionalidade de uma construção, que podem sofrer tanto expansão quanto redução.

No caso das construções aqui investigadas, observam-se: 1) aumento de esquematicidade, na medida em que há construções de formas mais abstratas

na rede, como [X_{agente} V.PREP Y_{afetado}]; 2) Aumento da produtividade, na medida em que a construção transitiva causativa passa a recrutar novos verbos (e a formar novos subesquemas na rede); 3) diminuição da composicionalidade, haja vista que o encadeamento formado entre verbo e preposição (associada à dessementização desta) acarreta um novo sentido para a construção, que não é advindo da soma de suas partes. Não obstante, no lugar de expansão, pode haver diminuição, como se afirmara previamente. Um item como *presidente*, por exemplo, perde a analisabilidade formal de sua sílaba inicial *pre-*, ou seja, os falantes não reconhecem mais *pre-* como um prefixo, como o fazem, por exemplo, em pré-escola, e, conseqüentemente, perde esquematicidade, pois passa a figurar como um item lexical simples.

3. Motivação cognitiva subjacente ao processo de construcionalização

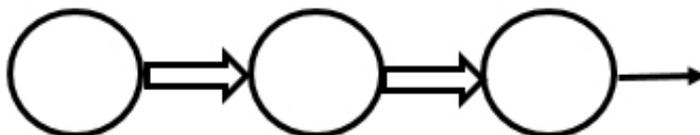
Para Langacker (2008), uma cláusula (e seus constituintes) está fundamentada na experiência humana básica, composta de seis arquétipos conceptuais, sendo de nosso interesse os três primeiros. O primeiro arquétipo conceptual é o de *uma (1) CENA, em cujo cenário há um número x de participantes*. Langacker (2008, p. 355), assim exemplifica esse conceito:

Nesse momento, por exemplo, eu me vejo em um quarto contendo muitos outros objetos: cadeiras, mesas, computador, impressora, livros, canetas, abajur, quadros, e daí por diante. Participantes – as pessoas mais típicas e objetos físicos discretos – são assim chamados porque eles participam em ações e interações. Por exemplo, eu atuo quando eu me movo pelo quarto e interajo com os objetos quando eu os uso, toco-os ou até olho para eles. Cenários típicos são coisas como quartos, prédios, regiões geográficas, que são concebidos como hospedeiros dos eventos que neles ocorrem. Em um determinado instante, cada participante é encontrado por uma **localização**. Uma localização é parte de um cenário (qualquer ponto ou área). De acordo, pensamos em locais como hospedeiros de participantes – simplesmente, estar em um lugar não leva a interagir com ele. Em síntese, participantes **INTERAGEM** uns com os outros, mas apenas ocupam os locais.

Segundo Langacker (2008, p. 355), este conceito de interação nos leva a um segundo arquétipo, (2) *a nossa concepção de objetos movendo pelo espaço e batendo uns nos outros através de fortes contatos físicos*. Nesse sentido, Langacker (2008, p. 355) afirma que “alguns objetos fornecem a energia requisitada através de seus próprios recursos internos; outros apenas transmitem ou absorvem a energia que recebem.

O terceiro arquétipo, por sua vez, desdobra-se deste último: (3) a cadeia de ações. A cadeia de ações representa interações de força, cada uma envolvendo transmissão de energia (seta larga) de um participante para o outro. Observe-se sua representação abaixo:

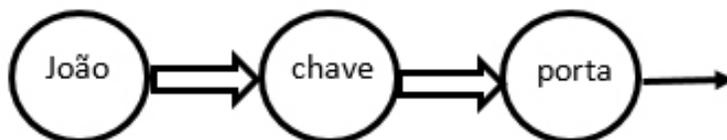
Figura 5. Representação do arquétipo *cadeia de ações*.



Com base neste último arquétipo, Langacker (2008) argumenta que os termos sintáticos que possuem propriedade semântica de causação competem para a posição de sujeito da cláusula. Segundo o autor (2008, p. 355), no processo de representação linguística, uma vez que nossa atenção está centrada no elemento de maior agentividade, é natural que esse, quando perfilado, assuma o papel sintático de sujeito.

Como exemplo, tome-se a frase *João abriu a porta com a chave*. Em termos representacionais, pode-se conceber João como a fonte de energia (isto é, a causa primária), de modo que João exerce uma força X sobre a chave, que exerce uma força Y sobre a porta. Imageticamente, esses elementos (todos perfilados na oração), poderiam ser representados assim:

Figura 6. Representação da cláusula *João abriu a porta com a chave*.



Caso o primeiro elemento, isto é, João, não fosse perfilado na oração, a tendência seria que o segundo elemento ocupasse o papel de sujeito sintático (*A chave abriu a porta*). Por fim, se nem o primeiro nem o segundo elementos (João e chave) fossem perfilados, o último elemento tenderia a preencher essa função sintática (*A porta abriu*).

Assim, considerando-se a motivação cognitiva, observa-se que, quando a uma construção inacusativa se adjunge um advérbio de causa que apresente a propriedade semântica de causação (como os adjuntos adverbiais de causa, por exemplo), eles competem, cognitivamente, pela posição de sujeito sintático. Portanto, defende-se que o processo inicial de neoanálise não se dá ao acaso, na medida em que é cognitivamente motivado.

Lopes (2015, p. 148-149), em sua tese de doutoramento, procedeu a um teste formal. Num primeiro momento, separou diversas ocorrências em que a construção inacusativa de *desaparecer* era seguida da preposição *com* e dividiu-as em dois grupos distintos. De um lado, havia as orações em que *com* encabeçava adjuntos adverbiais com propriedade de causação, como causa, condição ou instrumento; de outro, adjuntos adverbiais sem essa propriedade, como companhia e modo, ou, inclusive, adjuntos adnominais. Num segundo momento, fez um teste de inversão, substituindo os adjuntos adverbiais pelos sujeitos e os sujeitos pelos adjuntos. Como resultado, observou que os adjuntos adverbiais que continham propriedade de causação permitiam a instanciação da construção transitiva. Com base nos resultados desse teste, concluiu-se que a propriedade semântica da causação representa um importante fator conceptual no processo de neoanálise.

Quadro 2. Teste de inversão: da construção inacusativa à transitiva.

Adjuntos com propriedade de causação	
Construção inacusativa	Teste de inversão
As verbas do tesouro desapareceriam <i>com os cortes orçamentários e a corrosão inflacionária</i> (causa).	Os cortes orçamentários e a corrosão inflacionária desapareceriam com as verbas do tesouro.
A caspa desaparece <i>com Clear</i> (instrumento).	Clear desaparece com a caspa.
Adjuntos sem propriedade de causação	
Construção inacusativa	Teste de inversão
Primeiro, pegar um molho de macela e colocar para cozinhar. Depois, lavar a cabeça com a macela cozida e a gripe vai desaparecer <i>com muita facilidade</i> .	* (...) muita facilidade vai desaparecer com a gripe.
(...) Ainda mais se considerarmos que o período abordado não ultrapassa praticamente duas décadas de música: de 1830 a 1850 aproximadamente, isto é, um período de grande fertilidade dos compositores nascidos em torno de 1810, alguns prematuramente desapareceram <i>com mais ou menos 40 anos de idade</i> .	* (...) Mais ou menos 40 anos de idade desapareceram com alguns compositores prematuramente.

4. Metodologia e análise dos dados

Nesta pesquisa, desenvolveu-se análise qualitativa e quantitativa dos dados. Em seu aspecto qualitativo, procedeu-se a uma busca diacrônica tanto das construções inacusativas seguidas de adjuntos iniciados pela preposição *com* quanto da construção transitiva causativa. Nosso objetivo, com essa estratégia, foi o de flagrar os contextos de mudança (DIEWALD, 2006) que suscitaram os processos iniciais de neoanálise (contextos atípicos) e sua posterior convencionalização (contextos isolados). Em seu aspecto quantitativo, levantou-se a frequência *type* e *token* como forma de verificar tanto a produtividade desses subesquemas quanto o aumento de sua convencionalidade ao longo do tempo.

Como fonte de dados, recorreu-se a três diferentes *corpora*: 1) *Corpus* Vercial (constituído de 309 obras literárias portuguesas de 1500 a 1933); 2) *Corpus* Informatizado do Português Medieval (constituído pelos textos remanescentes do português arcaico); 3) *Corpus* do Português (constituído por textos sincrônicos de diferentes gêneros da modalidade escrita).

4.1. Desaparecer

A construção transitiva causativa de *desaparecer* surge no português brasileiro a partir de um processo de neoanálise, cuja fonte é a construção inacusativa em que está presente um adjunto adverbial que é neoanalisado como sendo um complemento do verbo. Nessa ótica, uma nova construção na língua emerge de um processo de inferência sugerida, em que uma nova função/novo sentido é deduzido a partir do contexto.

A neoanálise, no entanto, ocorre gradualmente em uma série de micro-passos. Diewald (2006) descreveu três contextos de mudanças que podem ser pensados como promotores desse processo. Assim sendo, num primeiro estágio, ocorre um contexto atípico (DIEWALD, 2006), no processo interacional, que suscita a reinterpretção de uma construção já existente, como se observa neste exemplo:

13. Daqui por diante a nossa vida seria um inferno. Ângelo: - Diga antes que não lhe sorri a ideia de viver modestamente, e receia o motejo da sociedade que assistir satisfeita ao leilão das nossas carruagens e tripudiar sobre os destroços do nosso luxo ridículo. É ainda a sua vaidade que fala. O amor, esse *desapareceu com* o último níquel! (Henriqueta estremece). Ludgero: - O senhor insulta minha filha. (AZEVEDO, Artur. *O Dote*. Romance do século XIX)

Uma vez que, no século XIX, *desaparecer* só se apresentava em construções inacusativas, para o exemplo supracitado, a leitura esperada é a de que “esse” seja um sujeito paciente e “com o último níquel”, um adjunto adverbial de causa. Contudo, dado o contexto, seria possível uma interpretação transitiva para a ocorrência, haja vista que, assim como o fim do dinheiro pode fazer o amor desaparecer, o amor pode fazer o dinheiro desaparecer. Nesta última leitura, “esse” é sujeito agente; “com o último níquel”, um complemento oblíquo, afetado pela ação do verbo.

14. Suicídio? Você não estará dizendo isso porque é uma resposta conveniente para a companhia de seguros? Afinal de contas, é seu ganha-pão. Pode ser – respondeu Aurélio –, mas não descartaria essa hipótese. – Aurélio, ninguém se mata e depois *desaparece com* a arma. Ficou olhando para o amigo e completou: - a menos que algum outro faça isso. (GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *O Silêncio da Chuva*. Romance do século XX).

Num segundo estágio, a repetição/recorrência desses tipos de contexto propicia uma leitura com opacidade múltipla, em que a ambiguidade favorece uma dupla interpretação para a construção (isto é, uma leitura tanto inacusativa quanto uma outra transitiva causativa para o verbo). Em (14), por exemplo, pode-se compreender tanto que o morto e a arma desapareceram, sendo ambos pacientes da ação verbal, quanto que apenas a arma do crime desapareceu, mas não o corpo.

Num último estágio, ocorre a convencionalização da nova construção, em que apenas uma leitura transitiva é permitida num contexto isolante.

15. Para ajudar Aécio, Mídia *desaparece com* aeroporto dado à sua família (manchete do século XXI).

Em (15), por exemplo, não é possível entender o sujeito como sendo paciente da ação do verbo, na medida em que apenas a interpretação de um sujeito agente é aceitável.

É interessante ressaltar que, no levantamento diacrônico dos dados, a despeito de se identificarem ocorrências de *desaparecer* do século XIV ao XVIII²,

² Na investigação diacrônica, fez-se uso do *Corpus Histórico Vercial*, disponível no site www.linguateca.pt.

apenas na segunda metade do século XIX encontram-se ocorrências em que *desaparecer* era seguido de *com*. O uso transitivo, por sua vez, em contextos isolantes, ocorre apenas no século XX, como se pode observar em (16), em que *três coisas* é objeto de *desaparecer*.

16. A Globo já *desapareceu com* três coisas: Diretas já, as vaias contra FHC no réveillon e agora o Torneio Mundial da Várzea! (Notícias do século XXI)

Tabela 1. Dados de *desaparecer* por tipo de construção e periodicidade.

Período	Ocorrências da construção inacusativa de <i>desaparecer</i> seguido da preposição “com” – type 1		Ocorrências da construção transitiva de <i>desaparecer</i> V.COM – type 2	
	No	%	No	%
1700-1800	-	-	-	-
1801- 1900	25	100	-	-
1901-1989	33	89,19	4	10,81
1990 - 2014	54	71,05	22	29,95
Total	112	81,16	26	18,84

Na tabela acima, é possível constatar que a construção inacusativa seguida da preposição *com* apareceu primeiramente na língua no século XIX, não se registrando nesse período a instanciação do subesquema [X_{agente} V.COM Y_{afetado}]. No século XX, até o final da década de 1980, surge a construção transitiva, com raras ocorrências entre todos os usos de *desaparecer*. A partir do final do século XX, a frequência de uso dessa construção aumenta exponencialmente. Argumenta-se que esses dados atestam a convencionalidade da construção transitiva, isto é, confirmam o processo de construcionalização no português brasileiro.

4.2. *Sumir*

Constatamos que *sumir*, por sua vez, passa a instanciar a construção transitiva causativa por meio de analogização. Antes usado apenas como um verbo inacusativo, a construção transitiva de *sumir*, segundo os dados que examinamos, só apareceu efetivamente no português brasileiro no final do século XX, quando a construção transitiva de *desaparecer*, com a qual compartilha propriedades semânticas, já estava convencionalizada.

Como o emprego inacusativo de *sumir* seguido de *com* era raro até o século XX, é notável o fato de que, logo após a emergência da construção transitiva, esta tenha se tornado bem mais frequente do que a construção transitiva de *desaparecer*. Defende-se, assim, que o processo de mudança se deu por analogização, isto é, na medida em que já existia um subesquema [X_{agente} V.COM Y_{afetado}] na *constructicon*, *sumir* foi recrutado para essa construção, até mesmo por possuir sentido análogo a *desaparecer*.

A despeito de as ocorrências de *desaparecer* seguido de *com* serem bem mais numerosas em nossa sincronia que as de *sumir* – já que a primeira apresenta uma quantidade muito maior de ocorrências no *Corpus do Português* –, a construção transitiva de *sumir* é mais frequente que a de *desaparecer*. No caso de *desaparecer*, das 112 ocorrências analisadas, apenas 26 são transitivas; em contrapartida, de 110 ocorrências de *sumir*, 74 são transitivas.

Tabela 2. Dados de *sumir* por tipo de construção e periodicidade.

Período	Ocorrências analisadas da construção inacusativa de <i>sumir</i> seguido da preposição “com” – type 1		Ocorrências analisadas da construção transitiva de <i>sumir</i> V.COM – type 2	
	No	%	No	%
1801-1900	1	100	-	-
1901-1989	1	100	-	-
1990 - 2014	32	30,76	76	69,24
Total	34	30,90	76	69,10

Através de investigação dos mesmos *corpora*, chegou-se a um resultado bem distinto, como se pode perceber na tabela 2. Quanto à construção inacusativa seguida de *com*, identificaram-se apenas dois casos, sendo um no século XIX e outro no XX. Abaixo, seguem as ocorrências. Na primeira, em (17), o adjunto adverbial representa uma noção abstratizada de companhia (isto é, tanto o sujeito quanto o adjunto representam elementos que sumirão). Na segunda, em (18), *com medo* representa um adjunto adverbial de causa.

17. Pulverizarei-los como pó que o vento espalha; e farei que se *sumam com* a lama dos caminhos. (BRANCO, Camilo Castelo. *A Freira no Subterrâneo*. 1872)
18. Ah, essas noites em que a luz se foi fazendo cada vez mais clara. Uma hora em que entendi tudo e todas as vozes dentro de mim se *sumiram*

com medo à minha própria voz. A gente só não se arrepende do mal que faz neste mundo. (OLIVEIRA, Manuel de. *Teatro*. 1923).

De 1990 para cá, no entanto, a construção transitiva de *sumir* tornou-se frequente e convencional no PB, conforme atestam os dados da tabela 4, haja vista que as construções transitivas são bem mais frequentes que as inacusativas em que *sumir* é seguido da preposição *com*. Em (19) e (20), seguem dois exemplos de ocorrências da construção transitiva, em que os termos que acompanham a preposição “com” são objetos do verbo, na medida em que são afetados por sua ação.

19. Ao fazer um upload de uma planilha do Excel, o mesmo *sumiu com* os gráficos e desconfigurou a minha planilha, e no momento que faço o download, ele não traz mais a configuração do arquivo quando adicionarei. (Texto da Web – Século XXI).
20. Vírus é uma praga digital, alguns são brincadeiras de mal gosto, outros são coisas sérias e podem até *sumir com* dinheiro da sua conta no banco, ainda bem que existem softwares de segurança como o Panda. (Texto da Web – Século XXI).

Em virtude da “inexistência” da construção transitiva do verbo *sumir* até o final da década de 1980 nos *corpora* e da sua elevada frequência de uso de 1990 até 2014, defende-se que a construção transitiva surgiu no português brasileiro via analogização, e não neanálise. Sob esse ponto de vista, consideramos que a construção transitiva causativa de *desaparecer* formou um subesquema na rede de construções e *sumir* foi recrutado paradigmaticamente, uma vez que, além de pertencer a mesma categoria morfológica, apresenta sentido análogo ao de *desaparecer*.

Não obstante, é interessante notar que, a despeito de ter sido motivado pela construção transitiva de *desaparecer*, em nossa sincronia, o uso transitivo causativo de *sumir* é mais frequente. Supõe-se que, nesse caso, a construção transitiva causativa de *sumir* possa ter-se tornado o protótipo da categoria – na medida em que há uma certa sinonímia entre as duas construções –, mesmo tendo esta construção sido formada de outra por analogia. Porém, esse tipo de conclusão demanda a análise de mais ocorrências. Nesse caso, tal possibilidade mostraria que a representação das categorias na mente humana está diretamente associada à rotinização e à frequência de uso.

Tabela 3. Estimativa dos dados de *desaparecer*, *sumir* e *acabar* nos *corpora*.

	Total de ocorrências de verbo seguido de “com” nos <i>corpora</i>	Estimativa das construções inacusativas		Estimativa das construções transitivas	
Desaparecer	4.159	3.370	81%	789	19%
Sumir	2.647	816	30,82%	1.824	69,18%
Acabar	162.234	32.452	20%	129.782	80%

4.2. *Acabar*

Dos subesquemas investigados, [X_{agente} ACABAR.COM Y_{afetado}] é o mais antigo, havendo ocorrências desde o século XVII e XVIII. Seguem dois exemplos (21) e (22), em que tanto *homem* quanto *isso* representam objetos de *acabar*:

21. Vendo Deus que todos os pensamentos do coração humano eram inclinados e aplicados ao mal, resolveu *acabar com* o homem e tirá-lo da face da terra (Sermões de Maria Rosa Mística – 1686)
22. Semicúpio: Rapaziadas. Ora, ande, vá-se aí para dentro e não faça outra: seja sisuda e virtuosa, que assim manda o direito, honestè vivere. Dona Nize: À obediência de vossa mercê. (Vai-se)
Dom Gilvaz: Homem, *acabemos com* isso, venha Dona Clórios, por quem estou suspirando. (SILVA, Antônio José. *Guerrar do Alecrim e da Manjerona*. Teatro do Século XVIII).

Diferentemente de *desaparecer* e *sumir*, *acabar* já instanciava, desde o século XIII, tanto uma construção inacusativa quanto uma transitiva prototípica (isto é, sem preposição), como se pode observar nos exemplos abaixo. Em (24), *sa razon* é sujeito paciente da locução *pode acabar*; em (25), *nulha cousa* é objeto direto de *acabei*.

24. E a quen muyto trem’o coração,
nunca bem pód’acabar sa razon (Cantiga do Século XIII)
25. nulha cousa non acabey,
Ca vede’ lo que eu cuydey (Cantiga do Século XIII)

Portanto, já que tanto a construção inacusativa quanto a transitiva direta coexistiam desde o século XIII, a pesquisa se deparou com estas duas questões:

1) a construção transitiva causativa de *acabar* teria como origem a construção inacusativa ou a transitiva? 2) Por que teria surgido uma nova construção transitiva na língua se já existia um padrão transitivo direto para *acabar*?

No que tange à primeira pergunta, como não se localizaram *nos corpora* contextos atípicos de *acabar* nos séculos XV ou XVI, antes de surgir a construção transitiva causativa de *acabar* na língua, argumenta-se que o mecanismo de mudança tenha sido análogo ao de *desaparecer*. Isso porque, nos estudos mais recentes de processos de mudança de base funcionalista e cognitivista, a exemplo dos estudos realizados com base na Teoria da Construcionalização e das Mudanças Construcionais, as novas construções linguísticas comprovam seu surgimento via neanálise ou analogização. Na neanálise, está implicado um processo inicial de *inferência sugerida* (TRAUGOTT & DASHER, 2005), em que uma forma pertencente a uma construção existente é reinterpretada com um sentido novo (no caso desta pesquisa, uma construção inacusativa é reinterpretada como sendo transitiva causativa). A reiteração e manutenção desse novo sentido leva a um novo nó na rede, isto é, à formação de uma nova construção.

Outro fato que nos leva a crer que a construção transitiva causativa advenha da inacusativa é o fato de ela também ter uma base semântica de causação. Dizer *Deus acabou com o homem* equivale a dizer *Deus FEZ o homem ACABAR*, sendo *homem* o afetado da ação verbal nas duas construções.

Tais semelhanças nos levam a propor que haja uma coerção de sentido da própria construção. Sendo a construção um pareamento simbólico entre FORMA-SENTIDO, há um sentido presente no subesquema, que se apresenta nas ocorrências. Vale frisar que, embora *desaparecer* e *sumir* já tenham sentidos semelhantes em seus empregos mais básicos, o mesmo não vale para *acabar*, cujo sentido básico é outro.

Em relação à segunda questão, descobriu-se que a construção transitiva causativa de *acabar* apresenta possibilidades diferentes quando comparada à construção transitiva direta prototípica. Enquanto esta tem restrições de animacidade na seleção do sujeito (*eu acabei o trabalho* vs **o trabalho o acabou*), a construção transitiva seguida de preposição “com” permite a instanciação de sujeitos - animados (*o trabalho acabou com ele*).

Por fim, segue a tabela dos dados levantados de *acabar* por periodicidade. É importante ressaltar que o número mais baixo de ocorrências no período de 1901-1989 se deve ao fato de o *Corpus Vercial* ser composto prioritariamente por romances escritos no século XIX, e não por uma queda na frequência de uso da construção. Não obstante, mesmo assim, os dados atestam que a cons-

trução transitiva causativa inicia o processo de convencionalização desde o século XVIII.

Tabela 4. Dados de *acabar* por tipo de construção e periodicidade.

Período	Construções inacusativas do verbo <i>acabar</i> seguido da preposição “com” – type 1		Construções transitivas do verbo <i>acabar</i> – V.COM – type 2	
	No	%	No	%
1501-1600	5	80	0	-
1601-1700	8	88,88	1	11,12
1701-1800	1	14,28	6	85,72
1801-1900	4	11,76	30	88,24
1901-1989	7	30,43	16	69,57
1990 - 2014	13	11,61	99	88,39
Total	38	20	152	80

Considerações finais

A Teoria da Construcionalização e das Mudanças Construcionais veio preencher uma importante lacuna nos estudos da mudança linguística em perspectiva cognitivo-funcional. Até o momento, vinha-se associando parte dos pressupostos do funcionalismo clássico para analisar a mudança linguística no nível das construções, mas essa abordagem mostrava-se insuficiente para alguns objetos, como o nosso. Apesar de se defender, nesta pesquisa, a gramaticalização da preposição *com*, o núcleo da construção continua sendo um verbo pleno. Desse modo, a nova abordagem de Traugott & Trousdale (2013) tem-se mostrado eficiente nos estudos de mudança que não representam, necessariamente, uma gramaticalização em curso.

No que tange ao nosso objeto de estudos, $[X_{\text{agente}} \text{ V.COM } Y_{\text{afetado}}]$ trata-se de uma construção que resultou no aumento da valência verbal e na mudança de transitividade. Nesse sentido, argumenta-se que a emergência dessa construção na rede representa uma construcionalização, isto é, uma FORMA_{NOVA}-SENTIDO_{NOVO}. Tal emergência pode dar-se na língua via dois mecanismos cognitivos, a neanálise e a analogização.

Na neanálise, uma regra abstrai-se a partir do uso, por indução. Nesse sentido, um conjunto de formas já existentes na língua é reinterpretado como termos de uma outra construção. As *construções inacusativas* de *acabar*, de-

saparecer e *sumir*, por exemplo, têm, inicialmente, seus adjuntos adverbiais reinterpretados como objeto. A convencionalização desse sentido leva a novas representações na rede de construções.

A construção transitiva causativa de *desaparecer* surge no português brasileiro a partir de um processo de neoanálise, cuja fonte é a construção inacusativa em que está presente um adjunto adverbial que é neoanalisado como sendo um complemento do verbo. Nessa ótica, uma nova construção na língua emerge de um processo de inferência sugerida, em que uma nova função/novo sentido é deduzida a partir do contexto. É provável que o mesmo processo tenha ocorrido com *acabar*, mas, infelizmente, os dados diacrônicos investigados até o momento não oportunizaram flagrar contextos atípicos ou críticos para o uso transitivo causativo desse verbo.

Na analogização, um esquema já está disponível na *constructicon* e, nesse caso, o processo de construcionalização se dá de forma mais automática, pela aplicação de uma regra. Foi o que ocorreu com *sumir*, que foi analogizado pela proximidade de função e sentido com *desaparecer*. Nas mudanças investigadas, está implicada a expansão da gramática, na medida em que há aumento de esquematicidade e de produtividade. Além disso, está implicada a redução da forma, com o encadeamento e a diminuição de composicionalidade entre verbo e preposição.

Acredita-se que, nesse caso, a construção transitiva causativa de *sumir* tenha se tornado o protótipo da categoria – na medida em que há uma certa sinonímia entre as duas construções –, mesmo tendo esta construção sido formada de outra por analogia. Tal fato mostra que a representação das categorias na mente humana está diretamente associada à rotinização e à frequência de uso.

Referências

- CROFT, William. **Radical construction grammar**. New York: Oxford University Press, 2001.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. **Corpus do português: 45 million words, 1300s-1900s**, 2006. Disponível em <http://www.corpusdoportugues.org>. Acesso em 18/08/2017.
- DIEWALD, G. **Contexts types in grammaticalization as constructions**. Hannover. Set de 2006. Disponível em <<http://journals.linguisticsociety.org/elanguage/constructions/article/download/24/24-82-1-PB.pdf>> Acesso em 29 de agosto de 2016.

- GOLDBERG, A. **A construction grammar approach to argument structure**. London: Chicago University Press, 1995.
- LANGACKER, R. **Cognitive grammar**. New York: Oxford University Press, 2008.
- LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- LOPES, M. G. **Transitivização de desaparecer em perspectiva cognitivo-funcional**. Tese de doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes**. New York: Oxford University Press, 2013.

Recebido em 19 de agosto de 2017.

Aceito em 4 de outubro de 2017.

AS METÁFORAS COGNITIVAS ESTRUTURAIS DEFINIDORAS DO
CONCEITO DE LINGUAGEM E A SUA CONSEQUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO
DO PONTO DE VISTA EM QUE O OBJETO-LINGUAGEM
SERÁ CONSTRUÍDO

THE COGNITIVE STRUCTURAL METAPHORS THAT DEFINE THE
CONCEPT OF LANGUAGE AND THEIR CONSEQUENCES FOR THE
DEVELOPMENT OF THE POINT OF VIEW IN WHICH THE
LANGUAGE-OBJECT WILL BE BUILD

Maurício da Silva
Universidade Federal Fluminense
prof.dr.mauricio@gmail.com

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é mostrar que a metáfora pode ser objeto de estudo científico pois ela não é somente um recurso figurativo reservado aos gênios da literatura. Ocorre no cotidiano como forma de espelho de processos mentais. Falaremos sobre os três tipos de metáfora concebidos por Lakoff e Johnson, metáforas estruturais, orientacionais e ontológicas e mostraremos como os elementos comparantes das metáforas estruturais que definem as concepções de linguagem são os responsáveis pela construção dos princípios dos contêineres teóricos por eles delineados.

PALAVRAS-CHAVE: metáfora conceptual, estrutural, linguagem.

ABSTRACT:

The purpose of this research is to show that the metaphor can be an object of scientific study since it is not only a figurative resource reserved to the geniuses of literature. The metaphor happens in the daily routine as a mirror of people mental processes. The three types of metaphor conceived by Lakoff and Johnson will be pointed out, i.e., the structural, the orientational and the ontological metaphors. Besides, this paper will report how the comparing elements of structural metaphors that define the concepts of language are responsible for the development of the theoretical container principles designed.

KEYWORDS: conceptual metaphor, structural, language.

Introdução

Antes de se fixar no escopo desse texto que é o de aplicar o conceito de metáfora cognitiva estrutural de Lakoff & Johnson às definições de linguagem nas várias metáforas que lhe são atribuídas, é necessário revelar que essa perspectiva de estudo criada pelos citados autores só começa a ser levada em consideração por um número maior de adeptos a partir dos anos 2000, apesar de seus autores já estarem trabalhando nela desde a década de 70 do século passado. O entendimento de que: 1) a metáfora não é apenas ornamento, mas, antes, um modo próprio de conceituar o mundo que se torna um responsável tanto por grande parte da vida cognitiva dos indivíduos, quanto até pelas ações decorrentes dessas vivências cognitivo-conceituais; 2) as metáforas são construídas todas as vezes em que se fazem penetrar mundos diferentes e não só quando se têm intenções literárias de lirismo e embelezamento; 3) as experiências do corpo também são relevantes para a formação de conceitos mentais; vai se dando com um certo atraso até hoje e por isso em relação a esses pleitos poder-se-ia aplicar a ideia da sociologia da história lenta. Segundo, Martins (1994):

Nas aparências do moderno, a persistência do passado é aquilo que caracteriza a história lenta, uma história de espera. Uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas. É uma história sempre por fazer em que a combinação de moderno e tradicional freia o nosso desenvolvimento tanto nas áreas sociopolíticas quanto na do conhecimento. (MARTINS, 1994).

A sociologia da história lenta vem sendo usada em vários campos do saber, assinalando o fato de que as mudanças na humanidade se dão numa espécie de atraso de longa, longuíssima duração. Esse atraso evolutivo é poderoso e gera como consequência a durabilidade de certos paradigmas de pensamento que perduram por décadas, séculos e até mesmo milênios. Essa lentidão histórica também acontece no campo dos estudos de linguagem e reverbera em todas as subáreas a eles ligadas como, por exemplo, na relação entre linguagem e cognição, mais especificamente falando, na relação entre a participação do corpo e da metáfora como basilares para a formação de conceitos mentais – foco deste texto como se mostrará adiante mais pontualmente. A ideia racionalista dualista defendida por Platão de que corpo e alma, ou corpo e mente, ou corpo e razão são duas instâncias estanques constitutivas dos seres é um desses arcabouços que só muito lentamente poderá ser deixado de lado. A crença na estanqueidade de corpo e razão/alma/mente gera a formação de valores que creditam à razão

(mente, alma) um viés de positividade e ao corpo um de negatividade. A mente (razão, alma) seria a morada das faculdades mentais que inclui, dentre outras, a capacidade da linguagem. Essa capacidade, segundo essa visão, distinguiria certos homens de outros homens e todos os homens de todos os outros animais; o corpo seria tão somente a morada dos baixos instintos. A grande maioria dos estudos de linguagem exclui o corpo como possível agente formador de conceitos categoriais mentais. Numa longa tradição dualista anticorpórea, as reflexões sobre linguagem chegam a pleitear a existência de um órgão mental específico situado no cérebro responsável pelo desenvolvimento da linguagem que exclui todo o resto do corpo físico-anatômico-emocional-psicológico. Junto com essa exclusão também se exclui o processo metafórico como substancial para a formação de conceitos mentais, racionais e anímicos. A relação corpo, metáfora e razão a longo tempo vem sendo desprezada.

Chomsky (1980, p. 9), por exemplo, ao responder a pergunta “Por que estudar a linguagem?”, admite a existência de vários motivos, mas assume, como mostra a citação abaixo, que, na sua opinião, as duas causas principais que fariam valer a pena o estudo da linguagem estão explicitamente ligadas à alma, à mente; o corpo seria um mero continente desse aparato anímico-racional cuja finalidade seria abrigar o cérebro, lugar onde se situaria a mente na visão racionalista:

Por que estudar a linguagem? Há muitas respostas possíveis e, ao focalizar algumas delas, não pretendo, é claro, depreciar outras ou questionar sua legitimidade. Algumas pessoas, por exemplo, podem simplesmente achar os elementos da linguagem fascinantes em si mesmos e querer descobrir sua ordem e combinação; sua origem na história ou no indivíduo, ou os modos de utilização no pensamento, na ciência ou na arte, ou no intercurso social normal. Uma das razões para estudar a linguagem – e para mim, pessoalmente, a mais premente delas – é a possibilidade instigante de ver a linguagem como um “espelho da alma”, como diz a expressão tradicional. Com isto não quero apenas dizer que os conceitos expressados e as distinções desenvolvidas no uso normal da linguagem nos revelam os modelos do pensamento e o universo do “senso comum” construídos pela mente humana. Mais instigante ainda, pelo menos para mim, é a possibilidade de descobrir, através do estudo da linguagem, princípios abstratos que governam sua estrutura e uso, princípios que são universais por necessidade biológica e não por simples acidente histórico, e que decorrem de características mentais da espécie. (CHOMSKY, 1980, p. 9).

1. A participação do corpo no processo de formulação das categorias de conceitos mentais segundo processos metafóricos

Como se disse no início deste texto, na sua constituição, a história é caracteristicamente lenta em todos os campos do conhecimento. No entanto, há momentos em que ela dá saltos e desses saltos surgem diferentes maneiras de se considerarem as questões. No campo dos estudos da linguagem, um desses saltos foi dado pelas vertentes da linguística cognitiva que considera o corpo neurofísico, bípede, ereto na sua totalidade experiencial sensório-motora como o balizador decisivo na formação de conceitos mentais metafóricos por excelência. Segundo Ferrari (2016), essas tendências da linguística cognitiva têm raízes no que vem sendo chamado de realismo experiencialista que, resumidamente, levanta as seguintes hipóteses: “a) a mente é inerentemente corporificada; b) o pensamento é, em grande parte, inconsciente; c) os conceitos abstratos são altamente metafóricos e imaginativos.” Destarte, em consequência da hipótese a), o corpo não seria mais um mero coadjuvante da alma, ele protagonizaria a formação de conceitos cognitivos e a mente não estaria localizada apenas na caixa craniana, mas nesse corpo neurofísico-sensório-motor como um todo, fornecendo, captando e armazenando as sensações, informações, pensamentos, conhecimentos, intuições, emoções, analogias, mesclas que podem ser transformados em categorias organizadoras de uma espécie de grande arquivo cognoscitivo estável, mas não estático – pois vai sendo ampliado, refeito, transformado ao longo da vida – para fornecer material possível de ser expresso e comunicado através da linguagem verbal falada ou escrita.

No que concerne às consequências das hipóteses b) e c), como o inconsciente e a imaginação são constituintes determinantes da mente humana para a formulação de conceitos abstratos, a razão lógica como única forma e fonte de se terem e se julgarem as ideias fica posta em xeque e os significados aparentemente literais de certas construções passam a ser questionados. E é aqui que surgirá a metáfora considerada como algo para além do viés do deleite literário. Nos contêineres teóricos que defendem essas hipóteses, a visão de metáfora será amplificada e construções aparentemente literais, na verdade, poderão ser vistas como metafóricas no sentido de terem sido o inconsciente e a imaginação os tutores da integração de mundos do conhecimento de forma tão interpenetrada, que um determina o que o outro será e, a partir daí, tudo que for criado orbitará ao redor do novo mundo criado a partir da metáfora. Com efeito, nessas teorias, metáfora não é figura é conceito cognitivo.

Para Lakoff e Johnson (1980), a metáfora não é um fenômeno puramente linguístico, ela faz parte da experiência cotidiana e do fluxo da imaginação simbólica. Na concepção cognitiva, a metáfora muda de status – de uma simples figura de retórica para o de uma operação cognitiva fundamental. E, assim, os dois autores conceituam a metáfora: o ato de “compreender e experienciar uma coisa em termos de outra”. Como acabamos de dizer, devido a uma longa tradição que considera a metáfora um tropo, ou seja, algo no plano meramente figurativo, um enunciado como *A ciência é um corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos através da observação* será dificilmente entendido como metafórico, mas o é do ponto de vista das teorias que levam em conta a imaginação e o inconsciente como encarregados de fundir mundos cognoscíveis. O mesmo poderá acontecer com as definições de linguagem que serão apreciadas nesse trabalho: elas podem causar a impressão de serem denotativas. E isso se dá por conta da também arraigada concepção de que as ciências são imparciais, neutras e inimaginativas.

Voltemos à suposta definição literal de ciência dada acima: o primeiro membro da estrutura, *ciência (elemento comparado)*, é integrado ao elemento comparante *corpo*, ou seja, um organismo vivo, de contornos delimitados possuidor de funções: aqui se tem uma metáfora. São os aspectos do membro comparante (*corpo*) que vão explicar, por exemplo, a necessidade que a ciência tem de recortar seu objeto para dar a ele os contornos necessários; a decomposição de suas partes como a ciência faz para analisar o objeto, decomposição analítica essa bem semelhante a que se faz com o corpo. Um outro aspecto significativo dessas teorias é perceber a *porção metonímica da metáfora*: PARTE-TODO. Toda vez que se constrói uma metáfora (conceito), isto é, quando se diz que uma coisa é outra, dão-se dois níveis de partição (metonimização) do todo: um nível é o da criação de uma perspectiva (ponto de vista) que irá orientar toda a construção do objeto em questão, ou seja, toda vez que se diz que algo é um outro algo, todos os outros algos que aquele algo poderia ser foram descartados, a saber, só ficou a parte (metonimização) do que o todo passará a ser quando visto do ângulo construído, melhor dizendo, o ponto de vista (parte) fica no lugar do objeto (todo).

A outra porção metonímica da metáfora é aquela que descarta todas as características do elemento comparante e *só fica com* as partes que interessam para o entendimento do conceito. Por exemplo, quando alguém diz que alguém é uma *estrela*, *só se está levando em conta parte* das características dessa estrela e se descartando todas as outras, isto é, pode-se estar dizendo

que a pessoa tem personalidade de destaque, que tem brilho espiritual; mas nunca que a pessoa tem pontas e que está no céu, por exemplo. *É por causa da porção metonímica da metáfora, que nesses contêineres teóricos, será comum se encontrar a afirmação de que a metáfora diz o que a coisa não é.* Para que essa denegação seja compreendida, é necessário que se leve em consideração a porção metonímica da metáfora, a saber, toda vez que se afirmar que algo é outro algo, só se está levando em consideração algumas partes do algo que o algo se tornou. Dentro dessa quadratura pró-corporeidade, pró-imaginação e pró-inconsciente se situa a linguística de base cognitiva de Lakoff & Johnson. Nesse contêiner teórico, estuda-se, dentre outros processos, o de categorização mental, isto é, *como nomeamos as coisas do mundo? E como organizamos tudo isso em nossas mentes?* Uma das respostas para essas perguntas, é que o patrimônio conceitual-cognitivo se constrói a partir de metáforas tal como se tentou explicar acima.

2. Modelos cognitivos idealizados

Conforme Lakoff & Johnson, essa categorização em nossas mentes se daria segundo o que eles denominam Modelos Cognitivos idealizados (MCI's). Os Modelos Cognitivos Idealizados são construtos cognitivos originados de nossas práticas socioculturais que abarcam multifários domínios do conhecimento humano, sendo eles práticos e teóricos e têm como base a participação da sensorialidade e motricidade de nosso corpo. Esses modelos, para os teóricos citados, desempenham um papel indispensável para a cognição humana, pois, como assinalam Duque e Costa (2012, p. 76), “[...] viabilizam o gerenciamento e uso do amplo conjunto de experiências adquiridas no dia a dia, durante toda a nossa vida”. Nesse caso, os MCI's seriam toda a nossa estrutura de conhecimento de mundo, distribuída em nossa mente de forma organizada com a participação protagonista das experiências sensório-motoras de nosso corpo.

Pode-se dizer que é o anseio de conjugar o manifesto com o oculto a questão epistemológica subjacente à proposição dos Modelos Cognitivos Idealizados. Lakoff & Johnson são aquele tipo de cientistas que não se contentam apenas com o observável. O manifesto é somente o ponto de partida para as formulações hipotéticas sobre o oculto que os explicaria. Desse modo, podemos dizer que a teoria desses autores é fundamentalmente de base explicativa: propõem explicar que o que guia – o que está oculto- o comportamento linguístico falado e escrito é um conjunto de modelos cognitivos prototípicos capazes de fornecer material conceitual para a nomeação, reflexão e avaliação das coisas

do mundo através da linguagem verbal articulada, que tem a metáfora como grande estruturador conceitual. Esses modelos são prototípicos porque trazem fixos em si traços dos seus primeiros exemplares socioculturais construídos ao longo das histórias dos indivíduos de determinada comunidade. Mesmo que possuam uma certa mobilidade por conta de renovações de variados tipos - tecnológicas, ideológicas, geracionais, etc. - eles se compõem de elementos com certa fixidez remontáveis dos primeiros (protótipos) para que possam ser compartilháveis de forma genérica por indivíduos de uma mesma cultura.

3. Tipos de metáforas cognitivas segundo Lakoff & Johnson

Segundo Lakoff & Johnson (2002, p.45), “Os conceitos (metáforas) que governam nossos pensamentos não são meras questões do intelecto. Eles governam também a nossa atividade nos detalhes mais triviais”.

Esse é o aspecto estruturante que vale a pena ser observado nos estudos das metáforas feitos por Lakoff & Johnson: é a forma com a qual se metafORIZA o mundo que conduzirá as maneiras de vê-lo e de agir sobre ele, isto é, as metáforas não são patrimônio somente cognitivo, elas estão relacionadas com atividade prática, com o corpo, portanto. Contudo, para que isso seja compreendido, é importante observar que a metáfora, como já se disse anteriormente, teve seu conceito alargado no contêiner teórico dos citados autores. Eles perceberam que construções, aparentemente literais, na realidade, são metafóricas no sentido de mesclarem mundos do conhecimento de forma tão interpenetrada que um determina o que o outro será e, a partir daí, cria-se uma imagem mental do objeto de maneira que tudo que for criado orbitará ao redor do novo mundo construído a partir dessa metáfora cognitivo-conceitual. A percepção da mudança de *status* da metáfora de *tropo/figura* para *conceito* se faz mais necessária ainda, quando se refere aos textos acadêmicos eivados da ideologia de imparcialidade, isenção e neutralidade em que, numa visão estandar, não *há lugar* nem para o inconsciente, nem para a imaginação, logo, nem para a metáfora. Ingenuamente, ainda há os que acreditam que cientistas não imaginam, *só observam* racionalmente. Mais adiante, isso será, particularmente, sentido em relação às metáforas estruturais que os estudos linguísticos construíram para suas definições de linguagem. Quanto à presença da imaginação e do inconsciente no fazer científico – componentes da linguística cognitiva a que já nos referimos - tomemos um excerto de Alves (1981, p. 161) em que ele arrola algumas confissões de importantes cientistas sobre a presença da irracionalidade e do poder imaginativo no aparecimento de ideias:

Todos concordariam com Gauss: não sei como cheguei onde estou. Não fui eu quem produziu as ideias: elas me ocorreram. Isto mesmo. A ciência tentou, por todos os meios, fugir do irracional e das emoções, construindo um método que a conduzisse, de maneira segura, ao conhecimento verdadeiro. E, depois de tantos esforços, o que é que os próprios cientistas confessam? “Cada descoberta contém ‘um elemento irracional’ ou ‘uma intuição criativa’, no sentido de Bergson” (Popper. op. cit. p. 32). “Ideias ousadas, antecipações desprovidas de justificativas e o pensamento especulativo são os únicos meios de que dispomos para a interpretação da natureza” (Idem. p. 280). “Não conhecemos; só podemos fazer palpites. E os nossos palpites são guiados pela fé não científica, metafísica, em leis que podemos descobrir” (Idem. p. 278). “A descoberta não é o produto de uma longa corrente de pensamento abstrato” (Schopenhauer. *The World as Will and Idea*. vol. I, p. 21). “A verdadeira descoberta não é um processo estritamente lógico” (Polanyi. op. cit. p. 123). “As ideias nos ocorrem não quando queremos mas quando elas querem. As melhores ideias vêm à nossa mente, na verdade, da forma como Ihering o descreve: fumando um charuto no sofá; ou como Helmholtz relata, com exatidão científica: quando dando uma volta numa rua ligeiramente inclinada. (...) Ideias não nos vêm quando nós as esperamos, nem quando estamos ruminando e procurando em nossas escrivatinhas. Por outro lado, elas certamente não teriam vindo às nossas mentes se não tivéssemos ruminado em nossas escrivatinhas e procurado respostas com devoção apaixonada. Não existe nenhum caminho lógico que nos conduza (às grandes leis do universo). Elas só podem ser atingidas por meio de intuições baseadas em algo semelhante a um amor intelectual pelos objetos da experiência” (ALBERT EINSTEIN, citado por K. POPPER. op. cit. p. 32). (ALVES, 1981, p. 161).

O que se quis revelar com a citação acima foi que o sentido de imaginação é lato, porque nesse contêiner teórico, ela está conjugada com o corpo e o inconsciente. Desse modo, ela não se reduz apenas à fabricação do inconcebível, mas está a serviço do mundo cognitivo em relação até a percepção racional. Se se entende essa extensão do conceito de imaginação acoplada com o corpo e com o inconsciente, o pleito de Lakoff e Johnson a respeito da metáfora como elemento conceitual-cognitivo ficará mais esclarecido. Assim, imaginação, nesse contêiner teórico, é uma operação capaz de construir o vasto universo dos objetos mentais de todo tipo e natureza. Um aspecto cognitivo constituinte da metáfora é o *de* que ela comprime o disperso através do domínio comparante, isto é, a metáfora é uma síntese. Com efeito, em princípio, tudo pode ser qualquer coisa, melhor dizendo, tudo é disperso. Todavia, quando se define algo como outro algo específico, há um processo de compressão, no sentido de que a coisa definida será angulada pelo domínio comparante da metáfora. Destarte, essa

angulação funcionará como uma espécie de *canaleta* que direciona o fluxo dos postulados teóricos na direção determinada pelo domínio comparante da metáfora. Explicando melhor, a metáfora tem duas polaridades: o domínio comparado (alvo) – aquele que será o termo a ser definido – e o domínio comparante (fonte) – aquele que dirá o que o comparado é na perspectiva adotada. Pode-se dizer que é o domínio comparante que baliza, canaliza, recorta, cria o ponto de vista sob o qual o comparado será visto, por isso o estamos considerando fonte. *É o domínio-fonte que acarretará as ocorrências conceituais que estão presentes nos discursos a ele relacionados.* Ao fazer esse recorte, o domínio comparante descarta todas as outras possibilidades que o domínio comparado poderia ser. A polaridade comparante estrutura, delinea os contornos do comparado que serão levados em consideração na conceitualização mental percebida pelos construtores da metáfora. Feitas tais considerações, falar-se-á brevemente dos três tipos de metáforas estabelecidos pelos citados autores e, numa seção à parte, serão explicitadas algumas das metáforas estruturais definidoras do conceito de linguagem e a sua consequência na construção do ponto de vista à luz do qual o objeto-linguagem será construído. Os autores mencionados dividem as metáforas em três tipos: estruturais, orientacionais e ontológicas.

3.1 As metáforas estruturais

Foco do trabalho que se seguirá sobre algumas definições de linguagem, as metáforas estruturais são constituídas por aproximações comparativas geralmente associadas a mundos interpenetrantes: uma coisa é compreendida em função da outra, por exemplo, em VIVER É LUTAR o mundo existencial (VIVER) se conjuga com o bélico (LUTA), e aqueles que metaforizam o mundo desse jeito verão a vida como uma constante guerra. Enunciados do tipo: *hoje meu dia foi uma batalha; tenho que matar um leão por dia; estou pronto para guerra da vida; usarei todas as minhas armas, etc.* serão comuns no discurso dos usuários que entendem a vida dessa maneira. É importante observar que esses enunciados nem são percebidos como metafóricos: para os que deles se utilizam, eles são literais, ocorrem automaticamente pois são guiados pelo domínio- fonte LUTAR, que estrutura a concepção existencial dessas pessoas.

3.2 As metáforas orientacionais

Organizam as noções segundo a espacialidade: para cima/para baixo, frente/costas, dentro/fora, centro/periferia. É relevante observar que o referencial do estabelecimento dessa organização espacial é o bipedismo ereto e reto. O bipedismo cria a noção de superioridade (em cima); intermediaridade (no meio);

inferioridade (em baixo) e seus derivados: lateralidade (direito, esquerdo), costalidade, frontalidade. Esses conceitos começam como meros localizadores posicionais (orientacionais), por exemplo: o livro está na parte superior (de cima) da estante; o livro está na parte inferior (de baixo) da estante; o livro está no meio da mesa; a rua fica do lado direito de quem vai e à esquerda de quem vem. E vão assumindo contornos metafóricos de vários quilates: simbólicos, classistas, étnicos, sexistas, profissionais, políticos, sociais etc. designativos de aspectos agradáveis, desagradáveis, elogiosos, humilhantes, tudo tendo como parâmetro, ângulo e limite a posição ortostática. Vejamos alguns exemplos de enunciados metafóricos orientacionais:

3.2.1 *Metáforas orientacionais de posição para cima, up*

Estar por *cima*, ser *superior*, ser *a cabeça*, olhar *de cima*, posição superior: o homem fica *em cima* da mulher, *acima* da mulher na cama, no trabalho e as consequências afetivas, salariais e de divisão de tarefas dessa forma de conceituar o mundo; levantar, subir, crescer, erguer-se, reerguer-se: movimentos característicos da ereção do corpo bípede, carregados de simbologia positiva: o para cima e para o alto: o *up* e o *down* de Lakoff & Johnson. Esses movimentos podem até culminar no famoso “*passar por cima de tudo e de todos*” como sinal de superioridade e luta pelos próprios interesses: “*fulano está por cima*”. Os braços levantados *para cima* comemorando a vitória.

3.2.2 *Metáforas orientacionais de posição do meio*

Estar *no meio*: a classe *média* se achando mais que os mais pobres e sonhando em se tornar mais ricos; o *meio-irmão*, *a meia-irmã*; ser um *bom braço*, ser o *braço direito*, importante, mas sempre meio lateral; o eterno *mediocre* que parece estar parado *no meio* do caminho.

3.2.3 *Metáforas orientacionais de posição para baixo, down*

Ser inferior, *estar por baixo*, *curvar-se aos superiores*, *ajoelhar-se*, *abaixar-se*, *ficar de quatro*, *cair* (ações antieréteis carregadas da ideia de submissão: a quadrupedização do humano). A ideia de chão, debaixo da terra: *os sonhos enterrados* (o *ápice da baixeza*), o fim: *a baixa da carteira*, *a baixa do caixão*, tanatológico. O horror que o homem tem do chão! O chão está embaixo, *o chão-sarjeta*, *o chão da humilhação*, *a falta de ereção como fim da vida sexual masculina*; a cabeça *cabisbaixa*, os braços *quedados* denunciando o *baixo* astral, a melancolia, a *derrota*.

3.2.4 Metáforas orientacionais de posição de trás

Aqueles que nos apunham pelas nossas cegas, surdas costas. Traíçoeiros, *fazem tudo por trás*. A noção de desproteção que tem sido atribuída às costas vem também do corpo humano bípede ereto: os sentidos humanos se localizam das laterais para a frente. *Falar de mim na minha frente, duvido*. Com certeza, a ideia de desproteção não está inspirada nas costas do porco-espinho, por exemplo, que anda pelas florestas sem temer nenhum ataque.

3.2.5 Metáforas orientacionais de posição lateral

A “*esquerda festiva*”, “*a direita ordinária*”. O próprio *Direito*, nome escolhido para designar a matéria que estuda as normas disciplinadoras das relações humanas, vem da circunstância corpórea humana de ser o braço direito humano considerado o possuidor de ação muscular do tipo normal (norma), mais forte e mais ágil. Dizer que alguém tem *um olhar de esquerda* tem sempre uma conotação de “canhotice”, algo oblíquo, atravessado, torto, como o lado esquerdo do corpo humano. Como ainda sofrem os canhotos de nascimento que têm que treinar a forma destra de agir, escrever e até de pensar! Tudo por conta do corpo humano bípede, ereto idealizado, ou seja, tornado ideia. (*os parentes laterais*, membros da família com quem não precisamos nos preocupar muito, afinal são laterais: primos, tios, meio que equivalentes aos membros superiores: braços da família, às vezes podem ajudar. Os genros, noras, sogras, lateralíssimos membros inferiores, gente estranha.

Todas essas metáforas orientacionais estão no nosso dia a dia e as usamos conceitualmente quase de forma automática. Como se disse, começam como meros orientadores posicionais e espaciais na vida física, mas vão assumindo contornos simbólicos orientadores da maneira de se viver e pensar o mundo.

3.3 As metáforas ontológicas

O outro tipo de metáfora é a ontológica. A metáfora ontológica, às vezes, é reduzida à personificação, já que faz com que entendamos melhor certos eventos e experiências quando os vemos como substâncias, seres ou entidades humanas. Espíndola (2005) mostra que além da personificação há metáforas ontológicas cujo domínio comparante não é apenas o ser humano (personificação):

Parece-nos possível falar num tipo de metáfora ontológica em que uma experiência ou objeto físico é concebido como uma entidade animada (uso de características ou ações próprias de um ser vivo). Um dos exemplos de concretização da metáfora A INFLAÇÃO É UM ADVERSÁRIO QUE ESTÁ DEVORANDO NOSSOS LU-

CROS (LAKOFF & JOHNSON, 1980, p.87) mostra-nos que a inflação é tratada como uma entidade, mas devorar não é propriamente uma característica do ser humano, mas dos animais. Em outros momentos, a inflação é comparada a um monstro que precisa ser combatido, concebendo a inflação como uma entidade, mas, não necessariamente, um ser humano: **UMA INFLAÇÃO GALOPANTE; A INFLAÇÃO RUGE SOLTA; É NECESSÁRIO DOMAR A INFLAÇÃO.** Um outro exemplo dessa metáfora é a concepção, na nossa cultura, de **INFLAÇÃO COMO DOENÇA** que precisa ser combatida, erradicada, atacada. Esse era o discurso do Ministro Palloci sempre que se referia à inflação, materializando a metáfora conceptual (ontológica) acima citada. A inflação precisa ser combatida com a vacina certa. A inflação parece imune a tratamentos tradicionais. Esses exemplos de metáfora ontológica também não podem ser considerados como sendo uma personificação (humanização de um processo), mas como a animação desse processo, no sentido de algo com vida, mas não humano. (ESPÍNDOLA, 2005, pp. 21-22).

Assim podemos concluir que dois são os traços genéricos do elemento comparante na metáfora ontológica: o ser vivo e o movimento. Levando em consideração que a metáfora ontológica mais que personificadora, é animadora (o elemento comparante é um ser vivo dotado de movimento), podemos entender, frases do tipo:

3.3.1 Meu filho é um touro como um processo de ontologização da força e aparência do filho;

3.3.2 Meu filho se sente um pinto no lixo na escola, como um processo de ontologização da comodidade, adaptação e conforto que o filho sente no ambiente escolar;

3.3.3 João é um peixe, como um processo de ontologização da eficiência com que João nada;

3.3.4 Maria é uma flor, como um processo de ontologização da beleza de Maria;

3.3.5 Ela é o morango aqui do nordeste, como um processo de ontologização da raridade e alto valor da pessoa em questão;

3.3.6 *A língua é uma entidade autônoma de dependências internas, como um processo de ontologização (personificação) da concretude da língua, dando-lhe a ideia de algo sólido capaz até de ser decomposto em partes, como fazem os estruturalistas no processo de apreensão das unidades que constituem a língua;*

3.3.7 *A literatura é a alma da linguagem, como um processo de ontologização (personificação) da superioridade, sublimidade e sensibilidade da literatura;*

3.3.8 *A noite é uma criança, como um processo de ontologização da possibilidade de ter tempo para poder se divertir, e brincar, e rir, e sonhar, e imaginar;*

3.3.9 *Cachorro também é gente, como um processo de ontologização da possibilidade de usufruto de direitos humanos tais como andar em carro oficial, ter festa de aniversário, hospedar-se em hotéis, etc., como fazem os loucos por pets.*

Em que tipo de metáfora se incluiriam aquelas em que o elemento comparante se constitui de seres não vivos (água, ar, minerais, máquinas, brinquedos...)? No terceiro tipo do qual falaremos a seguir: metáforas estruturais. Isso se dá porque o processo de ontologização está estritamente ligado aos movimentos vitais de alimentação, evolução, crescimento e reprodução. Os seres não vivos não possuem tais movimentos: são inanimados. No entanto, suas características podem fazer com que compreendamos de forma mais clara traços presentes na estrutura do elemento comparado. Por exemplo: Minha mãe foi um diamante, a metáfora do diamante fala do valor e da raridade da estrutura da genitora. Na próxima seção tratar-se-á dessas metáforas.

4. Metáforas estruturais nas definições de linguagem e a sua consequência na construção do ponto de vista em que o objeto-linguagem será construído.

Vale lembrar que as metáforas estruturais são constituídas por aproximações comparativas geralmente associadas a mundos interpenetrantes: uma coisa é compreendida em função da outra. O poder interpenetrativo do verbo

ser (verbo de ligação por excelência) faz com que dois membros de mundos diversos se coadunem de modo que um passa a ser o outro, e aí necessariamente se dá o processo cognitivo de metaforização em que o domínio comparante é a fonte, no sentido de fornecer o ponto de vista, à luz do qual o domínio alvo será visto. Em outras palavras, o domínio comparante é a canaleta que direciona o fluxo reflexivo dos pressupostos constantes do objeto criado. E é aqui que se dá a transposição do que pensamos para o que vivenciamos. Não é inútil lembrar também que de tão conceitualizadoras, essas estruturas metafóricas podem não ser sentidas como tal nem no dia a dia, nem nos textos acadêmicos que pleiteiam para si a imagem de imparcialidade e literalidade. Abaixo se darão exemplos de metáforas estruturais ligadas ao termo linguagem. Através delas e dos breves comentários que se farão, poder-se-á observar que o domínio comparante dita a construção do objeto e isso delineará seu estudo subsequente – não é à toa que a metáfora estrutural é assim chamada: ela delinea, traça os limites, estrutura o objeto. Por exemplo:

4.1 Linguagem é sistema.

O campo do discurso (linguagem) se conjuga com o dos conjuntos em que os elementos se inter-relacionam de forma imanente (sistema). Os que aderem a essa metáfora estrutural definidora de língua – de que Saussure é o precursor-, verão o objeto língua como um conjunto de elementos que se opõem e se correlacionam entre si de forma tal que é a existência de um elemento do conjunto que atestará a existência de outro. As formas da língua se explicam no interior da própria língua que é um conjunto autônomo de elementos. É essa metáfora que funda nesse arcabouço teórico o conceito de imanência. Não se recorrerá a dados extralinguísticos para se explicarem as ocorrências da língua. Destarte, o domínio comparante SISTEMA é a canaleta conceitual que faz com que todos os enunciados presentes nessa forma de ver a linguagem deságuem na direção dos conceitos de imanência e relação intrínseca entre elementos como pedras de toque de todos os seus pressupostos.

Nos estudos que vêm a língua como sistema, a *comutação* é a técnica de análise mais adequada de detecção dos elementos. Essa técnica consiste na *troca de um elemento do signo por outro para ver se com isso se obtém outra forma linguística*. Ela pode ser aplicada tanto no nível do fonema, quanto no do morfema. O contexto ideal para a aplicação da *comutação* é num *par mínimo* em que *duas formas linguísticas são postas lado a lado com apenas um elemento diferenciado para ver se obtemos uma outra forma da língua*. Vejamos um exemplo no nível do fonema: o par mínimo *diz: fiz*. Através desse par, podemos

atestar que há os fonemas /d/ e /f/ em português já que, ao se comutarem um com o outro, se obtém uma nova forma. Prossigamos na aplicação da técnica para obtermos um morfema, por exemplo: *fal+ar* : *cant+ar*, esse par mínimo evidencia a existência dos morfemas *fal-* e *cant-* (CÂMARA, 1977, p. 118). Devido a essa relação metafórica, serão comuns, nesse arcabouço, enunciados do tipo:

4.1.1 *“O código é suficiente para explicar o próprio código através do estabelecimento de relações internas” (CÂMARA, 1977, p. 158);*

4.1.2 *“O que define uma língua em face das demais, é a sua estrutura que estabelece oposições específicas de fonemas e formas” (CÂMARA, 1977, p. 158);*

4.1.3 *“A ideia poderosa da imanência consiste em se poder dizer que fatos linguísticos são condicionados só e apenas só por fatos linguísticos” (FARACO, 2004, p. 29);*

4.1.4 *“A forma linguística se constitui de um jogo sistêmico de relações de oposição, funcionando este jogo de tal modo que nada é num sistema linguístico senão uma teia de oposições” (FARACO, 2004, p. 28);*

4.1.5 *“Nada interessa para a visão de língua como sistema a não ser o puramente imanente” (FARACO, 2004, p. 28);*

4.1.6 *“As línguas são totalidades organizadas” (FARACO, 2004, p. 28);*

4.1.7 *“Um signo sempre tem relação com outro que ele não é. Por isso se diz que o valor do signo é relativo e negativo: “cão” significa cão porque não significa “gato”, não significa “rato”, e assim por diante” (ORLANDI, 2009, p. 22);*

4.2 Linguagem é conduto

O campo do discurso (linguagem) se conjuga com o da comunicação e a transmissão de informação (conduto) passa a ser considerada a função pri-

mordial da língua. Essa é a famosa metáfora de Reddy: no estudo proposto por esse autor, comunicar consiste especificamente em transmitir e, dentro disso, a língua é um canal, ou um *conduto*, para o envio de ideia, pensamento e sentimento. Destarte, o domínio comparante CONDUTO é a *canaleta conceitual* que faz com que todos os enunciados presentes nessa forma de ver a linguagem deságuem na direção dos conceitos de *condução, canalidade, via, transmissão, meio* como pedras de toque de todos os seus pressupostos. Devido a essa relação metafórica, serão comuns, nesse arcabouço, enunciados do tipo:

4.2.1 “O ser humano tem a crença cotidiana de que conseguimos transportar ideias e sentimentos através da linguagem” (ROCHA, 2013, 104);

4.2.2 “O ser humano é capaz de “empacotar” sentidos em palavras, transferindo-os através do conduto da linguagem e destinando-os a um ouvinte, que precisa “desembrulhar” o pacote de sentidos para entender a mensagem” (ROCHA, 2013, 105);

4.2.3 “A noção de conduto está embutida no próprio nome que tradicionalmente se dá ao ato de se falar o que alguém já falou: discurso reportado” (ROCHA, 2013, 105);

4.2.4 tente passar (conduto) melhor seus pensamentos;

4.2.5 “Os estruturalistas também investiram na ideia de que a linguagem é o canal que transmite a mensagem” (ROCHA, 2013, 105);

4.2.6 “Se se (re)porta um discurso, porta-o ou carrega-o até algum lugar. Entretanto, isso só pode ser levado em consideração em termos metafóricos” (ROCHA, 2013, 104);

4.2.7 Segundo Cagliari (1981, p. 5):

A partir de uma programação neurofisiológica, a qual exige um conjunto de contrações e distensões musculares e que provoca movimentos dos órgãos do corpo humano, ocorre a produção de sons da fala. Estes se propagam pelo ar em ondas de energia acústica e são transformados, pelo ouvido, em energia mecânica, por meio de vibrações do tímpano e dos três pequenos ossos que ligam o tímpano

à cóclea. Tais vibrações se tornam variações de pressão hidráulica dentro da cóclea, convertendo-se, posteriormente, em impulsos neurológicos transmitidos pelos nervos ao cérebro. Já que as ondas sonoras partem de uma extremidade em direção à outra, de forma similar ao sopro que penetra no bocal de um instrumento musical, como a corneta, até sua campânula, toma-se esse percurso como um conduto. (CAGLIARI, 1981, p. 5).

Muito mais que uma figura de linguagem, a metáfora é a condutora da construção do arcabouço teórico. Tudo será visto e perspectivado a partir dela, mais especificamente através da polaridade comparante, que, a nosso ver, é o domínio-fonte, no sentido de ser dela que emana a iluminação da área conceitual que será estruturada.

4.3 Linguagem é ato

O campo do discurso (linguagem) se conjuga com o da ação humana (ato), dando à língua um viés mais pragmático, em que falar e fazer se interpenetram a ponto de, às vezes, se revelarem um ato único. Mais importante do que o signo serão os usuários na sua relação com esses signos: quem pratica os atos são os usuários. É importante reparar que é no campo do ato de linguagem que se substitui o termo falante pelo termo usuário. Se observarmos atentamente, o termo falante tem um viés de autômato, alguém que fala porque tem essa capacidade. Já o termo usuário tem um traço de nativo no sentido de alguém que usa, pratica, age, faz. A mudança do termo falante para usuário muda também o foco de interesse e, nesse contêiner teórico, mais importante do que aquilo que se disse é o que se quis dizer com aquilo que se disse, a fala é ato intencional. Esses estudos fundam uma espécie de antropologia linguística em que o sujeito humano passa ser o centro da produção de sentido. Destarte, o domínio comparante ATO é a canaleta conceitual que faz com que todos os enunciados presentes nessa forma de ver a linguagem deságuem na direção dos conceitos de uso, prática, performance, ação, ato como pedras de toque de todos os seus pressupostos. Devido a essa relação metafórica, serão comuns, nesse arcabouço, enunciados do tipo:

4.3.1 Quando dizer é fazer (título do livro de John Langshaw Austin, figura preexcelente dos estudos pragmáticos);

4.3.2 Algumas enunciações são elas mesmas os atos que elas designam, por exemplo, há os chamados verbos performativos que, quando são enuncia-

dos, se confundem com a própria ação: o clássico exemplo do padre que, no momento propriamente dito em que profere uma frase do tipo “Eu te batizo”, já está realizando a ação de batizar;

4.3.3 No jogo educativo da linguagem, brincando com as palavras, vão descobrindo que dizer é fazer coisas. Com palavras, você afirma, nega, pede, manda, aconselha, provoca reações e sentimentos. Então, quando falar é fazer? Quem souber responder, faz a pergunta calar¹;

4.3.4 Se, por exemplo, alguém diz “A porta ficou aberta?” e o alocutário simplesmente responde “sim”, ele (alocutário) está demonstrando uma incompreensão pragmática, pois o locutor, na verdade, não está só constatando/informando o fato, mas está fazendo um pedido para que seu interlocutor volte e feche a porta. Obs.: Nesse enunciado, percebe-se claramente uma crítica à visão da linguagem é conduto, quando o autor diz: o locutor, na verdade, não está só constatando/informando o fato;

4.3.5 Para os estudiosos dos atos de fala, linguagem é ação. Falar é fazer. O primeiro ato que se pratica quando se fala é o ato de falar, dizer propriamente dito;

De novo, o elemento comparante da metáfora guia a visão conceitual de todo o arcabouço. Note-se que nesse arcabouço não se falará nem de sistema nem de conduto, já que o importante é o ato. A polaridade comparante ao dizer o que a coisa é, também diz o que ela não é.

4.4 Linguagem é pensamento

O campo do discurso (linguagem) se conjuga com o das ideias lógicas (pensamento), construindo o objeto-língua de um ponto de vista racionalista. Essa metáfora estrutural revela a linguagem como sendo o espelho de uma ordem lógica de ideias presente no cérebro humano. Destarte, o domínio comparante PENSAMENTO é a canaleta conceitual que faz com que todos os enunciados presentes nessa forma de ver a linguagem deságuem na direção dos conceitos de lógica, raciocínio, ideia como pedras de toque de todos os seus pressupostos. Devido a essa relação metafórica, serão comuns, nesse arcabouço, enunciados do tipo:

¹ <https://www.saraiva.com.br/quando-falar-e-fazer-9392058.html>

4.4.1 Segundo as observações de Ducrot (VOGT, 1989, p.65), podemos dizer que a frase teria como finalidade fornecer uma imagem da ideia que ela representa. Assim “Graças à linguagem, diz, O. Ducrot, o pensamento oferece-se como espetáculo a si mesmo e aos outros”;

4.4.2 As palavras são a representação das ideias;

4.4.3 “Representar o pensamento é assim a função principal da linguagem” (VOGT, 1989, p. 65);

4.4.4 Vogt (1989, p. 66) nos ensina:

Toda uma gama de estudos linguísticos e uma variedade enorme de gramáticas se desenvolvem a partir deste pressuposto: desde gramáticas gerais do século XVIII, que na linha da gramática de Port-Royal, “entendem a construção das frases como imitação da ordem necessária do pensamento”, até mais recentemente, as chamadas gramáticas gerativas transformacionais, para não falar em Humboldt, nos comparatistas, ou mesmo em Wittgenstein, para quem, ao menos em suas primeiras obras, no que diz respeito à linguagem lógica, “o enunciado deveria constituir o reflexo da proposição que ele representa”. (VOGT, 1989, p. 66).

4.4.5 As classes de palavras são a representação das categorias do pensamento: à categoria de substância/ser corresponderá a classe dos substantivos; à de qualidade da substância, o adjetivo; à de ação praticada pela substância, o verbo; à da paixão sofrida pela substância, a voz passiva; à da circunstância em que a ação é praticada pela substância, o advérbio; à da quantidade de substâncias, o numeral;

De novo, muito além de ornamento, o elemento comparante da metáfora é a pedra de toque da construção da perspectiva sob o qual o objeto será criado.

4.5 Linguagem é evolução

O campo do discurso (linguagem) se conjuga com o da história e da biologia, isto é, das transformações da linguagem ao longo do tempo (evolução), tentando remontar a origem das palavras. Segundo esse ponto de vista, o objeto-linguagem será construído como algo que muda no tempo. Destarte, o domínio comparante EVOLUÇÃO é a *canaleta conceitual* que faz com que todos os enunciados presentes nessa forma de ver a linguagem deságuem na

direção dos conceitos de *transformações, origem, precedência* como pedras de toque de todos os seus pressupostos. Devido a essa relação metafórica, serão comuns, nesse arcabouço, enunciados do tipo:

4.5.1 “GRAMÁTICA HISTÓRICA é a ciência que estuda os fatos de uma língua, no seu desenvolvimento sucessivo, desde a origem até os dias de hoje” (COUTINHO, 1976, p. 13);

4.5.2 “A gramática histórica, remontando no passado às suas origens, ao seu período de formação, explica-nos as transformações por que uma língua passou, na sua evolução através dos tempos” (COUTINHO, 1976, p. 13);

4.5.3 “Consiste o método comparativo em relacionar os fatos de uma língua com os análogos de outras da mesma família, para assim lhes descobrir a origem e precedência” (COUTINHO, 1976, p. 14);

4.5.4 “METAPLASMOS são modificações fonéticas que sofrem as palavras na sua evolução” (COUTINHO, 1976, p. 142);

4.5.5 “SONORIZAÇÃO é a permuta de um fonema surdo por um sonoro homorgânico: os fonemas latinos p, t, c, f, quando mediais intervocálicos, sonorizam-se em português, em b, d, g, v, exs.: lupu> lobo, cito> cedo, acutu> agudo, profectu> proveito” (COUTINHO, 1976, p. 143)

De novo, o domínio-fonte *evolução* determinará todo o estudo desse contêiner teórico. A polaridade comparante da metáfora, ao dizer o que a coisa é, diz o que ela não pode ser. O domínio-fonte recorta o domínio-alvo. Vale a pena reiterar: tais definições não são vistas como metafóricas, mas o são, já que domínios se cruzam para criar perspectivas e pontos de vista cognitivo-conceituais.

4.6 Linguagem é variação

O campo do discurso (linguagem) se conjuga com o campo da mudança e da diversidade linguística. Os que se valem dessa metáfora estrutural não veem a linguagem como um bloco monolítico restrito à chamada norma culta da língua. Nesse contêiner teórico, a linguagem será considerada como espaço

de multiplicidade de ocorrências. É aqui que serão preconizados, dentre outros, os conceitos de preconceito linguístico, variação regional, social, individual, condicionadores linguísticos e externos. Destarte, o domínio comparante VARIACÃO é a *canaleta conceitual* que faz com que os enunciados presentes nessa forma de ver a linguagem deságuem na direção dos conceitos de *diferenciação* e *heterogeneidade* como pedras de toque de todos os seus pressupostos. Devido a essa relação metafórica, serão comuns, nesse arcabouço, enunciados do tipo:

4.6.1 “A Sociolinguística se ocupa de questões como variação e mudança linguística, bilinguismo, contato linguístico, línguas minoritárias, política e planejamento linguístico, entre outras” (COELHO, 2012, p. 17);

4.6.2 “A variabilidade (o fato de que pode haver mais que uma forma expressando o mesmo significado), o valor social das formas linguísticas e o estudo empírico das mudanças na língua não podem ficar excluídos da agenda” (COELHO, 2012, p. 20);

4.6.3 “Não existe uma comunidade de fala homogênea, nem um falante-ouvinte ideal. Pelo contrário, a existência de variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala é um fato comprovado” (COELHO, 2012, p. 22);

4.6.4 “Existe variação inerente à comunidade de fala – não há dois falantes que se expressam do mesmo modo, nem mesmo um falante que se expresse da mesma maneira em diferentes situações de comunicação” (COELHO, 2012, p. 22);

4.6.5 Labov desenvolveu inúmeros trabalhos voltados para o estudo da língua em seu contexto social, focalizando especialmente “a variação fonológica na língua inglesa” (COELHO, 2012, p. 23);

4.6.6 “Na abordagem laboviana, vale lembrar que o fato de a variação ser inerente às línguas está ligado diretamente à noção de heterogeneidade – as línguas são sistemas heterogêneos (e não homogêneos, conforme postulam Saussure e Chomsky)” (COELHO, 2012, p. 23);

4.7 Linguagem é interação

O campo do discurso se conjuga com o das *relações humanas*. A língua será vista como um contrato social em que os efeitos de sentido realizados pelas formas linguísticas serão gerados em função das identidades dos *participantes* numa situação real de uso. Aqui está também presente uma espécie de antropologia linguística em que o locutor e o alocutário são mais importantes do que os signos verbais. Destarte, o domínio comparante INTERAÇÃO é a *canaleta conceitual* que faz com que os enunciados presentes nessa forma de ver a linguagem deságuem na direção dos conceitos de *diálogo*, *reversibilidade de papéis*, *alteridade* como pedras de toque de todos os seus pressupostos. Nesse contêiner teórico, serão comuns enunciados que falam sobre os papéis sociais, identitários desempenhados pelos sujeitos na interação:

4.7.1 Bakhtin entende que a “verdadeira realidade da linguagem não é nem o sistema abstrato de formas linguísticas, nem a fala monológica isolada (...) mas o fato social da interação verbal que se realiza em um ou mais enunciados” (VOGT, 1989, p. 85);

4.7.2 O dinamismo da linguagem faz com que só se possa entender a palavra como um ato de duas faces, no sentido de que é determinada tanto por quem a emite como por aquele para quem é emitida (VOGT, 1989, p. 85);

4.7.3 Cada palavra, diz Bakhtin, expressa o um em relação com o outro. “Uma palavra é uma ponte estendida entre o eu e o outro. Se um extremo da ponte se apoia em mim, então o outro se apoia em meu interlocutor”(VOGT, 1989, p. 86);

4.7.4 “Tanto ao destinador quanto ao destinatário o que verdadeiramente importa da forma linguística não é seu caráter estável mas o seu caráter de signo adaptável e cambiante” (VOGT, 1989, p. 86);

4.7.5 “Em sua totalidade, o enunciado só se realiza no fluxo do intercâmbio verbal” (VOGT, 1989, p. 86);

4.7.6 Kock (1992) nos ensina:

Os locutores se representam uns diante dos outros de determinada maneira. Primeiramente, em nossa vida cotidiana, nós nos representamos (processos de figuração) diante dos outros de formas bastante variadas: por ex.: uma mulher representa-se ora como mãe, ora como esposa, ora como amiga, ora como profissional, ora como esportista etc. Em cada uma dessas situações, agimos de modo diferente, inclusive – ou sobretudo – em termos de linguagem. Além disso cada indivíduo (teoria das faces) tem uma face externa (“positiva”) – o modo como deseja ser visto pelos outros – que gostaria de ver preservada. Por outro lado, possui também uma face interna (“negativa”), seu território íntimo, que não gostaria de ver invadido. (KOCH 1992).

Não é à toa que uma das redes sociais mais famosas do mundo se chama FACEBOOK, livro das faces, em que se procura sempre revelar o melhor ângulo personalístico de cada um.

4.7.7 Charaudeau (1993, p. 10) mostra que:

O primeiro aspecto que garante a alguém o direito de tomar a palavra, no dizer de Charaudeau, é a identidade do sujeito comunicante. Por exemplo, o que faz com que uma mulher que vai a um ginecologista pela primeira vez obedeça ao comando “Dispa sua roupa íntima” feito pelo desconhecido médico? É a sua identidade social que lhe permite realizar tal ato linguageiro numa situação de uso bem determinada. Acredita-se que ele com seus títulos e consultório montado seja capaz de fazer tal solicitação. Essas possibilidades, em geral, resultam do fenômeno de regulação das trocas comunicacionais do cotidiano, regulação que acaba instaurando práticas nas quais os membros de uma mesma comunidade cultural se reconhecem. Assim o reconhecimento do “direito à palavra” e o reconhecimento da “identidade” do sujeito falante representam então as duas faces de uma mesma moeda, moeda de troca que circula entre os parceiros de um ato de comunicação (CHARAUDEAU, 1993, p. 10);

4.7.8 “Podemos dizer que, segundo o princípio de interação, há o outro e há o eu, mas ao mesmo tempo “o outro constitui o eu”. O ato de comunicação é o resultado de uma coconstrução” (CHARAUDEAU, 1993, p. 3);

4.8 Linguagem é cognição

O mundo do discurso se conjuga com o mundo dos constructos, isto é, da percepção ou pensamento formado pela combinação de impressões vivi-

das pelos indivíduos numa determinada cultura. Nesses contêineres teóricos, caberão não só todas as discussões sobre a aquisição da linguagem- se ela é inata ou adquirida- até essa de que estamos falando nesse trabalho, ou seja, a da teoria cognitiva da metáfora que pleiteia a metáfora como norteadora da perspectiva que os objetos de estudo e de vida serão tratados, como se veio tentando demonstrar com os exemplos acima.

Conclusão

Entender o verbo **ser** como um metaforizador por excelência faz com que se possa localizar a metáfora em todos os lugares em que ele faz com que mundos se interpenetrem para que, ao mesmo tempo, o mundo penetrante conceitue o mundo penetrado e descarte tudo aquilo que este não poderá ser na perspectiva construída. Assim a metáfora deixa de ser apenas ornamento e passa a ser *monumento*: ela é delimitadora da área do objeto edificado. Foi isso que Lakoff e Johnson perceberam; foi isso que alargou o território de ocorrência da metáfora para além da literatura; foi isso que fez com que ela pudesse ser encontrada no cotidiano *latu sensu* e no *strictu sensu*, isto é, até nos textos acadêmicos. No que concerne às definições de linguagem elencadas nesse texto, pode-se dizer que as metáforas estruturais construídas nos vários campos teóricos, por terem formulado conceitos de linguagem, revelaram que “há uma relação necessária entre o objeto, as técnicas, a metodologia e a teoria na qual a análise se sustenta. Pressuposta a tudo isso, encontra-se uma definição de linguagem que subjaz e que determina os princípios teóricos, a metodologia e a análise”. (ORLANDI, 1988, p. 16). Para além disso, como assevera Vogt (1989, p. 71):

A ciência não pode deixar de operar sem recortes, já que a dispersão e a opacidade do fenômeno – a linguagem – a impediriam de se construir com tal. Em outras palavras, toda ciência necessita instituir, no nível teórico, uma transparência que o fenômeno não tem. Essa transparência, sobretudo, quando a ciência se constitui metodologicamente como hipotético-dedutiva, é conseguida por um processo de redução do fenômeno a objeto de ciência, ou para usar a terminologia de Granger, 1968 a), a objeto de estrutura. (VOGT, 1989, p. 71).

Dentre outros aspectos, é isto que as metáforas cognitivas estruturais fazem: a partir da interpenetração de mundos diversos, elas, através da polaridade comparante, criam o foco; iluminam a área conceitual que será edificada; promovem os redutivismos e os recortes necessários para construir um ponto

de vista à luz do qual os objetos de estudo, opacos e difusos em sua natureza, possam revelar níveis de transparência necessários para a construção da ossatura ideológica que guiará a formulação das definições, do método e das técnicas de análise que serão utilizadas pela teoria. Recortar para estruturar, eis a questão da metáfora estrutural. Metáfora cognitiva: muito mais que um ornamento, recorte imprescindível para a construção dos esboços acadêmicos.

Referências

- ALVES, Rubens. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Elementos de Fonética do português brasileiro*. 1981. Tese (Livre-docência) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.
- CHARAUDEAU, Patrick. *O contrato de Comunicação em Sala de Aula*. Tradução de Cristian Nicolas Gouraud (FL/UFG) e revisão de Luana Alves Luterman 253 (UEG/PPLLUG). Publicado, com o título *Le contrat de communication dans la classe*, em *Inter-Actions*, J.F.Halté, Université de Metz, 1993. Artigo recebido em 25/10/2011 e aprovado em 6/12/2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/download/18861/11231>. Acesso em: 18 Dez. 2017.
- CHOMSKY, N. *Reflexões sobre a linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- COELHO, Izete Lehmkuhl et ali. *Sociolinguística*. Disponível em: <http://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolinguística_UFSC.pdf>. Acesso em: 2012.
- COUTINHO. Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- DUQUE, Paulo Henrique; COSTA, Marcos Antônio. *Linguística Cognitiva: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências*. Natal, RN: EDUFRRN, 2012.
- ESPÍNDOLA, Lucienne. *A metáfora conceptual ontológica na publicidade*. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/viewFile/11552/8139>, p. 21, 22. 2005>. Acesso em: 20 Dez 2017.
- FARACO, Carlos Alberto. *Estudos pré-saussurianos*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

- FERRARI, Lilian. Produção de Instituto Metrópole Digital. 2016, 32 min, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hKYE5L5iCGQ&ab_channel=InstitutoMetrópoleDigital>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- ORLANDI, Eni Pulccineli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.
- ORLANDI, Eni Pulccineli. *O que é linguística*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- LAKOFF, George, & JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, George, & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.
- ROCHA, Luiz Fernando Matos. *Comunicação e cognição*. Juiz de Fora: Lumina - Facom/UFJF - v.7, n.1/2, p.101-116, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/R12-13-Matos-Rocha.pdf>> Acesso em: 17 Dez 2017.
- VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

Enviado em 26 de janeiro de 2018

Aceito em 26 de abril de 2018.

A CONSTRUÇÃO SEM + GERÚNDIO NA *CRÓNICA DO CONDESTABRE DE PORTUGAL NUNO ÁLVARES PEREIRA*

SEM + GERUNDIAN CONSTRUCTION IN THE CRÓNICA DO CONDESTABRE DE PORTUGAL NUNO ÁLVARES PEREIRA

José Barbosa Machado

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

jleon@utad.pt

RESUMO:

A *Crónica do Condestabre de Portugal Nuno Álvares Pereira* teve várias edições, sendo a primeira conhecida a de 1526, impressa em Lisboa por Germão Galharde. O mesmo impressor fez nova edição em 1554, sendo esta o reflexo, na paginação e na grafia, da anterior. As diferenças são mínimas, destacando-se a correção de algumas gralhas. Tanto numa edição como noutra, o impressor, na página de rosto, teve o cuidado de avisar: «sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo.» Fernão Lopes serviu-se da crónica para escrever alguns dos capítulos da *Crónica de D. Fernando* e da *Crónica de D. João I*, Parte I e II. Neste trabalho de investigação, apresentaremos uma breve sistematização do uso da construção *sem + gerúndio* na *Crónica do Condestabre*, uma característica sintática presente também noutras obras do século XV a que faremos referência.

PALAVRAS-CHAVE: Condestabre; Nuno Álvares Pereira; século XV; manuscrito; crónica; gerúndio.

ABSTRACT:

The *Crónica do Condestabre de Portugal Nuno Álvares Pereira* had several editions, the first one being known in 1526, printed in Lisbon by Germán Galharde. The same printer made a new edition in 1554, which is very similar in pagination and spelling to the previous one. The differences are minimal, highlighting the correction of some rooks. Both in one edition and in another, the printer on the title page was careful to warn: «sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo.» Fernão Lopes used the chronicle to write some of the chapters of D. Fernando's Chronicle and the Chronicle of John I, Part I and II. In this research, we will present a brief systematization of the use of the *sem + gerundian construction* in the *Crónica do Condestabre*, a syntactic characteristic present in other works of the fifteenth century, to which we will refer.

KEYWORDS: Condestabre; Nuno Álvares Pereira; 15th century; manuscript; chronicle; gerund.

Introdução

A *Coronica do Condestabre de Portugal Nuno Aluares Pereyra* teve várias edições, sendo a primeira conhecida a de 1526, impressa em Lisboa por Germão Galharde. O mesmo impressor fez nova edição em 1554, sendo esta o reflexo, na paginação e na grafia, da anterior. As diferenças são mínimas, destacando-se a correção de algumas gralhas. Tanto numa edição como noutra, o impressor, na página de rosto, teve o cuidado de avisar: «sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo.» Mendes dos Remédios, no prefácio da reedição da obra em 1911, considera que estas palavras «significam, parece, que uma outra edição havia precedido a que se dava, a qual se procurava fielmente reproduzir» (VII). Não deixa no entanto de considerar a hipótese, mais provável, de que as palavras se referem, não a uma edição *princeps* anterior à de 1526, que teria desaparecido sem deixar rasto, mas a um códice de que o impressor se serviu.

Fernão Lopes baseou-se na crónica para escrever alguns dos capítulos da *Crónica de D. Fernando* e da *Crónica de D. João I*. Segundo Teresa Amado, «Fernão Lopes só não usou oito dos oitenta capítulos que a compõem» (1993: 187). Manuel Cadafaz de Matos considera que a crónica «foi produzida, textualmente, entre 1431 (ano da morte do Condestável do Reino) e 1443 (ano em que Fernão Lopes redigiu o cap.º CLXIII da Primeira Parte da *Crónica de D. João I*.)» (2011: 13-14).

O texto que serviu de base à impressão de 1526 seria, segundo Adelino de Almeida Calado, uma cópia manuscrita, «com uma redação de certo modo obsoleta, quer no vocabulário, quer na construção frásica» (1991: LXIX). Não foi isso que verificámos ao analisar o vocabulário e a construção sintática do texto impresso. Embora algumas palavras estejam mais próximas do século XV, a ortografia e a sintaxe, de um modo geral, estão dentro dos hábitos da primeira metade do século XVI. O impressor, em 1554, não viu pois necessidade de atualizar o texto.

Todavia, uma das características sintáticas que de imediato chama a atenção a qualquer leitor pela sua estranheza é a construção da preposição *sem* + gerúndio (*sem podendo*, *sem sabendo*, *por não podendo*, *não sabendo*). Apresentaremos em seguida todas as ocorrências da construção com os respetivos contextos, assim como os testemunhos de outras obras do século XV onde a mesma construção aparece.

2. Construção *sem* + gerúndio

A construção *sem* + gerúndio ocorre 18 vezes na *Crónica do Condestabre*, introduzindo uma oração não finita gerundiva: *sem achãdo*; *sem auêdo* (2) / *sem auendo*; *sem fallãdo* (2); *sem lhe bollindo*; *sem lhe pagando*; *sem lho cõtradizendo*; *sem o fazêdo* / *sem se fazendo*; *sem podendo*; *sem prouãdo*; *sem sabendo* (2); *sem sayndo*; *sem tomãdo*; *sem se mays deteendo*.

Há onze contextos em que a preposição é imediatamente seguida do gerúndio: “e passou per valêça *sem achãdo* hy algũ embargo”; “E hy mandou repartir ho esbulho que assy traziã *sem auêdo* elle pera sy nenhũa cousa”; “O conde estabre mãdou repartir per suas gentes *sem auêdo* nẽ querêdo auer pera sy nẽhũa cousa”; “e esta noyte antre lobo e câ vierom a elle ao soueral honde pousaua: dez escudeiros castellaãos que pareciam homens de bem: *sem auendo* delle seguro nenhuũ pera hy poderem vijr”; “Cuydou em sy mesmo *sem fallãdo* com outro nenhuũ a grã criaçam que elrey lhe fezera”; “e acabada se partyo com toda sua geente *sem fallãdo* a elrey caminho de tomar”; “mandou afastar os seus que nom cõbatesses por nõ parecerem *sem podendo* fazer cousa que muyto mõtasse”; “a qual gente tão que olhou a oste tornou se logo a badalhouçe *sem prouãdo* de fazer nẽhũa cousa”; “E se forom muy ledos pera suas cassas *sem sabendo* de vosso nojo nenhũa cousa”; “E foy per açerca denxarez: estãdo ja hy o mestre de santiago cõ toda sua geente que se viera da feira honde estaua quando nom quis vijnr aa batalha: *sem sayndo* a elle nenhuũ”; “hõde mãdou repartir toda a caualgada de prisoueiros e gaados e beestas per toda a gente: *sem tomãdo* pera sy nẽhũa cousa”.

Em seis seis casos, o gerúndio é antecedido dos pronomes proclíticos *lhe*, *lho*, *o* e *se*: “e asi ficou o cõdestabre assesgado *sem lhe bollindo* cõ suas terras de jurderdade”; “e per vezes entrauua com suas gêtes a fazer mal e dãpno em portugal .s. antre tejo e odyana: *sem lho cõtradizendo* nenhuũ.”; “Huũ dia aa noyte nunalurez *sem o fazêdo* saber ao prioll seu jrmaão: nẽ aos outros seus jrmaãos”; “antre os de Nunalurez e os da villa: em rostro das barreyras: *sem se fazendo* porem cousa que muyto de notar seja”; “e lhe tomara vinho de hũa sua adegua *sem lhe pagando* delle nenhuũa cousa”. Num dos casos, o pronome vem seguido do advérbio *mais*: “Logo *sem se mays deteendo* se foy assy com gram prazer aa reguarda”.

Num único caso, o gerúndio é antecedido do nome próprio que serve de sujeito à oração gerundiva: “saluo hũa cota: e hũa espada de dom garcia fernandez que fernã pereyra seu jrmaão em sy ouuera. E escondeo *sem nunalurez sabendo* dello parte”.

A contração *sem* + gerúndio tem valor negativo, ou seja, a preposição *sem* pode ser substituída pelo advérbio *não*: *sem sabendo* > *não sabendo*. Esta construção de *não* + gerúndio caiu em desuso no português europeu continental, mas manteve-se no português do Brasil e das ilhas dos Açores e da Madeira. Na crónica, ocorrem 21 casos com o advérbio de negação: *nom comendo* / *nõ comêdo*; *nom embargãdo* / *nõ embargãdo* (2) / *nõ embargando*; *nom entendendo*; *nõ hijndo*; *nom se lembrando*; *nõ leuando*; *nõ lhe chegãdo*; *nom se chegando*; *nõ lhe declarando*; *nom podendo* (2); *nõ no querêdo*; *nom o sabêdo*; *nõ o seguïdo*; *nom sayndo*; *nõ seendo*; *nom vijndo*.

Há 14 contextos em que o advérbio de negação é imediatamente seguido do gerúndio: “e viueo em grande castidade e abstinencia *nom comendo* carne nem beuendo vinho per espaço de quorêta ãnos”; “E outras mujtas pallauras de grã door: e esto cõ as lagrimas nos olhos *nõ comêdo* nêhũa cousa”; “E em esto se seguio que *nom embargãdo* que os rreys asy esteuessem en tregoa”; “E *nõ embargãdo* a uida em que era: porque ja desto era escusado”; “*nõ embargãdo* que o ja teuesse outorgado ao condestabre pera lourêçe esteuez de goyos”; “e o meestre lho enuiou logo *nõ embargando* o mal que lhe queria”; “e caualgar e hyr a monte e aa caça *nom entendendo* em amor de nenhũa molher”; “E sem outra demoraça se fez logo prestes com trinta homens darmas de boõs escudeiros e bem armados e peça de homens de pee *nõ hijndo* nêhũ ao trijntayro com gentes darmas”; “mas partiuse logo de mõsaraz esse dia aa noyte *nõ leuando* cõsigo se nõ .lxxx. lâças”; “E joham rroÿz e os seus nom podendo mais soffrer se lançou dentro na cidade maõo seu pesar”; “E pollo combate seer forte e muy perfiosso *nom podendo* jamays soffrer”; “correo a terra darredor: e apanhou muytos mantimentos: *nom sayndo* a elle o conde nem suas gentes”; “E antre os feitos e escaramuças que hy forõ feitas mais notauees e prijgosas: asy foy hũa que nunalurez per sy cõ os seus fez: *nõ seendo* hy o prioll seu jrmaõ a qual foy asy”; “e que os capitaães meesmos asy se partyram logo de noyte *nom vijndo* ja com elles ata .Cl. lâças por que todollos outros derramarom e se foram”.

Há sete contextos com os pronomes proclíticos *se*, *lhe*, *no* e *o*: “E nunalurez como esto vio leixou seu cuydar em que hya: e *nom se lembrando* da cariagem que hya diante”; “e pasoulhe as solhas de hũa parte a outra: *nõ lhe chegãdo* porẽ ao corpo”; “E todo aquele dya foram a vista da hoste *nom se chegando* a ella se nom em escaramuças pequenas”; “*Nõ lhe declarando* poreem coussa que quisesse fazer”; “E *nõ no querêdo* fazer que o desafiaua pera batalha”; “Jente do cõde estabre se foram do alojamento acima ao castello a escaramuçar com elles *nom o sabêdo* o conde estabre”; “e lâçou se antre elles na mayor espes-

sura hõde estariã jũtos ataa duzẽtos e çinquoẽta homẽs darmas: *nõ o seguũdo nẽhuũ dos seus*”.

Num contexto já acima referido, ocorre a construção de *sem* + gerúndio, seguida da construção *não* + gerúndio, o que prova serem semanticamente similares: “O conde estabre mãdou repartir per suas gentes *sem auẽdo nẽ querẽdo auer* pera sy nẽhũa cousa”.

No português europeu continental, a construção *sem* + gerúndio foi substituída por *sem* + infinitivo. Na crónica, ocorrem nove casos de *sem* + infinitivo, quase todos acompanhados do advérbio *mais*: *sem mudar*; *sẽ melhorar*; *sem mais fazer*; *sem mais tardar* / *sem mays tardar* (2) / *sẽ mais tardar*; *sem repousar mays*; *sem mais comer*.

Os contextos sem o advérbio são apenas dois, um deles no frontispício da obra, sendo pois da responsabilidade do impressor: “Nuno alvarez Pereyra: principiadador da casa que agora he do Duque de Bragãça *sem mudar* da antiguidade de suas palauras nem stillo”; “Per cõselho de fisicos se foy deuora a libxõa hõde esteue muytos dias *sẽ melhorar* nenhũa cousa”. Em seis contextos, o advérbio surge antes do infinitivo: “Quando Nunalurez vio que a batalha era desfeita: e que todollos senhores e gẽtes de portugal se tornauam a suas frontarias *sem mais fazer*: foy muyto anojado”; “E como esto soube *sem mais comer* mãdou dar aas trompetas e caualgou”; “E *sem mais tardar* mãdou dizer ao meestre. e aos outros señores per huũ boõ escudeyro a que chamauã johã esteuez correa que lhes guardecia muyto o recado que lhe en[u]iarõ per aquelle trõpeta”; “Logo *sem mays tardar* caualgou com seus parentes e cryados de que ella auia assaz”; “E logo *sem mays tardar* se forom a elrey”; “logo *sẽ mais tardar* foy a euora pera poer aguça em sua yda”. Apenas num contexto, o advérbio vem depois do infinito: “A noyte seguinte depois da batalha foy nunalurez a lojar e dormir em fronteira e logo em outro dia per a manhaã *sem repousar mays* de seu trabalho se foy a mõforte”.

Temos por conseguinte na crónica o uso de três construções similares: *sem* + gerúndio; *não* + gerúndio; e *sem* + infinitivo — sendo que a primeira desapareceu da língua portuguesa; a segunda sobrevive sobretudo no português do Brasil e ilhas dos Açores e Madeira; a última é típica do português europeu.

O quadro seguinte contabiliza as ocorrências das três construções na crónica:

Construção:	<i>sem</i> + gerúndio	<i>não</i> + gerúndio	<i>sem</i> + infinitivo
Número de ocorrências:	18	21	9
Porcentagem:	37,5%	43,75	18,75

As construções com gerúndio (81,25%) superam bastante em número as construções com infinitivo (18,75), notando-se, porém, que na primeira metade do século XV o fenómeno de substituição das primeiras pela terceira estava já em curso.

As orações gerundidas, ou reduzidas de gerúndio, na língua portuguesa são, segundo alguns autores (Cunha, 1987: 610), galicismos. Destas, porém, *sem + gerúndio* e *não + gerúndio*, não encontramos qualquer testemunho na língua francesa. De facto, para contextos semelhantes, a gramática francesa determina o uso de *sans + infinito*, como *sans regarder*, *sans sortir*, etc.

O uso da construção *sem + gerúndio* não é exclusiva da *Crónica do Condestabre*. Está presente na *Crónica dos Primeiros Reis de Portugal*, nas crónicas de Fernão Lopes, nos livros do rei D. Duarte e nas crónicas de Gomes Eanes de Zurara, ou seja num período tempoal que vai de 1431 (ano da morte do condestável) até 1468, data da elaboração da última crónica de Zurara.

Na *Crónica dos Primeiros Reis de Portugal*, ocorre seis vezes: *sem a levando*; *sem asynando*; *sem lhe fazendo*; *sem o fazendo*; *sem sabendo / sem sabendo*.

No *Leal Conselheiro* do rei D. Duarte, ocorre três vezes: *sem reguardando*; *sem sperando*; *sem cobrando*. No *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, ocorre igualmente três vezes: *sem poendo*; *sem teendo*; *sem o veendo*.

O autor que mais a utiliza é Fernão Lopes. Na *Crónica de D. Pedro I*, ocorre quatro vezes: *sem curamdo*; *sem fazemdo*; *sem poendo*; *sem se deteemdo*. Na *Crónica de D. Fernando*, 35 vezes: *sem achando* (3); *sem aveendo*; *sem avendo* (4); *sem confessando*; *sem curando*; *sem custando*; *sem dando*; *sem descobrindo*; *sem fallando*; *sem fazendo* (2); *sem leixando* (2); *sem levando*; *sem lhe fallecendo*; *sem lhe fazendo* (2); *sem lhe pagando*; *sem lho fazendo*; *sem mais curando*; *sem mais esguardando*; *sem o fazendo*; *sem pagando*; *sem quebrando*; *sem rrecebendo*; *sem sse mesturando*; *sem teendo*; *sem tomando*; *sem tornando*; *sem trabalhando*. Na *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, 26 vezes: *sem achãdo*; *sem aveendo*; *sem creendo*; *sem curamdo*; *sem damdo*; *sem estãdo*; *sem fazemdo*; *sem ficamdo*; *sem levamdo*; *sem levando*; *sem lhe contradizemdo*; *sem lhe poemdo*; *sem lhe seemdo*; *sem lhe tomamdo*; *sem lho mamdamdo* (2); *sem mostramdo*; *sem podemdo*; *sem poemdo*; *sem sabemdo* (2); *sem seemdo*; *sem teemdo* (2); *sem teendo*; *sem tornãdo*. Na *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, 39 vezes: *sẽ tomãdo*; *sem achamdo* (2); *sem aveemdo* (5); *sem curamdo*; *sem dizemdo*; *sem em adendo*; *sem emademdo*; *sem fazemdo*; *sem ho percebemdo*; *sem lhe amte dizemdo*; *sem lhe declarando*; *sem lhe fazemdo* (2); *sem lhe... damdo*; *sem mais dizemdo*; *sem me damdo*; *sem o dizemdo*; *sem ousãdo*; *sem paramdo*; *sem perguntando*; *sem poemdo*;

sem pomdo; sem primeiro tiramdo; sem provamdo; sem sabemdo (3); *sem se adendo; sem semdo* (2); *sem temdo* (3); *sem tomamdo*.

Das várias ocorrências da construção *sem + gerúndio* na *Crónica do Condestabre*, detetámos a correspondência a cinco nas crónicas de Fernão Lopes que se serviram da primeira:

<i>Crónica do Condestabre</i>	<i>Crónicas de Fernão Lopes</i>
“Cuydou em sy mesmo <i>sem fallãdo</i> com outro nenhuã a grã criaçam que elrey lhe fezera”	“cuidou, <i>sem fallando</i> com outro nêhũu, a gram criaçom que elrei em el fezera” (<i>Crónica de D. Fernando</i> , Cap. CXXI)
“Huũ dia aa noyte nunalurez <i>sem o fazêdo</i> saber ao prioll seu jrmaão: nê aos outros seus jrmaãos”	“ <i>sem o fazendo</i> saber ao prioll nem a algũu dos outros seus irmaãos” (<i>Crónica de D. Fernando</i> , Cap. CXXXVII)
“mandou afastar os seus que nom cõbatesses por nõ parecerem <i>sem podendo</i> fazer cousa que muyto mõtasse”	“NunAllvarez mãdou emtom que nom combatessem mais, ca poderiam pereçer alguũs, <i>sem podendo</i> fazer cousa que muito aproveitasse” (<i>Crónica de D. João I, Parte I</i> , Cap. CLVIII)
“saluo hũa cota: e hũa espada de dom garcia fernandez que fernã pereyra seu jrmaão em sy ouuera. E escondeo <i>sem nunalurez sabendo</i> dello parte”	“salvo hũa cota e hũa espada de dom Garçia Fernamdez que Fernam Pereira escondeo, <i>sem sabemdo</i> NunAllvarez parte” (<i>Crónica de D. João I, Parte I</i> , Cap. CLVIII)
“hõde mãdou repartir toda a caualgada de prisoeiros e gaados e beestas per toda a gente: <i>sem tomãdo</i> pera sy nêhũa cousa”	“e ali mamdou partir a cavalguada de guados e bestas e prisioneiros [<i>sẽ tomãdo</i> pera sy nenhuma cousa] como avia de costume” (<i>Crónica de D. João I, Parte II</i> , Cap. CLXI)

Em três das crónicas de Gomes Eanes de Zurara, a construção ocorre nove vezes. *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné: sem avendo* (2); *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses: sem avemdo* (1) / *sẽ avemdo* (1); *sem fazemdo*; *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses: sem fazendo*; *sem elle teendo*; *sem lhe poendo* (2). Não encontrámos qualquer ocorrência na *Crónica da Tomada de Ceuta*.

Nestas obras referidas, há testemunhos das outras duas construções, tal como acontece na *Crónica do Condestabre*.

Nos livros impressos entre 1488 e 1500, tirando o caso da *Vit Christi* (1495), onde ocorre quatro vezes a construção *sem auẽdo*, não detetámos qualquer outra ocorrência da construção *sem + gerúndio*, o que nos faz concluir que a mesma começou a cair em desuso a partir da segunda metade do século XV. De facto, a presença em Zurara é já bastante residual. Aos ouvidos de um leitor moderno, a construção soa mal. Soaria mal certamente aos ouvidos dos

leitores do século XVI. No entanto, Germão Galharde, o impressor, não viu motivos para a substituir, quer na primeira, quer na segunda edição.

Conclusão

A *Coronica do Condestabre de Portugal Nuno Aluares Pereyra*, embora apenas impressa, tanto quanto sabemos, na segunda década do século XVI, é um testemunho do português escrito da primeira metade do século XV, o chamado Português Médio. Uma das características é a construção *sem + gerúndio*, que no final do mesmo século, pelo menos na linguagem escrita, caíra já em desuso.

A construção *sem + gerúndio* tem valor negativo, ou seja, a preposição *sem* substitui o advérbio *não*: *sem sabendo > não sabendo*. A construção *não + gerúndio* tornou-se usual no português do Brasil e das ilhas dos Açores e da Madeira. No português europeu continental, a construção *sem + gerúndio* foi substituída por *sem + infinitivo* (*sem + saber*).

Referências bibliográfias

- AMADO, Teresa. “Crónica do Condestabre”, em *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.
- CALADO, Adelino de Almeida. *Estória de Dom Nuno Álvares Pereira*. Edição crítica da *Cronica do Condestabre*, com introdução, notas e glossário. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1991.
- CALADO, Adelino de Almeida (ed.). *Crónica dos Primeiros Reis de Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.
- Coronica do Condestabre de Portugal Nuno Aluares Pereyra*. Lisboa: Germão Galharde Emprimidor, 1526.
- Coronica do Condestabre de Portugal: Nuno Aluares Pereyra*. Lisboa: Germão Galharde Emprimidor, 1554.
- CUNHA, Celso e Luís F. Lindley Cintra. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 4.^a ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987.
- D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Edição crítica de Joseph M. Piel. Lisboa: IN-CM, 1986.
- D. DUARTE. *Leal Conselheiro*. Edição de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: IN-CM, 1998.
- FERNÃO, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1986.
- FERNÃO, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1986.

- FERNÃO, Fernão. *Crónica de D. João I – Vol. I*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2007.
- FERNÃO, Fernão. *Crónica de D. João I – Vol. II*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2007.
- MACHADO, José Barbosa. *Crónica do Condestabre de Portugal Nuno Álvares Pereira*. Edição Semidiplomática, Introdução e Notas. Braga: Edições Vercial, 2016.
- MATOS, Manuel Cadafaz. *Estória do Condestável*. 2.^a ed. Lisboa: Edições Távola Redonda, 2011.
- REMÉDIOS, Mendes dos. *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*. Revisão, prefácio e nota. Coimbra: F. França Amado Editor, 1911.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1973.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Edição de Maria Teresa Brocardo. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT, 1997.

Recebido em 29 de janeiro de 2018.

Aceito em 4 de abril de 2018.

EM FOCO: O *JORNAL DA GLOBO*

IN FOCUS: THE *JORNAL DA GLOBO*

Marilúcia dos Santos Domingos Striquer

Universidade Estadual do Norte do Paraná

marilucia@uenp.edu.br

João Ricardo Rodrigues

Universidade Estadual do Norte do Paraná

joao.r@outllok.com

RESUMO

Neste artigo propomo-nos a investigar se o *Jornal da Globo* pode ser considerado um telejornal, levando em conta os princípios da neutralidade e fidedignidade aos fatos noticiados. Para efeito, pautamo-nos nas definições de gênero do discurso propostas por Bakhtin (2003), nos preceitos de seus estudiosos e nos especialistas sobre o gênero textual notícia, e analisamos trechos de diferentes edições do telejornal, nos atendo sobre as marcações linguísticas que demonstram como, especificamente, a notícia se configura. Os resultados demonstraram uma desconfiguração do gênero notícia, devido à quebra do princípio da função sócio-comunicativa do gênero de ser um puro relato dos fatos de forma imparcial e fiel.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero textual, Jornal da Globo, notícia.

ABSTRACT

In this article my goal is investigate if the *Jornal da Globo* can be considered as a new report considering the fidelity to the reported facts. To this end we consider the definitions of speech gender proposed by Bakhtin (2003), in the ideas of its scholars and specialistis and we analyze fragments of different editions of the news report, relyng on the linguistic markings that show speciafily howthe news configurate. The results show a desconffiguration of news genre due to the break the principle brear oof the socio-communicative function of the genre being a pure report of facts in a impartial and faithful manner.

KEYWORDS: Textual genre, *Jornal da Globo*, news.

Introdução

Em 2015, o *Jornal da Globo* assumiu um novo formato, com um tom mais descontraído de apresentação, o que nos levou ao questionamento: no novo formato, o referido telejornal pode ser considerado um noticiário? Isto é, um veículo midiático que prioriza o gênero notícia em sua essência? A premissa é a de que um noticiário, no caso, o televisivo, é formado pelos gêneros discursivos/textuais: notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, previsão do tempo, informes sobre utilidades públicas, entre outros. Contudo, a notícia e a reportagem são a matéria-prima de um noticiário.

Segundo o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (1996), é a imparcialidade na narrativa dos fatos o princípio fundador de um texto noticioso: de uma notícia e de uma reportagem. Logo, a função sociocomunicativa do telejornal é a de relatar os acontecimentos que interessam a sociedade de uma forma geral de forma imparcial e objetiva, não expondo opiniões do apresentador e do veículo de divulgação, uma vez que o leitor é quem deve, frente aos acontecimentos, elaborar suas próprias conclusões, seus juízos de valor. Portanto, ao redigir ou proferir uma notícia é vetado ao autor, produtor do texto escrito e/ou locutor, o emprego de opiniões e julgamentos pessoais. Cabe aos gêneros discursivos/textuais, por exemplo, ao editorial, ao artigo de opinião, a carta aberta, a charge, ao cartum a serem formados por relatos de fatos e exposição de pontos de vistas de seus autores.

De acordo com o *Manual da Folha*, essencialmente os textos de opinião (o editorial, o artigo de opinião, etc.) são

Textos especiais assinados, em que se permitirá ao autor manifestar seus pontos de vista, e matérias interpretativas, em que o jornalista deverá registrar versões diferentes de um mesmo fato ou conduzir a notícia segundo linhas de raciocínio definidas com base em dados fornecidos por fontes de informação não necessariamente expressas no texto (MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 1996, p. 17).

Já a notícia, bem como a reportagem, conforme Costa (2008), em seu *Dicionário de gêneros textuais* se estabelece da seguinte forma: “calcado num compromisso ético, a notícia visa informar os leitores o mais neutramente possível e com grande fidedignidade” (p. 142-143). Dessa forma, nosso objetivo, neste artigo, é investigar se o telejornal *Jornal da Globo* pode ser considerado, após a sua reformulação de 2015, um noticiário dentro dos princípios da neu-

tralidade e da fidedignidade aos fatos noticiados. E para alcançar esse objetivo, buscamos definir como a notícia é tratada por esse telejornal.

O arcabouço teórico-metodológico que sustenta a pesquisa se faz a partir das definições de gêneros discursivos realizadas por Bakhtin (2003) e de seus estudiosos, e do que é o gênero textual notícia segundo especialista no referido gênero. Portanto, para investigar a abordagem empregada pelo *Jornal da Globo* ao gênero notícia, se fez necessário, primeiramente, compreender o que são os gêneros; o que é, de forma específica, o gênero discursivo/textual notícia; e só então focar nas análises sobre se qual o tratamento que o telejornal confere ao respectivo gênero. Análises realizadas tendo como *corpus* trechos gravados em áudio e vídeo (coletados por meio de um programa gerenciador de download, o *Internet Download Manager*, diretamente do sitio do *Jornal da Globo*, hospedado no portal *globo.com*) de diferentes edições do telejornal, colhidos semanalmente, em diferentes dias da semana, de forma aleatória.

1. Fundamentação teórica

Marcuschi (2005) defende, norteado pelos princípios bakhtinianos sobre gêneros do discurso, que os gêneros são fenômenos históricos profundamente vinculados à vida social das pessoas. No mesmo sentido, Cavalcante (2013) explica que em qualquer sociedade há uma variedade considerável de motivos que fazem os indivíduos interagirem uns com os outros, seja para informar, persuadir, comercializar, protestar, etc, práticas realizadas a partir da criação e do uso de gêneros do discurso/textuais. Os gêneros são, portanto, textos que representam, materializam as ações realizadas pelos indivíduos na sociedade. Assim, um bilhete, uma carta, uma receita de um bolo, uma saudação, uma despedida, uma notícia, são gêneros. E, a afirmativa de Bakhtin (2003) é a de que é infinita a diversidade de gêneros existentes em uma sociedade, uma vez que são infinitas as possibilidades de atividades humanas que se realizam dentro de campos ou esferas sociais.

É por essa configuração que Bakhtin (2003) afirma que os gêneros não se definem apenas pelos aspectos formais que os estruturam, o ponto mais relevante que constitui cada um dos gêneros existentes são os fenômenos sociais e funcionais. Isso não quer dizer que se possa desprezar a estrutura formal ao se produzir e interpretar um gênero, em alguns casos é a forma que determina o gênero, mas é a função, ao que ele se presta e o que ele representa na vida social, sobretudo, o que caracteriza os gêneros. Por exemplo, se o que um indivíduo pretende é se candidatar a uma vaga de emprego em uma empresa,

precisa produzir um curriculum, isto é, um gênero que atenda a essa necessidade, intenção comunicativa; se o que o indivíduo precisa é instruir alguém a montar um móvel, deve produzir um manual de instruções; se quer contar uma história para divertir, entreter, produz uma piada, etc. Assim, todo gênero está inserido em uma situação comunicativa e representa uma prática social específica.

Bakhtin (2003) define também que todo gênero é formado por três elementos, os quais têm o mesmo valor e estão entrelaçados ao todo do enunciado: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo.

O tema ou conteúdo temático é “aquilo que é ou torna-se dizível por meio do gênero” (BRASIL, 1998, p. 21). Por exemplo, os temas que podem ser tratados em uma notícia são acontecimentos do cotidiano que apresentam interesse público. Um fato só será tratado em uma notícia se for de interesse de uma sociedade ou de uma parcela dela. A construção composicional é a “estrutura particular dos textos pertencentes ao gênero” (p. 21); no mesmo sentido, no gênero em questão se estrutura por uma regularidade em seu plano geral: tem um título, chamado de manchete, que é pensado de modo a instigar o leitor a ler a notícia, ou seja, o texto propriamente dito, segundo elemento apresentado no plano geral. O terceiro elemento, definido por Bakhtin (2003) como estilo, é formado por recursos linguísticos discursivos que organizam o conteúdo temático, por exemplo, o emprego da 3ª pessoa do discurso; de uma linguagem mais formal e objetiva, entre outros elementos.

Em decorrência desses preceitos, Marcuschi (2005) afirma que os gêneros não são e não podem ser confundidos como tipos textuais, uma vez que gênero textual é o texto materializado que encontramos no nosso dia a dia, constituído de características sócio-comunicativas, por propriedades discursivos e linguístico-discursivas. Já os tipos textuais são expressões que tratam de uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística, e existentes em número limitado, a saber: tipo de texto narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo/expositivo, injuntivos/instrucionais. (MARCUSCHI, 2005). No caso, a notícia e a reportagem são formadas, predominantemente, pelo tipo de texto expositivo.

De forma mais específica, o gênero discursivo/textual notícia é apresentado na próxima seção.

2. A definição do gênero notícia

Historicamente, a notícia foi um gênero veiculado por diversos meios, sendo hoje a matéria prima do jornal impresso, digital, radiofonado e televisivo.

vo. Dentre os veículos mais primitivos, segundo Barbosa (2001), destaca-se “a transmissão boca a boca”, empregada fortemente ao longo da história. Barbosa (2001) explica que a notícia pode ter nascido pela satisfação que comumente os indivíduos de uma forma geral têm de relatar alguma novidade a alguém. Outro fator que colaborava para a disseminação das notícias transmitidas ainda boca a boca, nos primórdios, era o fato de poucas pessoas possuírem domínio da linguagem escrita.

Mas, a partir do século XIII, devido ao aumento da alfabetização, fenômeno atribuído a diversos fatores, como o aumento das atividades comerciais, elevação da população no perímetro urbano, e a fundação de universidades, por exemplo, a notícia passou a ser também veiculada pela modalidade escrita da língua, sendo registrada em *avvisi*, que eram manuscritos afixados em muros para relatar acontecimentos de interesse de um grupo de pessoas (BARBOSA, 2001). Tais manuscritos não tinham periodicidade fixa, como atualmente, vez ou outra um fato era noticiado à sociedade.

Com o advento da imprensa acontece um grande avanço para a humanidade, como pontua Barbosa (2001), e a possibilidade de reprodução de um mesmo texto num espaço de tempo reduzido, se comparado à reprodução manuscrita, contribuiu para que os acontecimentos pudessem ser repassados para as pessoas de forma mais frequente.

Porém, segundo Barbosa (2001), a imprensa não foi utilizada imediatamente após sua invenção. Conforme a autora, estudiosos da comunicação apontam que depois da invenção de Gutenberg, os jornais, que passaram a caracterizar-se como periódicos regulares, surgiram apenas um século e meio depois da divulgação do invento, datando de 1605, na Antuérpia (Países Baixos) e em 1609, em Brêmen (Alemanha). O conteúdo veiculado nos primeiros jornais era mais voltado às questões econômicas, foi aos poucos que os jornais interessados em questões políticas foram surgindo.

A população das cidades onde os periódicos veiculavam tornaram-se mais bem informadas, as notícias chegavam em um curto espaço de tempo, o que foi muito importante para a época, conforme Barbosa (2001). A veiculação de notícias possibilitava aos governantes, por exemplo, uma melhor divulgação de medidas e leis e na organização da convocação de soldados para uma guerra, por exemplo.

Para Barbosa (2001), na posse de seus próprios jornais, a aristocracia também conseguia ao eleger o que noticiar, e de que forma noticiar, influenciar as pessoas. E foi diante dessa possibilidade de além de relatar acontecimentos, formar opiniões, influenciar a sociedade, e, logo, na intenção de atrair leitores,

que o jornal foi se estruturando em seções de notícias, de textos de opinião, textos para prestação de serviços, etc., dando origem ao formato atual.

Assim, historicamente, a notícia é um dos diversos gêneros discursivos/textuais que circulam na esfera jornalística, um dos muitos com os quais nos deparamos em nosso cotidiano. Caracterizada também por abordar temas atuais e novos, nem toda novidade se torna notícia, porque conforme ensina Barbosa (2001, p.24), dentre os fatores que corroboram para que algo se torne notícia, está a relevância que o acontecimento tem para o povo ou para uma sociedade em questão. Porém, de acordo com Barbosa (2001), cabe ao jornalista ao criar o texto da matéria noticiosa mobilizar estratégias para provocar nos leitores/ouvintes sensações, curiosidades, indignações e opiniões a respeito dos acontecimentos trazidos pelo jornal. A boa articulação dessas estratégias é que garante a venda dos jornais, é o que provoca o interesse no leitor e o sentimento de estar sempre informado.

De acordo com Barbosa (2001), as notícias de maior apelo são as que despertam maior interesse no público, as que vendem mais jornais, o que promove o aumento da tiragem das edições impressas, dos acessos aos portais de notícias e a audiência de tele/radio jornais. Esse fator explica a “caça” à notícia pelas mídias (BARBOSA, 2001, p.41).

Quanto aos elementos que formam a construção composicional do gênero (BAKHTIN, 2003), considerando as notícias veiculados pela mídia impressa, eles podem ser sintetizados da seguinte forma: o jornal impresso tem um plano geral formado por: a) uma manchete (que em outros textos é denominada de título) -responsável por chamar a atenção do leitor para o fato noticiado na notícia propriamente dita; configura-se, geralmente, em letras em fonte maior do que a do corpo do texto, exatamente como uma estratégia: o leitor recorre primeiro a leitura das manchetes e então seleciona as notícias que mais interessam a ele; b) o olho da notícia: conforme Barbosa (2001), é uma parte da manchete, um subtítulo que apresenta-se destacado do corpo do texto, tendo função de continuar atraindo a atenção do leitor, detalhando um pouco mais o que será noticiado pelo texto; c) o texto propriamente dito que configura-se por um *lead*/lide: a construção de *lead* objetiva explicitar, logo no primeiro parágrafo do texto, de forma breve, o conteúdo temático da notícia; o *lead* leva a conhecimento do leitor respostas as seguintes questões: “‘quem?’, ‘fez o quê?’, ‘a quem’ (ou ‘o que aconteceu a quem?’), ‘onde?’, ‘como?’, ‘por quê?’ e ‘para quê?’” (BARBOSA, 2001, p. 73).

Barbosa (2001) explica que o emprego do *lead* sofreu influência do jornalismo americano, se concretizando no mundo todo devido à grande maioria

dos veículos de informação considerar que o público não dispõe de tempo para se dedicar à leitura de textos longos, detalhistas. Por vezes, apenas a leitura do lide já é suficiente para alguns leitores se considerarem informados.

Fundamental destacarmos diante de nosso objetivo de pesquisa que na mídia televisiva o gênero notícia sofre modificações estruturais, por exemplo, a não apresentação da manchete e do olho da notícia. Comumente, o jornalista realiza uma chamada das principais notícias do dia no início da edição e o telejornal vai ao longo de sua execução apresentando de forma linear as notícias, isto é, não há uma apresentação de uma manchete para cada uma das notícias; a manchete se estrutura quase que um sumário, no início do telejornal.

Quanto ao estilo que forma o gênero (BAKHTIN, 2003), destacamos a organização do tempo verbal do que é relatado. Para Barbosa (2001), pela necessidade da notícia em mostrar-se confiável, ou seja, fidedigna diante do fato ocorrido, e de mostrar-se também como de interesse de um grupo social, as flexões dos verbos são ferramentas importantes para o alcance dessas estratégias, pois diante de algo que já aconteceu, é preciso que a notícia não pareça antiga aos olhos de seus interlocutores. Assim, os verbos são empregados no modo indicativo, em predominância, e, principalmente, o tempo é o presente, com o uso do pretérito ou do futuro quando da necessidade de construção de pequenas narrativas ou detalhamentos explicativos.

A pessoa do discurso empregada no gênero é a 3ª pessoa, uma vez que se relata o que aconteceu com alguém, com algum lugar, em alguma situação. E, com vista à subsidiar a imparcialidade, não se emprega na notícia “palavras ou expressões de valor absoluto ou muito enfático” (MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 1996), tais como adjetivos, uma vez que esse recurso linguístico imprime subjetividade ao texto, ou seja, atribui caráter opinativo do autor.

Ainda ressaltando o princípio da imparcialidade, o Código de Ética do Jornalista Brasileiro (FENAJ, 2007) versa a respeito do compromisso dos meios de comunicação com o referido elemento. Em seu artigo 2º, Inciso I, o Código determina que “a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores” (FENAJ, 2007). O Código traz ainda, em seu Artigo 7º, sobre o que é vetado ao jornalista: a incitação ao arbítrio, pois é compromisso do profissional a precisa apuração dos acontecimentos e a divulgação da informação de forma pura e objetiva. Portanto, é proibido que no exercício de sua profissão, o jornalista induza o seu interlocutor a um posicionamento crítico

que corresponda ao que o jornalista ou ao que a mídia pensa. Tal indução pode ocorrer, por exemplo, com o emprego de recursos linguísticos, como o uso de pronome da primeira pessoa do discurso e de adjetivos (FENAJ, 2007).

Conhecidas algumas das características da notícia, passamos a abordar o *Jornal da Globo* e o tratamento dispensado ao referido gênero

3. Em foco: o *Jornal da Globo*

O objetivo da presente pesquisa, como posto, é investigar se o telejornal *Jornal da Globo* pode ser considerado um noticiário dentro dos princípios da neutralidade e da fidedignidade aos fatos noticiados, após sua reformulação de 2015. Para alcançarmos nosso objetivo, coletamos, através de um programa gerenciador de download, o *Internet Download Manager*, diretamente do sítio do *Jornal da Globo*, hospedado no portal *globo.com*, oito edições na íntegra do jornal, colhidas semanalmente, em diferentes dias da semana, eleitas de forma aleatória, em um período de oito semanas. Entretanto, nossas análises se centraram em seis trechos das referidas edições, por considerarmos que esses trechos representam o jornal como um todo, ou seja, conseguem demonstrar o tratamento dispensado pelo telejornal à notícia.

Importante ainda explicar que as edições foram colhidas na íntegra, entretanto, apenas nos interessam pelos materiais noticiosos, sendo dispensados os conteúdos comentados, como por exemplo: comentários culturais, como a coluna de Renato Machado; comentários esportivos; a seção de artigo de opinião, assinada por Arnaldo Jabor; a coluna do comentarista de economia, assinada por Carlos Alberto Sardenberg; entre outros, deixando como objeto de análise, portanto, apenas o que pode ser considerado, em princípio, notícia, o que é realizado, em nossas gravações, pelo apresentador Willian Waack, o então âncora do *Jornal da Globo*.

No período das coletas, como fatos importantes do cenário político nacional, que é do que nos ocupamos em analisar nas matérias noticiadas, destacamos a repercussão das investigações da Operação Lava-Jato. Ocorria ainda, a abertura do processo de impeachment da então Presidente da República, a senhora Dilma Vana Rousseff. Tais acontecimentos receberam destaques por apresentarem-se elegíveis como conteúdo temático, ou seja, conforme Bakhtin (2003), temas que podem ser tratados em uma notícia, visto que são de interesse da sociedade e recentes. Segundo Barbosa (2001), é mesmo a relevância que o acontecimento tem para o povo ou sociedade em questão que define a seleção do fato a ser noticiado por uma mídia.

A seguir apresentamos uma síntese de cada um dos acontecimentos que foram notícia nos episódios coletados, a fim de que possamos conhecer os fatos e a partir deles analisar se o que foi relatado no Jornal pode ser considerado notícia.

Desenvolvida perante a Justiça Federal de Curitiba, a Operação Lava-Jato, inicialmente, investigou e processou quatro organizações lideradas por doleiros – operadores do mercado paralelo de câmbio – que usavam uma rede de postos de combustíveis e um lava-a-jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos, tendo depois o Ministério Público Federal recolhido provas de um esquema criminoso de corrupção que envolvia à Petrobras. Do esquema, investiga-se o pagamento de propina para altos executivos da Petrobras e para outros agentes públicos, pagamentos realizados por empreiteiras que se organizavam em cartel. Os valores das propinas, de acordo com as investigações, variavam entre 1 (um) e 5% (cinco por cento) do montante total dos contratos bilionários superfaturados; o suborno era distribuído por operadores financeiros do esquema, que incluíam doleiros investigados na fase inicial da operação.¹

O processo de *impeachment* movido em desfavor da senhora Dilma Vana Rousseff teve início em dois de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, o senhor Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido dos juristas, Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, que justificavam a instauração e tal procedimento tendo como alegações a prática das chamadas “pedaladas fiscais”, bem como a edição de decretos de abertura de crédito sem a devida autorização do Congresso, configurando, segundo os referidos juristas, crime de responsabilidade fiscal. Ademais, a acusação alegou que a suplementação aprovada pelos decretos chegava a mais de R\$ 95 bilhões de reais, contribuindo, assim, para o descumprimento da meta fiscal de 2015, por parte da então presidenta da república. Alegaram ainda que o governo estava ciente da irregularidade, uma vez que já havia pedido revisão da meta quando editou os decretos, sem ter realizado consulta ao Legislativo, como deveria ter sido feito antes da aprovação da nova meta. Ao fim de 273 dias, o caso encerrou-se, tendo como resultado a cassação do mandato da presidenta.²

A seguir transcrevemos partes das edições gravadas, selecionando alguns dos momentos do noticiário:

¹ Portal do Ministério Público Federal - Entenda o caso. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.br/ente-nda-o-caso>>. Acesso em 24 de fev. de 2017.

² Portal do Senado Federal - Notícias – *Impeachment* de Dilma Rousseff marca o ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> Acesso em 01 de mar de 2017.

03 de dezembro de 2015

Boa noite! O Palácio do Planalto e o Presidente da Câmara dos Deputados, trocaram chumbo grosso, hoje, acusaram-se, mutuamente, de mentirosos. Já houve recursos ao Supremo Tribunal Federal para tentar bloquear o rito do impeachment, iniciado formalmente na Câmara com a leitura de uma pesada peça de acusação ao governo de Dilma Rousseff. Qual lado acha que sai ganhando se apressar o tramite todo, você acompanha aqui, no Jornal de Globo. [...].

No trecho acima, abertura da edição ou trecho classificado como chamada da notícia, observamos o emprego da expressão “chumbo grosso” que denota vários significados com valoração negativa do fato, por exemplo: ofensas pesadas, fortes acusações, xingamentos. Logo, a expressão pode ser interpretada como uma adjetivação, demonstrando opinião do jornalista ou da mídia a qual ele representa a respeito das acusações feitas pelos representantes da presidência da república e pelo presidente da câmara dos deputados. O mesmo ocorre no emprego pelo jornalista da expressão “pesada”, utilizada para qualificar de forma negativa à peça de acusação lida na Câmara contra a presidente. Há no emprego desses recursos linguísticos uma quebra da imparcialidade, já que a notícia tem como princípio o não emprego de adjetivos (MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 1996) (FENAJ, 2007), uma vez que esse recurso linguístico imprime subjetividade ao texto, ou seja, atribui caráter opinativo ao gênero.

Logo, a maneira como a chamada é construída pelo jornalista desconfigura o gênero, existe a quebra de uma das principais características da notícia: a imparcialidade.

Ainda na mesma edição de 03 de dezembro de 2015, na continuação do trecho supracitado, diz o jornalista:

Qual lado acha que sai ganhando se apressar o tramite todo? você acompanha aqui, no Jornal de Globo. [...].

No discurso, o jornalista esclarece ao telespectador que existem dois lados que se opõem, o lado que forma a base a favor do governo Dilma e outro que é contra, isso é um fato. Porém, a apresentação do questionamento sobre qual lado sairá ganhando expõe uma interpretação do jornalista (ou da mídia) de que ambos os lados têm interesses escusos com a situação posta. Organização discursiva que se configura como incitação ao arbítrio (FENAJ), outro fato que vai de encontro aos princípios de uma notícia.

Em trecho de uma outra edição, de 10 de dezembro de 2015:

Boa noite! O Brasil está próximo de ser rebaixado por mais duas agências de classificação de risco e perder o grau de investimento, isso dizem dez entre dez consultorias. O ministro da fazenda, o nosso [Ministro do Brasil], também, bastante realista, admitiu hoje que o provável rebaixamento reflete mesmo o que está acontecendo com a economia, mas, com foco e entendimento político, o Brasil se recupera, disse o ministro. No curto prazo, isso é bem pouco realista.

E você vai ver também: até quando vai esse abuso de paciência? O conselho de ética remarcou para terça-feira a votação de novo relatório sobre Eduardo Cunha [...].

O fato de o jornalista ter referenciado especialistas para relatar a possibilidade do Brasil ser rebaixado por instituições que gerenciam os aspectos mercadológicos e econômicos marca o texto como registro de fatos, que é característica estável do gênero notícia, conforme Barbosa (2001). Contudo, na sequência da fala, novamente, observamos o emprego de adjetivação quando do uso da expressão “bastante realista”, o que faz referência à fala do ministro da fazenda sobre a situação relatada. Apenas o fato deveria ser relatado, sem a presença da classificação pelo jornalista, de que a fala do ministro é “bastante realista”. Revela-se nessa estruturação da sintaxe um julgamento individual (do jornalista ou da mídia), um juízo de valor sobre a atitude do ministro diante da situação do país. Julgamento acentuado ainda mais pelo comentário: “No curto prazo, isso é bem pouco realista”. O jornalista se coloca nesse momento como um especialista econômico, fugindo do exercício de sua profissão, que requer apenas o compromisso de apurar e divulgar informações ao público telespectador. Logo, o trecho em questão, da maneira como é construído discursivo-linguisticamente é uma incitação ao arbítrio (FENAJ, 2007).

Ainda sobre o mesmo trecho de 10 de dezembro de 2015, ao anunciar: “você vai ver também, até quando vai esse abuso de paciência?” - fica ainda mais aparente que o jornalista induz o ouvinte a um posicionamento crítico, ao posicionamento de que a remarcação da votação é um abuso, é algo errado, um abuso. Novamente, atitude que vai de encontro à função social da notícia (FENAJ, 2007).

Novo trecho de uma outra edição, de 17 de dezembro de 2015:

Boa noite! O impeachment contra Dilma Rousseff voltou hoje à estaca zero, depois de uma série de decisões do Supremo Tribunal Federal, que deram grande satisfação ao governo. O peso principal do impeachment será agora do Senado,

onde o governo tem uma situação mais confortável do que na Câmara. Os Juízes do Supremo anularam o que a câmara fez até agora, mas, ao estabelecer o rito mataram uma frase, a de que impeachment é golpe. [...]

Ao classificar o contentamento do governo frente às decisões do STF, é possível perceber a contrariedade do âncora (ou da mídia) frente à situação, Waak afirmar que as decisões do supremo deram grande satisfação ao governo, o que é uma opinião individual do jornalista (ou da mídia) a respeito da situação. A notícia seria, por exemplo: as decisões do Supremo fizeram o processo de impeachment voltar ao ponto de início, o que beneficia o governo. Ao optar em fazer uso de expressões populares como: “estaca zero” e “grande satisfação” dão uma entonação pejorativa ao fato, enunciando o descontentamento do jornalista (ou da mídia).

Mais adiante, o âncora diz que: “ao estabelecer o rito mataram uma frase, a de que impeachment é golpe”. Neste trecho, evidencia-se também a parcialidade do âncora (ou da mídia), uma vez que este lança um juízo de valor ao sinalizar um posicionamento frente às discussões a respeito da legitimidade ou não do processo de impeachment.

Na continuação da mesma edição, de 17 de dezembro de 2015, relata o jornalista:

O Supremo Tribunal Federal deu um novo fôlego ao governo e desagradou a oposição ao decidir, hoje, sobre o rito do processo de impeachment, processo já aceito na câmara dos deputados. Vamos aos pontos principais da votação dos 11 ministros, em plenário, do STF. Nós selecionamos o que é relevante para que você comece esta edição, já informado do que aconteceu. O senado pode reverter uma decisão da Câmara, por exemplo, a favor do impeachment? Sim! Outro item importante, nas decisões, hoje, uma comissão, como foi formada na câmara, com alternados, não a comissão indicada pelos líderes, pode? O Supremo disse, não! Mais um item importante na votação hoje, o voto para a escolha da comissão especial do impeachment, poderia ser secreto como foi? Não! E o quarto ponto que nós destacamos para vocês se refere ao pedido, por parte do governo, da presidente ter a possibilidade de defesa prévia, não era o mais relevante, mas, a esse item, o Supremo disse, não! Vamos, ao vivo, à Brasília com a repórter Giovana Teles [...] Giovana, um dos aspectos centrais, que a gente destacou, foi o Supremo ter conferido maior poder ao Senado, é uma votação muito relevante até para o que vai acontecer no Congresso, daqui pra frente [...]

Ao pontuar que a equipe do jornal selecionou o que seria relevante, o princípio da neutralidade e fidedignidade aos fatos é rompida. Considerando

que, segundo a FENAJ (2007), é dever dos meios de comunicação a correta e precisa divulgação da informação, desconsiderando natureza jurídica e linha política de qualquer membro do corpo editorial, bem como seus proprietários, o telespectador deveria ter o relato do que ocorreu na referida votação e então construir opinião própria, não ser induzido a refletir sobre o que o jornal considera como o mais importante ou relevante.

A seguir, um trecho da edição de 23 de dezembro de 2015:

Ainda bem que o Presidente do Banco Central do Brasil não é Papai Noel, ele não ia ter presente para distribuir no Natal deste ano. Já pensou o bom velhinho dizendo: “Pessoal, a recessão deste ano é pra valer, a do ano que vem, também!”. É o que o banco central disse hoje. É possível até, que invés de distribuir algum, ele pedisse algum, diante da queda de arrecadação do governo. E você vai ver também....

[...] Números do Banco Central confirmaram hoje, que a economia brasileira está em forte recessão e que o ano começa com a inflação rodando próxima ali dos onze por cento, a meta oficial, esquecida há anos, é de quatro e meio. [suspiro] E diante dessa grave recessão da economia brasileira, a arrecadação do governo federal em novembro, foi a pior, para o mês de novembro, desde 2008, isso complica ainda mais o esforço de equilíbrio fiscal. Vamos aos números, que vocês tenham ideias vocês mesmos, são números oficiais, novembro, essa foi a arrecadação [aponta o telão], é uma queda real de dezessete, em relação à novembro do ano passado. No acumulado, vamos ao próximo quadro, no período, o acumulado deste ano, tivemos uma queda real de cinco vírgula sete por cento. A crise aguda nos hospitais, levou o governador do Rio a decretar estado de emergência na saúde pública. A medida deve facilitar a liberação de recursos [segue à reportagem].

[...] Uma reunião, formal, entre o presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, para tratar do rito do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, terminou, agora a tarde, com pouco progresso, lá em Brasília. A Câmara quer entrar com recurso no STF para esclarecer dúvidas que, segundo o Presidente do Supremo, essas dúvidas não existem. [ar de riso] Vamos então à Brasília, com a repórter Giovanna Teles. Giovanna, boa noite. O Presidente do STF, ele quis que a imprensa acompanhasse essa reunião formal, dele com o Eduardo Cunha, isto não é corriqueiro, não é normal, é o quê, sinal de desconfiança?

Dessa edição decidimos por focar mais nas marcas da linguagem não-verbal empregadas pelo jornalista. O que verificamos foi a presença de marcações gestuais que sinalizam posicionamento de Waak (ou da mídia) frente aos fatos relatados, como, por exemplo, a execução de um suspiro (aos 03 minutos e 31 segundos da edição em questão). Ao trazer os informes sobre a recessão

que o país enfrenta, o âncora pontua a desaprovação frente ao que acabara de ser enunciado, o que durante a enunciação da notícia caracteriza a emissão de juízo de valor, configurando, então, um desvio do estilo do gênero (BAKHTIN, 2003), e contrariando as regulamentações da FENAJ (2007).

Seguindo nossas análises, trazemos um recorte da edição do Jornal do dia 07 de março de 2017, que apresenta os mesmos desvios apontados nos recortes das edições de 2015, o que interpretamos como uma concretização da configuração que o Jornal passou a ter a partir de 2015.

Boa noite! Agora os números são oficiais, o Brasil está confirmado, está na pior recessão da história. Isso significa mais pobreza, mais desemprego, menos esperança. É o resultado da extraordinária incompetência dos governos dos últimos treze anos, nenhum outro país importante foi tão mal na economia como o Brasil. Um desastre inédito como esse não veio apenas de burrice, desmandos e roubalheira, vem por se acreditar em ideias erradas. [...]”. “[...] O IBGE confirmou hoje o pior desastre econômico da história do Brasil, a recessão mais profunda e o período mais longo de mau desempenho da economia, resultado de anos de políticas governamentais erradas e incompetentes. Os números principais, divulgados pelo IBGE, estão aqui para que vocês mesmos possam conferir. O PIB, a fonte IBGE, nós acompanhamos desde 2018, vocês veem ano-a-ano qual foi a evolução, nunca tivemos na história dois anos seguidos com quedas tão brutais como essas que vocês acabaram de ver. O que torna a situação um pouco mais preocupante ainda é o fato de que todos os setores, sem exceção, tiveram queda no seu desempenho, e o mais preocupante de todos, vocês já conferiram os setores clássicos da economia, é constatar que o investimento está diminuindo, e sem investimento país nenhum é capaz de crescer. Quando o país vai sair do buraco onde foi jogado pelos últimos governos, vai demorar, dizem especialistas. O atual governo vem se esforçando em dizer que esse retrato passado não é necessariamente uma condenação do futuro [...].

Desconsiderando a função social do gênero, o jornalista emprega um tom explicitamente crítico e tendencioso ao que devia apenas ser o relato puro e preciso dos fatos (FENAJ, 2007). Podemos observar tal desvio pelo emprego de expressões que denotam juízo de valor ao enunciado, como, por exemplo: “incompetência”; “desastre” (duas ocorrências); “burrice”; “desmandos”; “roubalheira”, dentre outros. Estas expressões, marcação de uma linguagem popular, em uma modalidade da língua bastante informal, qualificam de forma negativa os acontecimentos noticiados, fugindo do estilo que caracteriza o gênero (BAKHTIN, 2003) que não admite o uso de adjetivos (MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 1996) (FENAJ, 2007). O ancora

lança ainda um questionamento ao seu interlocutor: “Quando o país vai sair do buraco onde foi jogado pelos últimos governos”, conduzindo, deste modo, o telespectador a assimilar que a culpa da recessão é dos governos anteriores, principalmente após a utilização de adjetivos em seu texto, que evidencia o posicionamento do jornalista (ou da mídia que ele representa).

Considerações finais

Ao compararmos os elementos que compõem o gênero textual notícia no que se refere principalmente ao estilo do gênero, conforme estudos de Barbosa (2001) e as prescrições do *Manual da redação da Folha de S. Paulo* (1996) e da FENAJ (2007), analisamos alguns trechos de diferentes edições do telejornal *Jornal da Globo*, a fim de compreender se a referida mídia pode ser considerada um noticiário dentro dos princípios da neutralidade e da fidedignidade aos fatos noticiados. Os resultados demonstram que o telejornal apresenta desconfigurações na apresentação do gênero notícia, com o emprego de adjetivação e incitação a construções de opiniões pelo telespectador que se configuram a partir da ideologia do jornalista ou da mídia em questão: da Rede Globo.

Dessa forma, nossa interpretação é que o *Jornal da Globo* não pode ser classificado como um noticiário, cabe a ele uma nova classificação.

Referências

- <fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf> Acesso em: 10-03-2017.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BARBOSA, Jaqueline Peixoto. Notícia (Coleção trabalhando com os gêneros do discurso: relatar). São Paulo: FTD, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2013.
- COSTA, Sérgio Roberto. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros – (em vigor). 2007– Disponível em:

MANUAL DE REDAÇÃO – FOLHA DE S. PAULO – 1996 Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm. Acesso em: 01-02-2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. et al. (org.) Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-36.

Recebido em 2 de dezembro de 2017.

Aceito em 26 de março de 2018.

OS TOPÔNIMOS COMERCIAIS DA CIDADE DE NARANJAL, PARAGUAI

COMMERCIAL TOPONYMS OF NARANJAL CITY IN PARAGUAY

Marcia Sipavicius Seide

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
marciaseda4@hotmail.com

Patrícia Lucas

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
patricialucas85@hotmail.com

RESUMO:

O estudo da toponímia revela aspectos da cultura e da identidade de uma comunidade, o que permite relacionar a Toponímia à Sociolinguística, ramo da Linguística que estuda as relações entre a língua e a sociedade. A partir desses pressupostos, o presente artigo apresenta uma análise dos topônimos comerciais (nomes de estabelecimentos), da cidade de Naranjal, localizada no Paraguai e colonizada por brasileiros. Os resultados mostram que a maioria dos topônimos presta homenagem aos proprietários dos estabelecimentos, são híbridos e remetem ou à língua ou à origem dos colonizadores.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica, Toponímia; Sociolinguística

ABSTRACT:

As the study of the toponymy reveals aspects of the culture and identity of a community, it is possible to relate Toponymy to Sociolinguistics, a branch of Linguistics that studies the relations between language and society. From this assumption, the present article analyses commercial toponyms (names establishments) of the city Naranjal located in Paraguay and colonized by Brazilians. Results show that most toponyms pay tribute to it's owners, are hybrids and refers either to their mother language or to their homeland

KEYWORDS: Onomastic, Toponymy; Sociolinguistics.

Introdução

O léxico de uma determinada língua retrata a experiência do povo que a fala, o que demonstra a proximidade existente entre o léxico e a cultura. Assim, por meio do estudo dos nomes, é possível conhecer a história de uma determinada comunidade. A atividade de nomear resulta de um processo de

categorização pelo qual palavras e conceitos se unem em relação de concomitância, uma vez que não é possível a linguagem não ser acompanhada pelo pensamento ou vice-versa. Também, de acordo com as suas características culturais, os indivíduos atribuem às pessoas e aos lugares determinadas características, motivo pelo qual os nomes próprios fazem parte da história, da vida e da ideologia dos indivíduos e das sociedades.

Nesse sentido, é possível retomar o discurso bíblico, o qual afirma que, quando Deus nomeou e as coisas foram feitas, claramente se observou a apropriação do real no ato da nomeação por meio da “corporificação” das palavras. Vê-se, então, que, atrelados aos nomes, está o homem, relacionando língua, história e cultura.

A partir dessa premissa, e buscando descrever as características e usos dos nomes próprios, surgiu a Onomástica, área da Linguística que pode ser subdividida em Toponomástica, que estuda os nomes de lugares (os topônimos) e Antroponomástica, que estuda os nomes próprios de pessoas (antropônimos). Os estudos toponímicos, foco deste estudo, são considerados interdisciplinares, pois a Toponímia se relaciona à Linguística, à História, à Geografia e à Antropologia.

Dick (1990), precursora dos estudos toponímicos no Brasil, afirma que não se pode pensar a Toponomástica desvinculada de outras ciências: “é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador” (DICK, 1990, p.2).

Vários autores vem realizando estudos toponímicos sob o viés interdisciplinar. Em “*A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica*” Reginaldo Benedito Dias (2000) relaciona o estudo dos topônimos à História. Para mostrar a intersecção dessas duas áreas do conhecimento, o autor analisa os nomes das ruas dos bairros da cidade de Maringá associando-os a determinados fatos históricos. Para este historiador, este tipo de nomeação faz parte de um processo

caracterizado pelo esforço de perenização da memória de personagens e fatos da história nacional ou local. Trata-se de recorrente forma de reprodução e perpetuação da chamada história oficial, baseada no culto à genealogia da nação e edificação do Estado nacional, assim como aos fatos e personagens correspondentes (DIAS, 2000, p.103)

O autor nota, contudo, que esse processo não é fixo e imutável, mas sim dinâmico, uma vez que ocorre de acordo com a ideologia e os valores de cada

época, não sendo raros os casos de substituição toponímica. Dias (2000) também reitera que as ruas de Maringá, a exemplo do que ocorre em outras cidades, são espaços onde há a perpetuação de nomes de personagens e de fatos da história oficial, nacional e local. Além disso, afirma que, ao estudar a história da cidade mais a fundo, percebeu que o processo de denominação das ruas, longe de ser estático, foi dinamicamente se adequando aos novos objetivos, modificando o planejamento inicial. (DIAS, 2000, p.119).

Outro estudo relevante inserido no contexto interdisciplinar da Toponímia é o realizado por Jörn Seemann, professor da disciplina de Geociências, da Universidade Federal do Cariri (UFRCA) e publicado no artigo “*A Toponímia como construção histórico-cultural: os exemplos dos municípios do estado do Ceará*”. Nesse estudo, o autor, sob a perspectiva histórica da geografia cultural, propõe-se a mostrar as facetas político-culturais da Toponímia, utilizando, como exemplos, recortes ilustrativos da toponímia brasileira, encontrados no estado do Ceará.

Para dar embasamento ao estudo, Seemann (2005) cita os estudos feitos por Siderius e Bakker (2003), os quais mostraram a relação estreita entre a Toponímia e a nomenclatura dos solos na Holanda; e também Waibel (1943), que recuperou características da paisagem natural de cuba a partir do estudo do significado e da etimologia dos topônimos.

A partir da análise da Toponímia dos municípios do Estado do Ceará, Seemann evidenciou a influência da política nacionalista de Getúlio Vargas (1940-1960) na toponímia do estado pela qual vários topônimos foram substituídos por nomes tupis. Tendo em vista tais resultados, Seemann (2005) também pontua que a investigação toponímica inclui a investigação histórica, pois o nome do lugar por si só não é capaz de revelar a sua motivação, assim

torna-se imprescindível coletar informações além dos dados oficiais dos anuários estatísticos e dos livros de história. Atrás dos nomes de lugares escondem-se pessoas ou grupos que os inventam, decretam, aceitam, rejeitam ou mudam. Tanto os acidentes geográficos quanto os topônimos constroem territórios, territorialidades e identidades, e a tarefa da Geografia Cultural será investigar, comparar e interpretar o significado dos nomes dos lugares e as diferentes versões e visões da sua topogênese, sejam do ponto de vista oficial (por exemplo, decretos e leis), sejam a partir da cultura de um povoado com as suas crenças populares, lendas e “mitos fundadores”, fundadores”, que mesclam a reconstrução do passado com a (re)invenção de tradições (SEEMANN, 2005, p.220)

Também interdisciplinar é a pesquisa publicada no artigo *Geografia e Linguística: intersecções no estudo toponímico*, de Sousa (2007), professor da Universidade Federal do Acre. O pesquisador se propôs a “discutir alguns aspectos referentes à Toponímia dos Seringais e colocações acreanas, num enfoque etnolinguístico, além de verificar a possível relação entre <<língua-homem-cultura>> no ato de nomear os lugares”. (SOUSA, 2007, p.116). Assim como Seemann, Souza trata a Toponomástica sob o viés da interdisciplinaridade.

Os resultados obtidos por Souza (2007) mostram que, na Toponímia do Acre, os Corotopônimos (classificação dada a nomes que fazem referência a cidades, estados, países, regiões e continentes) aparecem em maior número, o que, segundo o autor, é resultado dos movimentos migratórios ocorridos na região. Muitos seringueiros que vieram ocupar o território do Acre procuraram nomear os locais recém habitados com nomes que, de alguma forma, homenageassem a antiga morada.

Aguilera (1999), por sua vez, discute a taxionomia dos topônimos e os problemas encontrados para classificá-los. Para a autora, a concepção tradicional dos estudos toponímicos, em grande parte, aborda a análise dos topônimos levando em consideração os aspectos intralinguísticos em detrimento dos extralinguísticos. Contudo, segundo ela,

os topônimos se relacionam diretamente com os conceitos de homem e ambiente: é o homem quem denomina os acidentes geográficos que o rodeiam e certamente não o faz aleatoriamente, mas movido por uma impressão sensorial e ou sentimental que o acometa no momento da denominação. (AGUILERA, 1999, p.125).

Em relação às tentativas de classificação toponímica, Aguilera (1999) cita as contribuições de Dick (1992-1994), precursora dos estudos toponímicos no Brasil, Isquierdo (1996) que propôs ampliação da categorização proposta por Dick e do venezuelano Salazar-Quijada (1985) para a área. Entretanto ressalta que dadas a complexidade e as inúmeras possibilidades para a nomeação dos lugares, com o passar do tempo, as taxionomias propostas tornaram-se insuficientes.

Diante disso, a autora afirma serem intensos os esforços dos estudiosos da área para tentar sanar as dificuldades encontradas para a categorização dos topônimos, em especial, aqueles que nomeiam as cidades do estado do Paraná. Nessa perspectiva, Aguilera (1999) cita as contribuições de Santos (1996), Lima (1997), Ramos (1997) e Francisquini (1998), que, em suas pesquisas, embora sob enfoques diversos, consideraram as taxionomias incompletas por não darem conta dos topônimos em sua totalidade, tornando o trabalho do toponimista,

muitas vezes, desconfortável pela impossibilidade de resolver todos os casos de denominação. (AGUILERA, 1999, p.129)

Como possibilidade de solução para o problema da categorização toponímica, a autora propõe a criação de novas taxes, de acordo com as necessidades encontradas em cada contexto de análise; e também a realização de estudos *in loco*, os quais possibilitem ao pesquisador o contato direto com fontes de informação precisas a respeito dos topônimos em estudo.

Por fim, a autora conclui que os estudos toponímicos são interdisciplinares, uma vez que dialogam com ciências auxiliares como a antropologia, a sociologia, a história oral e o folclore (AGUILERA, 1999, p.136).

Outra contribuição para os estudos Toponímicos sob o viés interdisciplinar encontra-se na pesquisa de Rosa Lúcia Coimbra e Lourdes de Castro Moutinho (2012), intitulada “*Perfumaria Paris e Pizaria Romana: topónimos europeus em nomes de empresas de Portugal*”. Diferentemente dos estudos anteriores, neste artigo, o estudo toponímico se enriquece com os estudos da Publicidade. Essa relação interdisciplinar, segundo Coimbra e Moutinho, ocorre porque a escolha de um nome para um estabelecimento comercial tem total relação com o mercado publicitário. O objetivo deste estudo foi o de aferir a presença de nomes estrangeiros nos estabelecimentos comerciais de Portugal.

Mediante seleção de nomes empresariais nos quais houvesse topônimos e patronímicos que remetesse ao espaço geográfico europeu, foram catalogados para análise 648 nomes empresariais que constituíram o *corpus* de pesquisa. Para apresentar os resultados, foram utilizados gráficos, num total de sete, em que, de modo geral, observou-se a predominância de nomes alusivos à Itália, em estabelecimentos comerciais voltados à gastronomia, e à França aos que se referem à moda e à cosmetologia.

Esses resultados, segundo as autoras, reforçam a ideia de que a escolha de um nome para um estabelecimento comercial não é feita de modo aleatório, pois os nomes apresentam laços afetivos e também buscam prender a atenção do consumidor como acontece no discurso publicitário.

Silva, Santos e Jung (2016), por sua vez, em “*Multilinguismo e política linguística: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça*”, procuram descrever a paisagem linguística da cidade e relacioná-la às políticas linguística da cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, caracterizada por ser multilíngue, isto é, um espaço no qual convivem várias línguas e culturas.

A pesquisa de campo realizada pelas autoras foi registrada em fotos cuja análise é apresentada ao longo do artigo delas. Parte da amostra é constituída por imagens de fachadas mostrando nomes de estabelecimentos comerciais. A análise dos dados sugeriu que o Multilinguismo existente na cidade de Foz do Iguaçu ocorre em decorrência dos processos de globalização, por meio do inglês e também revela a expressividade de grupos imigratórios na localidade, especialmente os árabes, encontrados no centro da cidade e próximos à fronteira com o Paraguai.

Apresentada a área de investigação em que se insere a pesquisa, e feita uma breve revisão de literatura, informa-se sobre a estruturação deste artigo.

Este artigo está organizado em quatro seções. A primeira apresenta a fundamentação teórica da pesquisa. Nesta seção, são feitas considerações sobre os estudos do léxico, área em que os estudos toponímicos estão inseridos. Neste contexto, são discutidos e apresentados os conceitos-chave da Onomástica (ciência responsável pelo estudo dos nomes) e também a Sócio-Onomástica, vertente dos estudos onomásticos que estuda os nomes, levando em consideração os aspectos socioculturais que influenciam a escolha dos nomes.

A segunda seção objetiva deixar o leitor informado a respeito do contexto em que se deu o presente estudo, nela apresentam-se os aspectos políticos e econômicos que influenciaram a colonização brasileira no Paraguai. No mesmo capítulo informações sobre a cidade de Naranjal são apresentadas ao leitor, por meio de uma breve contextualização histórica, política e cultural da cidade.

Na terceira seção, são apresentados os dados coletados durante a pesquisa de campo realizada na zona urbana da cidade de Naranjal, bem como a classificação toponímica proposta por Dick (1990) e por Isquerdo (1996). A análise feita baseou-se em dois aspectos fundamentais: na categorização toponímica proposta pelas autoras supracitadas e na análise da constituição linguística dos topônimos comerciais encontrados na localidade.

Na última seção do artigo, são feitas algumas considerações sobre os nomes dos estabelecimentos comerciais da cidade de Naranjal como parte da paisagem linguística da cidade, com o objetivo de refletir sobre as possíveis influências sociais e culturais que motivaram a escolha dos topônimos por parte dos denominadores, tendo em vista que a cidade pertence ao Paraguai, mas foi colonizada por brasileiros¹.

¹ Os resultados da pesquisa ora apresentada serão aprofundados em dissertação de mestrado que está sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras da Unioeste.

1. Fundamentação teórica

O estudo dos nomes está inserido na grande área da Lexicologia, que tem como objetivo o estudo científico das palavras, sua categorização e estruturação. Diante dos substantivos próprios, Biderman (1998, p. 11) afirma que “O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente”.

Ainda a respeito do ato de nomear Biderman esclarece que :

a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do Universo. Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca. (BIDERMAN, 1998, p. 11)

A nomeação de pessoas e de lugares é uma prática realizada desde os primórdios da humanidade. Esse processo de nomeação possibilita a individualidade e, por conseguinte, a identificação particularizada.

Na Antroponímia (conjunto de nomes próprios de pessoas), estão os prenomes, sobrenomes ou apelidos de família; na Toponímia, por sua vez, estão os nomes de lugares, cujo estudo leva em consideração sua origem e evolução, com inclusão dos nomes de cidades e localidades, nomes de rios e cursos d'água, nomes de lagos, nomes de montes e de relevos, nomes de subdivisões administrativas e de estradas, assim como nomes de lugares que são batizados com língua estrangeira.

É necessário também esclarecer aqui questões terminológicas. Dick foi uma das precursoras dos estudos da Onomástica no Brasil. Na publicação de seus primeiros trabalhos, o termo Toponímia era utilizado em dois sentidos: como termo que designa área de estudo e também como o conjunto de nomes próprios de lugares, o mesmo ocorrendo com Antroponímia. Na atualidade, faz-se a distinção do termo Toponímia, utilizado apenas para se referir ao conjunto de nomes de lugares e Toponomástica termo criado para designar a ciência que os estuda.

Em relação aos estudos toponímicos no Brasil, eles foram inicialmente realizados por Dick (1987), a qual estudou as principais motivações toponímicas brasileiras. Suas reflexões resultaram na tese de doutoramento “*A motivação toponímica e a realidade brasileira*”, que se configura, até hoje, como

uma importante referência na área. Segundo Dick (2007, p.144), os nomes de lugares não servem apenas como um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; eles indicam os rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais valorizadas pela população. Isto porque ela compartilha, assim como Biderman, do conceito de linguagem de Sapir, segundo o qual não é possível não associar a língua à visão de mundo e dos valores da sociedade daqueles que dela se utilizam

A linguagem é um guia para a “realidade social”. [...] os seres humanos não vivem só no mundo objetivo, ou só no mundo da atividade social como normalmente se admite, mas vivem quase totalmente à mercê da língua específica que se tornou o meio de expressão para a sua sociedade. É ilusório imaginar que alguém possa fundamentalmente ajustar-se à realidade sem o uso da linguagem e que a língua seja apenas um recurso qualquer para resolver problemas específicos de comunicação ou reflexão. O fato é que “o mundo real” é, em grande parte, construído inconscientemente sobre a base dos hábitos linguísticos do grupo. Não existem duas línguas, por mais semelhantes que sejam, que possam ser consideradas como representantes da mesma realidade social. Os mundos em que vivem as diferentes sociedades humanas são mundos distintos e não um só e mesmo mundo, ao qual se teriam apostado etiquetas diferentes. (SAPIR, 1947, p.11, *apud* BIDERMAN, 1998 p.93)

A partir dessas premissas, fica evidente a relação entre o homem e o ambiente, sendo este o ponto principal para o surgimento do topônimo, pois o homem tem a necessidade de nomear o ambiente físico-social que o cerca, transformando o espaço em lugar.

Ao estudar a língua, é importante levar em consideração os contextos socioculturais em que ela ocorre, haja vista que a interação entre os falantes de uma língua dá-se sob o suporte da sociedade e da respectiva cultura que envolve esses falantes. Esses contextos, muitas vezes, podem esclarecer os fenômenos linguísticos, tendo em vista que a língua é viva e o contato entre os indivíduos de comunidades distintas provoca alterações no uso da língua. Como exemplo, pode-se considerar quando um neologismo é criado e incorporado ao léxico, resultando em substituição de palavras. Nos estudos toponímicos, portanto, é imprescindível levar em consideração o contexto em que os dados são coletados, tal aspecto é ressaltado quando a toponímia é estudada sob o viés da Sócio-Onomástica, subárea da Onomástica na qual a relação entre língua e sociedade dentro do contexto dos estudos toponímicos é posta em primeiro plano.

Na Sócio-Onomástica, o objetivo principal é a análise dos nomes sob a perspectiva sociocultural, observando como os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais podem interferir na prática de nomear um determinado lugar, além de relacionar a própria questão identitária ao fator motivador.

Willy van Langedonck (2007), estudioso precursor da Sócio-Onomástica, analisou os nomes próprios de pessoas sob uma perspectiva social. Em seu trabalho intitulado *Theory and Typology of Proper names*, o autor defende que nome e sociedade estão intrinsicamente ligados, haja vista que “os nomes próprios são signos linguísticos ancorados socialmente e são grande parte e parcela do inventário linguístico de uma comunidade² (LANGEDONCK, 2007, p.306, tradução nossa).

Frai (2016), em *Motivação para a escolha de um segundo nome na Antroponímia Rondonense*, também analisou as escolhas de nomes com base em uma perspectiva social. A autora desenvolveu para isso uma metodologia própria de trabalho. Inicialmente delimitou a construção da amostra a partir das variáveis faixa etária e gênero e enfatiza que “na pesquisa Sócio-Onomástica, sente-se a necessidade de flexibilizar a metodologia e há consciência de que, para esse tipo de pesquisa, é necessária a interação ativa do pesquisador, sendo, portanto, inegável sua influência no objeto pesquisado”. (FRAI, 2016, p. 98). Na sequência, para a geração de dados, Frai (2016) optou pela entrevista face a face gravada, com o intuito de interagir com o entrevistado e coletar o maior número de informações possíveis. Posteriormente, catalogou-as em tabelas, separando os informantes de acordo com faixa etária (década de nascimento).

Após a análise dos dados coletados, os resultados apontaram que são diferentes as práticas de nomeação entre homens e mulheres. A autora ressalta que “o detalhamento da metodologia é fundamental para a pesquisa Antroponomástica. Tal abordagem metodológica contribui para o fortalecimento dessa área de estudos, mostrando assim que há cientificidade e métodos adequados a serem seguidos em uma pesquisa antroponímica”. (FRAI, 2016, p. 104).

De modo semelhante ao que ocorre quando topônimos são estudados na Sócio-Onomástica, a investigação de Silva, Santos e Jung (2015) focaliza a convivência de línguas na paisagem linguística, mas não se detém nos nomes dos lugares enquanto objeto de estudo. Neste sentido, o que se propõe no presente artigo é justamente abordar a relação entre a escolha dos nomes dos estabelecimentos comerciais da cidade de Naranjal - Paraguai e os fatores socio-

² Proper names are socially anchored linguistic signs and as such part and parcel of the linguistic inventory of society. (LANGEDONCK, 2007, p.306)

culturais existentes na localidade a partir da análise dos topônimos comerciais encontrados na localidade.

Com relação a pesquisas realizadas no Paraguai, país em que se localiza a cidade de Naranjal, objeto desta reflexão, não há indícios de estudos sobre a toponímia do país, conforme se verificou em pesquisa realizada no dia dez de outubro de 2017 nos *sites* das principais universidades paraguaias: Universidad Nacional de Asunción³ Universidad Autónoma de Asunción⁴, Universidad Autónoma de Encarnación⁵, Universidad del Norte Paraguay⁶, Universidad Central del Paraguay⁷, Universidad Nacional de Itapúa⁸, Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción⁹ e Universidad Autónoma del Paraguai¹⁰. Consulta realizada ao banco de teses e dissertações da Capes¹¹ na mesma época obteve o mesmo resultado negativo, o que aponta para a necessidade da realização de estudos voltados aos topônimos da localidade, não apenas com o intuito de revelar os aspectos linguísticos que nortearam a escolha dos nomes, mas também como meio de conhecer mais sobre a cultura e as tradições desta cidade a qual, embora não esteja em território brasileiro, foi colonizada por imigrantes brasileiros provenientes do Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Explicitada a fundamentação teórica da pesquisa toponímica, a seção seguinte traz informações mais detalhadas sobre a cidade onde os dados foram coletados e analisados.

2. A colonização brasileira no Paraguai e a cidade de Naranjal

O processo migratório do Brasil para o Paraguai, segundo estudo organizado pelos brasileiros Zamberlam e Corso (2010), iniciou-se no final da década de 1950 e acentuou-se no final da década de 1960. O presidente paraguaio Alfredo Stroessner, ao assumir o governo em 1954, manteve estreitas relações com o Brasil, dando passe livre aos brasileiros para explorarem as matas daquele país

³ Universidad Nacional de Asunción: <http://www.una.py/>

⁴ Universidad Autónoma de Asunción: <http://www.uaa.edu.py/>

⁵ Universidad Autónoma de Encarnación: <http://www.unae.edu.py/tv/>

⁶ Universidad del Norte Paraguay: <http://www.uninorte.edu.py/>

⁷ Universidad Central del Paraguay: <http://www.central.edu.py/>

⁸ Universidad Nacional de Itapúa: <http://uni.edu.py/>

⁹ Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción: <http://www.ucap.edu.py/>

¹⁰ Universidad Autónoma del Paraguai: <http://www.uap.edu.py/>

¹¹ Banco de teses e dissertações Capes: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/>

Esses pesquisadores assim descrevem o projeto desenvolvimentista de Stroessner:

O projeto de governo desenvolvimentista formulou o programa de Crescimento para Fora, com a finalidade de modernizar a economia local e estimular o povoamento das áreas de fronteira com o Brasil. Naquele contexto, o Brasil também passava por um rápido processo de modernização agrícola e, como consequência, de êxodo rural, em parte amenizado por essa aproximação (ZAMBERLAM; CORSO, 2010, p. 17).

Os imigrantes brasileiros no Paraguai estabeleceram-se, principalmente, nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Amambay, na região oriental do país. Segundo estudioso geógrafo brasileiro, Souchaud (2011),

Ali desenvolveram a monocultura agrícola como uma atividade principal, outras atividades rapidamente diversificadas surgiram em serviços, comércio e construção, o que alimentou o crescimento urbano na área colonizada. Essas cidades desempenharam um papel de apoio na difusão da monocultura, essencialmente a da soja. (SOUCHAUD, 2011, p. 6 trad. nossa).¹²

De acordo com o pesquisador brasileiro Wagner (1990), no início da década de 1990, havia, no Paraguai, cerca de 350 mil brasileiros, o que correspondia a 10% da população paraguaia. Para ele,

A colonização de terras paraguaias pelos colonos brasileiros não foi um movimento populacional espontâneo. Ela foi minuciosamente pensada pelas autoridades dos dois países. Para o Brasil é interessante ter 10% da população do Paraguai composta por brasileiros. Isto segundo a oposição do povo paraguaio, força o seu país a cumprir qualquer acordo que já tenha sido assinado entre as duas nações. (WAGNER, 1990, p. 13).

Albuquerque (2010), brasileiro, doutor em sociologia pela Universidade Federal do Ceará, também trata deste processo de proximidade entre Brasil e Paraguai, afirmando que a relação entre os dois países se intensificou durante o período da ditadura militar brasileira (1954-1989), momento em que o governo

¹² Ali desarrollaron el monocultivo como actividad principal, pero rápidamente surgieron actividades diversificadas en los servicios, en el comercio, en la construcción que alimentaron un crecimiento urbano en la zona colonizada. Estas ciudades cumplían un papel de apoyo a la difusión del monocultivo, esencialmente el de la soja (SOUCHAUD, 2011, p. 6)

paraguaio incentivou de modo incisivo a ida de brasileiros ao país. Sobre a imigração brasileira no Paraguai, o estudioso paraguaio Galeano (2012, p. 409-410), no estudo “*El caso del Paraguay: Dinámicas del mercado de la tierra em America Latina y el Caribe: concentración y extranjerización*”, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), pontua:

A imigração brasileira, que começou no início dos anos sessenta e se intensificou na década de setenta, foi majoritariamente constituída por agricultores que vieram expulsos do avanço das grandes empresas agrícolas em suas áreas de origem. Estes se estabeleceram principalmente nas regiões fronteiriças existentes com o país vizinho, o que tornou possível uma difusão significativa dessas fazendas familiares com empresas que operavam com a exportação de 20 a 100 hectares de terras (...) em que se dedicavam preferencialmente aos métodos de produção de soja, trigo e milho. (Tradução nossa)¹³

Este processo imigratório, segundo Galeano, iniciou-se na década de setenta e foi motivado pela vinda de agricultores brasileiros que tiveram que deixar a sua região de origem devido à chegada de empresas agrárias que se estabeleceram naquelas regiões, obrigando-os a procurar no país vizinho novas oportunidades de trabalho, onde passaram a se dedicar à produção de soja, trigo e mandioca.

Naranjal é um município localizado no sudoeste do Paraguai, no Departamento (Estado) de Alto Paraná. Está localizado a 87 km de Ciudad del Este, a 100 km de Foz do Iguazu e cerca de 363 km de Assunção. Em meados da década de 1970, com a chegada de imigrantes brasileiros provenientes do Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul, surgiu um povoado que pertencia ao município de Domingo Martínez de Irala e Ñacunday. Em 26 de julho de 1990, a região foi desmembrada e se tornou um município independente.

Segundo dados fornecidos em julho de 2017, pela prefeitura do município Naranjal possui aproximadamente 8.000 habitantes. Importante destacar que esses dados são estimados, uma vez que o último censo oficial foi realizado na década de 90, quando a localidade ainda pertencia a Domingo Martinez de Irala e Ñacunday. A atividade predominante na cidade é a agricultura, princi-

¹³ La inmigración brasileña, que se inició en la década de sessenta y se intensificó en los años setenta, al estar conformada mayoritariamente por agricultores que venían expulsados del avance de la gran empresa agraria en sus zonas de origen, se instaló mayoritariamente en las regiones fronterizas existentes con el país vecino, y posibilitó una importante difusión de dichas empresas familiares que operaban con explotaciones de 20 a 100 ha de tierra (...) se dedicaron preferencialmente a producción de soja, trigo y maíz.

palmente o cultivo da soja. O mapa a seguir ilustra a localização da cidade de Naranjal – Paraguai que faz parte do estado Alto Paraná. Cumpre esclarecer que as divisões administrativas compreendem dois níveis: o país é dividido por “departamentos”, cada um com a sua capital e seus “distritos”, enquanto primeiro corresponde ao que se denomina, no Brasil, por estado, o segundo equivale aos municípios de um estado.

Figura 1- Mapa do Estado de Alto Paraná



Fonte: PARAGUAY, 2014, s/p.

Considerando que, no município em questão, brasileiros e paraguaios convivem num ambiente linguístico e cultural complexo, as seções seguintes

apresentam os topônimos de estabelecimentos comerciais de Naranjal e os analisa enquanto tais e como parte de uma paisagem linguística multilíngue.

3. Os topônimos comerciais da cidade de Naranjal-Paraguai

Os dados analisados nesta seção foram coletados mediante pesquisa de campo realizada na zona urbana de Naranjal - Paraguai. A análise ora apresentada classifica os topônimos comerciais (nomes de estabelecimentos comerciais). Para a análise foram utilizadas as classificações taxonômicas criadas por Dick (1992), e também a classificação complementar a essa proposta por Isquendo (1996). A tabela a seguir apresenta a classificação taxonômica de Dick com exemplos:

Tabela 1: Classificação taxonômica dos topônimos. Fonte: Dick (1992, p.31-34)

Topônimos de natureza física		
Classificação	Descrição	Exemplo
Astrotopônimos	Responsável pelo estudo dos corpos celestes em geral	Cruzeiro do Oeste
Cardinotopônimos	Responsável pelas posições geográficas em geral.	Sul
Cromotopônimos	Responsável pelas escalas cromáticas.	Beco escuro
Dimensiotopônimos	Responsável pelas características geográficas dos acidentes geográficos: extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura e profundidade.	Ilha rasa
Fitotopônimos:	Responsável pelas índoles vegetais, sendo este individual, em conjunto da mesma espécie ou em espécies diferentes.	Araucária

Geomorfotopônimos	Responsável pelas formas topográficas: elevações, montanhas, montes, morro, colina, coxilha, depressões de terrenos – vales e baixadas, e as formações litorâneas – costa, cabo, angra, ilha e porto.	Vale do Itajaí
Hidrotopônimos:	Responsável pelos acidentes hidrográficos: água, rio, córrego, ribeirão, braço e foz.	Ribeirão Preto
Litotopônimos	Responsável pelas índoles minerais e constituições do solo, representados por indivíduos – barro, barreiro e ouro – conjuntos da mesma espécie ou de espécies diferentes.	Diamante do Norte
Meteorotopônimos	Responsável pelos fenômenos atmosféricos: vento, neve, chuva, trovão.	Serra do vento
Morfotopônimos	Reflete os sentidos das formas geométricas	Vila Lagoa Redonda
Zootopônimos:	Responsável pelas índoles animais, sendo representada pelos animais domésticos, não domésticos e de mesma espécie.	Rio das Antas

Topônimos de natureza antropocultural

Animotopônimos ou Nootopônimos	Relacionam-se à vida psíquica, a cultural espiritual, englobando todos os produtos, referente aos frutos do psíquico humano. Nesta taxa é a ausência da cultura física: vitória, triunfo, saudade, belo, feio.	Rio Bonito
--------------------------------	--	------------

Antropotopônimos:	Relacionam-se aos nomes próprios individuais: prenome, hipocorístico, prenome mais alcunha, apelidos de famílias e prenome mais apelidos de famílias.	Aeroporto Salgado Filho
Axiotopônimos:	Relacionam-se aos títulos e dignidades atribuídas aos nomes próprios individuais: presidente, duque, doutor, coronel, etc.	Rua Presidente Kennedy
Corotopônimos:	Relacionada a nomes de cidades, estados, países, regiões e continentes.	Rio Amazonas
Cronotopônimos	Representa os topônimos relacionados aos indicadores cronológicos, sendo representada pelos adjetivos: novo, nova, velho e velha.	Nova Andradina
Ecotopônimos:	Relacionada as habitações de modo geral.	Rancho fundo
Ergotopônimos	Relacionada aos elementos da cultura material: flecha, jangada e relógio. Podemos incluir também os produtos manufaturados: farinha, pinga, vinho, óleo e azeite.	Córrego Espora
Etnotopônimos	Relacionada aos elementos étnicos, individuais ou não: povos, tribos, castas.	Serra do Caiapó
Dirrematopônimos:	Constituída por frases ou enunciados linguísticos	Loja vem que tem!

Hierotopônimos	Relativa aos nomes sagrados de diferentes crenças religiosas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto: igreja, capela. Os hierotopônimos se dividem em duas categorias: hagiotopônimos e mitotopônimos Hagi topônimos: esse hierotopônimo está ligado aos santos e santas da igreja católica romana. Mitotopônimos: hierotopônimo relativo às entidades mitológicas: saci, curupira, jurupari e anhangá.	Hagiotopônimo: Santa Rita Mitotopônimo: Rio Tamandaré
Historiotopônimos:	Relacionadas aos movimentos histórico-culturais e seus respectivos membros, do mesmo modo as datas correspondentes.	Rua Tiradentes
Hodotopônimos ou odotopônimos	Relacionadas às vias de comunicação rural ou urbana.	Ponte Velha
Númerotopônimos	Relativas aos adjetivos numerais.	Três Lagoas
Sociotopônimos	Referentes às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontros dos membros de uma comunidade (largo, praça, pátio).	Rua do Engenho
Somatotopônimos:	Taxe de relações metafóricas, à parte do corpo humano ou animal.	Córrego Joelho

Em relação aos Animotopônimos, há uma classificação ampliada, criada por Isquierdo (1996), em sua tese de doutorado. A pesquisadora propôs a subdivisão da categoria, ao levar em consideração as expectativas positivas ou negativas do denominador perceptíveis no topônimo. Então, ao se considerar

o contexto sócio- histórico e cultural do nome, esses topônimos podem ser classificados como Animotopônimos Eufóricos ou Disfóricos (1996, p. 118).

Os Animotopônimos Eufóricos revelam a atribuição de aspectos positivos ao lugar nomeado, como, por exemplo, o topônimo Bom Jardim, usado para nomear um distrito do município paranaense de Marechal Cândido Rondon. Os Animotopônimos Disfóricos, por sua vez, são os que apresentam características negativas, como é o caso do topônimo “Sem peixe” (usado para nomear uma cidade de Minas Gerais).

Apresentada brevemente a classificação toponímica utilizada, apresenta-se a classificação dos topônimos comerciais (nomes de estabelecimentos comerciais) encontrados na cidade de Naranjal- Paraguai.

Tabela 2: Classificação e análise dos topônimos comerciais da cidade de Naranjal. Fonte: Autor.

Análise toponímica dos topônimos comerciais da cidade de Naranjal	
1-Agropecuária Conquista- Animotopônimo	12- Imobliaria Naranjal- Corotopônimo
2- Agropecuária Paraná - Antropotônimo	13- Jardim e cia- categoria à parte
3-Alesandra Calçados - Antropotônimo	14- Panaderia Gal John- Antropotônimo
4-Creativa Informática - Animotopônimo	15-Moda Mania- Animotopônimo -
5-Cellcomp- Informática e celulares- categoria à parte	16- Mascota Mimada- Animotopônimo
6-Farmacia Cattani- Antropotônimo	17-Amandau Heladeria- Antropotônimo
7- Fascinius Modas- categoria à parte	18- Punto S – Morfotopônimo
8- Frutaria Fruhjar- Antropotônimo	19-Repuestos Ciupak – Antropotônimo
9- Farmácia Principal- Animotopônimo- Adjetivo Eufórico	20- Supermercado Avenida de los pioneiros Corotopônimo
10- Hotel Principal- Animotopônimo- Adjetivo Eufórico	21- Wese Contabilidade- Antropotônimo
11- Helados Big Bom- categoria à parte	

Com base na tabela acima, percebe-se que houve maior ocorrência de Antropotônimos (taxe relacionada aos nomes próprios individuais, nomes de família nas designações de estabelecimentos comerciais, com sete ocorrências (*Alesandra Calçados, Farmácia Cattani, Frutaria Fruhjar, Amandau Heladeria, Repuestos Ciupak e Wese contabilidade*). Na sequência, em termos quantitativos, aparecem os Animotopônimos (taxe relacionada a vida psíquica e cultural) com 06 ocorrências (*Agropecuária Conquista, Creativa Informática, Mascota*

Mimada, Hotel Principal e Farmácia Principal, e Moda Mania). No caso dos três últimos Animotopônimos citados dessa categoria, ocorre uma subdivisão na classe, pois foram utilizados adjetivos eufóricos (principal, principal e mania) respectivamente, para a denominação dos nomes específicos destes topônimos (sendo considerados nomes gerais aqueles que definem tipo de o estabelecimento comercial como é o caso de *Farmácia* ou o nome do produto vendido como no caso de *Moda* ou ainda de quem recebe os serviços prestados, no caso de *Mascota*).

Houve ainda três ocorrências (*Inmobiliária Naranjal e Supermercado Avenida de los Pioneiros, Agropecuária Paraná*) de Corotopônimos, taxa relacionada a nomes de cidades, estados e países já existentes e aos quais os Corotopônimos prestam homenagem.

Os topônimos *Cellcomp Informática, Fascinius Modas, Jardim e Cia* recebem uma classificação à parte, pois não estavam previstos nem nos estudos Dick (1992), nem nos de Isquerdo (1996).

O nome *Cellcomp Informática* é um neologismo toponímico formado pela união de dois acrônimos. Cumpre recordar a diferença entre sigla e acronônimo, dois recursos muito comuns para abreviar nomes:

As siglas se formam pela redução de um grupo de palavras às suas iniciais e são lidas letra por letra (ex.: IBGE, INSS) e os acrônimos se formam através da junção dessas mesmas letras iniciais de um grupo de palavras, mas com a diferença de serem pronunciados como uma palavra só (ex.: Inpe, Ibama) (HASMANN, CARMARO, ORECHENHA-OTTAIANO, 2014, p.29).

Neste caso, houve a união de duas abreviações (*cell + comp*), em que a *cell* origina-se do inglês e *comp* que pode ser abreviatura tanto de *computer*, do inglês, quando de *computador* do português ou *computadora* do espanhol, mais o vocábulo português ou espanhol “informática”, o que permite inferir que o estabelecimento oferece assistência de equipamentos de informática e de celulares.

Em *Fascinius Modas*, ocorre o fenômeno da chamada *grafia estilizada*. De acordo com Neves (1971, p.105) muitos neologismos comerciais consistem, quase que exclusivamente, numa maneira extravagante de escrever a palavra, portanto, não se trata de um neologismo, mas sim de uma maneira extravagante de nomear (*Fascinius*) com o intuito de chamar a atenção do público para o estabelecimento comercial.

O topônimo comercial *Jardín e Cia* também foge das classificações toponímicas comumente adotadas. Ele apresenta, em sua constituição, o acrônimo *cia*, abreviatura do vocábulo português companhia, o que permite inferir que os serviços prestados pelo estabelecimento englobam atividades diversas do setor, desde a ornamentação de jardins à venda de flores.

A dificuldade de classificação de alguns topônimos, descrita acima, não é restrita a este estudo, Aguilera (1999) já havia alertado sobre essa dificuldade e da complexidade da realização de estudos na área:

Embora aparentemente simples, pesquisar os motivos da denominação de uma localidade é tarefa árdua e muitas vezes infrutífera devido à ausência de documentação da época que esclareça por que esse e não outro nome foi dado àquele local. Acrescente-se a isso que ao estudioso nem sempre é facultado o acesso às poucas fontes existentes. Por outro lado, se o toponimista pretende fazer uma análise de vase quantitativa para verificar o índice de recorrência de determinadas denominações, por exemplo, vai esbarrar em outro problema não menos crucial que é o da taxionomia. (AGUILERA, 1999, p.128)

Os topônimos comerciais de Naranjal também foram analisados conforme sua constituição linguística, isto é, a sua estrutura intralinguística. Segundo Dick (1990, p. 24), em topônimos constituídos por mais de uma palavra, podem-se distinguir dois elementos básicos intimamente ligados: *elemento genérico* e *elemento específico*. Sendo que o primeiro é o que informa o que é aquilo que se nomeia e o segundo, o topônimo propriamente dito, apresenta a função de particularizar, identificar e singularizar aquele elemento diante de outros semelhantes. Assim, em “Relojoaria Esmeralda”, “relajoaria” é o nome genérico e “esmeralda” o específico. Neste estudo os topônimos analisados são nomes de estabelecimentos comerciais, como mostram os dados apresentados na tabela 3, neste tipo de topônimo, o nome genérico, quando existente, indica o produto vendido no estabelecimento.

A quantificação percentual dos nomes em cada categoria mostra que os Corotopônimos são os menos usados, perfazendo apenas 9,52% do total. Em categoria à parte estão 19,04% dos nomes, já os Animotopônimos correspondem à 28,57% e 38,09% dos nomes são Antropotônimos.

Por esses resultados, chegou-se à conclusão de que, na cultura da nomeação de estabelecimentos comerciais da cidade de Naranjal-Paraguai, predomina o uso de Antropônimos, ou seja, designações que homenageiam pessoas, sejam

elas da família ou de convívio comum. Escolher um antropônimo para nomear um estabelecimento comercial é deixar evidente, por meio do nome, que aquele estabelecimento pertence à determinada família; é mostrar para a comunidade a sua existência naquela localidade, resgatando a memória da família que ficou no outro país, mantendo viva a história da migração.

Outro aspecto considerado no estudo aqui apresentado diz respeito à constituição linguística do nome. Abaixo, segue a tabela com a constituição linguística dos nomes dos estabelecimentos comerciais analisados. Optou-se, na elaboração da tabela, por colocar na primeira coluna o nome do estabelecimento comercial analisado, na segunda o (s) idioma (s) empregados pelo denominador e na terceira a estrutura linguística do topônimo, ou seja, se é formado por substantivos, por substantivos e adjetivos, e também a especificação de em qual idioma está cada um dos elementos constituintes dos topônimos de estabelecimentos comerciais, caso o topônimo apresentado apresente mais do que um idioma em sua formação.

Tabela 3: Constituição linguística dos nomes. Fonte: Autor.

Constituição Linguística dos nomes		
Topônimo	Idioma (s)	Estrutura
1 - Agropecuária Conquista	Português	Substantivo (nome genérico) + Substantivo (nome específico)
2 - Agropecuária Paraná	Português	Substantivo (nome genérico) + Substantivo (nome específico)
3 - Alesandra Calçados	Espanhol e Português	Substantivo/espanhol (nome específico) + Substantivo/português (nome genérico)
4 - Creativa Informática	Espanhol	Substantivo/ espanhol (nome específico) + Substantivo (nome genérico)
5 - Cellcomp-Informática e celulares	Inglês e Português	Neologismo híbrido formado por acrônimos (inglês e português ¹⁴) (nome específico) + Substantivos coordenados (português) (nome genérico)
6 - Farmacia Cattani	Espanhol e Italiano	Substantivo/espanhol (nome genérico em espanhol) + Sobrenome (nome específico)
7 - Fascinius Modas	Português	Nome específico + Substantivo (nome genérico)

¹⁴ Por pressuposição de o proprietário ser de origem brasileira, mas que linguisticamente falando pode a abreviação Comp. ser relacionada ao inglês, ao português ou ao espanhol.

8 - Frutaria Fruhjar	Português	Substantivo (nome genérico) + neologismo (nome específico)
9 - Farmacia Principal	Espanhol	Substantivo (nome genérico) + Adjetivo (nome específico)
10 - Hotel Principal	Espanhol	Substantivo/espanhol (nome genérico) + Adjetivo (nome específico)
11 - Helados Big Bom	Espanhol- Inglês- Português	Substantivo/espanhol (nome genérico) + Substantivo/ inglês (nome específico) + Adjetivo/ português (nome específico) Nome Híbrido
12 - Inmobliaria Naranjal	Espanhol	Substantivo/espanhol (nome genérico) + Substantivo Próprio (nome específico)
13 - Jardin e cia	Espanhol e Português	Substantivo/espanhol (nome genérico) + conjunção e abreviação de companhia em português (nomes específicos)
14 - Panaderia GalJohn	Espanhol	Substantivo/espanhol (nome genérico) + neologismo formado pela primeira sílaba dos nomes Galeano e John.
15 - Moda Mania	Português	Substantivo (nome específico) + adjetivo (nome genérico)
16 - Mascota Mimada ¹⁵	Espanhol	Substantivo (nome genérico) + adjetivo (nome específico)
17 - Amandau Heladeria	Espanhol	Substantivo Próprio (nome específico) + Substantivo/ (nome genérico)
18 - Punto S	Espanhol	Substantivo + Letra S
19 - Repuestos Ciupak	Espanhol e Polonês	Substantivo (nome genérico) + Substantivo Próprio (sobrenome)- (nome específico)
20 - Supermercado Avenida de los pioneiros	Espanhol	Substantivo (nome genérico) + Topônimo (nome específico)
21 - Wese Contabilidade	Português	Neologismo - (nome específico) + Substantivo (nome genérico)

A partir dos resultados apresentados na tabela, percebe-se que ocorre uma maior incidência de nomes de estabelecimentos comerciais no idioma espanhol, oito no total, cinco estabelecimentos com grafia em português e três casos de nome híbrido. Em relação à estrutura dos vocábulos toponímicos, a maioria é

¹⁵ O vocábulo “mimada”, presente no topônimo Mascota Mimada, apresenta o mesmo significado nos idiomas Português e Espanhol, contudo, dado que o espanhol é a língua oficial do país, partiu-se do pressuposto de que a palavra do topônimo está nesse idioma.

formada a partir de um substantivo genérico e um substantivo específico, aquele que nomeia, específica e diferencia o estabelecimento dos demais.

Ocorre também o uso de adjetivos na nomeação, como no caso de *Hotel Principal e Farmácia Principal* e *Mascota Mimada*. O uso de adjetivos nestes casos objetiva caracterizar tanto o hotel quanto a farmácia como as principais alternativas para o consumidor, e também podem fazer alusão à localização dos estabelecimentos, ambos na avenida principal da cidade de Naranjal.

No caso de, *Mascota mimada* o adjetivo refere-se diretamente ao substantivo mascota. Subentende-se que animais de estimação são tratados com muito carinho, zelo e, portanto, são “mimados”. Já em *Moda Mania*, *mania* a palavra é um substantivo, mas funciona como se fosse um adjetivo uma vez que caracteriza o substantivo “moda”, nesse caso, a ordenação das palavras parece ser feita conforme a sintaxe da língua inglesa. Em ambos os casos, contudo, *mania* caracteriza o indivíduo consumidor, que consome os produtos de moda e sugere que estar na moda é uma mania, um hábito repetitivo.

Na constituição linguística de *Cellcomp informática*, tem-se a utilização dos acrônimos dos vocábulos *celular* e *computadores*, indicativo do nome específico mais a utilização do vocábulo *informática* como nome genérico. Nota-se ainda que, no referido topônimo, os radicais que compõem o nome genérico têm origens em idiomas distintos, no caso *cell* (inglês) e *comp* (português).

O uso do recurso da abreviação de vocábulos para a criação de nomes de estabelecimentos comerciais também pode ser percebido no nome *Panaderia GalJohn*, em que o primeiro elemento é um nome genérico e o segundo elemento é formado pela abreviação de dois substantivos/nomes próprios (Galeano e John) e no topônimo comercial *Wese Contabilidade*, em que o primeiro elemento (nome específico) é formado a partir da abreviação das iniciais dos sobrenomes dos sócios proprietários do estabelecimento *Weber e Sehn*, respectivamente, e o segundo elemento, *contabilidade*, funciona como nome genérico.

O vocábulo *Frutaria Fruhar* também é formado por abreviação. Neste caso o primeiro elemento - *frutaria* - é o nome genérico e o segundo elemento - *Fruhar* -, nome específico, é formado pela abreviação da palavra “fruta” e da inicial do nome do proprietário do estabelecimento, *Harison*.

O fenômeno da abreviação vocabular na constituição dos topônimos comerciais revela que os proprietários optam pela utilização de nomes curtos, a fim de que os mesmos possam ser facilmente relacionados ao estabelecimento, ao serviço por ele prestado ou à família à que pertence.

Em *Punto S*, ocorre a utilização do vocábulo em espanhol *Punto* mais a letra *S*. Num primeiro momento não é possível identificar qual elemento é o

genérico e qual é o específico. E neste caso o nome não permite identificar qual a atividade ou serviço é prestado pelo estabelecimento. Este é um caso pouco frequente, pois de acordo com os topônimos comerciais encontrados na localidade, todos, de algum modo, explicitam a atividade ou os serviços prestados.

O vocábulo toponímico *Helados Big Bom* é um caso de hibridismo, pois é constituído de três elementos de idiomas distintos, o primeiro em espanhol, o segundo em inglês e o terceiro em português. Essa nomeação deixa evidente que o contato entre o português e o espanhol é frequente na localidade, e que o inglês como língua franca hegemônica também se faz presente nas nomeações de estabelecimentos comerciais da localidade de Naranjal, o que revela a ideia de poder de uma língua, ou seja, uma questão de *status*, em que se valoriza uma língua em função do poder que ela mantém.

Em relação aos idiomas utilizados nos vocábulos toponímicos analisados, percebeu-se que não é predominante o uso exclusivo do idioma oficial do país, haja vista que dos 21 topônimos analisados, em apenas 09, há uso exclusivo do idioma espanhol, perfazendo 42,85% do total de nomes. Enquanto há uso exclusivo da língua portuguesa em 06 topônimos (28,57%), em outros 06 (28,57%) os nomes são híbridos, isto é, utilizam concomitantemente mais de um idioma. Este resultado é abordado na seção seguinte.

4. A paisagem linguística de Naranjal a partir da toponímia de estabelecimentos comerciais

O conceito de Multilinguismo é relativamente novo no cenário dos estudos linguísticos, muito embora não seja um fenômeno recente, pois, em diversas partes do mundo, populações convivem em um mesmo espaço, fazendo uso de línguas diversas.

Neste sentido, em relação ao Multilinguismo, Silva, Santos e Jung (2016) no estudo “*Multilinguismo e políticas linguísticas: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça*”, afirmam que o interesse em estudos voltados para o contexto multilíngue surgiu apenas a partir da segunda metade do século XX, motivados principalmente pelos movimentos migratórios encontrados nas regiões de fronteira do Brasil (SILVA; SANTOS; JUNG, 2016, p.1261). Dalla Vecchia e Jung (2016) tratam também do Multilinguismo no estudo “*Paisagem Linguística em um contexto suábio-brasileiro: mobilidade e representação de uma comunidade germânica*” e se valem dos dizeres de Jaffe (2012), que afirma que uma das consequências causadas pela mobilidade de pessoas nas regiões

de fronteira é o surgimento de um repertório linguístico plurilíngue. (JAFFE, 2012, *apud* DALLA VECCHIA; JUNG, 2016, p.120).

Ainda nessa direção, Silva, Santos e Jung (2016) compartilham o pensamento de Blommaert (2013) quando este afirma que “o espaço não é neutro e por isso é preciso fornecer uma visão delineada sobre como o espaço é semiotizado e como ele semiotiza o que se passa dentro de sua órbita. (BLOMMAERT, 2013, p.30 *apud* DALLA VECCHIA; JUNG, p.120)

É importante destacar a definição do conceito de “paisagem linguística” (*linguistic landscape*) defendido por Dalla Vecchia e Jung (2016) e atribuído a Landry e Bourhir (1997). Estes últimos explicam que o conceito surgiu a partir da necessidade de demarcar os limites linguísticos de determinado território por meio da regulação do uso da linguagem em espaços públicos.

Santos, Silva e Jung (2016, p.1262), afirmam que a noção de “paisagem linguística”, adotada pelos autores e citada por Cenoz e Gorter (2008), corresponde à combinação da língua utilizada em anúncios e letreiros comerciais, placas de ruas e estradas, placas de edifícios públicos e outros textos escritos no espaço público de um território cidade ou região. Eles concluem que “a paisagem linguística de um lugar tem muito a dizer, pois, por meio dela, é possível reconhecer limites linguísticos de determinados territórios por meio da regulação do uso da linguagem em espaços públicos”

Especificamente na cidade de Naranjal - Paraguai, localizada próxima à fronteira entre Brasil e Paraguai e colonizada por brasileiros, o cenário aponta para o que Blommaert (2010) define como “pedaços de língua”, inseridos na paisagem linguística local.

No caso do município, os “pedaços” de outras línguas foram incluídos na paisagem por iniciativa pessoal dos donos dos estabelecimentos nomeados. Neste caso, a presença dos topônimos na paisagem linguística “pode funcionar como um marcador “informativo” e “simbólico” do poder e do *status* das comunidades linguísticas que habitam o território” (SANTOS; SILVA; JUNG, 2016, p.1263).

São nomes que, além de informar que há falantes de língua portuguesa na cidade, também mostram a importância econômica da comunidade brasileira na região, ainda mais neste caso em que predomina a homenagem aos proprietários dos estabelecimentos na toponímia comercial, conforme mostrou a análise feita em seção anterior.

Assim a presença da língua portuguesa na paisagem linguística está relacionada ao processo migratório de brasileiros a Naranjal. Contudo, percebeu-se

que o português não foi o único idioma encontrado. O uso dos sobrenomes dos proprietários em dois topônimos resultou em nomes híbridos em que o nome genérico está em espanhol e o nome específico, respectivamente, em italiano (*Farmacia Cattani*) e em polonês (Ciupak). Nestes casos, os idiomas em que estão os sobrenomes remetem à história da migração italiana e da migração polonesa no Brasil¹⁶

Em dois casos, houve escolha de topônimos híbridos formado pela língua portuguesa e pela língua espanhola: *Alesandra Calçados e Jardim e Cia*. Porém, em outros dois casos, o hibridismo ocorre pela inclusão de língua inglesa na língua portuguesa, em *Cellcomp-Infomática e celulares*, e desse idioma em ambas as línguas, como é o caso do nome *Helados Big Bom*.

Esses casos de topônimos híbridos mostram a convivência tanto de idiomas que são utilizados pelos munícipes (português e espanhol), quanto da língua inglesa, que não é usada como língua nativa na região. A pesquisa sobre a paisagem linguística de Foz de Iguaçu também apontou para a presença da língua inglesa na paisagem linguística. A explicação fornecida para a ocorrência deste fenômeno em Foz Iguaçu é válida também para o que se constatou no município paraguaio:

o inglês tem uma importante função simbólica também para os que não são falantes dessa língua. Como indicam os estudos apresentados por Cenoz e Gorter (2008), quando as pessoas reconhecem que uma mensagem está em inglês, isto pode ativar nelas valores como: modernidade, sucesso, sofisticação, internacionalização, etc. Assim, o uso do inglês é parte do processo de globalização. (SANTOS; SILVA; JUNG, 2016, p.1270)

Considerando todos os topônimos analisados, pode-se concluir que fazem parte da paisagem linguística de Naranjal a língua espanhola, seguida da língua portuguesa, da língua inglesa, da língua italiana e da língua polonesa. Com exceção do inglês, a presença das demais línguas relaciona-se ou com a língua oficial do país ou com a história direta ou remota dos migrantes e descendentes de migrantes que lá vivem.

Interessante observar a convergência com os resultados finais da pesquisa realizada em Foz de Iguaçu, exceção feita ao árabe cujo uso não foi registrado

¹⁶ Conforme apurado em entrevista, os Cattani e os Ciupak são provenientes de famílias de imigrantes europeus que primeiro se estabeleceram no Rio Grande do Sul, se deslocaram para o Paraná e, depois, em Naranjal.

nos topônimos comerciais: “Os dados sugerem que, salvo o português (língua oficial brasileira), o inglês, a língua árabe e o espanhol são as línguas mais recorrentes, no espaço público da cidade”. (SANTOS; SILVA; JUNG, 2016, p.1266). Em ambas localidades, a paisagem linguística se caracteriza pela presença da língua oficial do país, das línguas dos migrantes e da hegemônica língua inglesa.

Considerações finais

A análise toponímica apresentada neste artigo foi respaldada nos pressupostos teóricos da Taxionomia de Dick (1990 - 1992) e Isquierdo (1996) e também nos estudos de Silva, Santos e Jung (2016) a respeito do cenário multilíngue em regiões de fronteira. Na investigação sobre os topônimos comerciais (nomes de estabelecimentos comerciais) encontrados em Naranjal - Paraguai, cidade localizada próxima à região de fronteira entre Brasil e Paraguai e colonizada por brasileiros, a paisagem linguística foi caracterizada como multilíngue, o que evidencia as relações socioculturais na localidade.

Desse modo, a análise toponímica dos nomes dos estabelecimentos comerciais revelou que, na paisagem linguística da cidade de Naranjal, predomina o uso de Antropotônimos (taxe relacionada aos nomes próprios individuais, nomes de família), nas nomeações dos estabelecimentos comerciais da cidade. Houve também ocorrências significativas de Animotopônimos (taxe relacionada a vida psíquica e cultural), além de Corotopônimos (taxe relacionada a nomes de cidades, estados e países). Diante desses resultados, conclui-se que, para nomeação dos estabelecimentos comerciais da localidade, os proprietários levam em consideração fatores sociais e culturais, seja para homenagear sua família, ou seu local de origem.

Merecem destaque, neste contexto, três topônimos (*Cellcomp Informática, Fascinius Modas, Jardim e Cia*) que não se encaixam em nenhuma das classificações propostas nos pressupostos teóricos utilizados. No caso de *Cellcomp informática e Jardín e cia* concluímos que os topônimos foram formados pela união de acrônimos, já em *Fascinius modas* ocorre o fenômeno da grafia estilizada, ou seja, uma maneira extravagante de escrever a palavra que objetiva chamar atenção do público para o estabelecimento.

Contudo essas dificuldades servem de estímulo para que novos estudos sejam realizados, a fim de ampliar as categorizações propostas por Dick e Isquierdo para abranger outras motivações não contempladas nas categorias

existentes, a quais, originalmente, não foram pensadas para contemplar nomes de estabelecimentos comerciais.

Em relação à constituição linguística dos topônimos comerciais da cidade de Naranjal, observou-se que quase todos os topônimos foram formados pela união de um nome genérico e um nome específico. Também ficou evidente o uso do recurso da abreviação para a formação dos nomes dos estabelecimentos e que abreviações utilizadas se basearam em Antropotônimos, ou seja, homenagem a pessoas ou famílias ligadas ao estabelecimento.

Os resultados também mostraram que, na prática da nomeação de estabelecimentos, não houve maior incidência de topônimos exclusivamente no idioma espanhol, tendo em vista que em mais da metade dos casos ou os topônimos eram híbridos ou estavam em língua portuguesa. Com relação à ocorrência de topônimos híbridos, eles foram formados mediante junção de palavras, ou parte de palavras em idiomas distintos. No caso, houve vocábulos formados por palavras em português e espanhol, português, espanhol e inglês. Esses resultados evidenciam que na paisagem linguística da cidade de Naranjal são frequentes os usos de outros idiomas, não o espanhol (o oficial), com destaque para o português, o inglês, o italiano e o polonês na nomeação dos estabelecimentos.

Importante salientar que os resultados aqui obtidos sobre as línguas utilizadas nos topônimos convergem com o estudo realizado por Silva, Santos e Jung (2016), o qual evidenciou a influência de outros idiomas na paisagem linguística em contextos multilíngues. Em Naranjal, ficou evidente que o contato frequente entre falantes do português e falantes do espanhol influencia na nomeação dos estabelecimentos locais, característica do Multilinguismo presente em regiões fronteiriças. Outro dado importante também aqui revelado e também presente no estudo das autoras supracitadas é a presença do inglês como idioma global na formação de topônimos.

No que tange aos aspectos socioculturais considerados pela Sócio-Onomástica, ficou evidente o contexto do Multilinguismo na paisagem linguística da cidade de Naranjal. Destaca-se aqui que este tipo de análise pautada na paisagem linguística a partir dos topônimos comerciais possibilita reconhecer os impactos causados pela imigração de pessoas de um país ao outro, nos usos linguísticos da comunidade colonizada.

A pesquisa realizada, contudo, apresenta limitações. Poucos topônimos foram analisados, visto que Naranjal é uma pequena cidade paraguaia de modo que não parece possível generalizar os resultados obtidos. Não obstante suas limitações, a investigação feita apresenta algumas reflexões para a área.

A primeira delas diz respeito à dificuldade de classificar os topônimos comerciais de acordo com as categorizações propostas por Dick (1990-1992) e Isquerdo (1996). Essa dificuldade de classificação se deu não pela incompletude das classificações utilizadas, mas sim pela dinamicidade e inúmeras possibilidades existentes para a nomeação de estabelecimentos. A segunda refere-se à ausência de estudos toponímicos no Paraguai, país em que se deu esta pesquisa, os quais também poderiam contribuir para as reflexões aqui realizadas, o que mostra que muitas pesquisas ainda são necessárias sobre a toponímia paraguaia.

Essas limitações deixam evidente não somente a complexidade dos estudos toponímicos, mas também convergem com as considerações feitas por Aguilera (1999), a respeito das limitações e dificuldades encontradas por quem realiza estudos na área, seja por não conseguir classificar os elementos de acordo com as taxas existentes, seja pela ausência de documentos que possam amparar o pesquisador em seu estudo.

Espera-se que os resultados aqui obtidos sirvam de motivação para a realização de pesquisas toponímicas mais aprofundadas que levem em consideração questões sociais e culturais e as relações entre língua e sociedade. Ressalta-se, por fim, que a realização de estudos Onomásticos em ambientes de colonização estrangeira, seja no Brasil, no Paraguai ou em qualquer outro país, é extremamente importante, pois revela informações históricas, sociais e culturais das comunidades envolvidas e que devem ser transmitidas ao conhecimento de todos, motivo pelo qual os estudos toponímicos não podem desconsiderar as ciências humanas como a história, a sociologia e a antropologia, pois a Toponímia em sua essência é interdisciplinar.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Taxionomia de topônimos: problemas sem solução?** Signum: estudos linguísticos, Londrina, n. 2, p. 125-137, out. 1999.
- BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. **Dimensões da palavra. Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998.
- BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and Superdiversity. **Diversities**, v. 13, n.2, 2011, p.1-21.
- CAPES. Banco de teses e dissertações. Disponível em: < <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/> Acesso em 10 de outubro de 2017.

- COIMBRA, Rosa Lídia; MOUTINHO, Lourdes de Castro. **Perfumaria Paris e Pizaria Romana: topônimos europeus em nomes de empresas em Portugal.** Revista da Universidade de Aveiro, nº1, p. 349-359;2012.
- CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética.** Traduzido e adaptado por Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- DALLA VECCHIA, Adriana; JUNG, Neiva Maria. **Paisagem linguística em um contexto suábio-brasileiro: mobilidade e representação de uma comunidade “germânica”.** Revista da Anpoll nº 40, p. 115-128, Florianópolis, Jan/ Jun.2016.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **A história além das placas: os nomes das ruas de Maringá (Pr) e a memória histórica.** Revista História e Ensino. Londrina, v.6 p.103-120, 2000.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação toponímica e a realidade brasileira.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência.** In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 79-90
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II.** In: Revista Trama, v. 3, n.5, I semestre de 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste/saber>>. Acesso em: 31 maio. 2017.
- FRAI, Patricia Helena. **Motivação para a escolha de um segundo nome na antroponímia rondoniense.** Dissertação de mestrado, Cascavel (PR), 2016.
- FRAI, Patricia Helena. **Sócio-Onomástica: uma nova abordagem metodológica.** **Revista Entreletras,** Araguaína (TO), v.7, n.1, jan/jun 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/2028/9007>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.
- HASMANN, Dalila dos Santos. CAMARGO, Diva Cardoso de. ORENHA-OTTAIANO, Adriane. **Investigando a tradução de acrônimos e siglas da área de sensoriamento remoto. Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Tradução vol.24, no 48, p. 25-47, 2014.**
- GALEANO, Luis Armando. **El caso del Paraguay.** FAO (org). **Dinámicas del mercado de la tierra en America Latina y el Caribe: concentración**

- y extranjerización, Roma: Organización de las Naciones Unidas para la alimentación y la Agricultura (FAO), 2012, p.407-434.
- GORTER, D.; CENOZ, J. Knowledge about language and linguistic landscape. In: CENOZ, J.; HORNBERGER, N. H. (eds). **Encyclopedia of Language and Education. 2nd Edition.** v.6: Knowledge about Language, 2008.
- HEYE, Jürgen. **Considerações sobre bilinguismo e bilingualidade:** revisão de uma questão. Rio de Janeiro: Revista Palavra- PUC/Rio, 2003. Volume temático: Línguas em contato, n.11, p. 30-38.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. **O fato linguístico como recorte da realidade sociocultural.** (Tese de Doutorado). Araraquara: UNESP, 1996. Mouton de Gruyter, 2007.
- JAFFE, A. Multilingual Citizenship and Minority Languages. In: Martin-Jones, M.; Blackledge, A. Creese, A. (eds.). **The Routledge Handbook of Multilingualism.** London: Routledge, 2012, p.83-99.
- LANGENDONCK, Willy van. **Theory and Thypology of Proper Names.** Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2007.
- NEUVEU, F. **Dicionário de ciências da linguagem.** Trad. por Albertina Cunha e José Antônio Nunes. Petrópolis: Vozes, 2008.
- NEVES, Maria Lucia Horta. **Nomes próprios comerciais e industriais no português:** um aspecto da nomenclatura do comércio e da indústria em Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.
- PARAGUAY.Mapa Distrital.2014.
Disp.em < <http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/distri>>. Acesso em 16, Nov,2017.
- PARAGUAY.Naranja, 2014,
Disp.em < <http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/distri>> Acesso em 16, Nov,2017.
- SAPIR, Edward. **Linguística como ciência.** Seleção e tradução de J.M Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969. Original inglês.
- SEEMANN, Jörn. **A Toponímia como construção histórico cultural:** os exemplos do município do estado do Ceará. Revista Vivência, nº 29, 2005. p. 207-224.
- SILVA, Izabel da; SANTOS, Maria Elena Pires; JUNG, Neiva Maria. **Multilinguismo e política linguística:** análise de uma paisagem linguística transfronteiriça. Revista Domínios da Lingu@gem. Uberlândia, vol. 10 nº 4 out/dez.2016, p. 1257-1277.
- SOUSA, Alexandre Melo de. **Geografia e Linguística:** intersecções no estudo toponímico. Revista Perspectiva Geográfica. Unioeste. nº 3, 2007,p. 115-128.

- SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción: UNFPA, 2001.
- TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. Revisão técnica de Ingedore Koch e Thaís Cristóforo Silva. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN. Disponível em: < <http://www.una.py/>> Acesso em 10 de outubro de 2017.
- UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN. Disponível em: < <http://www.uaa.edu.py/>> Acesso em 10 de outubro de 2017.
- UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ENCARNACIÓN. Disponível em: < <http://www.unae.edu.py/tv/>> Acesso em 10 de outubro de 2017.
- UNIVERSIDAD DEL NORTE DEL PARAGUAY. Disponível em: < <http://www.uninorte.edu.py/>> Acesso em 10 de outubro de 2017.
- UNIVERSIDAD CENTRAL DEL PARAGUAY. Disponível em: < <http://www.central.edu.py/>> Acesso em 10 de outubro de 2017.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DE ITAPÚA. Disponível em: < <http://uni.edu.py/>> Acesso em 10 e outubro de 2017.
- UNIVERSIDAD CATÓLICA NUESTRA SEÑORA DE ASUNCIÓN. Disponível em: < <http://www.ucap.edu.py/>> Acesso em 10 de outubro de 2017.
- UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DEL PARAGUAY. Disponível em: < <http://www.uap.edu.py/>> Acesso em 10 de outubro de 2017.
- WAGNER, Carlos. **Brasiguaios**: homens sem pátria. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni (Org.). **Emigrantes brasileiros no Paraguai**: presença Scalabriniana. Porto Alegre: Solidus, 2010.

Recebido em 17 de novembro de 2017.

Aceito em 7 de março de 2018.

*ARRE MARIA! COMO TU CUNRRESA: A ASPIRAÇÃO DE /v/ NO
FALAR POPULAR DE FORTALEZA*

*ARRE MARIA! COMO TU CUNRRESA: THE ASPIRATION OF /v/ IN
THE SPEECH OF FORTALEZA*

Aluiza Alves de Araújo
Universidade Estadual do Ceará
aluizazinha@hotmail.com

Ana Germana Pontes Rodrigues
Universidade Estadual do Ceará
anagermaninha@hotmail.com

Maria Lidiane de Sousa Pereira
Universidade Estadual do Ceará
lidiane_lidiarock@hotmail.com

RESUMO: Com base na Sociolinguística Variacionista, este trabalho aborda o enfraquecimento da fricativa /v/, em posição intervocálica (ta/h/ a ~ta/v/a), no falar popular de Fortaleza. Objetivamos analisar as variáveis linguísticas e/ou extralinguísticas que condicionam a aspiração de /v/. Verificamos que são pertinentes, nesse mesma ordem de importância, as variáveis: grupo fônico (*palavras com /ava/*); classes de palavras (*outros e verbos*); escolaridade (*0-4 anos*); frequência de uso (*termo muito usual, termo usual e termo extremamente usual*); monitoramento estilístico (*inquêritos do tipo DID*); faixa etária (*50 anos ou mais*); contexto fonológico subsequente ([a], [ɐ], [u]); sexo (*homens*); *status* morfológico do segmento (*morfema gramatical*) e dimensão do vocábulo (*dissílabos*).

PALAVRAS-CHAVE: Aspiração de /v/. Falar de Fortaleza. Sociolinguística Variacionista.

ABSTRACT: Based on Variationist Sociolinguistics, this paper deals the aspiration of the fricative /v/, in an intervocalic position (ta/h/ a ~ ta /v/ a), in the popular speech of Fortaleza. We aim to analyze the linguistic and/or extralinguistic variables that condition the aspiration of /v/. We verified that the following variables are relevant, in this same order of importance: phonic group (*words with /ava/*); classes of words (*others and verbs*); schooling (*0-4 years*); frequency of use (*very usual term, usual term and*

extremely usual term); stylistic monitoring (*DID surveys*); age group (*50 years or more*); subsequent phonological context (*[a]*, *[e]*), *[u]*); sex (*men*); morphological status of the segment (*grammatical morpheme*) and dimension of the word (*disyllables*).

KEYWORDS: Aspiration of /v/. Speech of Fortaleza. Variationist Sociolinguistics.

Introdução

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 2008), analisamos, neste trabalho, o enfraquecimento¹ da fricativa /v/ em coocorrência com sua manutenção e em posição intervocálica, no falar popular de Fortaleza-CE. Para ilustrar o fenômeno em pauta, destacamos algumas ocorrências extraídas da amostra deste estudo: *chega/v/a*, *de/v/ia*, *pensa/h/a* e *le/h/ando*²

Como podemos observar nas duas primeiras ocorrências supracitadas, a fricativa /v/ é realizada de forma plena. Já, nas duas últimas, notamos que ela ocorre de modo enfraquecido, sem, contudo, comprometer o potencial semântico dos vocábulos, figurando, assim, como variantes linguísticas (LABOV, 2008). Sobre a realização enfraquecida de /v/, Roncarati e Uchoa (1988, p.5) explicam que a pronúncia aspirada é produzida “em uma região que compreende o véu palatino (velar, como em ‘porta’ [pɔxtə]), a úvula (uvular, como em ‘gordo’ [‘gɔɾdu]) e a glote (glotal, como em ‘rádio’ [‘ɦadzu]).”³

Partindo do pressuposto de que, na variedade popular falada na capital cearense, a realização variável de /v/ (enfraquecimento *versus* realização plena) em posição intervocálica pode figurar como um fenômeno de variação linguística bastante produtivo, realizamos este trabalho tendo como principal objetivo observar quais variáveis intra e/ou extralinguísticas⁴ condicionam o uso da variante aspirada.

Os dados de linguagem falada que alimentam esta pesquisa são provenientes da fala de 48 fortalezenses disponíveis no acervo sonoro do *corpus* do projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (doravante NORPOFOR).

¹ Neste trabalho, os termos enfraquecimento, aspiração, reificação e glotalização são usados como sinônimos.

² Ocorrências extraídas do inquérito DID – 06 do NORPOFOR.

³ Esses exemplos pertencem a dialetos diferentes do português do Brasil e estão com os mesmos símbolos fonéticos utilizados pelos autores nos trabalhos originais.

⁴ Na seção dedicada aos procedimentos metodológicos do trabalho, apresentamos todos os grupos de fatores testados na pesquisa.

Como hipóteses iniciais, defendemos que a aspiração de /v/ é condicionada, principalmente, pelas variáveis extralinguísticas *escolaridade*, *faixa etária* e *monitoramento estilístico*, bem como intralinguísticos: *contexto fonológico*, *frequência de uso* e *status morfológico do segmento*.

De modo mais específico, acreditamos que: **a)** os *contextos fonológicos* circundados pela vogal /a/ atuam de forma positiva sobre o enfraquecimento de /v/; **b)** quanto maior a *frequência de uso do segmento*, maior será a sua probabilidade de ocorrer a forma aspirada; **c)** para o *status morfológico do segmento*, supomos que os *morfemas gramaticais*, em especial, os que contêm o pretérito imperfeito do indicativo com a forma /ava/, favorecerão a variante reificada.

Quanto às variáveis extralinguísticas, supomos que: **a)** a variável *escolaridade* exerce influência sobre a aspiração da fricativa /v/, pois, quanto menor o grau de escolaridade, maior seu enfraquecimento; **b)** a *faixa etária* dos falantes exerce influência na realização variável do fenômeno, pois quanto mais jovens, maior a probabilidade de eles usarem a variante aspirada; **c)** a variável *sexo* não exerce influência sobre o fenômeno, pois ocorre o enfraquecimento de /v/ em ambos os sexos e **d)** quanto menor o *monitoramento estilístico*, maior será a aspiração de /v/ em posição intervocálica.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo é composto por mais três seções. Assim, na seção que segue esta introdução, discutimos, ainda que brevemente, alguns dos achados de outros estudiosos do fenômeno, tanto na variedade de Fortaleza como em outras variedades do português falado no Brasil. Na sequência, delineamos alguns dos principais passos metodológicos percorridos para a realização desta pesquisa. Logo depois, apresentamos e discutimos os resultados obtidos para este trabalho.

1. Estudos sociolinguísticos sobre o enfraquecimento de /v/ no português do Brasil

Roncarati e Uchoa (1988; RONCARATI, 1999) analisam a aspiração e o apagamento das fricativas /v, z, Z/ na fala cearense, procurando determinar o seu contexto linguístico e pragmático, medindo também o nível de estigmatização do fenômeno, através de um teste de atitudes linguísticas. Seus resultados revelaram que, em /v/, apenas 6,85% (104/1519)⁵ dos dados foram de enfraquecimento. Esses resultados foram baseados em uma pequena amostra, com 10 informantes: 6 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, com escolaridade de 1º (Ensino

⁵ Número de ocorrências enfraquecidas/número total de dados da rodada.

Fundamental) e 2º grau (Ensino Médio), além de uma informante analfabeta. A faixa etária é dividida entre criança (uma de 10 anos), adolescentes (um de 14 e outro de 15 anos), jovens (um de 21, outro de 22 e um de 24) e adultos (um de 38, dois de 40 e um de 42).

Os resultados dos fatores sociais revelaram que, quanto à escolaridade, o índice de enfraquecimento de /v/ (0,89⁶) é menor em falantes com as séries iniciais do 1º grau; os resultados gerais para os fonemas /v, z, ʒ/ foram: analfabetos⁷ (0,45 – 42/46), 1ª a 4ª série (0,78 – 99/130), 5ª a 8ª série (0,30 – 161/235) e 2º grau (0,42 – 68/97). Quanto à classe social, o enfraquecimento é maior na classe baixa; para /v/: classe baixa (0,66) e média (0,34). Quanto ao sexo, o enfraquecimento de /v/ é ligeiramente maior entre os homens (0,51) do que entre as mulheres (0,48). Quanto à idade, a aspiração de /v/ tem um índice maior entre os jovens (0,80); os resultados gerais dessa variável para os fonemas /v, z, ʒ/ foram: criança (0,85 – 25/25), adolescentes (0,28 – 3/5), jovens (0,38 – 149/212) e adultos (0,40 – 193/265).

Os fatores linguísticos analisados foram: distância de tonicidade e a qualidade vocálica. Quanto à distância de tonicidade, a distância antecedente 1 é a mais favorecedora do enfraquecimento de /v/ (0,73). Para exemplificar esse contexto, os autores destacam: “na ditadura ta[h]a pior que isso”. Para as demais distâncias antecedentes (0, 2, 3 e 4)⁸, os valores não foram relevantes. Quanto à distância da tônica seguinte, os maiores índices de enfraquecimento ocorreram nas distâncias 4 (0,68), 1 (0,61), 3 (0,57) e 5 (0,55)⁹. Quanto à qualidade vocálica, o enfraquecimento de /v/ obteve índices mais altos com a vogal /a/, tanto antecedendo (0,78 – 66/471) quanto sucedendo (0,64 – 72/405) o segmento. Em posição intervocálica, o grupo /ava/ obteve os índices mais altos (0,85 – 62/245). Os autores ressaltam ainda que o grupo /a + a registrou o índice mais alto de enfraquecimento em quaisquer posições (pré, pós e intervocálica).

⁶ Peso relativo.

⁷ O termo ‘analfabetos’ é usado pelos autores com referência a sujeitos que nunca frequentaram os grandes bancos escolares.

⁸ Exemplos de frases para cada distância com seus pesos relativos: 0 – “# [h]á buscar uma rôpinha” (0,50); 1 – “na ditadura ta[h]a pior que isso”; 4 – “Tinha que le[h]á pro Frifor” (0,48); 3 – “a gente apro[h]eita[h]a um horário” (0,40); 2 – “O gado [h]em em cima...” (0,37). (RONCARATI; UCHOA, 1988, p. 29)

⁹ Exemplos de frases para cada distância com seus pesos relativos: 4 – “chega[h]a na maior.” (0,68); 1 – “Se ti[h]er um poder aquisitivo (0,61); 3 – “[h]ai fazer cursinho.” (0,57); 5 – “porque ta[h]a muito cansado.” (0,55); 2 – “que o velho ta[h]a morto.” (0,49); 0 – “A gente dança[h]a a...” (0,15). (RONCARATI; UCHOA, 1988, p. 32)

Esse resultado fez com que os autores buscassem medir o nível de usualidade, associando-o ao grau de favorecimento ou não do enfraquecimento, considerando que o fenômeno poderia ser melhor explicado à luz do difusionismo lexical¹⁰. Para fazer esse levantamento lexical, os autores incluíram, além das 10 entrevistas: uma de IMP (Interação Médico-Paciente), gravada no Instituto Psiquiátrico do Ceará, com 3 participantes, e 4 gravações de falantes do interior, pertencentes ao Projeto ALECE (Atlas Linguístico do Ceará). Os falantes do interior possuíam as seguintes características: três mulheres, uma de 41 anos, da classe alta; outra, de 9 anos, da classe baixa e a terceira, de 46 anos, da classe média; e um homem, de 45 anos, da classe média¹¹.

Os autores consideraram como itens “mais frequentes” tanto aqueles que seriam produzidos pela totalidade dos falantes da amostra quanto um item que fosse muito frequente no léxico de um falante, incluindo o seu uso interiorano ou citadino¹². Além disso, esses autores elaboraram uma espécie de verbete para cada item lexical, contendo suas realizações plenas (manutenção) e enfraquecidas. Ao final, foi organizado um dicionário para cada fricativa (/v/, /z/ e /ʒ/) e foi feito um cálculo das frequências globais dos informantes.

Nos resultados dessa pesquisa, o morfema do imperfeito foi selecionado em primeiro lugar. Os verbos com esse morfema são os mais usuais no léxico de todos os falantes do *corpus* por eles analisado: com os fortalezenses da amostra básica (10 falantes), a aspiração atingiu 25,86%; com os 3 participantes da Interação Médico-Paciente (IMP), esse índice foi de 68,29%; e nos 4 falantes do interior, esse valor foi ainda maior, 77,77%. Além disso, comprovam ainda que quanto maior a usualidade do verbo, maior será a probabilidade do seu enfraquecimento, como aconteceu com os verbos “ta[h]a” (23 ocorrências na amostra básica) e “queixa[h]a” (3 ocorrências na IMP). Em segundo lugar, vieram os verbos “gosta[h]a” (10 ocorrências na amostra básica), “brinca[h]a”, “toma[h]a” e “fica[h]a” (estes três no interior do Ceará), seguidos por “da[h]a” (6 ocorrências na amostra básica). Além dos verbos, outra expressão bastante utilizada foi a locução interjetiva “A[h]e Maria”.

Sobre a correlação entre relevância informacional e usualidade do léxico, verificou-se que o enfraquecimento tende a ser maior sobre os elementos do

¹⁰ O difusionismo lexical privilegia o controle lexical e desloca o foco da mudança da unidade fonológica para a unidade morfo-lexical, prevendo afetamento gradual do léxico. (RONCARATI, 1999, p. 2).

¹¹ Os níveis de escolaridade não são especificados, apenas o da mulher de 46 anos, que possuía o 1º grau (atualmente, Ensino Fundamental) incompleto.

¹² Exemplos: ca[h]alo (interiorano) e esta[h]a (citadino e interiorano).

enunciado que só têm sentido em relação à estrutura gramatical, nos quais se incluem os morfemas gramaticais. Os morfemas lexicais, por sua vez, portadores de conteúdo informacional, são mais resistentes à aspiração. Os autores também procuraram medir o nível de informalidade e, embora não tenham conseguido confirmar, em seus dados, acreditam que exista uma relação entre enfraquecimento e informalidade.

Por fim, o teste de atitudes que os autores aplicaram revelou que: a situação de fala informal favorece o enfraquecimento; o enfraquecimento é uma marca masculina (sinalizaria “manifestação de ‘macho’”); os adultos enfraquecem mais as fricativas; há uma forte correlação entre nível de estigmatização e origem do falante (as mais estigmatizadas são atribuídas a falantes interioranos); a usualidade de um item lexical e a aceitação dos itens enfraquecidos caminham juntas.

Sobre o falar pessoense, no estado da Paraíba, Marques (2001) trata da reificação do fonema /v/. Ela utilizou todo o *corpus* do projeto VALPB, ou seja, 60 informantes, sendo 30 homens e 30 mulheres, 20 de cada faixa etária (15-25 anos, 26-49 anos e mais de 50 anos), e 12 para cada divisão em anos de escolarização (0-4 anos, 5-8, 9-11 e mais de 11 anos). A ocorrência de /v/ nessa comunidade dá-se de duas formas: realização plena e aspirada. Ela dividiu seus dados em dois arquivos: arquivo 1, composto pelos contextos em que a vogal /a/ está circundando /v/; arquivo 2, formado pelos demais contextos em que /v/ está precedido e sucedido por vogais variadas (por exemplo: /i/ + /v/ + /e/ = tivesse).

Assim, seus resultados revelaram que, no arquivo 1, quanto ao *status* morfológico do segmento, os morfemas lexicais tendem a conservar a realização plena (0,12)¹³, enquanto que os morfemas não-lexicais¹⁴ são mais favoráveis à aplicação do fenômeno, ou seja, da reificação (0,57). Quanto à dimensão do vocábulo, verificou-se que os dissílabos são fortes favorecedores do enfraquecimento (0,66) ao lado dos monossílabos (0,54). Com relação às classes de palavras, os resultados indicaram que os verbos foram os que mais favoreceram a reificação (0,53).

No arquivo 2, a posição/tonicidade do segmento foi o fator selecionado como o mais relevante, resultando que a tônica medial (0,73) e a postônica (0,71) são as que mais favorecem o enfraquecimento. Quanto ao contexto

¹³ Os pesos relativos registrados no trabalho de Marques (2001) referem-se à variante aspirada.

¹⁴ “Ou seja, que não fazem parte da forma básica e significativa do vocábulo” (MARQUES, 2001, p. 60).

fonológico seguinte e precedente, constatou-se que /v/, quando sucedido pela vogal /a/, alcança o índice de 0,76 (para o enfraquecimento) e, “quando /v/ está antecedido por uma [vogal] média e sucedido por um /a/, ou, antecedido por /a/ e seguido por uma [vogal] nasal, a probabilidade de variação é bastante positiva (0,77 e 0,68).” (MARQUES, 2001, p. 70). Em relação às classes de palavras, novamente os verbos foram os mais relevantes para a reificação (0,60).

Com relação aos fatores sociais, só foram selecionados os fatores do arquivo 1. Referente aos anos de escolarização, verificou-se que quanto maior o grau de escolaridade, menor será a reificação (até 8 anos de escolarização, os pesos variaram de 0,56 a 0,59). Em relação à faixa etária, apenas os indivíduos de 26 a 49 anos tiveram um valor relevante (0,58), os que tinham mais de 50 anos tiveram um valor abaixo do ponto neutro, de 0,47. No tocante ao sexo, as mulheres foram as maiores favorecedoras à realização aspirada (0,54). Por fim, o resultado global da ocorrência dessas duas variantes presentes no *corpus* mostrou que o índice de enfraquecimento é de apenas 0,13 contra 0,88 da realização plena. No entanto, a autora afirma que, pelo fato de a reificação ser bastante frequente em alguns contextos, ela mereceu ser estudada.

A pesquisa de Canovas (1991), sobre o falar de Salvador-BA, analisa a realização de /S/ pós-vocálico e de /v, z, ʒ/ em ataque silábico. Sua amostra constituiu-se de 45 informantes, distribuídos desta forma: escolaridade (1º, 2º e 3º graus) e idade (13-20, 21-45 e 46-70 anos). Ela não levou em consideração a variável sexo por constatar que, em seus dados (assim como na maioria de outros estudos linguísticos), as mulheres apontam um comportamento linguístico conservador. Portanto, o sexo do informante só foi determinado para informar mais uma característica sua. As gravações foram feitas pela autora e tinham um caráter semi-informal. Além dessas, ela também coletou entrevistas televisivas de 79 informantes de nível superior, com idade entre 25 a 60 anos, sendo apenas 8 do sexo feminino, em situações de fala formal.

Segundo a autora, em /v, z, ʒ/, o processo de enfraquecimento encontra-se em fase embrionária. O uso da forma padrão é quase unânime, com 4,13% de uso da variante aspirada (72/1744). A fricativa /v/ teve resultados diferentes, pois os falantes mais escolarizados, de 3º grau, foram os que mais aspiraram (5,73% ou 34/593), em seguida, vêm os falantes que possuíam até o 1º grau (3,60% ou 21/583) e, por último, os que tinham o 2º grau completo (0,52% ou 3/568). Quanto à idade, são os mais idosos que mais realizam a variante aspirada (4,05%, 25/617), seguidos dos de 21 a 45 anos (3,42%, 21/613) e dos de 13 a 20 anos (2,33%, 12/514). A respeito da ocorrência com as formas em

/ava/, Canovas (1991) verifica que, em Salvador, elas não foram relevantes o suficiente para aumentar o índice de aspiração.

No tocante aos fatores linguísticos, em relação a /v/, a autora controlou apenas a tonicidade e verificou que as ocorrências aspiradas de /v/ em início de sílaba são bem mais frequentes em sílabas átonas [-ac] ($56/970 = 5,77\%$) do que em sílabas tônicas [+ac] ($2/774 = 0,25\%$).

Ainda em Salvador e quase vinte anos depois, Pelicioli (2008) trata especificamente da aspiração das fricativas na fala dessa cidade. Seu *corpus* foi constituído por 8 inquéritos experimentais do projeto ALiB, distribuídos igualmente entre faixa etária (I – 20 a 30 anos; II – 46 a 61 anos), gênero (masculino e feminino) e nível de escolaridade (fundamental e universitário).

A aspiração de /v/, que não fora rodada no Varbrul, obteve 48 ocorrências, sendo o sufixo do imperfeito do indicativo /ava/ o que aparece na maioria dos casos (88% ou 42/48) e a palavra “inclusive” com 2% ou 1/48. Nas variáveis sociais, Pelicioli (2008) obteve resultados bastante semelhantes aos de Canovas (1991), pois, em relação à escolaridade, os informantes de nível universitário alcançaram 52,1% (25/48) das realizações aspiradas de /v/, enquanto os de nível fundamental ficaram com 47,9% (23/48) das ocorrências. Em relação à faixa etária, o autor também confirmou os resultados de Canovas (1991): os mais idosos (de 46 a 61 anos) aspiram mais a fricativa /v/ (58,3%, 28/48), do que os falantes de 20 a 30 anos (41,7%, 20/48).

Enfim, os estudos apresentados nesta seção contribuíram, principalmente, para verificarmos a existência das realizações da fricativa /v/ em algumas localidades do Brasil e para fazermos o levantamento das principais variáveis que estariam condicionando o fenômeno (aspiração e manutenção).

No Ceará, os fatores mais relevantes foram a *usualidade do item lexical*, a *classe gramatical*, o *contexto fonológico*, a *relevância informacional* e o *monitoramento estilístico* (informalidade). Ainda no Nordeste, em Salvador (Bahia), foram levados em consideração praticamente os mesmos fatores sociais (e um linguístico: a tonicidade), mas constatou-se também que a aspiração, ao contrário do Ceará, não seria um estereótipo, mas apenas uma espécie de indicador, visto que ocorre em todos os grupos socioeconômicos e etários. Já, em João Pessoa (Paraíba), ao serem analisados contextos mais específicos de /v/, verificou-se que a *escolaridade* (maior escolaridade, menor reificação), a *faixa etária* (apenas a intermediária) e o *sexo* (mulheres reificaram mais) também estariam influenciando a ocorrência da aspiração.

2. Procedimentos metodológicos

Conforme assinalamos logo na introdução, para este estudo, usamos uma amostra de fala composta por 48 informantes distribuídos entre os inquiridos do tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID) e Diálogo Entre Dois Informantes (D2). Tais inquiridos foram extraídos do acervo sonoro do projeto NORPOFOR. Construído com o intuito de armazenar e disponibilizar material linguístico representativo da variedade popular da capital cearense (ARAÚJO, 2011), o NORPOFOR figura hoje como um dos mais importantes bancos de dados de linguagem falada, bem como o mais atual acerca da variedade popular fortalezense do qual temos conhecimento.

Ao todo, o NORPOFOR conta com 198 informantes estratificados socialmente de acordo com o sexo biológico (homens e mulheres), a faixa etária (15 a 25 anos; 26 a 49 anos; e a partir dos 50 anos), a escolaridade (0 a 4 anos; 5 a 8 anos; e 9 a 11 anos) e o tipo de registro (Diálogo entre Informante e Documentador - DID; Diálogo entre dois Documentadores - D2; e Elocução Formal - EF).

De acordo com o que já pontuamos, a amostra usada, nesta pesquisa, foi composta a partir de um recorte no quadro geral dos informantes do NORPOFOR, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Distribuição dos informantes da amostra por sexo, idade, tipo de registro e escolaridade. Fonte: Adaptado de AUTOR (2011, p. 839). Legenda: DID (Diálogo entre Informante e Documentador); D2 (Diálogo entre Dois Informantes).

	Sexo							
	Homem				Mulher			
Registro	DID		D2		DID		D2	
Escolaridade Idade	0-4	9-11	0-4	9-11	0-4	9-11	0-4	9-11
15 a 25 anos	2	2	2	2	2	2	2	2
26 a 49 anos	2	2	2	2	2	2	2	2
50 em diante	2	2	2	2	2	2	2	2

Como podemos observar no Quadro 1, situamos 2 informantes por célula, devidamente alocados de acordo com sua estratificação social no NORPOFOR. Sobre o controle das variáveis escolaridade e tipo de inquirido, convém destacar que, dentre os três tipos de inquiridos, optamos por trabalhar apenas com os

DID e D2 – conforme já indicamos – desprezando os inquéritos do tipo EF. Essa opção se deve ao fato de que, no NORPOFOR, algumas células do EF estão vazias, fato que certamente comprometeria o equilíbrio da amostra. Já para a escolaridade, selecionamos apenas informantes com 0-4 e 9-11 anos de escolarização, desprezando os de escolaridade intermediária (5-8 anos). Isso pode nos fornecer um interessante retrato da atuação dos níveis extremos (maior e menor) da escolaridade sobre o enfraquecimento de /v/.

Além da estratificação segundo o sexo biológico, a faixa etária, o grau de escolaridade e o tipo de inquérito, AUTOR (2011) explica que foram adotados outros critérios quanto à seleção dos informantes. Nas palavras da autora, os informantes selecionados tratam-se de:

[...] fortalezenses natos ou vieram morar nesta cidade com, no máximo, cinco anos de idade; possuem pais cearenses; nunca se ausentaram de Fortaleza por um período superior a dois anos consecutivos; mantêm residência fixa na capital cearense. Estes critérios foram adotados com o objetivo de neutralizar a interferência dos falares de outras regiões (AUTOR, 2011, p. 838).

Após a seleção dos informantes para compor a amostra deste estudo, elaboramos o nosso envelope de variação. Nessa parte da pesquisa, delimitamos com precisão a variável dependente e as independentes (intra e extralinguísticas) controladas no estudo.

2.1 Variável dependente

A variável dependente deste trabalho compreende duas variantes linguísticas: a primeira refere-se ao *enfraquecimento de /v/* (te/h/e)¹⁵ e, a segunda variante, à *manutenção da fricativa /v/* em posição intervocálica (pega/v/a)¹⁶.

2.2 Variáveis independentes

Ao todo, foram testadas nove variáveis independentes de natureza intralinguística, a saber: *contextos fonológicos precedente e subsequente, tipo de sílaba, tonicidade, status morfológico do segmento, dimensão do vocábulo, classes de palavras, grupo fônico e frequência de uso do segmento*. Também foram controladas quatro variáveis extralinguísticas, a saber: *sexo, faixa etária, escolaridade e monitoramento estilístico*.

¹⁵ Ocorrência retirada do D2 93 do *corpus* NORPOFOR.

¹⁶ Dado extraído do DID 06 do *corpus* NORPOFOR.

3. Apresentação dos resultados

Ao longo dos 48 inquéritos selecionados, localizamos 5.055 ocorrências de /v/ em posição intervocálica. Desse total, 996 (19,7%) dados correspondem à forma aspirada, e 4.059 (80,3%), à manutenção. A primeira rodada foi apenas experimental e apresentou nocaute¹⁷ em dois grupos, a saber: nas variáveis *contexto fonológico precedente* e *contexto fonológico subsequente*. Na primeira variável, quando uma consoante antecedia /v/, não ocorreu nenhuma variante aspirada. Nesse mesmo grupo, a vogal [õ] também só apresentou ocorrências de manutenção de /v/. Já na segunda variável, não houve ocorrência enfraquecida quando as vogais [ĩ], [ẽ], [õ]¹⁸ e a semivogal [ɨ]¹⁹ sucediam /v/.

Na segunda rodada, retiramos os nocautes e passamos a trabalhar com 4.767 dados, dos quais 996 eram de enfraquecimento, correspondendo a 20,9% dos dados. Nessa mesma rodada, o programa selecionou e excluiu a variável *grupo fônico*, além de não selecionar nem excluir da rodada a variável *contexto fonológico precedente*. Diante dessa situação, resolvemos investigar se estaria havendo alguma sobreposição de fatores.

Para isso, fizemos cruzamentos entre o *grupo fônico* e as outras variáveis linguísticas selecionadas pelo programa e entre o *contexto fonológico precedente*, bem como com os demais grupos de fatores linguísticos. Com esses cruzamentos, percebemos que vários grupos apresentavam uma má distribuição dos dados, principalmente entre esses dois grupos, pois, dentre as células do fator *palavras com /ava/*, só houve preenchimento com a vogal /a/ como precedente. Além disso, verificamos, **nível por nível**, e percebemos que, quando o grupo fônico aparecia juntamente com o contexto fonológico precedente, o primeiro diminuía, de forma considerável, o valor do segundo.

Para evitarmos excluir um dos grupos, resolvemos averiguar se seria possível um amalgamamento. Verificamos que havia menos de 10 dados de pretônicas enfraquecidas e, seguindo a teoria de Guy e Zilles (2007), a qual nos diz que devemos buscar amalgamar ou eliminar fatores com menos de 10 ocorrências, resolvemos amalgamar as pretônicas (cuja aplicação, em relação ao total de ocorrências foi 5/605) com as postônicas, formando, assim, um novo fator, denominado **átonas**.

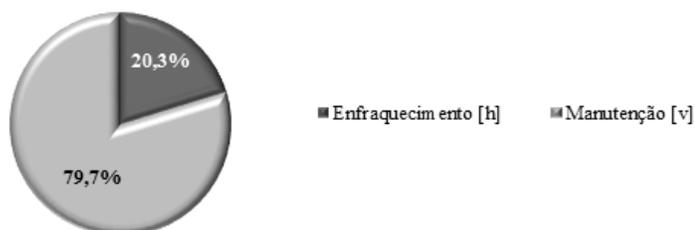
¹⁷ De acordo com Guy e Zilles (2007, p.158), “nocaute é um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0 ou 100% para um dos valores da variável dependente.”

¹⁸ E só houve 2 ocorrências de [õ] na manutenção: “I[v]onete” (Inq. 36) e “I[v]onilde” (Inq. 93).

¹⁹ Ao todo, só houve uma ocorrência de [ɨ]: “Flá[v]ia” (Inq. 143).

Na rodada feita após esse amálgama, aconteceu o mesmo da rodada anterior: o programa selecionou e excluiu o *grupo fônico* e não selecionou nem excluiu o *contexto fonológico precedente*. Por isso, resolvemos excluir esse último da rodada seguinte. Dessa forma, conseguimos obter resultados satisfatórios e passamos a trabalhar com 4.902 dados, dos quais 996 (20,3%) eram de enfraquecimento e 3.906 (79,9%) de manutenção, como podemos observar no Gráfico 1:

Gráfico 1: Frequência de uso das variantes estudadas após a retirada dos nocautes e exclusão da variável *contexto fonológico precedente*. Fonte: Autor.



De acordo com os dados dispostos no Gráfico 1, na amostra deste trabalho, a variante marcada pelo enfraquecimento de /v/ em contexto intervocálico tende a ocorrer com menor frequência (20,3%) do que a variante com a manutenção de /v/. Também nessa rodada, o GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) selecionou como melhor nível de análise o *step up 76* (*input* 0,069, significância 0,002 e *log likelihood* -1582,742), apresentando como grupos relevantes (nesta ordem): *grupo fônico*, *classes de palavras*, *escolaridade*, *frequência de uso*, *monitoramento estilístico*, *faixa etária*, *contexto fonológico subsequente*, *sexo*, *status morfológico do segmento* e *dimensão do vocábulo*. Em contrapartida, foram excluídos, também nesta ordem, *tipo de sílaba* e *tonicidade*. Assim, baseando-nos nessa seleção de fatores, mostraremos os resultados obtidos para cada uma destas variáveis apontadas como estatisticamente relevantes.

a) Grupo fônico

Analisamos a variável *grupo fônico*, a fim de separarmos dois contextos intervocálicos de /v/ que se comportaram de forma bem diferente na amostra deste trabalho e em outras pesquisas que apresentaram essa mesma peculiaridade (RONCARATI; UCHOA, 1988; CANOVAS, 1991; MARQUES, 2001;

PELICIOLI, 2008). De modo mais preciso, separamos e testamos a atuação de *palavras com /ava/* (verbos e não-verbos): pega/v/a (DID 06); ca/v/alo (D2 111) e *palavras sem /ava/* (verbos e não-verbos): ti/v/esse (DID 06); cutu/v/elo (DID 06).

Tabela 1: Atuação da variável *grupo fônico* sobre o enfraquecimento de /v/ intervocálico. Fonte: Autor.

Fatores	Aplica/Total	%	P.R.
Palavras com /ava/	841/1869	45,0	0,667
Palavras sem /ava/	155/3033	5,1	0,394

A variável *grupo fônico* apresentou, como aliado do enfraquecimento, o fator *palavras com /ava/*, corroborando com nossas hipóteses iniciais, bem como com os resultados obtidos por outros estudos (RONCARATI; UCHOA, 1988; CANOVAS, 1991; MARQUES, 2001; PELICIOLI, 2008). Os demais contextos, isto é, *palavras sem /ava/*, inibiram o uso da regra (0,394), conforme revelam os dados da Tabela 1.

b) Classes de palavras

Supondo que a variável *classe de palavras* poderia exercer influência sobre a variante aspirada em contexto intervocálico, testamos os seguintes fatores: *nomes*: cutu/v/elo (DID 06); *verbos*: fala/v/a (DID 06) e *outros*: A/v/e Maria (DID 95).

Tabela 2: Atuação das *classes de palavras* sobre o enfraquecimento de /v/ intervocálico. Fonte: Autor.

Fatores	Aplica/Total	%	P.R.
Outros	24/43	55,8	0,983
Verbos	942/3179	29,6	0,597
Nomes	30/1602	1,9	0,299

O programa selecionou a variável *classes de palavras*, cujos resultados, dispostos na Tabela 2, revelaram uma aplicação quase categórica da variante aspirada no fator *outros* (nem nomes nem verbos), como mostra o peso relativo de 0,983. Esse valor deve-se apenas à locução interjetiva “Ave Maria!”. Os *verbos* também apresentaram um valor favorável ao enfraquecimento (0,597),

ao contrário dos *nomes* que foram inibidores da regra (0,299), também segundo os dados da Tabela 2.

Sobre a produtividade de variação, conforme as diferentes classes de palavras, Dubois *et al.* (1973) explica que a variação de determinados fenômenos – a exemplo do enfraquecimento de /v/ em posição intervocálica – tende a ser fortemente influenciada pelos níveis morfológicos, já que existem fenômenos que atingem apenas determinadas classes de palavras, não agindo em outras. Assim como neste trabalho, a variável classe de palavras também se revelou estatisticamente importante nos estudos de Roncarati e Uchoa (1988), Marques (2001) e Alencar (2007).

Após um apurado levantamento lexical, Roncarati e Uchoa (1988) verificaram que, em seus dados, a variante aspirada já estava em estágio bastante avançado em “ta[h]a” e “gosta[h]a”, parecendo “estar no meio do caminho” (RONCARATI; UCHOA, 1988, p. 68) em “fica[h]a”, “da[h]a” e “chega[h]a”, podendo ainda ocorrer esporadicamente com qualquer outro verbo, como “deixa[h]a”, “enxerga[h]a” ou “mora[h]a”.

Em Marques (2001), a variável *classes de palavras* também foi selecionada em dois contextos diferentes, a partir dos quais a autora analisa o enfraquecimento de /v/, ou seja, tanto no arquivo que continha as formas com /ava/, como no outro arquivo, em que havia os demais contextos. Para o primeiro arquivo, os resultados indicam que são os verbos (0,53) os únicos favorecedores do fenômeno; as demais categorias gramaticais foram amalgamadas e mostraram um resultado irrelevante (0,13). No arquivo, contendo os demais contextos, essa variável foi selecionada em último lugar e também obteve um valor relevante para o enfraquecimento de /v/ nos verbos, de 0,60 (88/3992 – 2%), enquanto o grupo dos não-verbos obteve apenas 0,36 (19/2690 – 1%), para aspiração de /v/.

Ainda segundo Roncarati e Uchoa (1988), Marques (2001) e Alencar (2007), as formas do pretérito imperfeito do indicativo em /ava/ é que apresentam o maior número de ocorrências. Nos dados do referido estudo, outras formas verbais não foram relevantes e houve um baixo índice de ocorrência em outras classes de palavras. No entanto, a autora também confirma que, depois das formas verbais em /ava/, as formas dos verbos “ter” (“te[h]e”, ti[h]er”), “estar” (“esta[h]a”, ta[h]a) e “levar” (“le[h]ava”) estão entre as mais atingidas.

c) Escolaridade

Acreditando nas possíveis influências da *escolaridade* sobre a aspiração de /v/ em posição intervocálica, testamos dois níveis de escolaridade distintos: 0-4 anos e 9-11 anos. Esta variável foi selecionada em terceiro lugar pelo Goldvarb

X, sendo a primeira variável extralinguística apontada como estatisticamente pertinente. Com essa variável, verificamos que os falantes de *menor escolaridade* (0 a 4 anos) beneficiam a aspiração (0,640); os de *maior escolaridade* (de 9 a 11 anos) tendem a inibir o processo (0,354), como revela a Tabela 3.

Tabela 3: Atuação da *escolaridade* sobre o enfraquecimento de /v/ intervocálico Fonte: Autor.

Fatores	Aplica/Total	%	P.R.
0 a 4 anos	723/2514	28,8	0,640
9 a 11 anos	273/2388	11,4	0,354

Importante lembrar que os resultados obtidos para a variável *escolaridade* confirmam nossas hipóteses iniciais, já que esperávamos mesmo que os falantes com menos escolarização favorecessem o uso da variante aspirada, ao contrário dos informantes com mais anos de escolaridade, conforme apontamos na introdução deste artigo.

Além disso, muitos estudos têm indicado uma relação próxima entre o nível de escolaridade do falante e sua escolha por determinadas variantes linguísticas. Labov (1994), por exemplo, ao estudar o inglês falado em Nova Iorque, observou que os falantes com menor escolaridade tendem a usar com maior frequência as formas não-padrão²⁰, enquanto que as formas padrão eram mais utilizadas pelos mais escolarizados. Essa constatação vem sendo uma tendência verificada em muitas pesquisas realizadas na área da sociolinguística quantitativa.

No quadro da literatura pertinente, a pesquisa de Roncarati e Uchoa (1988) revelou que a escolaridade também exerce importante atuação sobre o enfraquecimento da fricativa /v/, indicando, em linhas gerais, que a aspiração desse fonema tende a ser favorecida (0,89) por falantes nas séries iniciais do primeiro grau (atualmente, Ensino Fundamental). De igual modo, os resultados do teste de atitudes, aplicado pelos autores, revelaram resultados mais voltados para determinados itens lexicais, isto é, “as formas menos favoravelmente cotadas, [...] ‘tele[h]isão’, seriam produzidas por aqueles falantes do grupo ‘c’: menor escolaridade, menor *status* e não-urbanos” (RONCARATI; UCHOA, 1988, p. 93).

²⁰ Os termos variantes padrão e não-padrão são usados para fazer menção às formas preservadas pela tradição escolar.

Esse mesmo teste de atitudes revelou ainda que, em relação ao item “gosta[h]a”, três juízes mencionaram a existência da troca de “v” por “r”: “Um juiz afirmou que ‘aprendi bastante para não cometer tal erro’.” (RONCARATI; UCHOA, 1988, p. 95, aspas no original).

Na pesquisa de Marques (2001), por sua vez, os informantes analfabetos²¹ foram os maiores aliados do enfraquecimento de /v/ (0,59), obtendo um índice muito próximo aos que tinham de 1 a 4 anos de escolarização (0,58). Os sujeitos com 5 a 8 anos de escolaridade também agiram positivamente sobre o fenômeno (0,56), porém os falantes com 9 a 11 (0,34) e mais de 11 anos (0,29) inibiram a aspiração de /v/.

Ainda que com notórias diferenças quanto aos valores obtidos para os pesos relativos, neste estudo, e nas pesquisas de Roncarati e Uchoa (1988) e Marques – afinal, as três pesquisas refletem resultados obtidos para três diferentes comunidades de fala – verificamos que os resultados encontrados para a variável escolaridade caminham na mesma direção, ou seja, indicam que quanto menos escolaridade possui o falante, maior a probabilidade de eles usarem a variante que não é preservada pela escola, ou seja, a variante em que /v/ sofre aspiração em posição intervocálica.

d) Frequência de uso

A variável *frequência de uso do segmento* leva em consideração a hipótese proposta por Roncarati e Uchoa (1988) de que o fenômeno estaria lexicalmente condicionado, pois quanto mais determinada palavra precisar ser utilizada, maior será a sua possibilidade de variação; no caso da nossa pesquisa: quanto maior a frequência de uso do segmento, maior a probabilidade de ocorrer a aspiração de /v/ em posição intervocálica.

Antes de discutirmos os resultados obtidos para a variável *frequência de uso do segmento*, pontuamos que, para a determinação dos fatores que comporiam essa variável, deixamos para codificar a frequência de uso após todas as outras variáveis terem sido codificadas na amostra. De igual modo, fizemos uma contagem de cada palavra que aparecia em nossos dados para, depois, podermos agrupá-las, ou não, junto a outras que se modificavam apenas em algumas flexões.

Ao término, chegamos à definição dos seguintes fatores para comporem a variável frequência de uso: termo extremamente usual (de 301-520): ta/v/a

²¹ O termo ‘analfabeto’ é usado por Marques (2001) para referir os informantes que nunca frequentaram os grandes bancos escolares.

(DID 06); termo muito usual (de 101-300): no/v/o (DID 06); termo usual (de 61-100): chega/v/a (DID 06); termo pouco usual (de 21-60): no/v/ela (DID 95) e termo pouquíssimo usual (de 01-20): chu/v/a (DID 95).

De acordo com os resultados obtidos para essa variável, devidamente expressos na Tabela 4, os fatores *termo muito usual*, *termo usual* e *termo extremamente usual* foram, nesta ordem hierárquica, os que favoreceram o enfraquecimento de /v/, obtendo peso relativo: 0,641, 0,540 e 0,529, respectivamente. Esses resultados confirmam, portanto, a hipótese, inicialmente, levantada por nós.

Tabela 4: Atuação da *frequência de uso* sobre o enfraquecimento de /v/ intervocálico Fonte: Autor.

Fatores	Aplica/ Total	%	P.R.	Exemplo
Termo muito usual	160/1048	15,3	0,641	fica[h]a
Termo usual	191/674	28,3	0,540	da[h]a
Termo extremamente usual	281/513	54,8	0,529	ta[h]a
Termo pouco usual	156/923	16,9	0,455	si[h]iu
Termo pouquíssimo usual	208/1744	11,9	0,413	cutu[h]elo

Nos dados deste estudo, só classificamos como *termos extremamente usuais* os verbos “ta/v/a(m) - esta/v/a(m)”, pois, com eles, obtivemos o peso relativo de 0,529. Contudo, os termos classificados como *muito usuais* e *usuais* apresentaram maior diversidade de palavras, indicando, portanto, maior possibilidade de enfraquecimento em mais contextos. São ocorrências de termos muito usuais: “tive”, “leva”, “conversa”, “teve”, “novo”, “vive”; dados de termos usuais: “devia”, “dava”, “gostava”, “trabalhava”, “lava”, “povo”, “serviço”. Há muitas células vazias para os termos *extremamente usuais* porque, nesse fator, só existem “ta/v/a(m) - esta/v/a(m)”. Talvez, por isso, seu percentual e seu peso relativo tenham se destacado.

e) Monitoramento estilístico

Nessa variável, analisamos as possíveis influências do tipo de registro sobre a aspiração de /v/ em posição intervocálica. De modo mais preciso, testamos dois tipos de inquérito: DID e D2. Em geral, espera-se que o DID apresente um comportamento de certa forma monitorado (pouco relaxado) pelo informante, o que pode ser um reflexo da presença do inquiridor e do gravador, embora

a nossa escolha pela audição dos quarenta minutos²² finais da gravação tenha procurado eliminar um pouco esse controle. O D2, por sua vez, normalmente reflete um discurso mais relaxado. Em geral, eles são realizados entre duas pessoas amigas ou que tinham laços de família. Enfim, os informantes do D2 tinham entre si certo grau de intimidade, fato que poderia eliminar boa parte do monitoramento na fala delas. Dessa forma, esperávamos que houvesse um maior número de variantes inovadoras nos inquéritos do tipo D2.

O GoldVarb X selecionou a variável *monitoramento estilístico* em quinto lugar e, por meio dela, verificamos que, nos inquéritos do tipo DID, há o favorecimento da variante aspirada (0,572); ao passo que, nos inquéritos do tipo D2, esse valor é de apenas 0,361, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5: Atuação do *monitoramento estilístico* sobre o enfraquecimento de /v/ intervocálico Fonte: Autor.

Fatores	Aplica/Total	%	P.R.
DID	753/3242	23,2	0,572
D2	243/1660	14,6	0,361

Esses resultados refutam, portanto, a hipótese de que os inquéritos do tipo D2 favoreceriam o uso da variante aspirada. Além disso, verificamos que a diferença entre os valores apresentados é significativa. Assim, podemos concluir que essa variável interfere no fenômeno em estudo e que os falantes, embora numa situação (teoricamente) mais monitorada, produzem mais a variante aspirada.

Na busca por explicações para esses resultados, pontuamos que, durante a fase da coleta dos dados deste estudo, notamos que os entrevistadores nos registros do tipo DID tinham conseguido criar um ambiente de muita informalidade, cumprindo seu objetivo inicial, como menciona AUTOR (2007, p.57):

Embora o grau de intimidade entre informante e pesquisador não fosse muito elevado, porque, na maioria das entrevistas, os participantes não se conheciam previamente, o entrevistador buscava conduzir a entrevista de forma descontraída e natural. Nas entrevistas realizadas, a participação do pesquisador restringia-se à formulação de perguntas curtas e claras que eram feitas com o intuito de incentivar o entrevistado a falar o máximo possível. [...]. Sempre que era percebida a preferência do entrevistado por um determinado assunto, procurava-se explorar este tema mais detidamente. Isso fazia com que o informante se entusiasmasse

²² Evidentemente, esse tempo foi menor, quando a gravação possuía menos de 40 minutos.

com o seu relato a ponto de esquecer que sua fala estava sendo gravada, como ele próprio confessava, ou lamentasse o término da entrevista.

f) Faixa etária

Em sexto lugar, o GoldVarb X selecionou como estatisticamente relevante a variável extralingüística *faixa etária*. Os resultados obtidos para esse grupo de fatores indicam que quanto maior a faixa etária maior será o favorecimento da variante aspirada, como descrito na Tabela 6:

Tabela 6: Atuação da *faixa etária* sobre o enfraquecimento de /v/ intervocálico. Fonte: Autor.

Fatores	Aplica/Total	%	P.R.
50 anos ou mais	513/1939	26,5	0,599
26-49 anos	282/1530	18,4	0,486
15-25 anos	201/1433	14,0	0,382

Por outro lado, vemos que os falantes com idade intermediária (26-49 anos), com 0,486 de peso relativo, assim como os falantes mais jovens de nossa amostra (15-25 anos), com 0,382 de peso relativo, tendem a inibir o enfraquecimento de /v/. Dessa maneira, a única faixa etária que aparece como aliada da regra é a terceira (50 anos em diante), apresentando 0,599 de peso relativo. Importante ressaltar que esses resultados refutam a hipótese que levantamos inicialmente para o comportamento da variável *faixa etária*, isto é, esperávamos que os falantes mais jovens beneficiassem o enfraquecimento de /v/ em posição intervocálica.

No que tange ao tratamento da variável *faixa etária* no quadro dos estudos sociolinguísticos variacionistas, destacamos que estudos feitos por Labov (2008), em Nova Iorque e em Matha's Vineyard, apontam que existe uma tendência dos mais jovens usarem as formas mais inovadoras, enquanto que os mais velhos tendem a privilegiar as formas mais conservadoras. De igual modo, sabemos que o fator *faixa etária* pode ser um importante fator na indicação do estado em que se encontra um determinado fenômeno de variação em uma comunidade específica, dando indícios de que o fenômeno encontra-se em variação estável ou em processo de mudança (MARQUES, 2001), nesse último caso, espera-se que os falantes mais velhos favoreçam o uso da variante inovadora, ao contrário dos falantes mais jovens.

Articulando tais postulados aos resultados obtidos nesta pesquisa, acreditamos que, na comunidade de fala de Fortaleza, a aspiração de /v/ em posição

intervocálica encontra-se em processo de variação estável, pois, embora tenhamos constatado que os falantes mais velhos estejam favorecendo o uso da variante aspirada (Tabela 6), os índices gerais apontam que a variante inovadora (aspirada) tende a ocorrer com frequência significativamente menor (20,3 %) do que a variante conservadora (manutenção), conforme indicamos no Gráfico 1, no início desta seção.

Esse ponto, somado ainda ao fato de os falantes com menos escolarização favorecerem a reificação de /v/ em posição intervocálica pode indicar que, na comunidade em estudo, esse pode ser um fenômeno estigmatizado socialmente, fato que certamente dificultaria sua implementação definitiva na comunidade de fala de Fortaleza em diferentes estratos sociais (MARTELOTA, 2001).

Pontuamos que a avaliação positiva ou negativa da variante aspirada poderia ser mais bem observada por meio do uso de *testes de atitudes* que, por questões metodológicas, não foram realizados neste trabalho. Contudo, acreditamos que a realização de um teste de atitudes sobre a aspiração de /v/ em contexto intervocálico na comunidade de fala de Fortaleza é um ponto lacunar deste estudo que, certamente, abre espaço para a realização de pesquisas futuras.

g) Contexto fonológico subsequente

Testamos também a possível atuação do contexto fonológico subsequente. Nessa variável, os fonemas observados foram: [a]: gosta/v/a (DID 06); [ɛ̃]: Øta/v/am (D2. 94); [e]: gu/v/erno (DID 46); [ɛ]: cun/v/eØsa (DID 95); [ẽ]: con/v/ento (D2 129); [i]: vi/v/e (DID 06); [ĩ]: no/v/im (D2 129); [o]: fa/v/ô (DID 06); [ɔ]: de/v/óØve (DID 10); [õ]: I/v/onete (DID 36); [u]: no/v/o (DID 06); [ũ]: /v/ũmitanØ (D2 94) e [ɪ]: Flá/v/ia (DID 143).

O *contexto fonológico subsequente* foi a sétima variável a ser selecionada pelo GoldVarb X e apresentou como vogais favorecedoras do enfraquecimento de /v/ apenas o [a] (0,651), [ɛ̃] (0,631) e [u] (0,520). As demais vogais atuaram no sentido de inibir o uso da referida regra, conforme mostram os dados distribuídos na Tabela 7:

Tabela 7: Atuação do *contexto fonológico subsequente* sobre o enfraquecimento de /v/ intervocálico. Fonte: Autor.

Fatores	Aplica/Total	%	P.R.
[a]	878/2259	38,9	0,651
[ɛ̃]	13/171	7,6	0,631
[u]	16/343	4,7	0,520
[ɛ]	28/514	5,4	0,484

[ɔ]	1/67	1,5	0,476
[i]	56/1131	5,0	0,337
[o]	2/87	2,3	0,278
[e]	2/330	0,6	0,126

Esses resultados confirmam mais uma de nossas hipóteses iniciais, pois, para a variável *contexto fonológico subsequente*, supomos que os contextos circundados pela vogal /a/ beneficiariam a variante aspirada, conforme indicam os dados deste trabalho.

Sobre o favorecimento da aspiração de /v/ em posição intervocálica registrada em outras pesquisas, ressaltamos que o estudo de Marques (2001) também revela que a vogal /a/ é a principal favorecedora do enfraquecimento de /v/ (0,76). Em segundo lugar, apareceram as vogais nasais (0,60); em terceiro, despontam as médias (0,52), cujo índice de probabilidade deveu-se, em grande parte, às vogais [e] e [ɛ]. Por último e, inibindo a variante aspirada, temos as vogais altas (0,34) que também se mostraram inibidoras da aspiração de /v/ nos resultados deste trabalho.

Em comparação, registramos que o estudo de Aragão (2009) apresenta a vogal seguinte como um dos fatores internos que mais marcam o fenômeno no falar cearense. Embora a autora não cite uma vogal específica, entendemos, pelos seus exemplos, que seja [a]: “ca[h]alo”.

h) Sexo

Com o intuito de observar se o *sexo* exerce influência sobre a aspiração de /v/ em contexto intervocálico, na amostra deste estudo, testamos a atuação de dois fatores, conforme a estratificação social dos informantes no NORPOFOR: homens e mulheres. Esta variável, dentre as extralinguísticas, foi selecionada em último lugar pelo GoldVarb X. Em nossos dados, verificamos que são os *homens* (0,552) que favorecem a aspiração de /v/, mas com um peso relativo apenas discretamente maior do que o das *mulheres* (0,460), segundo informam os dados da tabela 8.

Tabela 8: Atuação do *sexo* sobre o enfraquecimento de /v/ intervocálico.
Fonte: Autor.

Fatores	Aplica/Total	%	P.R.
Homens	384/2138	18,0	0,552
Mulheres	612/2764	22,1	0,460

Importante destacar que os resultados obtidos para a variável *sexo* refutam nossa hipótese inicial para o comportamento de /v/ em posição intervocálica na amostra deste trabalho frente a essa variável, já que acreditávamos que o sexo não exerceria influência sobre o fenômeno. Afinal, inicialmente, supomos que o enfraquecimento de /v/ ocorreria de modo indiscriminado tanto na fala de homens como de mulheres.

Para efeitos comparativos, em contexto de /v/ intervocálico, achamos importante relatar que Roncarati e Uchoa (1988) incluem a palavra “tele[h]isão” em seu teste de atitudes e, segundo a percepção dos juízes cearenses que participaram do teste, nomes como esses costumam ser enfraquecidos *pelos homens* (70%) (RONCARATI; UCHOA, 1988), indo de encontro assim aos nossos resultados.

Merece destaque ainda o fato de que, como indica Monteiro (2000), a diferença sexual é, antes de tudo, “um fato de ordem sociocultural que se reflete na língua enquanto sistema semiótico entre outros.” Nesse sentido, estudos sociolinguísticos que envolvem a variável *sexo* normalmente revelam que as mulheres costumam utilizar as formas prestigiadas socialmente (padrão), enquanto os homens favorecem mais as formas menos valorizadas (não-padrão).

Em relação aos resultados obtidos aqui, vemos que essas premissas se consolidam, já que os homens de nossa amostra se revelaram, conforme já indicamos, mais sensíveis ao uso da variante aspirada, a qual é tida como não-padronizada.

i) *Status* morfológico do segmento

Ainda que estejamos analisando variáveis fonológicas, investigamos, também, se o *status morfológico do segmento* exerce alguma influência sobre a ocorrência do fenômeno em análise. Em outras palavras, analisamos se a aspiração de /v/ se dá mais em morfemas lexicais, como em *la/v/a*∅ (DID 06), ou nos gramaticais, como em *gosta/v/a* (DID 06).

A variável *status morfológico do segmento* foi selecionada em nono lugar e, a partir dela, verificamos que os morfemas gramaticais (0,674) são responsáveis pelo enfraquecimento de /v/; enquanto os *lexicais* (0,402) atuam negativamente sobre a regra, de acordo com os resultados da Tabela 9:

Tabela 9: Atuação do *status morfológico do segmento* sobre o enfraquecimento de /v/ intervocálico. Fonte: Autor.

Fatores	Aplica/Total	%	P.R.
Morfema gramatical	789/1734	45,5	0,674
Morfema lexical	207/3168	6,5	0,402

Dessa forma, confirmamos a hipótese de que os *morfemas lexicais*, por fazerem parte da raiz da palavra, sendo assim, portadores de um conteúdo informacional, são mais resistentes ao enfraquecimento, enquanto que os morfemas gramaticais tendem a favorecer a aspiração de /v/ em contexto intervocálico.

Esses resultados são semelhantes aos de Roncarati e Uchoa (1988), visto que são as palavras no pretérito imperfeito com a forma /ava/, que constituem um morfema gramatical, as que favoreceram a variante aspirada. Em Marques (2001), essa variável foi selecionada, em primeiro lugar, no arquivo em que ela separou apenas os dados de palavras com /ava/ e não foi selecionada no arquivo com as palavras sem /ava/. Na pesquisa dessa autora, obteve-se o mesmo resultado, pois foram os morfemas *não-lexicais* (0,57) os que beneficiaram o enfraquecimento; enquanto os *lexicais* (0,12) atuaram negativamente sobre o fenômeno.

j) Dimensão do vocábulo

Testamos a variável dimensão do vocábulo com o intuito de verificar se a extensão do mesmo teria alguma influência sobre o enfraquecimento de /v/. A maior parte das pesquisas aponta que quanto mais extenso for o vocábulo, maior será o enfraquecimento, ou seja, maior será o uso da variante aspirada. Assim, testamos os fatores: dissílabo – ti/v/é (DID 06) – e trissílabo ou maior – le/v/aram (DID 06).

Selecionada em último lugar, a variável *dimensão do vocábulo* apresentou resultados que não confirmaram a hipótese inicial de que, quanto maior for o tamanho do vocábulo, maior seria o índice de enfraquecimento. Em sentido oposto, vimos que os *dissílabos* é que atuaram positivamente sobre o fenômeno investigado (0,593); enquanto os trissílabos, ou maiores, obtiveram uma atuação negativa (0,437), conforme mostra a Tabela 10.

Tabela 10: Atuação da dimensão do vocábulo sobre o enfraquecimento de /v/ intervocálico. Fonte: Autor.

Fatores	Aplica/Total	%	P.R.
Dissílabos	437/1970	22,2	0,593
Trissílabos ou maiores	559/2932	19,1	0,437

A fim de verificarmos se alguma variável estaria interferindo no resultado desse grupo, percebemos que, ao cruzarmos *dimensão do vocábulo* com *classes de palavras*, a célula da classe “outros” apresentava 0% para os *trissílabos* ou *maiores*, enquanto, para os *dissílabos*, era 59%, configurando, portanto, um enorme desequilíbrio. Devemos esse resultado à locução interjetiva “A[h]e Maria!”, classificada na classe que causou tal desproporção.

Por último, pontuamos que, na comunidade pessoense, a pesquisa de Marques (2001)²³ também aponta que os *dissílabos* são fortes condicionadores do fenômeno (0,66). Os *monossílabos*²⁴ também apresentaram um valor acima do ponto neutro (0,54). Contudo, os *trissílabos* e os *polissílabos* inibiram o enfraquecimento, com 0,48 e 0,34, respectivamente.

Considerações finais

Neste trabalho, assumimos que, no falar popular de Fortaleza-CE, a fricativa /v/ em posição intervocálica apresenta duas possibilidades de uso: realização plena e enfraquecimento. Essas duas variantes linguísticas se mostraram bastante produtivas, nesta pesquisa, já que trabalhamos com um total de 4.902 ocorrências para o fenômeno em pauta. Nesse universo, o enfraquecimento de /v/ em posição intervocálica ocorreu em 20,3% dos casos, indicando que, na variedade popular da capital cearense, a variante aspirada tende a ocorrer de modo bastante significativo.

Como objetivo maior, intentamos analisar a influência de variáveis intra e extralinguísticas sobre o uso da variante aspirada. Ao todo, testamos a atuação de 13 variáveis. Dentre elas, foram apontadas como relevantes nesta ordem decrescente de importância: *grupo fônico*, *classes de palavras*, *escolaridade*,

²³ A variável dimensão do vocábulo só foi selecionada no arquivo em que Marques (2001) isola as ocorrências com a forma /ava/ (tanto verbos quanto não-verbos).

²⁴ A autora não dá exemplos desses monossílabos, mas explicita o seu total de 12/102.

frequência de uso, monitoramento estilístico, faixa etária, contexto fonológico subsequente, sexo, status morfológico do segmento e dimensão do vocábulo.

Com o *grupo fônico*, verificamos que os termos com /ava/ beneficiam a variante aspirada. Para a *classe de palavras*, os verbos e outros termos condicionaram de modo positivo a regra. Com a *escolaridade*, vimos que os falantes menos escolarizados (0-4 anos) favorecem a aspiração de /v/. A variável *frequência de uso* indicou que os termos usuais, muito usual e extremamente usuais proporcionam o enfraquecimento de /v/.

Com o *monitoramento estilístico*, verificamos que os inqueritos do tipo DID favorecem o enfraquecimento de /v/. A *faixa etária* indicou que os falantes com 50 anos ou mais beneficiam a regra. A variável *contexto fonológico subsequente* indicou que os seguimentos sonoros [a], [ɛ~] e [u] favorecem a reificação de /v/. A variável *sexo*, por sua vez, indicou que os homens privilegiam a regra. A variável *status morfológico do segmento* indicou que os morfemas gramaticais favorecem o enfraquecimento de /v/. Por último, a variável *dimensão do vocábulo* mostrou que apenas os vocábulos dissílabos beneficiam a regra no falar popular da capital cearense.

Referências

- ALENCAR, M. S. M. de. **Aspectos sócio-dialetais da língua falada em Fortaleza:** as realizações dos fonemas /r/ e /r/. 2007. 184 p. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza-CE, 2007.
- ARAGÃO, M. do S. S. de. A neutralização dos fonemas /v, z, ʒ/ no falar de Fortaleza. In: RIBEIRO, S.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (orgs.). **Dos sons às Palavras:** nas trilhas da língua portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 187-200
- AUTOR **As vogais médias pretônicas no falar popular de Fortaleza:** uma abordagem variacionista. 2007, 152f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3597>. Acesso em: 12 Mar. 2017.
- _____. O projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza – NORPOFOR. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 15., 2011, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF.** Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011, v. XV, n. 5, t. 1. p. 835-845. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/72.pdf>. Acesso em: 05 Nov. 2017.

- CANOVAS, M. I. F. **Variação fônica de /S/ pós-vocálico e de /v, z, Z/ cabeças de sílaba, na fala de Salvador**. Salvador, 1991. 168f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 1991.
- DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística Quantitativa**. São Paulo: Parábola, 2007.
- LABOV, W. **Principles of linguistic change: internal factors**. Vol. 1. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARQUES, S. M. O. **A produção variável do fonema /v/ em João Pessoa**. João Pessoa, 2001. 96f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2001.
- MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- PELICIOLI, R. **Arênti tarra em carra mermo: a aspiração de fricativas na fala de Salvador**. Salvador-BA, 2008. 48f. Monografia (Graduação em Letras Vernáculas). Universidade Federal da Bahia, Salvador -BA, 2008.
- RONCARATI, C. N.; UCHOA, J. A. C. Enfraquecimento das fricativas sonoras. ALMEIDA, M. R.; ARAÚJO, M. F. (orgs.) **Projeto Dialectos Sociais Cearenses**. Fortaleza: UFC, 1988.
- ALMEIDA, M. R.; ARAÚJO, M. F. (orgs.). Variação fonológica e morfossintática na fala cearense. In: JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO GELNE, 17, 1999, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFC, 1999. p. 1-12.
- SANKOFF, D.; Tagliamonte, S. A.; Smith, E. **Goldvarb X: a multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <<http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.htm>>. Acesso em 10 Jan. 2017.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Recebido em 19 de novembro de 2017.

Aceito em 27 de fevereiro de 2018.

A EXPANSÃO LEXICAL EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS INDUSTRIALIZADOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

LEXICAL EXPANSION IN FOOD PRODUCTS MANUFACTURED IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Alexandre Antônio Timbane

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
alextimbana@gmail.com

Dayanny Marins Coelho

Universidade Federal de Goiás
dayannypnn@hotmail.com

RESUMO: O estudo tem como objetivo identificar e discutir a formação de nomes de produtos alimentares industrializados mais comuns no contexto brasileiro. O nome faz parte do processo de ampliação do léxico da língua e assim, questiona-se qual formação linguística desses nomes? Utilizando 20 produtos sendo 5 enlatados e embutidos, 5 derivados de leite, 5 derivados de cereais e 5 bebidas. A escolha dos produtos foi aleatória e foi auxiliado pelo Dicionário Houaiss (2009) como *corpus* de exclusão no caso de neologismo. Da pesquisa concluiu-se que o nome do produto carrega uma história. O autor do nome não só pensa na beleza, mas também no impacto que o nome provocará diante do consumidor. Por isso o autor recorre ao inglês, francês, japonês e raras vezes no português. Basta ser processado, o produto perde seu nome original e passa a receber novo nome. Da pesquisa se conclui que a atribuição de nomes de produtos alimentares industrializados exige uma reflexão profunda, pois alguns nomes podem afastar o consumidor ao invés de atraí-lo. A atribuição do nome é cultural e surge da necessidade sociológica do ser humano, principalmente no espaço comercial.

PALAVRAS-CHAVE: Nomes; Léxico; Neologismos; Alimentos industrializados.

ABSTRACT: The study aims to identify and discuss the formation of the most common names of processed food products in the Brazilian context. The name is part of the expansion process of the language lexicon and so, we question what language training these names? Using 20 products being 5 canned meats, 5 dairy products, 5 from cereals and 5 drinks. The choice of products was random and was aided by Houaiss Dictionary (2009) as exclusion corpus in case of neologism. From research it was concluded that the product name carries a story. The author's name not only think of beauty, but also

the impact that the name will cause on the consumer. So the author refers to the English, French, Japanese and rarely in Portuguese. Just be processed, the product loses its original name and starts to receive new name. Research concludes that the allocation of industrialized food names requires deep thought, because some names can depart the consumer rather than attract it. The award's name is cultural and sociological arises from human need, especially in the commercial space.

KEYWORDS: Names; Lexicon; neologisms; Processed foods.

Introdução

Uma das características peculiares do ser humano é a atribuição de nomes em tudo o que aparece em sua frente. A atribuição de um nome não é arbitrária. Segue uma lógica da vida, do entendimento do mundo e tem sido acompanhado pela cultura que envolve o sujeito atribuidor de nome. Essa tese é demonstrada com mais clareza em situações em que temos só objeto com vários nomes variando de língua para língua. Por exemplo, *conducteur* (em francês) faz alusão ao ‘ato de conduzir algo’, **motorista** (português) faz alusão ‘à alguém que domina ou faz motor funcionar’, *mutxayele wa movà* (em língua xichangana) faz alusão ‘à aquele/a que mexe, que faz funcionar e andar o carro’. Para a atribuição de nome à um ser humano, a justiça estabelece normas e/ou regras. O nome não deve constranger a recém- nascida no presente e no futuro, mas isso é relativo e varia de cultura para cultura, pois em alguns casos o nome do sujeito desaparece. Guérios (1979) falando sobre “tabus linguísticos” relata que mulheres jônias não chamavam nunca o marido pelo nome, e ninguém devia citar o nome de um pai ou de uma filha. Os casais zulus da África do Sul não usam nomes próprios para se chamar mutuamente. Usam “expediente das perífrases, como, p.ex. ‘pai de seu filho’ (J. G. Frazer), ou, então, locuções antroponímicas em que entram palavras como ‘touro’, ‘vaca’, ‘leão’, etc.” (GUERIOUS, 1979, p.33). Um cidadão com 18 ou mais anos pode requerer à justiça a mudança do seu nome caso não goste por alguma razão.

Com relação aos produtos, o registro do nome é feito através de uma “Marca Registrada”. A Marca Registrada seria um nome (palavra ou expressão) ou ainda símbolo comercial utilizado por uma empresa (pessoa física ou coletiva) para identificá-la como autora desse produto. Na marca entra a questão “propriedade intelectual” que proíbe que outros tenham o mesmo nome ou símbolo para o mesmo produto. A atribuição de nomes aos novos produtos alimentares e/ou produtos de outra natureza aumenta cada vez mais o acervo nominal na

nossa língua. É importante referir que o nome comercial extrapola o controle linguístico, quer dizer, uma marca, não só pode ser usada numa determinada língua. Por exemplo, as marcas “Nike” ou “Coca-Cola” foram registradas na anglofonia. São intraduzíveis para todas as línguas e representam aqueles produtos de forma obrigatória.

O presente estudo visa discutir os termos ‘palavra, léxico e neologismo’ buscando analisar alguns produtos alimentícios industrializados. Procura-se compreender como os criadores dos novos produtos têm criado novos nomes para atribuir o mesmo alimento por algum motivo, ou apenas pelo simples fato de chamar a atenção aos consumidores do produto. Pode-se citar exemplos de arroz que tem os seguintes marcas e nomes: Arroz Cristal, Arroz Tio João, Arroz Urbano, Arroz Bem Amado, Arroz Bella Dica, Arroz Prato Fino, etc.

Nas embalagens dos produtos é frequente observar-se vários tipos de textos, abreviaturas, siglas como no caso da validade, dos dados do lote, da data da fabricação, dos símbolos químicos e outros códigos. Algumas siglas, fórmulas, símbolos, acrônimos e abreviaturas utilizados nas embalagens são escritos por orientação técnica do Ministério do Comércio. Esses dados são pouco conhecidos pelos consumidores.

Assim, tendo observado alguns destes produtos serão evidenciados alguns aspectos inerentes à formação desses nomes também da variação de um idioma para outro, ou ainda entre variantes da mesma língua. Mas na maioria dos produtos alimentícios pesquisados é possível verificar a presença de quatro línguas diferentes (português, espanhol e inglês ou francês).

Propõe direcionar o estudo para o âmbito dos estudos lexicais, com incursões em processos de ampliação do léxico, especificamente no que concerne à criatividade de fabricantes em usar ou mesclar seus textos com palavras e expressões da língua inglesa criando variadas expressões que atingem não apenas o léxico, mas outros níveis linguísticos tais como: fonético-fonológico, morfossintático e pragmática. Dessa forma, a pesquisa procura fazer um levantamento dos dados (palavras e expressões neológicas usadas nos textos dos produtos alimentícios industrializados) para sistematizar a seleção e transcrição dos dados e consequente formação do *corpus* de pesquisa. No sentido de observar se o uso dos neologismos nestes tipos de alimentos vem sendo um fator que tem possibilitado a ampliação do léxico de todas as línguas em uso.

Nesse sentido, a proposta deste estudo procura questionar os mecanismos mais produtivos em relação ao que vem acarretando uma expressiva ampliação do léxico em produtos alimentícios industrializados no que concerne à origem das lexias e à classificação que se pode efetivar. Questiona-se se são

empréstimos? São unidades lexicais de base de origem inglesa? Caso sejam empréstimos, enquadram-se na classificação de Carvalho (2009), Sablayrolles (2006, 2012) ou em Grojean (1982)?

Na primeira seção o artigo discute os conceitos de léxico e palavra, debatendo as suas diferenças. Seguidamente apresentou-se a importância do nome na cultura de um povo. A cultura tem sido expressa de diversas formas. E sempre por detrás de um nome tem uma história. Na terceira seção discutiu-se a noção de neologismos apontando os seus tipos as formas como esses interferem na dinâmica de uma língua. Na quarta seção, o artigo apresenta a metodologia e os dados da pesquisa. Nas análises apresentou-se as características de linguísticas dos nomes dos produtos em grupos terminando com a apresentação das conclusões e referências na última seção.

1. Definindo os conceitos palavra e o léxico

Quando falamos em palavra, imediatamente remetemos nosso pensamento a um vocábulo, ou melhor, a uma sentença formada por letras e sons que geralmente está associada a um significado. Assim, as palavras, são elementos mais significativos de uma língua, uma vez que elas atribuem nomes a tudo o que nos rodeia, possibilitando assim uma comunicação mais plena e expressiva. Dessa forma, elas são tidas como recursos que representam a organização do mundo e dos seres animados e inanimados. A palavra tem valores que não são absolutos, uma vez que as relações humanas estão em constantes transformações. Esta ideia foi constatada por Saussure (2006, p.81) quando defende que “o laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado.”

Segundo Biderman (1999), a palavra é a ‘pedra de toque’ da linguagem humana, já que é por meio dela que conseguimos transmitir nossos pensamentos e vontades, a palavra exerce um enorme poder na vida das pessoas já que ela é capaz de transformar situações e provocar diversas emoções. Como se diz em ditados populares: “A palavra tem poder”, ou seja, é por meio dela que podemos convencer as pessoas, provocar diferentes opiniões e situações, dar conselho, sugerir ideias, mas em contrapartida, se pronunciadas de uma forma contrária pode-se gerar situações difíceis já que uma vez pronunciadas elas não voltam mais.

As palavras que utilizamos diariamente nas nossas situações de comunicação fazem parte do “léxico” que conforme o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009, p.1174) seria “o repertório de palavras existentes numa deter-

minada língua”. Para outros pesquisadores, o léxico consiste num conjunto de palavras que os usuários de uma determinada língua utilizam para expressar-se, oralmente ou por escrito. Todos comungam a ideia de que o léxico pode ser definido como o acervo de palavras de um determinado idioma. O importante a sublinhar é que o português brasileiro incorporou léxico proveniente do tupi (SIQUEIRA, 2015, p.85), dos anglicismos (JUSTINA, 2006), dos africanismos (PETTER, 2009; ALENCASTRO, 2009) entre outras. Este processo criativo do léxico é frequente em todas as línguas vivas e assim se cria um dinamismo e renovação da lexical. Adiante estudaremos a influência tanto das palavras quanto do léxico na comunicação entre pessoas que trabalham com nomeação de tais produtos industrializados. Será que estas pessoas contribuem de alguma forma para a ampliação do léxico na língua portuguesa?

1.1 A palavra

O conceito de “palavra” foi sempre polêmico entre os linguistas desde que os primeiros estudos linguísticos surgiram desde os estudos de Bloomfield. Sendo livre, “a palavra se distingue dos morfemas presos, radicais, afixos ou clíticos; sendo mínima como forma livre, distingue-se dos sintagmas oracionais, que podem conter mais de uma forma livre.” (BASILIO, 2000, p.10). Os conceitos que apresentaremos neste artigo tomam sentido quando inseridos numa determinada língua. Nenhuma definição de palavra pode ser válida e completa para todas as línguas do mundo.

Para Biderman (1999) a palavra pode ser definida em, pelo menos, três dimensões diferentes: dimensão mágica e religiosa, dimensão cognitiva e dimensão linguística. Quanto a dimensão mágica e religiosa, a palavra é considerada o próprio nome e a própria essência do ser, pois, para o homem primitivo, a palavra e o referente que ela nomeia são inseparáveis. A palavra é vista como criadora, através da qual um poder divino, em algum passado distante, fez surgir sua cultura, como mostra a passagem bíblica sobre o mito da criação, em que Deus diz “Faça-se a luz!” e a luz é feita. Na dimensão cognitiva, a palavra desempenha um papel fundamental nos processos de identificação, categorização e nomeação das entidades da realidade, pois servem para rotular os “processos cognitivos mediante os quais o homem interage cognitivamente com seu meio ambiente” (LENNEBERG apud BIDERMAN, 1998, p. 90-91). É através desses processos que o homem pode organizar seus conhecimentos, e, dessa forma, gerar o léxico de sua língua.

Assim, nesses processos, os critérios utilizados para se classificação dos objetos são diversificados e podem ser baseados, por exemplo, no uso que se faz de um determinado objeto, no seu tamanho, ou na emoção causada por ele ao usuário. Isso expõe o fato de o processo de categorização ser um processo criativo e dinâmico da organização cognitiva, e, portanto, pode se alterar ou se expandir para incluir novas criações/novos conhecimentos. Como esse processo muda de acordo com as culturas distintas, e é a partir dele que surge o léxico de uma dada língua, explica-se a grande diversidade dos léxicos das diferentes línguas – é, por exemplo, o que justifica a diferença de gênero entre palavras correspondentes entre as línguas: o mar (masculino, em português) vs *la mer* (feminino, em francês), a caneta (feminino em português) vs *le stylo* (masculino, em francês).

Na terceira dimensão, para a linguística, a palavra passa a ser objeto de estudo científico. Assim como Saussure, estabelece-se que o significado (conceito mental) e o significante (forma linguística) compõem o signo linguístico e que a relação entre ambos constructos é absolutamente arbitrária, isto é, imotivada (BIDERMAN, 1998; SAUSSURE, 1995). Para Cagliari a palavra é “uma sequência fonológica que recorre sempre com o mesmo significado”, mas também pode ser entendida como uma forma de segmentação da fala. “Na linguagem oral, as pausas mais comuns seguem padrões entonacionais e, muito raramente, uma pessoa fala palavras separadas por pausas” (CAGLIARI, 1999, p.66). Barros (2004, p.40), a palavra “é uma unidade léxica (ou unidade lexical), ou seja, é um signo linguístico, composto de expressão e de conteúdo, que pertence a uma das grandes classes gramaticais: substantivo, verbo, adjetivo...” A palavra (**a**) como unidade da escrita separada por espaço em branco ou delimitada de outra forma; (**b**) como unidade prosódica que porta apenas um acento principal (CAGLIARI, 2002); (**c**) como uma unidade fonológica; como o elemento mínimo da estrutura sintática; como um elemento do vocabulário da língua (ROSA, 2011, p.4).

Partindo de uma visão linguística, a qual diz que todas as línguas naturais dispõem de características próprias e peculiaridades que a distingue das demais línguas, é impossível definir o conceito de palavra de maneira universal. Por isso, “a definição de palavra, bem como sua identificação no nível do discurso, tem que ser feita língua a língua” (BIDERMAN, 1999, p. 81). É a palavra que forma sentenças, que forma discurso, que forma o texto e por aí em diante. Os produtos alimentícios industrializados apresentam um conjunto de palavras que formam frases que chamam atenção ao consumidor, ou dando informações da composição química do produto ou ainda o nome ao produto.

1.2 O léxico

O léxico é uma das partes mais visíveis da língua e certamente está intimamente à cultura. É no léxico onde gruda o valor semântico de cada palavra ligada aos hábitos e costumes de uma comunidade linguística. Segundo Katamba (1993, p. 99), “o léxico não é uma lista passiva de palavras e de seus significados, mas um lugar cheio de vitalidade em que as regras são usadas ativamente para criar novas palavras.” Trata-se de um repertório aberto, quer dizer, capaz de se enriquecer e se ampliar sempre no tempo e no espaço. Para Basílio (2000, p.11) “o léxico é via de regra definido como o conjunto de palavras de uma língua.”

Para Biderman (1981), o léxico é tido como um patrimônio social da comunidade por excelência, juntamente com outros símbolos da herança cultural. Partindo dessa abordagem, o léxico é transmitido de geração a geração como signos operacionais, por meio dos quais os indivíduos de cada geração podem pensar e explicar seus pensamentos e ideias. O sistema lexical de uma dada língua dispõe de diferentes possibilidades linguísticas, a saber: construções novas (neologismos) dentro da língua e construções importadas de outras línguas. A essas se incluem as gírias (linguagem comum a um mesmo grupo social); os jargões (vocabulário típico de uma dada especialidade profissional); os arcaísmos (vocábulos e/ou expressões que caíram em desuso).

O léxico pode ser definido como o conjunto de [palavras](#) de uma dada língua. Toda a abundância de palavras que usamos na nossa língua -a língua portuguesa- tem um conjunto de regras que devem ser respeitadas pelos usuários tanto na linguagem oral quanto na escrita. Dessa forma, é possível afirmar que uma propriedade básica do léxico é sua mutabilidade, tendo em vista que está em uma permanente evolução, uma vez que algumas palavras se tornam obsoletas, outras são incorporadas, outras mudam seu sentido, e tudo isso ocorre de forma gradual e quase imperceptível.

De acordo com Carvalho (2009, p. 19), o léxico é “a menos sistemática das estruturas linguísticas, o léxico depende, em grande parte, da realidade exterior, não linguística” e reflete a cultura da comunidade, a qual serve de meio de expressão, visto que, no momento em que se cria algo de novo ou surgem novos fatos sócio-político-culturais, há uma necessidade de nomeá-los, formando-se novas palavras; esses itens lexicais, por serem uma criação individual, podem ser aceitos ou não, ter vidas breves, caindo no esquecimento. Assim, se torna possível constatar que os estudos relativos ao léxico de uma dada língua trazem a experiência cultural acumulada por uma sociedade através do tempo,

ou seja, o léxico pode ser considerado como o patrimônio vocabular de uma comunidade linguística através de sua história, um acervo que é transmitido de geração em geração.

Dessa forma podemos concluir que os usuários de uma língua utilizam o léxico para a formação do seu vocabulário, para sua própria expressão no momento da fala e para a efetivação do processo comunicativo. Assim, o vocabulário de um indivíduo caracteriza-se pela seleção e pelos empregos pessoais que cada falante faz do léxico. Pode-se afirmar que quanto maior for o vocabulário do falante, maior a possibilidade de escolha do léxico mais adequado ao seu intento expressivo.

2. O nome na cultura de um povo

A primeira coisa que queremos quando vemos alguém em nossa frente é saber o nome. O nome é tão importante que água para beber, ou o ar para viver. Imagine se as pessoas não tivessem nomes! Como seria difícil caracterizá-las adequadamente. O ser humano, pela sua natureza tende a atribuir nome a tudo e a todos que rodeiam como forma de identificá-los e de não confundir com outros. A Bíblia Sagrada quando fala sobre a criação do mundo diz que foi atribuída ao Adão, a tarefa de dar nomes à todas as coisas (seres animados e inanimados). Até aos dias de hoje, o ser humano precisa do nome para ser identificado. Nas culturas Tsonga do sul de Moçambique percebe-se que o nome está ligado às crenças tradicionais e culturais. Antes da criança ser apresentada à lua recebe um nome que deve ser de um membro da árvore genealógica vivo ou morto até porque se acredita na incorporação dos mortos nos vivos como continuidade da vida. Por exemplo, ‘Alexandre António Timbane’, é o nome completo de um sujeito nascido no grupo Tsonga cujo ‘Alexandre’ é o nome próprio que normalmente é acompanhado de um nome tradicional (Pfumu), ‘António’ é nome do pai de ‘Alexandre’ e finalmente ‘Timbane’ que seria o nome da família maior que ao mesmo tempo se confunde com nome da etnia. Será mais importante chamá-lo de ‘Pfumu’ do que Alexandre, por que o primeiro é particularmente cunhado da língua local que é o xirhonga.

A atribuição do nome é cultural e surge da necessidade sociológica do ser humano. Atribuímos nomes a seres animados e inanimados, visíveis e invisíveis. Entende-se que é importante discutir algumas questões inerentes ao nome, uma vez que é pouco discutido entre linguistas, mas mais discutido pelos antropólogos.

O léxico surge da necessidade que o homem tem de atribuir nomes às coisas, aos fenômenos, aos objetos, à situação, etc. Alguns fenômenos/situações/objetos não podem ser designados por uma só palavra, e por isso surgem palavras compostas para designar um só fenômeno, com é o caso de arco-íris, girassol, cabra-cega, mesa-redonda, etc. Essa nomeação depende de língua para língua. O importante é que a palavra se perpetue quando for aceita pela comunidade linguística em causa. As palavras aparecem e desaparecem (perdem a frequência de uso) ao longo da história da língua, dependendo de vários fatores sociais, políticos, econômicos ou culturais (TIMBANE, 2014, p.51)

Quando referimos que o ser humano tende a atribuir nomes em algum momento podemos concluir que tudo (o que é conhecido pelo homem) tem nome. Um exemplo, que ocorre no português brasileiro (em especial na variante goiana) é referente às partes da carne bovina, tais como acém, alcatra, músculo, bananinha, contra filé, costela, coxão mole, cupim, filé mignon, fraldinha, lagarto, maça do peito, miúda, mocotó, paleta, palmatória, capa de pescoço, paloma, patinho, péuxinho, picanha, rabada, fígado, carne seca, coração, bucho, etc. que não faria sentido nos falantes da língua xirhonga, do sul de Moçambique. O contexto e a cultura brasileiras obrigam que essas partes da carne sejam especificadas fazendo surgir os nomes aqui citados. Esses exemplos mostram que o cliente precisa conhecer essas partes para fazer a melhor escolha e adquirir exatamente a parte que lhe interessa. Isso é cultural. Isso é do ambiente e pertence a ecolinguística que é a ciência das relações entre língua e meio ambiente, e não apenas do meio ambiente social, como Haugen, Salzinger e, até certo ponto, Sapir haviam afirmado. Ela estuda não apenas as relações que se dão no interior do ecossistema maior, ou seja, entre Povo, Território e Língua. Ela se ocupa também das relações entre Língua e o cérebro/mente dos membros de um Povo (meio ambiente mental), das relações que mantém com os membros de um Povo organizados num Território, ou seja, como comunidade (meio ambiente social), bem como das relações indiretas entre L e o mundo físico (meio ambiente natural). Enfim, ecolinguística é literalmente a disciplina que se ocupa das relações que se dão entre língua e meio ambiente (COUTO, 2009).

As descrições das partes de carne bovina apresentadas no parágrafo anterior nem todas ocorrem no português angolano ou moçambicano e nem são conhecidas como tais em outros espaços da lusofonia. A produtividade lexical do português brasileiro permitiu essa expansão lexical mais profunda e mais profunda nestes itens. As palavras chapelaria, borracharia, estepe, ônibus não ocorrem no português angolano nem moçambicano. Isso prova que a língua é cultura e só pode ser entendida dentro do contexto.

A maioria das palavras que indicam as partes da carne bovina pertence ao que chamamos de brasileirismos (TIMBANE, 2013). Para Timbane (2013), as palavras banheiro, café da manhã, refrigerante, delegacia, açougue, pedágio, aeromoça, van, grampeador, pedestre e terno são conhecidas como casa de banho, matabicho, refresco, esquadra, talho, portagem, hospedeira, *ten years*, agrafador, peão e fato respectivamente no português de Moçambique. A diferença é que o léxico usado no português do Brasil se distancia do léxico usado em outros países da lusofonia visto que as experiências socioculturais divergem dando espaço para a criatividade de todo tipo;

Os nomes de produtos não fogem à regra, elas vão variar para atender as realidades locais. A escolha do nome de um produto não ocorre aleatoriamente. Resulta de um estudo por parte dos autores, pois caso contrário, os resultados da venda podem contrariar as intenções (CABRAL; VIEGAS, 2007). Para Siqueira (2015, p.85) “ao mesmo tempo em que nomeia, revela a intensa ligação do homem com o território que se constitui como seu lugar no mundo, seja físico ou cultural”. Por essa razão, Siqueira reforça que “os topônimos goianos de origem indígena representam, até certo ponto, o recorte cultural apreendido pelo dominador durante a consolidação dos primeiros aglomerados urbanos...” (SIQUEIRA, 2015, p.103). O mesmo não se pode dizer dos nomes próprios. Os nomes próprios são protegidos por lei e no Brasil a criança adquire logo nas primeiras semanas de vida. Os nomes são

como instancias de acção e de constituição de socialidade: categorias de apelação, quando nos dirigimos uns aos outros para estabelecer a comunicação; formas de estabelecer relação , ao darmos o nome a um filho; formas de identificação da pessoa como cidadão, ao registarmos o nome ou queremos mudar esse registo; formas de intervir sobre a nossa identidade pessoa no mundo, ao termos o poder de apagar a nossa identificação simplesmente escondendo um nome, ao mesmo tempo que podemos ser oprimidos por esse mesmo poder (CABRAL; VIEGAS, 2007, p.17).

Os inventores de nomes de produtos pensam em (a) nomes que facilitam lembrança do cliente (b) que são de fácil pronuncia (c) seja exclusivo (d) que seja acompanhado de uma imagem, logotipo ou outra imagem ou cor. Muitas vezes, os criadores de nomes de produtos recorrem a nomes estrangeiros ou de línguas mais raras ou incomuns para chamara atenção ao leitor. Para Almeida o nome de produto comercial deve ter uma personalidade que deve “combinar com o imaginário sonhado por determinado perfil de consumidor potencial

que, ao se identificar com essas imagens, tem interesse e desejo por comprar aquele produto com o qual se sente identificado” (ALMEIDA, 2007, p.248).

Em muitos casos a escolha de nomes de produtos tem a ver com atualidade ou com o engraçado com vista a chamar atenção. Um nome mais criativo que constitui novidade chama atenção ao consumidor e/ou ao leitor. Em outro momento, os “acrônimos, as siglas e as abreviaturas passam a ser palavras quando se consolidam da fala da comunidade.”(TIMBANE, 2014, p.65) e passam a ser percebidos como tais e não mais como siglas nem acrônimos. Poucos se lembram que *laser* vem de *Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation*), *radar* vem de *Radio Detecting and Ranging*, *ipod* vem de *Incorporated Portable On Demand* que *BMW* vem de *Bayerische Motoren Werke e aids (acquired immunodeficiency syndrome)* (TIMBANE, 2014). Vejamos que um nome formado por palavras passou a ter nova designação e a expressão original se perde ao longo do tempo.

O nome está intimamente ligado à cultura e pertence ao patrimônio familiar (LIMA, 2007), porque por vezes se encontra dentro da mesma língua vários sinônimos para o mesmo fenômeno. Por exemplo, em Portugal, as práticas de transmissão de sobrenomes favorecem a continuidade agnática. Os nomes de produtos que são objeto da nossa pesquisa não seguem essa lógica, o que significa que cada nome pode ser registrado como única tendo assim a marca registrada. Uma marca registrada serve para indicar que um nome/ sobrenome pertence a alguém e não pode ser copiada nem usada por outrem. Por exemplo: Coca-Cola, Nokia, Nike, BMW, etc. Esta sequência não acontece com os nomes próprios para humanos, o que quer dizer que ninguém privatiza um nome ou sobrenome, uma vez que o nome integra a criança na família como símbolo da sua identidade (LIMA, 2007).

3. Os neologismos: seus tipos

O termo ‘neologismo’ consiste num processo de criação de uma nova palavra em uma determinada língua, devido à necessidade de nomear novos objetos ou novos conceitos. De maneira geral, podemos dizer que os ‘neologismos’ são considerados expressões, palavras ou ideias que podem surgir a partir de um comportamento espontâneo ou intencional de falantes. O neologismo é uma unidade lexical cuja forma significante ou cuja relação significado-significante, caracterizada por um funcionamento efetivo num determinado modelo de comunicação, não se tinha realizado no estágio imediatamente anterior do código da língua (ALVES, 1990). Dessa definição, decorre que os neologismos podem

constituir palavras formalmente novas, palavras preexistentes que adquirem um novo significado, ou ainda, palavras que passam a ocorrer em registros linguísticos nos quais não costumavam ocorrer.

Observa-se que há palavras que antigamente faziam parte do léxico da língua e que hoje são consideradas arcaísmos, pois deixaram de ser utilizadas ou são utilizadas em contextos restritos (CARVALHO, 2009). As áreas do direito ainda usam várias palavras do latim antigo. A neologia pode ser basicamente denominativa quando é resultante da necessidade de nomear novas realidades (objetos, conceitos), anteriormente existentes; Estilística quando corresponde à procura de uma maior expressividade do discurso, para traduzir ideias não originais de uma maneira nova, ou para exprimir de modo inédito uma certa visão do mundo.

As criações neológicas podem ocorrer dentro da língua ou trazidas de outras. Correia e Barcellos Almeida (2012, p.24-25) levantam três formas de novidades: (a) novidade formal, quando o neologismo apresenta uma forma não atestada no estágio anterior do registro de língua; (b) novidade semântica, que corresponde a uma nova associação significado-significante, isto é, uma palavra já existente adquire uma nova acepção; e (c) novidade por empréstimos, quando a novidade provem de uma outra língua.

As unidades que resultam do processo neológico são processadas, na comunicação, quer ao nível da produção, quer ao nível da recepção, como se tratassem de unidades isoladas ou dentro do contexto frásico. Se por um lado, o que faz dessas unidades neologismos é o fato de elas não se encontrarem registradas no dicionário representativos da língua em questão. Isso é discutível, pois a pertinência da sua inserção no dicionário depende dos corpora utilizados na criação da obra. Se considerarmos, no plano da complementaridade entre dicionário e gramática, que o dicionário deve conter apenas as características idiossincráticas das unidades lexicais, as unidades resultantes da neologia de língua, por não apresentarem essas características, não necessitariam ser registradas.

Os neologismos de uma língua são os exemplos mais claros da produtividade lexical, entendida como capacidade inerente ao próprio sistema linguístico que permite a construção de palavras por processos interiorizados, aplicados normalmente de modo inconsciente e sistemático. Por seu turno, os neologismos estilísticos são um dos exemplos que mais evidenciam a criatividade lexical, entendida como a capacidade que o falante possui para alargar para alargar sistema linguístico, de forma consciente, por meio de princípios de abstração e comparação imprevisíveis, mas claramente motivados. A neologia denomina-

tiva integra, sobretudo, formas resultantes de produtividade linguística, ainda que nela possamos encontrar frequentemente também formas resultantes de criatividade.

Deve também se referir o fato de em certas épocas, por fatores extralinguísticos, determinados formantes de palavras (já existentes ou novos) “estarem em moda” dando origem a inúmeras unidades lexicais novas que, no entanto, raramente deixam de ser meros recursos discursivos pontuais, não se fixando no léxico e não sendo, por isso, registradas nos dicionários. Se tivermos em conta a distinção entre língua, enquanto sistema, e discurso, enquanto uso que se faz da língua, entende-se que, em geral, os neologismos começam por ser unidades do discurso e que apenas alguns desses neologismos, depois de um período probatório, passam a fazer parte do sistema linguístico, integrando-se no léxico da língua e assim vir a ser registrados nos dicionários. Dessa forma, pode-se afirmar que a neologia do português existe porque a língua é viva, ou seja, é passível de mudanças constantes que podem vir a ser determinantes.

4. Metodologia e análises

O objeto de pesquisa são os nomes de alimentos industrializados. A criação de novos nomes em coisas é um fenômeno natural de todas as línguas. A língua portuguesa é dinâmica e os seus falantes procuram adaptar às situações concretas de comunicação. Por essa razão, o linguista norte americano, William Labov dizia que será inútil estar a língua fora do seu contexto social, pois é a sociedade que a modifica e adéqua às situações concretas de comunicação. É importante trazer a definição de alimento industrializado que é oposto ao alimento natural. Para Oliveira, Malta e Filho (2007, p.2) alimento natural é “todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exija apenas, a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação”. Contrariamente ao natural, o alimento industrializado é aquele que é/foi modificado com objetivo de integrar propriedades anteriormente existentes ou mesmo com adição de produtos que ajudam a conservar ou a dar sabor, aroma diferente.

Quando se fala em alimentos industrializados, segundo Oliveira, Malta e Filho (2007) é preciso se pensar duas perspectivas: do consumidor e dos especialistas (nutricionistas). O consumidor considera o alimento industrializado aquele que passou por processamento, que contém elementos químicos, menos

saudável, que foi produzido em larga escala ou que passou pela indústria. Para o especialista, alimento industrializado seria aquele que passou por processamento industrial, contém química, que sofreu processo de transformação, que foi acrescido ou diminuído propriedades, qualquer produto enlatado ou engarrafado, que tem conservante ou que sofreu algum processo de mudança de temperatura (OLIVEIRA, MALTA E FILHO, 2007). Segundo Brasil,

No século XX, o processo de industrialização atraiu a população da área rural para as cidades, enquanto o grande proprietário rural passou a investir na tecnologia de produção agrícola. A agricultura teve como fonte principal do progresso técnico a mecanização e o desenvolvimento de produtos químicos e biológicos, optando pela monocultura, ou seja, uma área de cultivo muito grande com uma mesma espécie (BRASIL, 2009, p.18).

Nos dias de hoje há uma proliferação de produtos industrializados na nossa vida e os debates são intensos em defesa ou a favor do seu consumo. Os debates levantados mostram as vantagens e desvantagens dos alimentos industrializados. Ao mesmo tempo que se cria novos produtos surgem nomes novos que designam esses produtos novos. Assim estamos diante de vários neologismos lexicais, semânticos e por empréstimos.

Para a pesquisa recolhemos um conjunto de vinte produtos alimentícios industrializados disponíveis nos mercados, em supermercados e em outros lugares comerciais. A pesquisa não passou pela Comissão de Ética uma vez que esses nomes e produtos estão disponíveis livremente ao público e não se incorre nenhum risco ou dano. Desses produtos concentraremos a nossa atenção nos textos presentes nos pacotes e invólucros dos produtos. Os textos serão organizados em documento *Word*, que serão codificados para as análises. A escolha dos produtos foi aleatória e os produtos foram agrupados em grupos para uma melhor análise. Cada grupo é composto por 5 produtos, tal como ilustra o Quadro 1:

Quadro 1: Relação dos produtos. Fonte: autor.

GRUPO	QTD.	TIPOS	NOMES	PAÍS DE PRODUÇÃO
A	5	Produtos enlatados e embutidos	Arisco, tempero: alho e sal	Brasil
			Heinz, Yellow mustard	Brasil
			Cup Noodles: sabor galinha caipira	Brasil
			Mini chicken perdigão tradicional	Brasil
			Aji-No-Moto	Brasil
B	5	Produtos derivados de leite	Piracanjuba: leite condensado	Brasil
			Nestle Ninho fortificado	Brasil
			CompLeite: leite UHT Integral	Brasil
			Margarina Qualy Cremosa Sadia	Brasil
			Vigor Morango	Brasil
C	5	Produtos derivados de cereais e outros	PopCorn Yoki sabor manteiga	Brasil
			Nissin, Talharim, frango	
			Nesfit, leite e mel	Brasil
			Passatempo Nestle	Brasil
			NIssin lámen Hot calabresa	Brasil
D	5	Bebidas	La fruit light pêssego	Brasil
			Extra power	Brasil
			Proibida puro malte	Brasil
			Guarana Jesus	Brasil
			Smirnoff Vodka	Brasil

O objetivo da pesquisa é de identificar neologismos formais, por empréstimos e semânticos bem como explicar a sua formação. O processo de análise dos fenômenos linguísticos e a identificação dos nomes será feito em simultâneo. Para o caso de substantivos comuns que serão objeto de análise será utilizado como *corpus* de exclusão o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009) pelo fato de ser um dicionário de referência no Brasil, pelo fato de possuir entradas com origem de palavras, e possuir mais de 228 mil verbetes, mais de

380 mil definições fato que nos ajudará na compreensão de neologismos em produtos industrializados no Brasil.

Dados da pesquisa revelam que há criatividade na formação dos nomes de produtos alimentícios industrializados no português brasileiro. No séc. XX e XXI, o Brasil observou um crescimento acentuado de indústrias transformadoras e os ‘inventores’ recorrem a várias técnicas linguísticas, de identidade e culturais para criar esses nomes. Alguns nomes são criados intencionalmente para impactar o consumidor, outros impactam por coincidência e, dependendo da cultura e da instrução do consumidor. Só para ilustrar, um nome de produto como ‘pequeno frango’ é mais suscetível de ser identificado por todo brasileiro do que *Mini Chicken*. Primeiro porque o consumidor pode não possuir de inglesa e; segundo porque pode achar que se trata de um produto diferente daquele que já conhece- o pedaço de frango.

Deixa-se claro que nesta pesquisa, primeiro analisaremos os produtos nos respectivos grupos (tal como o Quadro 1 ilustra) para depois tecermos considerações finais de todos os dados. Os nomes de produtos enlatados e embutidos que serviram de objeto de análise são interessantes. Observa-se que os autores usam duas estratégias: ou colocam nome da empresa no produto (ex. Arisco, Aji-No-Moto) ou recorrem a nomes estrangeiros (*Heinz yellow Mustard*, *Cup Noodles*, *Mini chicken*).

O nome de um produto é ao mesmo tempo a cultura do povo onde o autor do produto é originário na maioria dos casos. Aji-No-Moto, por exemplo, é um produto utilizado para temperar carnes e verduras. O nome provem da língua japonesa com tradução literal ‘essência do sabor’, nome utilizado também como marca do produto principal (carro-chefe) da empresa. Desta forma, Umami (que aparece no produto) é um dos gostos básicos que ao degustar um alimento, sente seu sabor delicioso por meio dos cinco sentidos como olfato, visão e tato, sendo o paladar aquele que determina o tipo de sabor. O autor desse nome analisou o gosto do *kombu dashi* (caldo feito de algas marinhas) e revelou que o glutamato era o componente que proporcionava um gosto, o qual ele denominou Umami. Este exemplo, nos leva a concluir que a atribuição do nome de um produto leva em conta a cultura de um povo, que é ao mesmo tempo identificado pela sua língua. A língua é cultura ao mesmo tempo.

Porque o autor do 4º produto do grupo “A” escolheu *mini chicken* em vez de “pequeno frango”? É que um produto com um nome em inglês vai mais longe do que um nome escrito em português. O número de falantes do inglês no mundo

aumentou drasticamente nos últimos anos. O que significa que o autor do nome do produto faz um prognóstico de prováveis leitores no mundo. Quanto mais estrangeiro for o nome do produto, maiores são as chances de ser comprado.

No produto *Cup Noodles* pode-se observar a forte influência da língua inglesa no nosso idioma já que *cup* significa ‘copo’ e *noodles* significa ‘macarrão’, daí, *Cup Noodles*. Mas se o autor escrevesse ‘copo de macarrão’ não teria o mesmo impacto que *Cup Noodles*. É um tipo de macarrão instantâneo (fast food) preparado num copo de plástico. O produto foi inventado pelo japonês Momofuku Ando que primeiramente atribuiu o nome *Cup O’Noodles* e em 1993 mudou para *Cup Noodles*.

Nos produtos do grupo “B” (produtos derivados de leite) há uma tendência em conservar o português embora hajam informações complementares escritos em língua inglesa. Neste produto pode-se verificar um neologismo na formação do nome do produto: Compleite. Nome formado por *comple*+leite. *Comple* é acrônimo de Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos, empresa que é a fabricante de produtos lácteos. Um topônimo que passou a ser nome do produto é Piracanjuba. Nesse leite condensado pode-se observar a influência da cultura ao produto, já que Piracanjuba é a marca do leite e seus derivados, mas ao mesmo tempo é o nome do município no estado de Goiás. Houve uma evolução semântica. Piracanjuba é mais conhecida como marca de leite, queijo e manteiga do que propriamente como uma cidade. Esta análise permite-nos afirmar como o nome do produto desloca-se mais geograficamente e está ligado à cultura de um povo.

A *Qally* é uma marca brasileira criada em 1991 em Paraná, cujo *slogan* é “Qualidade de vida começa com a *Qally* da Sadia”. *Qally* provem de inglês *Quality*. *Qally* é uma linha de margarina fabricada pela Sadia e comercializada pela **Brasil Foods S.A.** Alguns produtos: *Qally vita*, *Qally light*, *Qally cremosa*, *Qally 1kg*, *Qally aera*, *Qally mix (Qmix)*, *Quali fibra*. Na formação desses novos nomes há junção de *Qally* com substantivos, adjetivos numerais.

Com relação ao grupo “C” (produtos derivados de Cereais e outros) observa-se a frequência de nomes formados do inglês e do japonês. Todos conhecemos ‘picocas’. Mas Popcorn é difícil de ser identificado nas prateleiras dos supermercados. Porque a ‘pipoca’ está embalado e recebeu um nome inglês - o *Popcorn*. Ao receber o nome inglês, a pipoca recebeu passaporte para ser internacional e pode concorrer de igual para igual com outros produtos internacionais.

No nome do produto *Talharim* é de origem italiana e refere-se à um tipo de macarrão instantâneo. O criador do produto utilizou a palavra uma palavra

estrangeira para chamar a atenção dos consumidores do produto. Há variações no nome, que incluem *taglierini* ou *tajarin* e representam o tipo mais fino das massas do grupo *tagliatelle*, as pastas em tiras. No nome do biscoito *Nestfit* observa-se a junção de NESTLE (abreviado para *NES*) e *fitness* (abreviado para *FIT*) que significa ‘estar em boa forma física’. Neste sentido *fit* significa ‘boa forma’ e *ness*, um sufixo que transforma adjetivos em substantivos, designando um estado, uma condição, tal como acontece com *happiness* (‘felicidade’).

O nome do produto ‘Passatempo’ é formado pela junção de dois radicais (passar+tempo). A logomarca é um ninho com pássaros e foi inspirada no brasão da família de Henri Nestlé, cujo sobrenome em alemão ‘suábio’ significa ‘pequeno ninho’. O autor usa o nome para se referir que “ao comer o biscoito seria tão bom que o tempo ia passar depressa”. É como se fosse divertimento para gastar o tempo.

Com relação ao grupo “C” (bebidas) destaca-se o nome *La fruit*. O nome é provem da língua francesa. Em alguns casos em que se vê *La fruit light*. Aqui há junção de uma palavra inglesa *light*. O nome do produto EXTRA POWER chama a atenção aos consumidores que a bebida tem poder de dar maior resistência e força. Contrariamente as duas bebidas aqui citadas, a cerveja PROIBIDA aposta num nome em português. Inspirada na região de Plzen, na República Tcheca, onde nasceu o estilo *Pilsen*, a PROIBIDA passou de adjetivo para substantivo próprio e com marca registrada. O nome desperta curiosidade nos consumidores porque o que é proibido porque é bebida? O ser humano se interessa mais pelo que é mais proibido.

O nome GUARANÁ JESUS refere-se a um refrigerante pertencente à *The Coca-cola Company*, sendo fabricado e distribuído principalmente no Maranhão. O nome Jesus é uma homenagem ao Jesus Norberto Gomes, farmacêutico que descobriu a fórmula por acaso. Mas o significado GUARANÁ JESUS remete à Jesus Cristo. Uma vez que o Brasil é potencialmente cristão, o criador do nome provavelmente tinha essa intenção de chamar atenção aos consumidores crentes do cristianismo. Cremos que um uísque ou cerveja não poderia ter impacto positivo no julgamento da sociedade.

O nome ‘Smirnoff’ foi criado por Piotr Smirnov, russo que fundou a primeira destilaria de vodca em Moscovo no séc. XIX. Hoje, a bebida é produzida em 19 países. Graças ao surgimento de *cocktails* de vodca e bem sucedidas campanhas publicitárias, a popularidade da ‘Smirnoff’ aumentou consideravelmente. A marca tem vários drinques: clássicos (*caipiroska*, *bloody Mary*, *Martini*), festa (*cucumber*, *god mother*, *tea party*), rápidos (*Green Apple frozen*, *vanilla breeze*, *cranberry refri de limão*), verão (*peach guaraná*, *peach pineapple*). A palavra

‘caipiroska’ é formada por ‘caipirinha + vodka’. Como se pode ver, os nomes são de origem inglesa, mesmo se o produto é produzido num país lusófono. A questão principal para o autor das marcas e produtos alimentícios é atingir um público maior. O autor não sabe quem lerá e apreciará o produto, mas ele tem a certeza que algum anglófono estará por perto para traduzir.

Conclusão

Da pesquisa se pode apreender que os nomes de produtos alimentícios industrializados tendem a adquirir nomes variados ao longo dos tempos. Não basta que o produto receba um pacote ou embrulho. É necessário que renasça com novo nome. Porque o aparecimento de um novo nome levanta curiosidade no consumidor. A tática de empacotar um produto e atribuir um novo nome cria ilusão e curiosidade na parte do consumidor, mas por outro lado, cria mais vendas por parte do comerciante.

Pedir um ‘maçaráo instantâneo’ e pedir um ‘Cup noodles’, não é mesma coisa para um consumidor exigente. ‘Cup noodles’ é mais chique e dá impressão do estrangeiro, pese embora o produto tenha sido produzido no Brasil. Ora, estas novas palavras vão ficar grudadas e consolidadas na nossa língua e na nossa cultura de tal forma a que não mais serão sentidas como estrangeiras. Aconteceu o mesmo com as palavras *shopping, pendrive, dopping, ketchup, DVD, radar, game, fast food, laser, whisky, diesel, HD, chip, vídeo, outdoor, taxi, shorts, jeans, disk-taxi*, e muitas outras. Todas estão dicionarizadas e já não fazem parte da língua inglesa, mas sim da língua portuguesa. O que ficou da herança inglesa é apenas a memória social e cultural anglófona. Elas representam realidade sociocultural da língua portuguesa.

As palavras, os nomes estrangeiros quando se integram numa determinada língua integram-se e ganham todos privilégios existentes na língua. O léxico, o vocabulário e o nome fazem parte da cultura. Observou-se neste estudo que os nomes de produtos alimentares industrializados recorrem às línguas portuguesa, inglesa, francesa e japonesa. Não é uma escolha aleatória e sem e sem objetividade. O autor do nome deseja ver o seu produto vendendo e atraindo o consumidor. A atribuição de um nome de produto alimentício carrega informações culturais e tradicionais importantes que raramente são apresentadas nos rótulos dos produtos. Esta pesquisa despertou-nos vários aspetos históricos e culturais que se escondem por detrás dos nomes.

Não discutimos as relações entre o texto do pacote do produto com a imagem. Esse debate merece um espaço próprio para debate. Mas é importan-

te sublinhar que antes da leitura do nome do produto ou do texto que aparece no rótulo do produto, o consumidor lê a imagem. Isso é automático. O nosso cérebro está preparado para ler/interpretar imagem antes do texto escrito. Seria interessante observar como os consumidores se comportariam ao observar na prateleira de um supermercado, produtos com textos escritos e sem imagens. Esses argumentos nos levam a concluir que muitos consumidores que compram produtos que tem nomes estrangeiros e desconhecidos o fazem porque tiveram acesso à imagem. Provavelmente não comprariam se tivessem apenas o texto escrito sem imagem.

Se os produtos alimentícios produzidos no Brasil tendem a criar novos nomes para novos produtos estamos diante de neologismos nominais. Há interesse constante de atribuir vários nomes vindos de línguas estrangeiras como marketing de publicidade e venda dos produtos. O inglês é uma língua moderna estrangeira que contribui com grande número de empréstimos para produtos brasileiros. Essa tendência revela que a língua portuguesa, na sua variedade brasileira é mais produtiva sob ponto de vista lexical. Citamos aqui, vários exemplos que mostram essa tendência. Lembrando que o léxico é o repertório de palavras que os falantes usam na construção de frases e de discurso, ou melhor, “as palavras são a matéria-prima com que construímos nossas ações de linguagem” (ANTUNES, 2012, p.27).

Os fenômenos que se observam na formação de novos produtos industrializados nos provam que o ambiente influencia na língua e ela está ligada ao mundo. A palavra pode adquirir (e adquire) uma autonomia relativa; o léxico é a parte da língua que mais diretamente se relaciona com o mundo (COUTO, 2009, p.168) real o que significa que a formação de neologismos nominais revela como o mundo e a sociedade mudaram.

A pesquisa permitiu-nos compreender que o léxico presente em nomes de produtos alimentícios industrializados contribui para a expansão do acervo linguístico da nossa língua. As palavras entram de mancinho, por vezes imperceptíveis e procuram se instalar na língua. Nas palavras e expressões estrangeiras ficará apenas a memória social e cultural da língua de origem. O português do Brasil é o mais produtivo e dinâmico em toda a lusofonia.

Referências

ALENCASTRO, L. F. de. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (Org.). **África-Brasil: Caminhos da língua portuguesa**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2009. p.15-26.

- ALMEIDA, H. B. de. Sentidos simbólicos dos personagens e celebridades da mídia. In: CABRAL, J. de P.; VIEGAS, S. de M. (Org.). **Nomes: gêneros, etnicidade e família**. Coimbra: Almedina, 2007. p.245-264.
- ALVES, I. M. **Neologismo: criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990.
- ANTUNES, I. **Território das palavras: estudos do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2012.
- BARROS, L. A. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Ed. USP, 2004.
- BASILIO, M. Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições. **Veredas**, revista de estudos linguísticos. Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 9-18, 2000.
- BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. In: **Miscelânea Homenagem a I. S. Salum**. Estudos de filosofia e linguística. São Paulo: T. A. Queiroz/ USP, 1981. p. 131-145.
- BIDERMAN, M. T. C. Conceito linguístico de palavra. **Palavra**. Petrópolis: Vozes, p.81-97, 1999.
- BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. **Filologia e Lingüística Portuguesa**, n. 2, p. 81-118, 1998.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Produção e industrialização de alimentos**. Brasília: UnB, 2009.
- CABRAL, J. de P.; VIEGAS, S. de M. Nomes e ética: uma introdução ao debate. In: CABRAL, J. de P.; VIEGAS, S. de M. (org.). **Nomes: gêneros, etnicidade e família**. Coimbra: Almedina, 2007. p.13-37.
- CAGLIARI, L. C. A ortografia na escola e na vida. In: MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. (Org). **Diante das letras: a escrita na alfabetização**. Campinas, SP: Mercado de letras, 1999. p.61-96.
- CAGLIARI, L. C. (Org). **Questões de morfologia e fonologia**. v.5. Campinas, SP: Coleção Espiral, 2002.
- CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos na língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2009.
- CORREIA, M.; ALMEIDA BARCELLOS, G. M. **Neologia em Português**. São Paulo: Parábola, 2012.
- COUTO, H. H. Língua e meio ambiente. **Revista de Estudos Linguísticos**. Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 143-178, jan./jun. 2009.
- GROSJEAN, F. **Life with two languages: an introduction to bilingualism**. Harvard University Press, 1982.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; MELLO FRANCO, F. M. de. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva/Houaiss, 2009.

- JUSTINA, O. D. **Presença e uso de anglicismos no cotidiano brasileiro: a visão de pessoas comuns.** (Dissertação) Mestrado em Estudos de Linguagem. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.
- KATAMBA, F. **Morphology.** Houndmills: The Macmillan Press, 1993.
- LIMA, A. P. de. Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa. In: CABRAL, J. de P.; VIEGAS, S. de M. (Org.). **Nomes: gêneros, etnicidade e família.** Coimbra: Almedina. 2007, p.39-62.
- OLIVEIRA, V. R. de; MALTA, M. C. M.; FILHO, D. de O. L. Conceito de alimento natural e alimento industrializado: uma abordagem sócio comportamental. **XXVII Encontro Nacional de Engenharia de produção.** Foz de Iguaçu, 09 a 11 de outubro de 2007. p. 1-10.
- PETTER, M. M. T. O continuum afro-brasileiro do português. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (Org.). **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa.** Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2009. p.159-174.
- ROSA, M. C. **Introdução à morfologia.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- SABLAYROLLES, J.-F. La néologie aujourd'hui. In: GRUAZ, C. et LAMBERT-LUCAS, L. (org.). **À la recherche du mot: de la langue au discours.** 2006. p.141-157.
- LUCAS, L. (org.). Extraction automatique et types de néologismes: une nécessaire clarification. **Revue les cahiers de lexicologie.** n° 100, jui. 2012, p. 37-53.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral.** 20.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SIQUEIRA, K. M. de F. Léxico tupi na nomeação dos lugares goianos nos séculos XVII e XVIII. In: PAULA, M. H. de. (Org.). **Língua e cultura: estudos de léxico em perspectiva.** Goiânia: UFG, 2015. p.86-106.
- A criatividade lexical da língua portuguesa: uma análise com brasileirismos e moçambicanismos. **Caligrama.** Belo Horizonte, v.18, n.2, p.7-30, 2013.
- TIMBANE, A. A. A formação de palavras a partir de siglas e acrônimos estrangeiros na língua portuguesa. **Verbum: Cadernos de Pós-Graduação,** n. 6, p. 50-68, 2014.

Recebido em 26 de setembro de 2017.

Aceito em 26 de janeiro de 2018.

TEORIA DA GRAMÁTICA E DIALECTOLOGIA DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO

GRAMMATICAL THEORY AND DIALECTOLOGY OF THE
BRAZILIAN PORTUGUESE

Rerisson Cavalcante de Araújo

Universidade Federal da Bahia

rerissonaraujo@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo discute a falta de conhecimento sobre as diferenças sintáticas internas ao português brasileiro (PB) para tratar da necessidade e das possibilidades de descrição da variação espacial da gramática do PB através da conjugação das teorias formalistas sobre a linguagem e os métodos de levantamento e análise de dados da dialectologia e da geolinguística, em especial, pela construção de atlas linguísticos. Para isso, discute aspectos da metodologia do maior projeto de geolinguística do país, o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB); descreve também a experiência de alguns atlas sintáticos europeus, inspirados na perspectiva microparamétrica da gramática gerativa.

PALAVRAS-CHAVE: sintaxe, variação dialetal, geolinguística, atlas linguísticos, linguística formal.

ABSTRACT: This paper discusses our lack in knowledge about Brazilian Portuguese (BP) dialectal differences in syntax in order to bring about the need for the description of the spatial variation in PB grammar. For that, it discusses ways of the articulation between formalist theories of language and the methods of dialectology and geolinguistics, in special, by the construction of linguistic atlas. It describes some aspects of the most important Brazilian geolinguistic project, the Linguistic Atlas of Brasil (ALiB), the experience of some syntactic atlas of European languages, inspired by the microparametric perspective in generative grammar.

KEY-WORDS: syntax, dialectal variation, geolinguistics, linguistic atlas, formal linguistics.

Introdução

Este artigo trata das lacunas que existem no nosso conhecimento sobre a sintaxe dialetal do português brasileiro (PB), ou seja, sobre as diferenças gra-

maticais entre os diversos estados e regiões do nosso território, para discutir a necessidade e possibilidade de descrever a sintaxe do PB em perspectiva diatópica, através da articulação entre teorias formalistas sobre a linguagem (gramática gerativa, morfologia distribuída, semântica formal) e os instrumentos de coleta e tratamento de dados da dialectologia e da geolinguística como, por exemplo, os atlas linguísticos.

O texto está organizado da seguinte forma: na seção 1, levanto a questão sobre a extensão e as lacunas no nosso conhecimento sobre a sintaxe dialetal do PB e a necessidade de mapeamento das diferenças geográficas nos fenômenos gramaticais; na seção 2, descrevo, brevemente, aspectos gerais dos métodos da geografia linguística na elaboração de atlas; na seção 3, descrevo aspectos da metodologia do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, com especial atenção para as possibilidades de descrição de fenômenos morfossintáticos; na seção 4, descrevo algumas características de três atlas sintáticos de línguas europeias (o SAND, o ASIS e o ASinEs), conduzidos através da conjugação da perspectiva microparamétrica da gramática gerativa com a metodologia dos estudos geolinguísticos; na seção 5, discuto algumas possibilidades para, a partir da experiência nacional e internacional, realizar o mapeamento das diferenças sintáticas internas ao PB; na seção 6, encerro o artigo.

1. A sintaxe dialetal do PB é importante para os formalistas?

A descrição das propriedades gramaticais¹ do PB em perspectiva formal tem tido o foco principal em dois aspectos: (i) na identificação de diferenças entre o PB e o português europeu (PE), bem como em relação a outras línguas; (ii) nas mudanças linguísticas em relação a estágios anteriores da língua.

Esses aspectos são desdobramentos naturais do modelo de Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa, que, como aponta Duarte (2005), conseguiu o feito de possibilitar uma articulação inédita entre teoria gramatical, linguística comparada, mudança linguística e aquisição da linguagem (cf. também GALVES, 1995).

¹ Ao longo do texto, “gramática” se refere à morfossintaxe, mas também à semântica que podemos qualificar de “sintática”, ou seja, a fenômenos semânticos que interagem direta ou indiretamente com a estrutura gramatical, objeto de estudo da semântica formal e da semântica lexical entendida como interface entre o léxico e a estrutura da sentença. Essa informação é relevante, pois, na tradição dialetológica, há uma grande ênfase à semântica ou semântica lexical, mas entendida em sentido mais lexicológico e/ou estruturalista.

A essas duas vertentes, podemos acrescentar também a descrição da variação na frequência de ocorrência de fenômenos gramaticais entre diferentes classes sociais, que envolve uma perspectiva eminentemente sociolinguística, mas que tem, em muitas pesquisas, sido conduzida por uma conjugação dos métodos quantitativos/estatísticos da Teoria da Variação com os instrumentos teóricos de descrição gramatical de teorias formalistas.

Uma dimensão que não tem sido muito explorada na descrição formal da gramática do PB é a geográfica ou dialetal. Falta-nos um maior conhecimento das diferenças sintáticas e gramaticais entre os diferentes dialetos do país. Essa lacuna no conhecimento da sintaxe dialetal foi, inclusive, objeto de comentários na discussão de trabalhos em eventos acadêmicos recentes, a exemplo do *Encontro Intermediário do GT de Teoria da Gramática*, realizado em julho de 2017 na UFBA.

O primeiro objetivo deste artigo é levantar a pergunta sobre a necessidade (ou não) de uma maior atenção ou ênfase à pesquisa em sintaxe dialetal no Brasil. A diversidade dialetal na gramática do PB deve ser um tema importante para os formalistas (sintaticistas, morfólogos e semanticistas)? Devemos lançar mão de esforços específicos para a descrição (e descoberta) sistemática dessa variação espacial nos fenômenos gramaticais? Os linguistas formalistas devem passar a se dedicar a essa dimensão? Ou, ao contrário, podemos assumir, a partir dos dados já conhecidos, que as diferenças sintáticas no Brasil são mínimas (e/ou já conhecidas) e que sua investigação pode continuar em segundo plano em relação aos estudos diacrônicos, comparativos etc?

Essa não é uma pergunta retórica. Na descrição da variação linguística no Brasil, é quase um ponto pacífico de que as diferenças internas ao PB se dão mais no nível social — com diversidade significativa entre os dialetos chamados cultos e os populares — do que no nível geográfico (cf. CALLOU et al, 2006).

Devido à breve história linguística do português no Brasil (em comparação, por exemplo, com a longa história das línguas neolatinas na Europa²) e à unidade político-territorial brasileira, não seria impossível supor que as

² Refiro-me ao fato de que, considerando a cronologia da colonização do território, o português estaria se diferenciando no Brasil a cerca de (apenas) três séculos, enquanto, por exemplo, o italiano, o francês etc estão se diferenciando na Europa há dez, quinze ou vinte séculos (a depender do critério adotado para a contagem). O mesmo vale, evidentemente, para muitos outros casos, como a história das línguas indígenas na América, que se diferenciaram espacialmente por muitos séculos antes da descoberta das Américas etc. Some-se a isso o fato de que, na curta história linguística do PB no Brasil, o século XX viu a força massiva das telecomunicações agindo como uma força contrária à diferenciação geográfica.

diferenças sintáticas no PB existam, mas sejam menores e/ou que já tenham sido, em grande parte, descobertas pelas pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas. Nesse caso, não se trataria de negar espaço à pesquisa em sintaxe dialetal, mas não considerá-la como uma prioridade ao lado ou acima das demais linhas de descrição da gramática do PB.

Por outro lado, há vários fatores que apontariam para a importância do mapeamento da sintaxe dialetal brasileira.

O primeiro deles é a cronologia da colonização das diversas regiões do país. O fato de que, por exemplo, o povoamento do Norte e Nordeste se iniciou séculos antes do povoamento (sistemático) da região Sul pode, inegavelmente, afetar a distribuição de versões distintas da gramática do PB.

O segundo fator é a diferença quanto ao contato continuado com outras línguas, indígenas e estrangeiras. Na grande maioria do território, o PB desponta como a única língua com a qual os falantes têm contato diário. Entretanto, não nos faltam regiões fronteiriças em que o PB convive cotidianamente com o espanhol e até mesmo com variedades do português faladas fora do Brasil (cf., por exemplo, SIMIONI, 2017). Além disso, não podemos desprezar as regiões de contato entre o PB e as línguas indígenas remanescentes no país. Assim como no item anterior, isso representa uma alteração na natureza dos dados linguísticos primários que servirão de modelo para a fixação dos parâmetros gramaticais durante a aquisição.

O terceiro fator diz respeito às nítidas diferenças prosódicas que existem entre as regiões do país. A interação entre gramática e prosódia é essencial para a determinação da aceitabilidade de diversas construções sintáticas e fenômenos semânticos, como, por exemplo, as leituras associadas às construções de focalização, clivagem e pseudoclivagem (cf. FERNANDES-SVARTMAN, 2012), a ordem de constituintes (cf. FIGUEIREDO SILVA; SEARA, 2009).

O quarto está relacionado aos fatos que já conhecemos sobre o PB. Há um conjunto de fenômenos gramaticais que já sabemos que se comportam diferentemente em algumas regiões do país, embora não possamos traçar com precisão os limites geográficos de sua ocorrência. Vejamos alguns deles, a título de exemplo, sem pretensão de exaustividade.

a) Perda da preposição dativa

Desde Scher (1996), sabemos que a omissão da preposição em complementos dativos, com ou sem adjacência ao verbo, como “João deu um presente o pai”, ocorre em parte de Minas Gerais. A omissão também ocorre/ocorria no dialeto de Helvécia (sul da Bahia), mas com restrições sintáticas diferentes,

necessariamente em adjacência (cf. CAVALCANTE et al., 2012). À primeira vista, a queda da preposição é inaceitável na maioria dos demais dialetos, mas é possível que haja outras regiões em que o fenômeno ocorra, com restrições semelhantes ou não.

b) *Lhe* acusativo de segunda pessoa

No PB baiano, o *lhe* assume o lugar de *te* como clítico de segunda pessoa do singular, com valor tanto de dativo quanto de acusativo: “Eu *lhe* vi” (cf. ALMEIDA, 2009). O fenômeno também ocorre em outras regiões, como no Ceará (cf. ARAÚJO; CARVALHO, 2015). Mas qual a extensão geográfica desse fenômeno? A alternância existe em todos os dialetos? Com as mesmas restrições sintáticas?

c) Artigos com nomes próprios.

Este talvez seja um dos fenômenos cuja distribuição é mais conhecida, em parte por ser algo imediatamente perceptível por qualquer falante, mas também por ter sido objeto de várias investigações diatópicas, como, por exemplo, a partir dos dados do NURC. Callou et al. (2006: 282) apontam que o uso do determinante é pouco expressivo em Salvador e Recife, mas bastante produtivo em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Outras regiões do nordeste parecem seguir o padrão de Salvador e Recife, mas parte do Ceará usa produtivamente o artigo com nomes próprios. Falta, de qualquer modo, uma caracterização mais detalhada do comportamento dos muitos dialetos quanto a isso.

d) Negação sentencial dupla

A negação pré-verbal (“Não quero viajar”) é default em todos os dialetos. A dupla (“Não quero viajar não”) também parece estar presente em todos eles (existe, inclusive, no PE, com valor enfático), mas é possível que haja regiões em que ela esteja ausente. Mais importante: não necessariamente a dupla negativa tem os mesmos valores discursivos e a mesma distribuição sintática em todas as regiões. No Nordeste e em parte do Sudeste, claramente não há valor enfático. Nas demais regiões, a dupla também é não-enfática ou em ou, em algum dialeto, ela assume o valor enfático que prevalece no PE?

e) Negação sentencial final

Por outro lado, a negativa exclusivamente final (“Quero viajar não”) parece estar ausente em vários dialetos do sul do país. As questões são: em quais

dialeto exatamente a negativa final está ausente/presente? Onde está presente, sempre tem os mesmos valores e restrições? (cf. CAVALCANTE, 2016).

d) Substituição do subjuntivo pelo indicativo

Em dialetos do sudeste, o subjuntivo é substituído pelo indicativo (“Você quer que eu *busco* isso?”) em contextos em que, nos dialetos nordestinos, o subjuntivo é (quase) obrigatório.

f) Imperativo

De um modo geral, há dialetos em que a forma verbal utilizada para o imperativo é, majoritariamente, a subjuntiva (“Faça isso! / Conte logo!”), enquanto outros utilizam prioritariamente a forma do indicativo (“Faz isso! Conta logo!”) (cf. SCHERRE et al., 2007).

O mapeamento da sintaxe dialetal não tem o objetivo apenas de identificar a distribuição geográfica dos fenômenos, mas também verificar se as restrições e condicionamentos formais são os mesmos ou diferem de dialeto para dialeto; e, mais importante, descobrir novas diferenças gramaticais desconhecidas.

A descrição da sintaxe dialetal também encontra respaldo em outro dos desenvolvimentos do modelo de Princípios e Parâmetros, isto é, na perspectiva microparamétrica (cf. KAYNE, 1996). Esta propõe uma ênfase na variação sintática entre dialetos (ou línguas) muito próximos, proporcionando uma interação bastante frutífera entre teoria gramatical e dialectologia. Ao discutir a metodologia do *Atlas Sintático da Itália Setentrional*, Benincà e Poletto (2007) afirmam:

Dialectology constitutes a privileged observation point for determining language variation, just because it studies minimally different systems. As such, it is as close as possible to a scientific experiment where variables (intended as differences in grammar) are controlled and few independent factors interfere with the study of a single grammatical property.
(Benincà & Poletto, 2007)

Nessa perspectiva, a sintaxe dialetal não contribui apenas para a descoberta da distribuição de fenômenos gramaticais, mas também para a compreensão dos limites das gramáticas possíveis das línguas humanas.

Para a execução de um mapeamento das diferenças gramaticais diatópicas no PB, os linguistas formalistas precisam compreender:

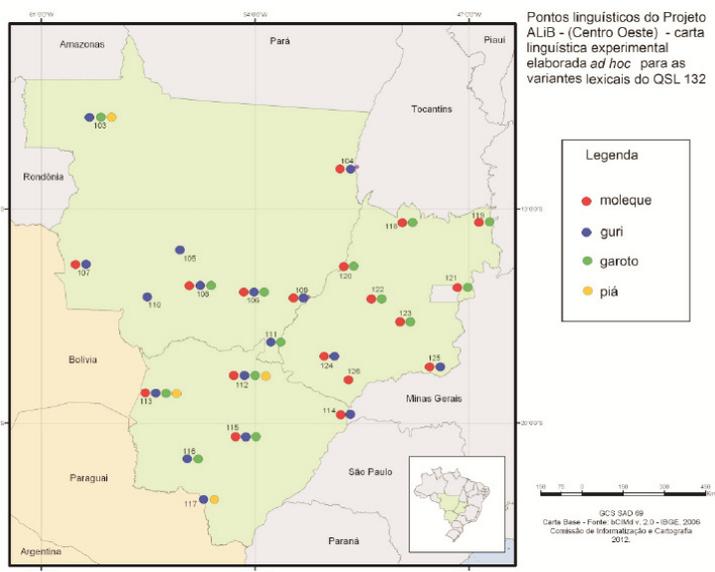
- a. quais são os métodos utilizados pela dialetologia e geolinguística;
- b. quais os projetos de geolinguística dedicados ao mapeamento do PB;
- c. qual a metodologia aplicada nesses projetos;
- d. qual o espaço (se houver) dedicado nesses projetos nacional a questões de natureza gramatical;
- e. como os dados produzidos por esses projetos podem ser utilizados para outras pesquisas gramaticais;
- f. que projetos de dialetologia especificamente sintática/gramatical existem fora do Brasil;
- g. em que os exemplos desses projetos (nacionais e internacionais) podem contribuir para o mapeamento das diferenças gramaticais entre os diferentes dialetos do PB, ou seja, para a construção de atlas especificamente sintáticos do Brasil.

2. Métodos da geolinguística

A geolinguística é uma subárea da dialectologia interessada na descrição e representação da variação espacial de uma língua através de meios cartográficos. O principal produto da metodologia geolinguística é a confecção de atlas linguísticos, que são conjuntos de mapas dedicados a representar visualmente a distribuição de fenômenos linguísticos por um território.

A imagem abaixo, retirada de Romano et al. (2014), traz um exemplo de uma carta linguística (experimental), criada para representar a distribuição das variantes lexicais para o conceito ‘menino’ na região centro-oeste do Brasil.

Figura 1: Exemplo de carta linguística. Fonte: Romano et al. (2014)



Entre as vantagens das cartas linguísticas, temos a condensação de muitas informações em forma visualmente mais acessível, além da possibilidade de se traçar as continuidades e descontinuidades na distribuição de traços linguísticos, através das chamadas isoglossas.

Majoritariamente, as cartas linguísticas têm sido utilizadas para representação de fenômenos lexicais e fonéticos, mas podem, perfeitamente, ser utilizadas para fenômenos morfológicos, sintáticos e de interface.

Para a confecção de cada carta, é preciso possuir informações sistemáticas sobre a ocorrência (ou não-ocorrência) do fenômeno em questão em todas as localidades a serem representadas no mapa. Isso é obtido a partir da aplicação de questionários padronizados a informantes nativos de cada localidade. Ao longo de sua história, a geolinguística utilizou-se dos seguintes métodos principais de coleta de dados. Quanto ao modo de aplicação dos questionários, eles podem ser:

- a. Questionários enviados por correspondência.
- b. Questionários aplicados *in locu* por inquiridores treinados.

Quanto ao modo de enunciação das questões:

- a. Questionários com perguntas diretas.
- b. Questionários com perguntas indiretas.

O método por correspondência pode ser exemplificado pela primeira pesquisa geolinguística, realizada entre 1877 a 1887 por Georg Wenker, que enviou a 50 mil diretores de escolas na Alemanha um questionário com frases em alemão padrão para serem traduzidas para os dialetos locais. Com pouquíssimas exceções, esse método não foi seguido pelas pesquisas posteriores, que optaram majoritariamente pelo levantamento *in locu*.³

A pesquisa *in locu* se inicia com o filólogo francês Jules Gilliéron treinando o caixeiro viajante Edmond Edmont para percorrer a França, entre 1896 e 1900, aplicando um questionário com perguntas diretas e registrando as respostas em transcrição fonética. As perguntas diretas se referem explicitamente ao item linguístico em foco: “Como se chama ‘X’ aqui?”, “Você já ouviu falar de X? O que é X?”, “Aqui se usa a palavra X?”.

A maioria das pesquisas seguintes seguiu o padrão estabelecido por Gilliéron, optando pelo levantamento de dados *in locu*, com inquiridores treinados tanto para a aplicação das questões quanto para a transcrição fonética das respostas (até que a popularização dos gravadores portáteis tornou a transcrição imediata desnecessária), mas com perguntas formuladas de modo indireto, em que o elemento linguístico a ser documentado não é referido diretamente pelos inquiridores. Por exemplo: “Como se chama um objeto que se põe sobre o cavalo para carregar...?”, “Quais são os nomes dos meses do ano?”.⁴

³ Uma das exceções ao predomínio da pesquisa *in locu* é o *Survey of Scottish Dialects*, iniciado em 1952 através do envio de questionários por correspondência, que teve dois volumes de cartas publicados em 1975 e 1977. Com o aumento recente de pesquisas em sintaxe, morfologia e semântica através de testes de aceitabilidade enviados por email ou coletados por questionários online, o método de questionários por correspondência não é incompatível com uma pesquisa em gramática dialetal, inclusive, por permitir mais facilmente a coleta de julgamento de aceitabilidade e o ranqueamento de sentenças por parte dos informantes.

⁴ Isso não impediu, por outro lado, que alguns projetos lançassem mão de perguntas diretas em um segundo momento, após a aplicação das perguntas indiretas. No *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (de 1963), por exemplo, após a aplicação das perguntas indiretas, os inquiridores podiam fazer perguntas diretas sobre formas específicas, que haviam aparecido na região, mas não haviam sido enunciadas pelo informante. Em geral, as respostas obtidas pelos dois métodos são tratadas diferentemente na análise dos dados.

Na próxima seção, trato de aspectos metodológicos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), em especial, do espaço dedicado direta ou indiretamente a questões de natureza sintática.

3. O Projeto ALiB

3.1. Aspectos metodológicos gerais

Como definido na sua metodologia, o Projeto ALiB (www.alib.ufba.br) realizou 1.100 inquéritos linguísticos em 250 cidades brasileiras, espalhadas por todo o território nacional, incluindo 25 capitais. Em cada localidade, foram entrevistados quatro informantes, dois homens e duas mulheres, distribuídos por duas faixas etárias (18 a 30 anos; 50 a 65 anos), com baixa escolarização (primeiro grau incompleto). Apenas nas capitais, foram entrevistados mais quatro informantes de nível superior.

Os *Questionários* do ALiB são constituídos por perguntas de naturezas distintas, agrupados em subquestionários, assim distribuídos⁵:

- a. Questionário Fonético Fonológico (QFF), com 159 perguntas indiretas.
- b. Questões de Prosódia, com pedidos para formulação de 11 sentenças afirmativas, interrogativas e imperativas.
- c. Questionário Semântico Lexical (QSL), com 202 perguntas indiretas.
- d. Questionário Morfossintático (QMS), com 49 perguntas indiretas.
- e. Temas para discurso semidirigido.
- f. Perguntas metalinguísticas.
- g. Texto para a leitura.

A própria divisão dos Questionários mostra que a metodologia do ALiB segue uma tendência recente na geolinguística de procurar ampliar as dimensões de análise para além dos tradicionais níveis fonético e lexical, para incluir, por exemplo, aspectos morfossintáticos, prosódicos, pragmáticos e metalinguísticos. Ainda assim, as perguntas fonéticas e lexicais ocupam, claramente, a maior parte da metodologia.

O QFF tem o objetivo de induzir o informante a pronunciar formas lexicais específicas, para captar as possíveis variações de pronúncia. Assim, para uma

⁵ Os questionários foram publicados em 2001, pela Editorial da UEL. Também estão disponíveis online na página do Projeto ALiB em: <https://alib.ufba.br/content/questionários>.

questão como “*Como se chama uma refeição que se faz, em geral, às 12 h?*”, são esperadas respostas como “almoço” ou “armoço”, mas não “comida” ou “ceia”.

O QSL, por outro lado, visa a obter as várias formas existentes para um mesmo conceito. Assim, para a pergunta referente ao conceito de BEIJA-FLORES, cuja formulação é “*Como se chama um passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem bico fino comprido e fica parado no ar?*”, não se espera apenas respostas como “beija-flor” ou “colibri”, mas qualquer outra forma que seja usada para o mesmo referente.

Dada a natureza das perguntas, a maioria das respostas são apenas palavras isoladas ou emissões curtas como “Não lembro”, “Esqueci”, etc, o que não permite o estudo de aspectos gramaticais, a não ser alguns relacionados diretamente ao contexto de interação pergunta-resposta, como, por exemplo, padrões de respostas curtas, padrões de negação sentencial, etc.

3.2. O questionário morfossintático

Além do QFF e do QSL, em que predominam respostas curtas, muitas vezes apenas com a enunciação de itens lexicais específicos isolados, os Questionários do ALiB também possuem uma série de questões voltadas para aspectos morfossintáticos do PB.

As questões do QMS estão divididas em função da classe morfológica dos itens em foco:

- a. Artigo: duas questões voltadas para o uso de artigo definido diante de nome próprio.
- b. Substantivos: dezoito questões, das quais:
 - três sobre o gênero de alguns itens lexicais (o/a alface, o/a cal, o/a guaraná).
 - 4 sobre a flexão de gênero feminino de alguns nomes (alemão, chefe, ladrão, presidente).
 - dez sobre o plural de alguns nomes (lápiz, anel, avental, pão, mão, leão, degrau, flor, chapéu, anzol, olhos).⁶
- c. Adjetivo: duas questões voltadas para o grau comparativo de grande/pequeno e de bom/mau.
- d. Pronome: 10 questões sobre os usos de eu/mim, tu/você (como sujeito), tu/você/a gente (indeterminado), nós/a gente, comigo/com eu/mais eu, conosco/com eu/mais eu, conosco/com nós/com a gente, seu/teu (em

⁶ Mas formuladas como uma única pergunta para descrever os itens presentes em gravuras.

- relação ao inquiridor), seu/teu (entre irmãos), seu/dele, menos/menas.
- e. Verbo: catorze questões, das quais: quatro questões abertas sobre o uso do presente do indicativo, do pretérito perfeito, do futuro do presente e do futuro do pretérito; e as demais sobre a forma de alguns verbos: vivem/vevem, ouço/ouvo, caibo/cabo, dei/di; soube/sube, estive/tive, trouxe/trussi, pus/ponhei, faz/fazem (existencial), ter/haver (existencial)
 - f. Advérbio: três questões sobre a colocação do “não” em frases negativas.

De um modo geral, os fenômenos gramaticais investigados são em número reduzido. Ao linguista formalista, chama a atenção a ausência de diversos outros fenômenos. Isso, entretanto, é consequência, primeiramente, do próprio fato de que o QMS tem que dividir espaço com outros questionários em um atlas que não é voltado especificamente para a morfossintaxe. Quarenta e nove questões dedicadas ao tema já são, na verdade, um espaço considerável.

Além disso, a formulação dos Questionários ocorreu entre 1996 e 2000, com a sua publicação em 2001, antes do início da coleta de dados *in locu*. A seleção de fenômenos reflete, em parte, o conhecimento gramatical do PB no período, em parte o pouco diálogo entre costuma existir entre dialetólogos e formalistas

3.3. É possível analisar a gramática através de outros dados do ALiB?

Além dos fenômenos que são objeto explícito de levantamento através do QMS, há como analisar dados de natureza gramatical a partir de outras partes dos inquiridos do ALiB? De um modo geral, para os atlas linguísticos colherem dados para um determinado fenômeno, este deve estar previsto explicitamente no seu questionário. Entretanto, a metodologia do ALiB fornece alguns casos em que questões voltadas para outras dimensões podem prover fonte de dados para aspectos morfossintáticos.

Como vimos em 3.1, no QFF e no QSL, pela própria natureza das perguntas e respostas, há uma grande limitação dos fenômenos gramaticais passíveis de análise, mas é possível investir vários aspectos relacionados à sintaxe e semântica da interação pergunta-resposta, como os padrões de resposta curta, negação sentencial, pronomes de tratamento etc.

A situação é diferente nas *Questões de Prosódia*, em que se pede aos informantes a elaboração de quatro sentenças interrogativas, três afirmativas e quatro imperativas. Mais especificamente: duas **interrogativas alternativas** (“Oh, meu amigo, você prefere vinho ou cerveja?”, “Oh, meu amigo, você toma leite ou café?”), duas **polares** (“Você vai sair hoje?”, “Eu vou sair hoje, doutor?”); uma **afirmativa responsiva** (“Você vai sair hoje”) e duas afirmativas

não-responsivas *out of the blue* (“Oh, gente, estou muito aborrecido com o que aconteceu”, “Oh, gente, estou muito feliz com o resultado do trabalho”); e duas **imperativas afirmativas** (“Oh, meu filho, saia da chuva!”, “Oh, meninos, venham almoçar!”), uma **imperativa negativa** (“Não mexa nisso, menino!”) e uma **afirmativa usada como imperativo** (“Você vai sair hoje!”).

Outra fonte para o estudo de fenômenos sintáticos se encontra nos Temas para Discursos Semi-Dirigidos, inspirados pela metodologia sociolinguística, em que se pede para o informante fazer (i) um relato pessoal de “um acontecimento marcante em sua vida”; (ii) um comentário sobre os “programas de televisão” que ele “gosta mais e porquê”; (iii) uma descrição sobre o próprio trabalho; (iv) um relato não-pessoal, de um fato que tenha ouvido falar ou acontecido com um amigo.

Esses trechos de discurso livre, entretanto, costumam ser bastante curtos, o que, de um modo geral, deve levar a uma assistemática nos fenômenos documentados. Ainda assim, podem ser uma fonte importante para a identificação de fatos linguísticos de natureza diversa.

De um modo geral, os dados do ALiB podem fornecer várias informações morfossintáticas sobre o PB. Atualmente, os seguintes fenômenos têm sido objeto de levantamento para a elaboração de cartas linguísticas para os próximos volumes do atlas e dissertações ou teses⁷:

- artigos diante de nomes próprios (pesquisadores: Marilúcia Oliveira, Alcides Lima, Abdelhak Razky, Bianca Pravatti, Silvana Ribeiro).
- tu/você como sujeito (pesquisadores: Valter Romano, Felício Margotti, Viviane de Deus, Suzana Cardoso, Marcela Paim, Cibele Alves, Ludinalva Amor, Francieli Mota).
- formas verbais do imperativo (pesquisador: Joseane Oliveira).
- negação sentencial (pesquisador: Rerisson Cavalcante).
- expressões nominais de indeterminação do sujeito (pesquisadores: Tassila Guimarães, Norma Lopes).
- concordância nominal (pesquisadores: Alessandra Bassi, Felício Margotti).
- concordância verbal (pesquisadores: Dinah Callou, Aline Farias, Bruna Martins).

Muitos outros fenômenos gramaticais estão completamente de fora da metodologia e do banco de dados criado pelo levantamento do ALiB, o que é

⁷ Informações de acordo com o Controle de Análises, disponível no site do projeto.

perfeitamente natural. O objetivo do ALiB não é nem poderia ser fornecer dados para a investigação sistemática de todos (ou da maioria d)os fatos morfossintáticos do PB, mas sim realizar fotografias gerais sobre a diversidade linguística do PB, a partir das quais outros trabalhos de investigação mais detalhados podem ser conduzidos, em perspectiva monográfica ou mesmo geolinguística.

Outro aspecto importante para os formalistas é a ausência de julgamentos sobre a aceitabilidade sobre os fenômenos por parte dos falantes, algo essencial para os estudos gramaticais sincrônicos.

O perfil traçado aqui tem o objetivo de chamar a atenção dos formalistas para as possibilidades de investigação e documentação dialetal **sistemática** dos fenômenos gramaticais.

Para tanto, na próxima seção, trato do exemplo de alguns projetos de atlas sintáticos de línguas europeias, construídos a partir da associação entre gramática gerativa e geolinguística.

4. Atlas sintáticos europeus: linguística formal e dialectologia

Trato aqui, de modo bastante resumido, de três projetos de atlas sintáticos de línguas da Europa, a saber:

- i) o Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses (SAND), realizado por Sjef Barbiers e outros.
- ii) o Atlas Sintático da Itália Setentrional (ASIS), de Paola Benincà, Cecilia Poletto e outros.
- iii) e o Atlas Sintático do Espanhol (ASinEs), de Alba Cerrudo, Ángel Gallego, Anna Pineda, Francesc Roca e outros.

4.1. Atlas sintático dinâmico dos dialetos holandeses (DynaSAND)

Segundo Barbiers et al. (2007), SAND — *Syntactic Atlas of the Dutch dialects* (Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses; <http://www.meertens.knaw.nl/sand/zoeken/index.php>) foi desenvolvido a partir de dados de 267 dialetos da Holanda e da Bélgica, através de três instrumentos de coleta:

- (i) entrevistas orais.
- (ii) entrevistas por telefone.
- (iii) e entrevistas por correio.

A metodologia consistiu na apresentação de sentenças para que os falantes nativos ou traduzissem para seus dialetos locais ou informassem se elas ocorriam

(produtivamente, raramente) neles. As figuras 2 e 3, abaixo, exemplificam as perguntas voltadas para o informante identificar a ocorrência/não-ocorrência do fenômeno no seu dialeto; e para a identificação da produtividade ou frequência relativa entre diferentes construções.

Figura 2: Teste de julgamento de aceitabilidade. DynaSAND. Fonte: Barbiers et al (2007)

In some dialects we encounter sentences such as:
 Misschien ga'k 'et (e) (k) ik wel krijgen
 Betekenis: Misschien gaik het wel krijgen
 meaning: "maybe, I'll get it"
 (i) Do you encounter sentences such as (1) in your local dialect?
 Yes/No

Figura 3: Teste de julgamento relativo. SAND. Fonte: Barbiers et al. (2007)

		Encounter	Uncommon-common
a.	Ik weet dat Jan hard <i>moet kunnen werken</i> I know that Jan hard,must, can, work	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
b.	Ik weet dat Jan hard <i>moet werken kunnen</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
c.	Ik weet dat Jan hard <i>kunnen moet werken</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
d.	Ik weet dat Jan hard <i>kunnen werken moet</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
e.	Ik weet dat Jan hard <i>werken kunnen moet</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
f.	Ik weet dat Jan hard <i>werken moet kunnen</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5

Os informantes selecionados possuíam entre 55 e 70 anos e pertenciam à classe média baixa. Isso mostra uma aproximação maior com a metodologia mais tradicional da geolinguística, que priorizava informantes mais velhos e com menor escolaridade e menor mobilidade, de modo a coletar aspectos característicos dos dialetos locais. Note o leitor que a metodologia do ALiB, por exemplo, com mais de uma faixa etária (e, nas capitais, mais de um nível de escolaridade) se afasta do perfil tradicional, entrando na fase conhecida como geolinguística pluridimensional.

As entrevistas por correio representaram uma fase preliminar da pesquisa, em que foi realizado um estudo inicial para se obter uma primeira impressão

quanto à distribuição das variáveis. Nessa fase, 424 sentenças-testes foram apresentadas a 368 informantes, gerando cerca de 156 mil respostas.

A principal fonte dos dados para o SAND foram as entrevistas orais, conduzidas *in locu*. Estas proporcionaram cerca de 45 mil respostas. Além disso, antes de cada entrevista, há 10 minutos de diálogo no dialeto local, conduzido de modo a criar um clima de maior espontaneidade na condução dos inquiridos, mas que também constituem uma fonte adicional de dados para registro e análises.

As entrevistas por telefone ocorreram com o propósito específico de perguntar novamente por dados não obtidos nas entrevistas orais. Para isso, foram elaboradas novas perguntas, para a complementação dos paradigmas levantados. As consultas por telefone proporcionaram 26 mil respostas (105 sentenças teste aplicadas a 252 dialetos).

Ainda segundo Barbiers et al. (2007), a pesquisa para o atlas focou em fenômenos de quatro domínios sintáticos:

- (a) periferia esquerda da sentença
- (b) periferia direita da sentença
- (c) negação e quantificação
- (d) referência pronominal.

Dentre os fenômenos investigados, estão: concordância no complementizador, redobro do complementizador, redobro do pronome sujeito, sentenças relativas e QU, ordem de palavras em compostos verbais, morfossintaxe verbal, concordância negativa, partículas negativas, distribuição de pronomes e reflexivos.

4.2. *Atlas Sintático da Itália Setentrional (ASIS)*

De acordo com Benincà e Poletto (2007), para a elaboração do ASIS — *Atlante Sintattico dell'Italia Settentrionale* (Atlas Sintático da Itália Setentrional), foi montado, inicialmente, um primeiro *questionário geral*, contendo 100 sentenças para testar a distribuição e aceitabilidade dos sujeitos clíticos em diferentes contextos (negação, interrogação, exclamação, relativas, com verbos principais e auxiliares; em combinação com vários tipos de sujeitos: nulos resultantes de traços de movimento QU, pronomes tônicos, DPs definidos e indefinitos, quantificadores, em posição pré- e pós-verbal).

A comparação e o controle de dados gramaticais e agramaticais recebeu bastante importância na elaboração dos métodos do ASIS. Dessa forma, segundo

as autoras, o questionário geral, mesmo focando em um fenômeno específico, iria prover informações sobre vários outros fenômenos, como: tipo sentencial, morfossintaxe de itens QU; negação sentencial; a sintaxe e o léxico dos quantificadores; o sistema verbal de tempo e modo.

Este primeiro questionário foi escrito e foi aplicado a linguistas, falantes dos dialetos a serem examinados, para feedback e refinamento das questões. Posteriormente, foram elaborados dois outros *questionários gerais*, voltados para a testar os seguintes fenômenos: clíticos objetos e grupos de clíticos; seleção de auxiliares; modais e modalidade; complementação.

Esses questionários gerais foram aplicados aos informantes oralmente, de modo a controlar a interação entre aspectos sintáticos e semânticos/pragmáticos. A aplicação deles resultou também na descoberta de vários novos fenômenos, envolvendo, por exemplo, partículas sentenciais e tipo oracional; QU in situ e redobro de QU; Do suporte em interrogativas matrizes; tipos distintos de marcadores negativos pré- e pós-verbais.

A partir dos fatos documentados por meio dos questionários gerais, foram construídos questionários especiais, para levantar as restrições e condicionamentos sintáticos dos fenômenos descobertos.

4.3. *Atlas sintático do Espanhol (ASinEs)*

O ASinEs — Atlas Sintáctico del Español (<http://www.asines.org>) é, segundo segundo Cerrudo et al. (2015), motivado pela conjugação de gramática gerativa e dialectologia.

Ele se encontra na sua primeira fase de execução, que é a constituição de base de dados a partir da coleta de variação registrada em gramáticas de referencia do espanhol, em teses, monografias e artigos publicados.

As fases posteriores do projeto preveem a ampliação do banco de dados pela realização de trabalho de campo por meio de entrevistas e aplicação de questionários, bem como a consulta a corpora variados que tenham codificação da informação sintática e levantamento de dados de redes sociais.

A metodologia do AsinEs nos coloca uma alternativa para o que pode ser considerada a principal dificuldade na elaboração de um atlas linguístico, que é o seu tempo de execução.

Segundo Mota e Cardoso (2009), que presidem o Comitê Nacional do ALiB,

Uma dentre as dificuldades que se interpedem na construção de um atlas linguístico diz respeito ao tempo despendido na execução da obra. O tempo que demanda a programação, o tempo que requer a coleta de dados, o tempo de que se precisa para exegese e análise dos materiais e, por fim, o tempo, muitas vezes longo e indefinido, que se tem a esperar para que se viabilize a publicação.

Um atlas online pode ser iniciado antes mesmo da coleta de dados *in locu*, a partir do levantamento das várias informações espalhadas, de modo assistemático, por diversos estudos e pesquisas já existentes sobre o PB. Evidentemente, um atlas conduzido exclusivamente por meio da coleta de informações de pesquisas realizadas (e das por realizar) tem limitações na sistematicidade dos fenômenos documentados, o que torna inviável a sua publicação através de meios impressos, dada a necessidade de constante atualização da distribuição dos traços linguísticos. Entretanto, esse procedimento consegue fornecer, em um prazo bem mais curto e um custo financeiro bastante reduzido, as primeiras impressões sobre a distribuição geográfica dos fenômenos, servindo, inclusive, como meio de impulsionar mais pesquisas em sintaxe dialetal.

5. Então, como mapear a sintaxe do PB?

Diante do que foi descrito até agora sobre as lacunas no conhecimento da sintaxe dialetal do PB, bem como sobre as metodologias de levantamento de dados geolinguísticos do ALiB e de três atlas sintáticos europeus, a questão que fica é sobre como conduzir um mapeamento mais detalhado da gramática do PB, a partir da experiência dos projetos anteriores e dos objetivos a serem traçados, considerando, também, a grande diferença de extensão territorial do Brasil em relação a países como a Itália, a Holanda e a Espanha.

Evidentemente, o objetivo desse artigo não é decidir sobre que métodos devem ser seguidos, o que dependerá de maior discussão pela comunidade de pesquisadores interessados na gramática do PB. Entre os objetivos, estava apontar os esforços parciais que já estão sendo conduzidos no âmbito do ALiB, bem como as limitações e lacunas existentes, para levantar a questão sobre a necessidade de uma maior atenção à dimensão diatópica da sintaxe do PB.

Ainda assim, podemos esboçar algumas alternativas iniciais para a realização do mapeamento da variação sintática espacial.

5.1. Um atlas sintático “tradicional”

A primeira opção seria a tentativa de elaborar um atlas especificamente sintático, através de pesquisa realizada *in locu*. Trata-se da opção mais demorada, trabalhosa e custosa. E mesmo para a sua realização, há várias etapas anteriores que deveriam ser cumpridas.

Dialetólogos no início e meado do séc. XX, como Antenor Nascente em seu livro *Bases para a elaboração do atlas linguístico de Brasil*, de 1958, apontavam as seguintes etapas prévias para a construção de um atlas nacional em um país com as dimensões do nosso:

- a. recolha de vocabulário seguindo critérios técnicos.
- b. a elaboração de monografias etnográfico-linguísticas sobre determinadas áreas semânticas e sobre falares;
- c. a elaboração de atlas regionais.
- d. a aplicação nacional de um questionário uniforme para a elaboração de atlas nacional.

Para os fins de um atlas gramatical, a etapa (i) de recolha de vocabulário, claramente, não se aplica. Ela seria substituída pela coleta de fatos morfossintáticos e se confundiria com a etapa (ii), com a elaboração de diversos estudos quanto a temas linguísticos específicos (que não precisariam ser de perfil etnográfico). Essa segunda etapa já tem sido cumprida pela grande quantidade de dissertações, teses, artigos e livros sobre a gramática do PB, elaborados ao longo das últimas décadas.

Por outro lado, as monografias dialetais (sobre o léxico e a fonética) e os estudos gramaticais formais muitas vezes manifestam diferenças consideráveis. As pesquisas sintáticas não necessariamente lidam com corpora gravados ou escritos, muitas vezes lidando com dados de julgamentos de gramaticalidade por parte do autor e de outros informantes consultados através de testes de aceitabilidade. Nesse caso, algumas pesquisas em teoria gramatical não explicitam que dialeto está sendo descrito e analisado. Há uma expectativa de que, até prova em contrário, os fenômenos analisados valem, se não para todo o PB, ao menos para todo o PB urbano ou, no mínimo, para grande parte deste. Isto é uma situação bem diferente do trabalho dialetal lexical ou fonético, em que autores e leitores têm em mente, de modo bastante claro, que as descrições reportadas valem para determinadas localidades, plenamente explicitadas.

Essa falta de informação sobre o dialeto descrito nas pesquisas gramaticais não é geral, pois, simultaneamente, há um considerável número de pesquisas em morfossintaxe, mesmo formal, que lidam com dados de corpora de localidades específicas. Mas, ainda assim, isso é algo a se ter em mente para o mapeamento da gramática do PB: *para que dialetos vale a descrição e análise sintática que seu trabalho oferece, caro linguista?*

A etapa (iii) de elaboração de atlas regionais requer uma consideração mais detalhada. Antes do início do Projeto ALiB, em 1996, foram elaborados seis atlas linguísticos estaduais, a saber:

- a. Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963).
- b. Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977).
- c. Atlas Linguístico da Paraíba (1984).
- d. Atlas Linguístico de Sergipe (concluído em 1973, publicado em 1987).
- e. Atlas Linguístico do Paraná (1994).
- f. Atlas Linguístico do Ceará (1978, publicado em 2010).

Quando do início do ALiB, outros projetos de atlas regionais estavam em elaboração e vários outros surgiram e tiveram suas primeiras publicações.

O ponto a se considerar aqui é se, para a elaboração de um atlas sintático nacional, seria realmente necessária a realização prévia de atlas estaduais. Parece claro que a variação fonética e lexical será muito produtiva mesmo dentro de limites estaduais e distritais. Não parece tão clara a importância de fazer mapeamentos sintáticos de estados específicos. Os atlas regionais talvez sejam dispensáveis como etapa prévia a um atlas sintático do Brasil.

A não ser, talvez, que consideremos a realização, não de atlas estaduais, mas de atlas realmente regionais, investigando vários estados simultaneamente. Um atlas sintático do nordeste, por exemplo, lidaria já com uma extensão territorial considerável, podendo revelar diferenças gramaticais importantes entre as localidades. Semelhantemente, um atlas sintático do sudeste poderia contrapor o comportamento dos dialetos mineiros (conhecidos por terem um comportamento bem peculiar e distinto do restante do país com relação à sintaxe) com os demais estados, além de lidar com a área mais populosa do país.

Outro modo de realizar atlas regionais seria não lidar com áreas contíguas, mas com pontos descontínuos do território. Um atlas sintático que confrontasse fenômenos gramaticais dos dialetos das capitais e das maiores cidades poderia ser conduzido como etapa anterior à elaboração de um atlas nacional com a investigação de um número muito maior de localidades.

De qualquer modo, seja para a elaboração de atlas regionais ou de um atlas nacional, é preciso ter claros os passos metodológicos a serem adotados até a confecção e publicação das cartas:

- Definição da rede de pontos.
- Definição da quantidade e perfil dos informantes.
- Definição dos fenômenos a serem investigados (que constarão nos questionários).
- Elaboração do esboço dos questionários.
- Aplicação de inquéritos experimentais.
- Refinamento e consolidação dos questionários.
- Treinamento dos inquiridores.
- Aplicação de novos inquéritos experimentais.
- Revisão da metodologia.
- Aplicação dos inquéritos definitivos.
- Transcrição/levantamento dos dados.
- Análise dos dados.
- Elaboração das cartas linguísticas para publicação.

5.2. Um atlas prévio com dados indiretos

A segunda opção seria seguir o exemplo do Atlas Sintático do Espanhol, com a construção de um atlas virtual/online a partir do levantamento de informações sintáticas, semânticas e morfológicas presentes em pesquisas individuais já existentes.

A fonte primária dos dados seriam as várias descrições já feitas em artigos, livros, dissertações, teses etc. Como apontado anteriormente, um atlas desse tipo pode ser levado a cabo em um prazo bem mais curto e um custo financeiro bastante reduzido em relação a um atlas tradicional.

Adicionalmente, um atlas desse tipo pode impulsionar novas pesquisas em sintaxe dialetal, que serviriam, posteriormente, para ampliar a base de dados do atlas.

Além disso, um atlas desse tipo não precisa, necessariamente, ser visto como uma substituição ao atlas tradicional, com levantamento presencial. Pode ser uma etapa anterior para a construção da metodologia de um futuro atlas com coleta e metodologia sistemática.

Por outro lado, um atlas desse tipo tem evidentes desvantagens. Sendo montado por dados de várias pesquisas diferentes, ele perde a sistematicidade

de uma metodologia comum. Também permite a existência de uma grande quantidade de lacunas na distribuição dos traços linguísticos.

5.3. Um atlas com dados levantados à distância

Uma terceira opção seria a construção de um atlas com dados colhidos à distância, em uma variação das pesquisas geolinguísticas conduzidas por correspondência. Nesse caso, não estaríamos lidando mais com cartas em papel, mas utilizando recursos do meio digital para aplicar questionários linguísticos a informantes de diversas localidades.

Como apontado antes, várias pesquisas em sintaxe, morfologia e semântica já fazem coleta de julgamentos de aceitabilidade através de testes enviados por email ou mesmo através de questionários online, através de sites que disponibilizam ferramentas para pesquisas de opinião.

Os questionários por email ou online têm a desvantagem da falta da informação sobre a prosódia atribuída aos dados, mas permitem uma forma mais eficaz de coleta de dados negativos, essenciais em pesquisas gramaticais. Além do mais, é possível adaptar esses métodos para a coleta de julgamentos sobre sentenças gravadas, por exemplo; e/ou para a coleta de enunciações feitas por informantes.

5.4. Um novo e maior banco de dados dialetal

Uma quarta opção para o mapeamento da sintaxe dialetal não envolve a construção de um atlas geolinguístico, mas a construção de um banco de dados de amostras de falas de informantes de diversas regiões.

Tratar-se-ia de um corpus coletivo, ao estilo do NURC, com dados de diversas localidades (em número consideravelmente maior do que as cinco cidades pesquisadas no projeto da década de 1970), para consulta aberta por diversos pesquisadores.

Um banco de dados dessa natureza poderia ser construído de forma descentralizada, por equipes de diversos estados diferentes, realizando as entrevistas linguísticas em suas localidades e em localidades próximas, com o compromisso de compartilhamento de seu corpus com dezenas ou centenas de outros corpora construídos em todo o território.

A consulta aberta a esse grande *corpus* coletivo (aberta a todos ou, ao menos, às equipes que participaram de sua construção) permitiria um progresso contínuo na descrição das diferenças gramaticais entre as diversas regiões do país.

Por outro lado, essa opção tem várias desvantagens. Por serem apenas gravações de conversas livres, com temas semidirigidos, não haveria a coleta sistemática de vários fenômenos que, muitas vezes, dependem de contextos específicos para aparecerem. Também há a limitação da falta de dados negativos e de julgamentos de aceitabilidade das construções sintáticas.

Conclusão

O principal objetivo desse texto foi levantar o tema da necessidade de investigação das diferenças gramaticais internas ao PB, a sintaxe dialetal, a partir da conjugação da perspectiva microparamétrica da gramática gerativa e os métodos da geografia linguística.

Para a realização desse mapeamento dos traços gramaticais na diatopia, quatro opções foram cogitadas, a título de primeira especulação sobre o tema, a partir das experiências do Atlas Linguístico do Brasil e de três atlas sintáticos europeus.

A opção a ser seguida dependerá do debate da questão por parte da comunidade linguística interessada em fenômenos de natureza sintática, morfológica e semântica. À primeira vista, contudo, as opções mais promissoras, inicialmente, são a reunião de informações a partir de pesquisas já publicadas e a coleta de dados à distância, a partir de questionários online com testes de julgamento de aceitabilidade.

Referências

- ALMEIDA, Gilce de Souza. **Quem te viu, quem lhe vê**: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2009.
- ARAÚJO, Francisco Jardes Nobre de; CARVALHO, Hebe Macedo de. *TE e LHE como clíticos acusativos de 2ª pessoa em cartas pessoais cearenses*. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 62-80, jan-jun de 2015.
- BARBIERS, S. et al. *The Syntactic Atlas of the Dutch Dialects (SAND): a corpus of elicited speech and text as an online dynamic atlas*. In: BEAL, J.; CORRIGAN, K., MOISL, H. (ed.). **Creating and digitizing language corpora**. V. 1: Synchronic Databases. 2007. p. 54-90.
- BENINCÀ, Paola; POLETTO, Cecilia. The ASIS enterprise: a view on the construction of a syntactic atlas for the Northern Italian dialects. *Nordlyd*, n. 34, p. 35-52, 2007.

- CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afranio; LOPES, Célia. O português do Brasil: polarização sociolinguística. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: FunCultura, 2006.
- CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota. **A dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.
- CAVALCANTE, Rerisson. **A negação pós-verbal na região sul**. Comunicação apresentada no 13º Workshop do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Universidade Federal da Bahia, 07-09 de dezembro de 2016.
- CAVALCANTE, Rerisson; BARROS, Isis. *Construções de duplo objeto em dois dialetos brasileiros*. **Domínios de Lingu@gem**, v. 6, n. 1, p.477-499, 2012.
- CERUDO, A. et al. ASinEs: Prolegómenos de un atlas de la variación sintáctica del español. *Linguamática*, v. 7, n. 2 - Dez 2015, p. 59-69.
- CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P. **Dialectology**. Cambridge, 1998.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas Linguístico do Brasil: questionário 2001**. Londrina: UEL, 2001.
- DUARTE, Inês. *O problema da unificação em Linguística: a resposta generativista*. In: MOURA, M. D.; FARIAS, J. (Org.). **Reflexões sobre a sintaxe do Português**. Maceió: EDUFAL, 2005.
- FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane Romani. *A entonação das sentenças clivadas em português brasileiro e a interface sintaxe-fonologia*. **Filologia e linguística portuguesa**, n. 14, v. 1, p. 37-56, 2012.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; SEARA, Izabel Christine. *Mais sobre a entonação das sentenças com ordem VS*. **Revista Letras**, Curitiba, v. 75/76, p. 171-181, 2009.
- GALVES, Charlotte. *Princípios, parâmetros e aquisição da linguagem*. **CADERNOS de estudos lingüísticos**, Campinas, n. 29, p. 137-152, jul/dez. de 1995.
- KAYNE, Richard. *Microparametric Syntax: Some Introductory Remarks*. In: BLACK, James R.; MOTAPANYANE, Virginia. (Org.). **Microparametric Syntax and Dialect Variation**. John Benjamin, 1996.
- MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana. *A construção de um Atlas Linguístico do Brasil: o percurso do ALiB*. **Signum: Est. Ling.**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 237-256, jul. 2009.
- ROMANO, Valter; et al. *[SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas*. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 119-151, jan./jun. 2014

- SIMIONI, Leonor. **Critérios sintáticos para a definição do Português Uruguiaio**. Comunicação apresentada no VI Congresso Internacional de Estudos Linguísticos, Universidade de Brasília, 23 -25 de agosto de 2017.
- SCHER, Ana Paula. **As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil**: um estudo sintático comparativo. Dissertação de mestrado. Campinas (SP): Unicamp, 1996.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Daisy Bárbara Borges; LUNGUINHO,
- Marcus Vinicius da Silva; SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. *Reflexões sobre o imperativo em português*. **D.E.L.T.A.**, v. 23, n. especial, p. 193-241, 2007.

Recebido em 1 de setembro de 2017.

Aceito em 26 de janeiro de 2018.

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NA BAHIA, NOS SÉCULOS XIX E XX: QUESTÕES QUE ENVOLVEM UMA ANÁLISE VARIACIONISTA NO NÍVEL MORFOSSINTÁTICO

THE INDETERMINATION OF THE SUBJECT IN BAHIA, IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES: QUESTIONS THAT INVOLVE A VARIATION ANALYSIS AT THE MORPHOSYNTACTIC LEVEL

Valter de Carvalho Dias

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
vcarvalho@ifba.edu.br

RESUMO:

Esta pesquisa investigou as principais estratégias para marcar a indeterminação do sujeito em textos escritos na Bahia (Cartas de Leitores, Cartas de Redatores e Peças Teatrais), nos séculos XIX e XX, à luz do Sociofuncionalismo, no qual se tem o enquadramento teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista e a compreensão dos usos linguísticos na perspectiva do Funcionalismo. Levou-se em consideração também os questionamentos de Lavandera (1978) no que diz respeito às implicações de uma análise da variação linguística no nível morfofossintático.

PALAVRAS-CHAVE:

Indeterminação do sujeito. Língua Portuguesa. Sociolinguística. Funcionalismo. Séculos XIX e XX.

ABSTRACT:

This research investigated the main strategies to mark the indetermination of the subject in written texts in Bahia - Brazil (Letters of Readers, Letters of Writers and Theatrical Parts), in the 19th and 20th centuries, in the light of Sociofunctionalism, which has the theoretical-methodological framework of Variationist Sociolinguistics and the understanding of linguistic uses in the perspective of Functionalism. Also taken into account the questions of Lavandera (1978) regarding the implications of an analysis of linguistic variation at the morphosyntactic level.

KEY-WORDS:

Indetermination of the Subject. Portuguese. Sociolinguistics. Functionalism. 19th and 20th centuries.

Introdução

É sabido que o português brasileiro – PB vem se distanciando cada vez mais do português de Portugal, é o que diversos estudos sobre os mais variados fenômenos linguísticos vêm detectando. Tarallo (1993, p. 99), a partir da análise de quatro fenômenos morfossintáticos, a saber: objeto nulo, sujeitos lexicais, transição de língua “pro-drop” para “não pro-drop” e a mudança no padrão da ordem de palavras em perguntas diretas, concluiu que os resultados desses estudos permitem afirmar que há “[...] evidência quantitativa de que mudanças gramaticais aconteceram na passagem do século XIX para o atual [XX]”.

Dessa forma, acredita-se que a indeterminação do sujeito também seja um desses fenômenos no nível morfossintático capaz de contribuir para uma melhor compreensão do PB. Por isso, este trabalho investigou quais são as estratégias de indeterminação do sujeito encontradas em textos dos séculos XIX e XX, publicados na Bahia, e quais fatores favoreceram os usos encontrados, partindo de uma análise que levou em consideração os pressupostos teóricos e metodológicos do Sociofuncionalismo, os quais estão consolidados na Sociolinguística Variacionista e no Funcionalismo norte-americano.

O presente artigo não busca exaurir todas as possibilidades de análise da indeterminação do sujeito, mas contribuir para sua compreensão na constituição do PB. Dessa forma, ele se organiza em três partes, a saber: (i) caracterização o que se entende por sujeito indeterminado; (ii) uma reflexão sobre a variação linguística no nível morfossintático; e (iii) apresentação dos dados gerais sobre os usos encontrados nos textos escritos baianos dos séculos XIX e XX.

1. A indeterminação do sujeito

Compreender a noção de sujeito parece ser a primeira tarefa necessária para o entendimento do conceito fim deste trabalho, o sujeito indeterminado. Segundo Duarte (2007, p. 195), há um equívoco ao se “misturar critérios sintáticos (estruturais) e semânticos” para a tradicional “classificação do sujeito em ‘simples’, ‘composto’, ‘oculto’, ‘indeterminado’, além de podermos ter a ‘oração sem sujeito”.

De acordo com essa mesma autora, a classificação do sujeito em “simples” e “composto” é algo irrelevante, uma vez que se trata de “dois ou mais sintagmas coordenados”, assim como a denominação de “‘oculto’ (ou

‘subentendido’, ‘desinencial’, entre outros tantos nomes’ só faz sentido se a ele se opuser o sujeito ‘expresso’”) (DUARTE, 2007, p. 195). Assim, percebe-se que essas classificações dizem respeito à estrutura, ou seja, atendem aos critérios sintáticos, conforme mencionado anteriormente.

Contudo, ao tratar da classificação de “indeterminado”, o critério semântico se faz necessário, além de só fazer sentido em oposição “ao sujeito ‘determinado’, isto é, o sujeito que tem referência definida no contexto discursivo” (DUARTE, 2007, p. 195), ou seja, o sujeito considerado “determinado” o é por que o próprio contexto de uso faz com que se compreenda qual é o seu referente, enquanto o sujeito “indeterminado” ultrapassa o plano do discurso e recai no contexto extralinguístico, do qual o usuário da língua faz parte. Dessa forma, percebe-se a necessidade de se compreender a indeterminação como algo que extrapola o texto, uma vez que em qualquer tentativa de resgatar esse tipo de sujeito, isto é, qualquer que seja a empreitada para determiná-lo, especificá-lo, o falante deverá recorrer ao contexto extralinguístico.

Partindo dessa reflexão inicial, a determinação ocorre, segundo Milanez (1982, p. 26), quando os interlocutores especificam e identificam uma das três pessoas do discurso, ao contrário da indeterminação, cujas pessoas não são especificadas e identificadas, podendo abranger qualquer uma delas indistintamente, havendo, portanto, uma generalização.

Porém, é importante também perceber a distinção entre “indeterminação” e “indefinição”. A “indefinição” é um termo empregado pelas gramáticas normativas para se referir aos pronomes ditos como indefinidos. Segundo Santana (2006, p. 43), na indefinição

[...] a referência diz respeito exclusivamente a formas lexicais de terceira pessoa: tudo, nada, alguém, ninguém etc., enquanto na indeterminação a generalização é essencial, podendo envolver qualquer pessoa (primeira, segunda e terceira) de forma isolada ou simultânea. (SANTANA, 2006, p. 43, grifos da autora).

Assim, Milanez (1982, p. 38-42) propõe alguns critérios que devem ser observados para a distinção entre a indeterminação e a indefinição, os quais serão elencados no quadro a seguir, sintetizado por Carvalho (2010, p. 35):

Quadro 1 - Principais distinções entre indeterminação e indefinição segundo Milanez (1982).

Indeterminação	Indefinição
Restringe-se apenas aos seres humanos.	Não se restringe apenas aos seres humanos, pois pode se referir também aos não-humanos.
Apresenta recursos sintaticamente distintos entre si, referindo-se a qualquer pessoa do discurso, independente de sua marca pertencer a uma das três pessoas.	Envolve formas lexicais exclusivas de terceira pessoa, tal como <i>alguém, algo, todo, nada</i> etc., não podendo se remeter a outras pessoas do discurso.
A generalização é uma condição essencial para que a indeterminação ocorra.	A generalização é apenas uma possibilidade.
A quantificação não importa, pois tanto o singular quanto o plural têm referência genérica.	A quantificação é importante para diferenciar a indefinição da definição.
Depende do contexto para sua interpretação.	Pode ser interpretado no nível frasal.
Não é possível identificar de modo preciso as pessoas do discurso.	Está no campo da determinação, uma vez que é possível identificar uma das pessoas do discurso.

Percebe-se que há um princípio geral para a compreensão da indeterminação como um recurso linguístico que permite não mencionar qual foi o ser humano que realizou a ação proposta pelo verbo, levando os interlocutores a pensar que pode ser qualquer um dentro ou fora do discurso, sendo, portanto, a generalização esse princípio.

Evidentemente, em muitos casos, os interlocutores até sabem quem é esse sujeito, mas há a intenção em não deixar claro, conforme aponta Menon (2006, p. 129), ao dizer que

[...] indeterminação do sujeito concerne os casos em que não se pode ou não se quer nomear o sujeito, na acepção de ‘referente extralinguístico’. No entanto, o referente é conhecido pelo locutor (e em certos casos, também do interlocutor, o que torna possível a compreensão mútua) e se ele quisesse ou se isso lhe fosse conveniente ou interessante, ele poderia nomeá-lo ou descrevê-lo. Nesse sentido, o referente pode ser recuperado pelo locutor a qualquer hora. Trata-se, antes de tudo, de uma maneira de escamotear o sujeito extralinguístico por meio de uma forma de expressão linguística, em função da situação de comunicação. (MENON, 2006, p. 129).

Enfim, se a indeterminação do sujeito é um recurso linguístico usado pelos falantes de uma língua, neste caso específico, a língua portuguesa, e,

tomando como ponto de partida esse princípio da generalização, ele fez parte da constituição histórica dessa língua.

2. A variação linguística no nível morfossintático

Os estudos iniciais desenvolvidos por Labov e seus seguidores se encontram sobre o escopo da fonética/fonologia. Nesses estudos iniciais, os dados coletados eram analisados de maneira quantitativa com a possibilidade de aplicar ou não a regra, ou seja, se os falantes faziam uso de determinada forma ou não.

Quando a análise passa para um nível mais complexo, como o morfossintático, essa pode não ser mais binária (se aplica ou não). Outras nuances poderão fazer parte dos dados, inclusive sobre o aspecto semântico, o que poderá fazer com que uma mesma palavra ou expressão, por exemplo, não seja realizada da mesma forma, a depender do contexto de uso, ao menos é o que se espera ao analisar as formas de indeterminação do sujeito, objeto desta pesquisa.

Pensado nisso, Beatriz Lavandera, discípula do próprio Labov, escreveu o artigo intitulado “Where does the sociolinguistic variable stop?”, em 1978, voltando-se para um questionamento postulado por seu mestre em 1972 (LABOV, 1972, p. 207) sobre a base da sociolinguística que diz “posed by the need to understand why anyone says anything”.

A crítica levantada por ela trata mais que perguntar “Why”, é necessário entender “What for”, reformulando em seguida o questionamento: “What does anyone say anything for?”. Desse modo, Lavandera acredita que se pode colocar a análise sociolinguística em uma “functional framework”: “If sociolinguistics looks for answers to the ‘why’ of saying something, it is seeking functional explanations.” (LAVANDERA, 1978, p. 171).

Essa reflexão inicial leva Lavandera (1978, p. 171) a afirmar que

I want to show that it is inadequate at the current state of sociolinguistic research to extend to other levels of analysis of variation the notion of sociolinguistic variable originally developed on the basis of phonological data. The quantitative studies of variation which deal with morphological, syntactic, and lexical alternation suffer from the lack of an articulated theory of meanings. While the analysis of variation in phonology by defining phonological variables can be accepted as contributing to a better understanding of the kinds of information that differences in form may be conveying, the parallel extension of the notion of variable to non-phonological variation may in many cases be unrevealing. (LAVANDERA, 1978, p. 171).

Com isso, Lavandera (1978) traz a reflexão da dificuldade que se tem em pensar numa variação estritamente laboviana no nível morfossintático, uma vez que uma sentença, por exemplo, dificilmente irá encontrar uma outra que corresponda exatamente à mesma coisa, tendo em vista ao que propõe Labov (1972, p. 271), ao dizer que “social and stylistic variation presuppose the option of saying ‘the same thing’ in several different ways: that is, the variants are identical in reference or truth value, but opposed in their social and/or stylistic significance”.

Dessa maneira, pensar na variação linguística, segundo Lavandera (1978, p. 181) é pensar efetivamente nas funções que o objeto de estudo exerce em suas realizações, conforme explicita em dizer “I propose to relax the condition that the referential meaning must be the same for all the alternants and substitute for it a condition of functional comparability”.

Ao final de seu artigo, Lavandera (1978, p. 182) conclui, chamando a atenção para a variação no nível que não seja fonológico, dizendo que

Finally, for non-phonological variation, quantitative statements can certainly still be treated as data which call for interpretation, and probabilistic rules can still serve as heuristic devices. The regularities and tendencies illustrated by probabilistic analysis must be subject to formal and substantive explanation. Substantive explanation will have to draw from linguistics, sociology, psychology, and anthropology. However, clear cut disciplinary boundaries are much less interesting than explanation. (LAVANDERA, 1978, p. 182).

Por sua vez, Labov escreveu um outro artigo em resposta à Lavandera intitulado “Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera” (1978). Nesse texto, ele chama a atenção para a importância dos dados quantitativos por apresentarem respostas às mais diversas pesquisas sobre a linguagem:

Linguistic variables or variable rules are not in themselves a “theory of language”. They are all heuristic devices. But it is not accidental that linguistic theory has profited from the analysis of variable ways of saying the same thing. Powerful methods of proof proceed from quantitative studies, and this fact is itself a significant datum for our understanding of language structure and language function. Sociolinguistic analysis is normally and naturally associated with a broader view of the use of language than an introspective approach. (LABOV, 1978, p. 6).

Labov ainda chamou a atenção, como se pode verificar na citação anterior, para a questão que envolve os estudos da variação linguística ou das regras variáveis, os quais não se tratam de uma “teoria da linguagem”, mas de uma metodologia de análise linguística.

Labov (1978) retoma a pergunta de Lavandera (1978) a qual questiona “Por que alguém diz alguma coisa?”, afirmando que a resposta mais frequente seria “para comunicar”, mas que isso não trataria de informações significantes. O que realmente seria importante é compreender “Para comunicar que tipo de informação?”. Nesse sentido, ele caminha para uma conclusão que, de certeza forma, corrobora com as conclusões de Lavandera:

It is obvious that Lavandera is correct in saying that the result of an analysis of syntactic variation is not in itself an interpretable finding. It is the explanation of the variable constraints that lead us to conclusions about the form of the grammar. When we reach these conclusions we will no hesitate to place probabilistic weights upon our grammatical rules, no matter where they occur. There is ample evidence that human linguistic competence includes quantitative constraints as well as discrete ones, and that the recognition of such constraints will allow us to build our grammatical theory on the evident of production and perception in every-day life. (LABOV, 1978, p. 18).

Percebe-se, pois, que Labov está de acordo com Lavandera no que diz respeito à análise no nível morfossintático, mas que os estudos nesse nível podem apresentar resultados para uma melhor compreensão das estruturas gramaticais, tendo em vista a possibilidade de obtenção de pesos relativos e a descrição que se pode fazer também dos usos cotidianos. A partir daí o pesquisador poderá levantar outros tipos de análise talvez até mais minuciosa ou que leve em consideração outros aspectos que vão além da análise variacionista.

Por esse motivo, torna-se também importante trazer à discussão outros pesquisadores que ora estão de acordo com os questionamentos sobre a análise variacionista no nível não-fonológico, ora não estão, tendo em vista que é possível sim fazer um estudo quantitativo de dados não-fonológicos como formas alternativas de dizer “a mesma coisa” (LABOV, 1972, p. 188).

Romaine (1981, p. 117), em seu texto intitulado “The status of variable rules in sociolinguistic theory”, após algumas reflexões sobre pesquisas no campo da Sociolinguística, especialmente no nível sintático, chega à conclusão de que “Apparent successes with analytical devices cannot be regarded as an indication of truth or a correspondence with the nature of language”. Nesse aspecto, ela concorda com Lavandera ao afirmar que não há qualquer “indi-

cação de verdade ou uma correspondência com a natureza da linguagem” nos resultados quantitativos obtidos em uma pesquisa sociolinguística.

Ainda sobre os aspectos negativos da análise variacionista no que diz respeito ao nível sintático, García (1985, p. 218), em seu texto “Shifting variation”, tece sua principal crítica à Sociolinguística, dizendo que

Most fundamentally, sociolinguistics has never even attempted to develop the required analytical categories which, by providing an original view of language, would have made it possible to integrate qualitative judgments on linguistic structure with quantitative data on language use. (GARCÍA, 1985, p. 218).

Talvez não fosse a intenção dos precursores da sociolinguística delinear todos os aspectos necessários para o desenvolvimento de pesquisas nessa área, uma vez que, a depender do nível linguístico em que se encontra o objeto linguístico observado, várias possibilidades de investigação são possíveis, de acordo com os objetivos pretendidos por cada pesquisador. Assim, não há um engessamento do método, podendo ser aplicado às mais diversas circunstâncias, em todos os níveis, inclusive podendo aliar a outras teorias, como é o caso do Funcionalismo, já mencionado diretamente por Lavandera.

Caminhando para uma visão mais equilibrada sobre os estudos variacionistas, BENTIVOGLIO (1987, p. 8) tece uma reflexão que diz

É um fato muito conhecido que a grande maioria dos estudos variacionistas se desenvolveram no campo da fonologia e não no da sintaxe. Isto é certo não somente no que diz respeito ao espanhol, senão também para o inglês, o alemão, etc. O porquê desta preferência é obvio: primeiro, porque as análises empíricas necessitam grandes quantidades de dados, e estes se conseguem muito mais facilmente quando se trata de sons/fonemas do que quando se trata de construções sintáticas. [...] Segundo, os estudos fonológicos estão em geral muito mais desenvolvidos que os sintáticos, e constituem o campo ideal para o estudo da variação, que de fato nasceu com eles. (BENTIVOGLIO, 1987, p. 8).

Uma vez retomada a história dos estudos variacionistas e sua importância, BENTIVOGLIO (1987, p. 18) mostra-se favorável para os estudos sintáticos nessa perspectiva, pois para ela

[...] não importa se são variacionistas ou não-variacionistas, se atendem fielmente os requisitos de um enfoque ou de outro; o que interessa é que contribuam em

algo para os nossos conhecimentos da língua que estamos estudando. (BENTIVOGLIO, 1987, p. 18).

Callou, Omena e Paredes (1991, p. 20) fazem uma ponderação que corrobora com a visão estabelecida por Labov (1978), no que diz respeito à importância dos dados quantitativos para uma análise linguística de cunho variacionista, não por serem eles os portadores da verdade sobre os usos da linguagem, mas por mostrarem aspectos passíveis de uma interpretação:

[...] A abordagem variacionista, vista por muitos como uma metodologia de pesquisa que privilegia o quantitativo em detrimento do qualitativo, na verdade exige do pesquisador uma investigação aprofundada na busca dos condicionamentos de um determinado fenômeno, busca esta que muitas vezes não estabelece fronteiras entre os diversos níveis de análise (fonético, prosódico, morfológico, sintático discursivo). Finalmente, a grande vantagem que vemos na metodologia é que ela permite uma avaliação mais precisa, menos impressionística, obrigando o linguista a buscar categorizações mais objetivas. Neste sentido, os números não valem por si mas funcionam como ponto de referência para a interpretação. (CALLOU; OMENA; PAREDES, 1991, p. 20).

Cheshire (2005, p. 4) concorda com Lavandera no que diz respeito à possibilidade de se estabelecer uma relação entre forma e significado em um estudo variacionista no nível fonológico, diferente do que se pode dizer no nível sintático:

Crucially, the variants are considered to be semantically equivalent: in other words, they are alternative ways of ‘saying the same thing’. Semantic equivalence can be established easily for phonological variables, where the form-meaning relationship is at its most arbitrary, but there has been much controversy about whether it can also be established for syntactic variation. (CHESHIRE, 2005, p. 4).

Desse modo, ainda de acordo com Cheshire (2005, p. 23), torna-se viável, e até mesmo necessário, uma análise variacionista em combinação com outras metodologias ou teorias que possam contribuir para uma melhor fluidez da análise sintática empreendida:

Many of these issues will require both a qualitative and a quantitative dimension to the analysis, with a combination of methodologies including corpus analysis and the elicitation of intuitions. If we are to gain insights from such different research traditions we need to be aware that the forms of spoken language may

result as much from interactional and social factors as from biological factors. In this way we may at last succeed in understanding how the cognitive and the social aspects of language are integrated as part of the human experience. (CHESHIRE, 2005, p. 23).

Gadet (1997, p. 9), em seu texto, dedica uma reflexão especial sobre a variação em sintaxe. Inicia afirmando que para haver um estudo da sintaxe da mesma forma que ocorre com os estudos fonológicos faz-se necessário atender a três questões: se há relação semântica com o nível referencial; se se trata de fato de uma regra variável; e se a variação sintática é socialmente reveladora como a variação fonológica. Desse modo, percebe-se que ele concorda com os questionamentos levantados por Lavandera (1978) sobre a variação linguística no nível sintático.

Milroy e Gordon (2003), em seu livro “Sociolinguistics: method and interpretation”, dedicam um capítulo para refletir sobre a variação linguística em um nível superior ao fonológico. Logo na introdução, afirmam sobre os possíveis problemas metodológicos que podem ocorrer em análises que vão além do nível fonológico:

[...] It is generally agreed that the pragmatic or semantic considerations which often constrain the occurrence of specific syntactic variants create methodological problems for a quantitative analysis, but some scholars further argue that almost all cases of variation are accounted for by such factors. (MILROY; GORDON, 2003, p. 169-170).

Esses autores realizam uma revisão bastante vasta sobre alguns estudos nos mais diferentes níveis de análise linguística que vão além do fonológico, e concluem afirmando que há diferentes possibilidades de realizar uma análise quantitativa e qualitativa, mas que não é claro como aplicar a noção de variação sociolinguística na fase de análise de dados. Milroy e Gordon (2003, p. 197) ainda acrescentam:

[...] Sometimes it is not easy to specify what elements might be said to constitute variants of an underlying variable, and in the case of syntax and discourse-related variation, the extent to which variants might be said to be semantically equivalent is also nuclear (MILROY; GORDON, 2003, p. 197).

Oliveira (2006, p. 53), ao realizar um estudo sobre as diferentes formas de expressão de futuro no português, concorda que não é possível realizar um estu-

do de mudança morfossintática em curso sem levar em consideração que “essa mudança passa também pelo domínio semântico, pragmático e discursivo”.

Hasty (2014) realiza um estudo no nível sintático buscando aliar a teoria e a prática. Para isso, ele chama a atenção para as principais diferenças entre as características fonológicas e sintáticas. A primeira apresenta uma frequência bastante alta quando se trata de dados de fala, enquanto a segunda há poucos dados. Ele ainda chama a atenção para a questão semântica, pois no nível fonológico, inerentemente, os recursos fonológicos não possuem significado em si mesmos; diferente dos sintáticos, os quais possuem inerentemente significados diferentes, a depender do contexto.

Assim, Hasty (2014, p. 18) conclui que “not all syntactic variation should be thought of in the same way”, cabendo a cada pesquisador buscar os meios para que seja possível fazer uma análise variacionista. Ele acrescenta no final que

[...] the study of syntactic variation must of necessity unite the efforts of theoretical syntacticians and variationist sociolinguistics if it is to allow us to fully understand and model the variation apparent in syntax. (HASTY, 2014, p. 19).

Diante do breve levantamento dos prós e contras do desenvolvimento de uma pesquisa no nível morfossintático como propõe o presente estudo, cabe resgatar o entendimento de Lavandera (1978, p. 171) sobre a importância em se considerar as “explicações funcionais” para a compreensão da indeterminação do sujeito em textos escritos na Bahia, nos séculos XIX e XX, por considerar a hipótese de que os dados de fato não constituem variantes que tratam exatamente da mesma coisa, mas que apresentam aspectos que se aproximam nos mais diferentes contextos de uso, possibilitando trazer a contribuição do funcionalismo para sua compreensão, justificando, portanto, o estabelecimento das variáveis funcionais mencionadas na introdução deste artigo.

3. A indeterminação do sujeito em textos baianos dos séculos XIX e XX.

Para definir as estratégias de indeterminação do sujeito que foram levadas em conta ao longo da coleta de dados e, posteriormente, na sua análise, considerou-se, inicialmente, a observação de outros trabalhos existentes sobre o sujeito indeterminado em perspectiva histórica, tais como NUNES (1990), CAVALCANTE (1999), FAGGION (2008), PONTES (2008), CAMPOS (2010) e VARGAS (2010). Fazendo uma análise comparativa entre eles, foi possível

deprender as seguintes estratégias: o verbo na terceira pessoa mais o “se” -Ø+V+SE (cf. exemplo 01), o verbo na terceira pessoa do plural - Ø+V3PP (cf. exemplo 02), verbo no infinitivo impessoal - Ø+VINFIN (cf. exemplo 03), a voz passiva sem agente – VPSA (cf. exemplo 04), as estratégias pronominais “nós” (cf. exemplo 05) e “eles” (cf. exemplo 06), além dos sintagmas nominais - SN, tais como “(o) sujeito”, “(o) indivíduo”, entre outros (cf. exemplo 07).

Além dessas estratégias, a partir da coleta dos dados, especialmente nos textos do século XX, outras formas de indeterminação do sujeito também foram incorporadas ao trabalho, tais como o pronome “você” (cf. exemplo 08); a forma gramaticalizada “a gente” (cf. exemplo 09), que foi empregada não apenas como alternância com o “nós”, mas por apresentar o caráter genérico da indeterminação; e o verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito explícito - Ø+V3PS (cf. exemplo 10).

1. “Que examinados estes autos de | libello de divorcio da A. D. Marianna | Senhoria de São Josè, e o Reo Josè Já- | nuario de Lima, **se prova** ter o Réo bar- | baramente civiciado A. dando parto ao | seo genio indocil, e fero, a ponto de | maltratal-a com pancadas d’onde resultou | sofrer A. fracturação no braço esquerdo, | tornando-se defeituosa;” (Carta de Leitor - Recopilador Cachoeirense 12/12/1832).
2. “**Dizem**, que sahíra do Rio | de Janeiro a Fragata Dona Fran- | cisca, e dous Brigues trans- | portando o Batalhão 18 para | Pernambuco, e que o Batalhão | 5 que alí se acha, vem para | esta Cidade.” (Carta de Redator - Gazeta da Bahia 29/05/1830).
3. “**Respeitar** sempre e **fazer respeitar** os | direitos religiosos de todos, não se faz | mais do que cumprir um dever imposto | pela constitui- ção livre de 14 de feve- | reiro!” (Carta de Leitor - Jornal de Noticias 18/06/1896).
4. “[...] e 3º fi- | nalmente que, **não tendo sido** esse dinheiro | **procura- do**, mandei-o para terra, por enten- | der que era isso mais acertado que traze- | los para esta cidade.” (Carta de Leitor - Jornal da Bahia 29/03/1855).
5. “Mas cada passo que Ø damos para o futuro, descobrimos um dia no passado! [...]” (Peça Teatral – Personagem Guilherme em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).
6. Mas isso tudo depois que **eles** se envolveram com esse pessoal rasta- fari, de movimento negro, que gosta de tumultuar. Tudo agora é um negócio de um movimento que vai lutar contra o sistema, contra a

- opressão social. [...] (Peça Teatral – Personagem Dona Edna em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995).
7. “E **o sujeito** ficou vendo, está visto.” (Peça Teatral – Personagem José em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).
 8. “[...] É tanta agonia, tanta consumição no juízo, que se **você** não tiver fé em Deus, **você** sai doida! E ainda para completar me vem este sobrinho pra eu terminar de criar.” (Peça Teatral – Personagem Chandinha em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995).
 9. “Lá isto é verdade! O dinheiro **a gente** ganha até com uma carroça~, mas o amor?! [...]” (Peça Teatral – Personagem José em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).
 10. “Cotonete de urubu. Tá vendo aí? Quando acabar **fala** mal do meu interior. Que nós fala errado, nós se veste feio. Mas no meu interior não é assim não. Se nós pede uma ajuda todo mundo dá. Até uma água, uma farinha, nós come, nós bebe, que nós é tratado bem.” (Peça Teatral – Personagem Maria de Bonfim em “Essa é a nossa praia” de Márcio Meirelles – 1991).

O *corpus* é constituído de cartas de leitores e redatores de jornais baianos, publicadas nos séculos XIX e XX, as quais fazem parte dos corpora do projeto “Para a História do Português Brasileiro – PHPB”, organizados por Afranio Gonçalves Barbosa (UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro), José da Silva Simões (USP – Universidade de São Paulo), Maria Clara Paixão de Sousa (USP), Verena Kewitz (USP) e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana).

Compõem o *corpus* também peças teatrais publicadas na Bahia, nesses mesmos séculos, algumas disponíveis em livros impressos no Gabinete Português de Leitura e na Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, da Universidade Federal da Bahia, Campus de Ondina, ambos localizados na cidade de Salvador, capital da Bahia, e outras estão disponíveis na internet, sobretudo as que se situam temporalmente no século XX.

As estratégias de indeterminação encontradas no *corpus* foram analisadas sob os pontos de vista extralinguístico, funcional e linguístico, cujas variáveis foram estabelecidas a partir da análise comparativa dos mesmos trabalhos supracitados que inspiraram a seleção das estratégias, como também as pesquisas desenvolvidas por MILANEZ (1982) e PEREIRA (2014).

Assim, as variáveis extralinguísticas são compostas pelo período de publicação das cartas/peças teatrais, conforme divisão proposta pelo PHPB, e

o gênero textual. No que diz respeito às variáveis funcionais, estabeleceu-se o grau e as funções da indeterminação. Em relação aos aspectos linguísticos, observou-se a flexão do verbo, o tipo de oração, a transitividade verbal, o preenchimento do sujeito, a estrutura do núcleo do predicado, a concordância com o argumento interno do verbo, a posição do argumento interno do verbo, e a ausência versus presença de preposição.

Registraram-se 750 ocorrências, distribuídas entre dez maneiras de escamotear o sujeito, desde as tradicionalmente conhecidas, como o verbo sem sujeito lexicalmente preenchido com a partícula “se”; o verbo na terceira pessoa do plural, também sem sujeito lexical; o verbo no infinitivo impessoal; a voz passiva sem agente; o verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexical expresso; sintagmas nominais; como também as formas pronominais, tais como “nós”, “eles”, “você” e, até mesmo, a gramaticalizada “a gente”.

A tabela 1, a seguir, expõe todos os dados numéricos relativos à frequência de uso de cada estratégia observada, desde o maior número de dados e percentual ao menor número e percentual encontrados.

Tabela 1 - Frequência dos recursos de indeterminação levantados no *corpus*.

VARIANTES	Nº	%
Ø+V+SE	368	49,1
Nós	151	20,1
Ø+V3PP	97	12,9
Sintagmas Nominais - SN	54	7,2
Ø+VINFINF	32	4,3
Ø+V3PS	18	2,4
A gente	16	2,1
Eles	5	0,7
VPSA	5	0,7
Você	4	0,5
TOTAL	750	

As três estratégias mais empregadas nos séculos XIX e XX para indeterminar o sujeito na Bahia são, respectivamente, o verbo na terceira pessoa com a partícula “se” (49,1%), seguida pela forma pronominal “nós” (20,1%) e o verbo na terceira pessoa do plural (12,9%).

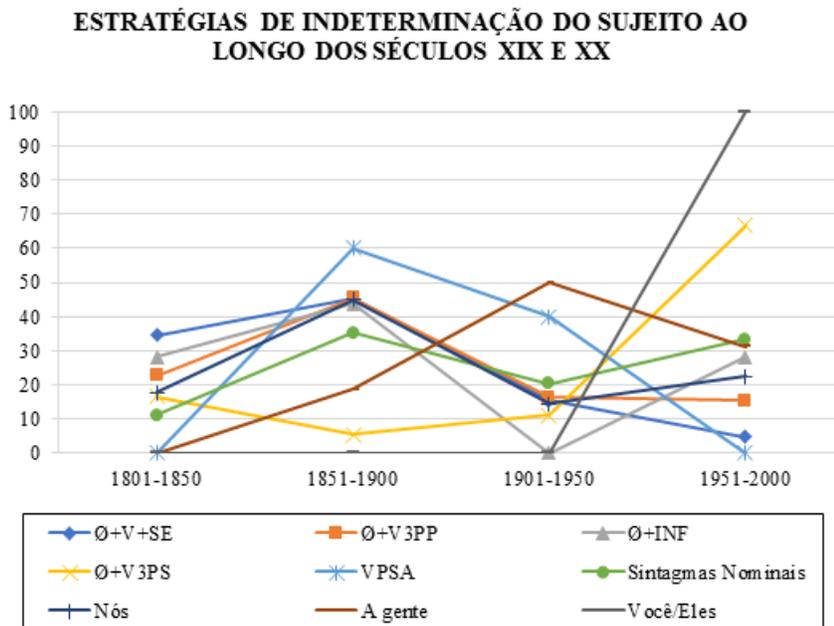
Nota-se que a forma verbal com o “se” é a mais empregada e é amplamente defendida pela gramática tradicional como uma das possibilidades de classificar o tipo de sujeito objeto deste trabalho. Portanto, o resultado alcançado era esperado, assim como se acreditava também que o verbo na terceira pessoa do plural apareceria praticamente em alternância com o verbo com o “se”, mas não foi isso que os dados revelaram.

A estratégia “nós” que se pensava ser uma das inovações do final do século XX, na passagem para o XXI, tendo em vista os estudos sobre a indeterminação do sujeito na oralidade contemporânea (p.ex. CARVALHO, 2010; SANTANA, 2006), aparece como uma inovação em sincronias pretéritas, talvez até anterior ao século XIX, uma vez que a escrita é mais lenta que a oralidade, não havendo qualquer tipo de registro documental daquela época, para se atestar, o que seria muito importante para um melhor entendimento dos usos da indeterminação no português brasileiro, sobretudo o falado na Bahia.

Os sintagmas nominais aparecem em quarto lugar com 7,2% de ocorrências e eles praticamente não são tratados pelas gramáticas da época, com exceção da estratégia “homem”, voltando a ser comentado apenas em gramáticas contemporâneas do português brasileiro. E o verbo no infinitivo impessoal aparece com 4,3% das ocorrências, frequência essa bem abaixo também do esperado, tendo em vista sua menção em gramáticas normativas. As demais estratégias juntas não atingem nem 10% de frequência, o que não as tornam significativas, mas isso não impossibilita uma análise descritiva, sendo esse um dos principais objetivos desta pesquisa.

Buscando compreender essas estratégias de indeterminação do sujeito isoladamente e ao longo dos quatro períodos investigados, elaborou-se o gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Distribuição das estratégias de indeterminação ao longo de cada metade dos Séculos XIX e XX.



A partir da leitura desse gráfico, permite-se inferir que as estratégias pronominais “eles” e “você” são próprias do final do século XX, uma vez que se fundem no gráfico por causa desse mesmo comportamento: ambas só aparecem no *corpus* consultado no último período.

Outra estratégia que merece atenção é o verbo na terceira pessoa do singular sem preenchimento lexical do sujeito (\emptyset +V3PS), pois figura nos três primeiros períodos com frequência abaixo de 20% e cresce no último período com mais de 60%, talvez isso seja um reflexo das peças teatrais, tendo em vista que esta estratégia é típica da oralidade, ou de um discurso menos tenso, conforme apontam Neves (2000) e Azeredo (2008).

Ainda sobre o gráfico 1, percebe-se uma mudança em andamento no que diz respeito ao emprego do “se” com verbos que não apresentam sujeito lexical expresso (\emptyset +V+SE), pois era mais usado no século XIX e começou a diminuir na primeira metade do século XX, chegando a menos de 10% na segunda metade desse século. Essa tendência já era de se esperar, uma vez que houve uma ampliação nos tipos de estratégias ao longo do tempo, ou seja,

formas pronominais como “você” e “eles”, que não foram encontradas nos textos baianos no século XIX e primeira metade do XX, aparecem na segunda metade do século XX. Aumentando-se o leque de possibilidades, as formas mais tradicionais diminuem seu uso, ao menos é o que se esperava.

3.2 Compreendendo a indeterminação do sujeito na Bahia a partir das variáveis funcionais

Considerando que cada estratégia de indeterminação do sujeito não é usada exatamente da mesma maneira nos mais diferentes contextos, buscou-se analisar em que grau os sujeitos genéricos são empregados e qual função desempenham em seus contextos de uso.

Classificar os diferentes usos nos diferentes contextos não foi e não é uma tarefa fácil para o pesquisador, uma vez que é necessário, na maioria das vezes, percorrer o texto inteiro para se verificar se cada forma de indeterminação atende a essa ou aquela característica.

Dessa forma, os fatores que envolvem o grau de indeterminação são:

- **Indeterminação parcial com referência explícita no contexto** – encontra-se no texto qualquer elemento que possibilite uma interpretação desse sujeito por meio de inferência, podendo ser, por exemplo, um locativo, dentre outras possibilidades;
- **Indeterminação parcial com referência implícita no contexto** – não há, no texto, qualquer elemento que se possa depreender qualquer que seja o referente, a não ser pelo contexto como um todo;
- **Indeterminação completa** – neste caso, não há qualquer tipo de pista para se inferir algo sobre o referente, nem no texto e nem no contexto como um todo.

Por sua vez, a variável função da indeterminação é composta por:

- **Desfocalização do sujeito** – o autor do texto busca empregar uma estratégia de indeterminação que possa tirar o foco do sujeito ou seu referente e voltar-se mais para a ação verbal ou até mesmo para o seu objeto. O foco, portanto, não é o sujeito;
- **Exemplificação** – neste caso, o autor do texto faz referência a ele mesmo ou ao possível interlocutor com o objetivo de exemplificar

uma situação bem genérica, que pode ser atribuída a qualquer pessoa, não necessariamente a eles;

- **Descomprometimento** – espera-se, nesta função, que o autor do texto busque estratégias para se descomprometer da ação verbal, mesmo sabendo que foi ele o sujeito. Nesta função, o texto apresenta alguma marca de primeira pessoa;
- **Ocultação do sujeito** – o objetivo aqui é que o autor do texto possa esconder de qualquer maneira o referente do sujeito, não permitindo seu leitor qualquer tipo de identificação. Neste caso, trata-se de escamotear uma terceira pessoa, o que diferencia da função “descomprometimento”;
- **Economia linguística** – o autor do texto acredita que o contexto oferece possíveis pistas para que o leitor possa inferir qual é a identidade do referente do sujeito, mesmo não podendo ou não querendo determiná-lo.

Entendido cada grau e cada função da indeterminação, fez-se um cruzamento dessas variáveis a fim de tentar estabelecer qual seria a estratégia mais indeterminadora no *corpus* consultado (cf. tabela 2):

Tabela 2 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação à sua função e ao seu grau.

Grau de indeterminação	Função da indeterminação Estratégias	Desfocalização do sujeito		Exemplificação		Descomprometimento		Ocultação do sujeito		Economia linguística		T.	%
		Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%		
Indeterminação completa	Ø+V+SE	78	64	97	55	38	64	18	40	2	67	233	58
	Ø+V3PP	19	16	29	16	1	2	14	31	0	0	63	16
	Ø+VINP	7	6	9	5	3	5	4	9	1	33	24	6
	Ø+V3PS	1	1	5	3	0	0	1	2	0	0	7	2
	Nós	15	12	1	1	11	19	0	0	0	0	27	7
	A gente	1	1	8	5	5	8	0	0	0	0	14	3
	SN	1	1	27	15	1	2	8	18	0	0	37	9
	TOTAL	122		176		59		45		3		405	

Indeterminação parcial com referência implícita no contexto	Ø+V+SE	1	7	4	80	2	40	3	100	0	0	13	43
	Ø+V3PP	0	0	0	0	0	0	0	0	3	100	0	0
	Ø+VINFINF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ø+V3PS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nós	13	93	0	0	2	40	0	0	0	0	15	50
	A gente	0	0	1	20	0	0	0	0	0	0	1	3
	SN	0	0	0	0	1	20	0	0	0	0	1	3
TOTAL	14		5		5		3		3		30		
Indeterminação parcial com referência explícita no contexto	Ø+V+SE	67	50	7	27	15	21	16	44	17	50	122	41
	Ø+V3PP	7	5	1	4	0	0	17	47	9	26	34	11
	Ø+VINFINF	2	1	3	12	1	1	0	0	2	6	8	3
	Ø+V3PS	4	3	3	12	0	0	2	6	2	6	11	4
	Nós	52	39	2	8	54	76	0	0	1	3	109	36
	A gente	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	SN	1	1	10	38	1	1	1	3	3	9	16	5
TOTAL	134		26		71		36		34		301		

Legenda:

Ø+V+SE – Verbo na terceira pessoa com o “se” sem sujeito lexicalmente expresso.

Ø+V3PP – Verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito lexicalmente expresso.

Ø+VINFINF – Verbo no infinitivo impessoal

Ø+V3PS – Verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexicalmente expresso.

Dessa forma, cruzando o grau de indeterminação com a função da indeterminação, verificou-se a seguinte distribuição:

- A estratégia Ø+V+SE é a mais frequente em todas as funções de indeterminação, especialmente quando se trata da indeterminação completa. Ele aparece também com maior frequência quando a indeterminação é parcial com referência implícita no contexto se a função for de exemplificação, descomprometimento ou ocultação do sujeito. Quanto ao grau de indeterminação parcial com referência explícita, ocorre apenas quando se trata de desfocalização do sujeito ou por economia linguística;
- A forma pronominal “nós” é mais usada quando de indeterminação parcial, sendo com referência implícita no contexto quando as fun-

- ções são de desfocalização do sujeito e descomprometimento e com referência explícita quando se trata também do descomprometimento;
- O item \emptyset +V3PP figura com maior frequência apenas quando de indeterminação parcial: se com referência implícita no contexto, destaque para a função de economia linguística, se com referência explícita, quando pretende ocultar o sujeito;
 - Os sintagmas nominais têm um uso mais frequente quando se trata de indeterminação parcial com referência explícita no contexto e para exemplificar uma situação genérica qualquer. Esses resultados revelaram que o fenômeno linguístico da indeterminação do sujeito não é empregado do mesmo jeito em todas as situações de uso levando em consideração os textos escritos na Bahia, nos séculos XIX e XX, que compõem o *corpus* analisado neste trabalho.

As estratégias de indeterminação do sujeito se configuraram como variantes linguísticas levando em consideração a metodologia da sociolinguística quantitativa empregada, mas não como variantes que podem substituir uma as outras em qualquer situação de comunicação.

Percebeu-se que uma determinada estratégia pode ser substituída por outra com o mesmo valor de verdade quando elas apresentam a mesma função e o mesmo grau, caso contrário, a estrutura oracional poderá sofrer alguma adaptação para dar conta da ideia ou o conteúdo semântico poderá ser entendido também de outras formas que não sejam aquelas pretendidas pelo escritor.

Conclusões

A pesquisa empreendida descreveu as estratégias de indeterminação do sujeito presentes em textos escritos na Bahia, nos séculos XIX e XX. Registraram-se usos diferentes das estratégias, tais como: sem sujeito lexicalmente expresso (o verbo na terceira pessoa mais o clítico “se” – \emptyset +V+SE; o verbo na terceira pessoa do plural – \emptyset +V3PP; o verbo no infinitivo impessoal – \emptyset +VINFIN; o verbo na terceira pessoa do singular – \emptyset +V3PS; e a passiva sem agente – VPSA, com sujeito preenchido pronominalmente (nós, você, eles e a gente) e diferentes sintagmas nominais, tal como “o indivíduo”, “o povo”, “gente” etc.

A estratégia \emptyset +V+SE foi a mais empregada, com 49,1% de frequência, tendo em vista os 750 registros de indeterminação no *corpus* analisado. Esse alto índice de frequência também foi atestado por Vargas (2010) até 1950, na

cidade do Rio de Janeiro. Ressalta-se que essa é praticamente a estratégia mais tratada por algumas gramáticas normativas consultadas, como Cunha e Cintra (2001), Almeida (2005), Cegalla (2008) e Rocha Lima (2008).

A forma pronominal “nós” foi a segunda possibilidade de se indeterminar o sujeito preferida pelos autores dos textos, com 20,1%. Resultado esse equivalente ao demonstrado por Campos (2010) no que diz respeito às cartas escritas no Rio de Janeiro no século XIX. Essa estratégia não foi mencionada pelas gramáticas tradicionais consultadas, o que configura como uma inovação linguística.

Ao fim, merece retomar o questionamento feito por Lavandera (1978) quando se indagou não ser possível levar a cabo uma pesquisa variacionista como formulou Labov (1972) no nível morfossintático, sem envolver os aspectos funcionais do fenômeno linguístico. Dessa forma, para considerar as estratégias de indeterminação do sujeito analisadas nesta pesquisa como variantes, consideradas como as diversas alternativas de dizer mais ou menos a mesma coisa (LABOV, 1972), seria necessário, por exemplo, tomar o $\emptyset+V+SE$ e o “nós” ocupando igualmente a função de desfocalização do sujeito com grau de indeterminação completa; ou, por exemplo, o $\emptyset+VIN F$ e os sintagmas nominais sendo usados com a função de exemplificação com grau de indeterminação parcial com referência implícita. Portanto, seria necessário que cada estratégia investigada ocupasse a mesma função e o mesmo grau para serem variantes, conforme proposta laboviana. Seria uma análise difícil de se empreender e compreender os seus resultados.

Conclui-se, enfim, que as variáveis funcionais se prestam a contribuir para uma análise variacionista no nível morfossintático de forma mais eficaz, não se distanciando dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, mas aliando-se à perspectiva Funcionalista para a compreensão dos usos concretos da língua, especialmente a indeterminação do sujeito.

Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 45.ed. 2.tir. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BENTIVOGLIO, Paola. A variação nos estudos sintáticos. **Estudos Linguísticos**, XIV. Anais de seminários do GEL. Campinas: UNICAMP, 1987, p.7-29.

- CALLOU, Dinah; OMENA, Nelize & PAREDES, Vera. Teoria da variação e suas relações com a semântica, pragmática e análise do discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (20), Jan/Jun, 1991, p.17-21.
- CAMPOS, Vitor Cezário Silveira. **Estratégias de indeterminação em cartas do século XIX**. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CARVALHO, Valter de. **Você, a gente *et allia* indeterminam o sujeito em Salvador**. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.
- CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira. **A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX**. 1999. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CHESHIRE, Jenny. **Syntatic variation and spoken language**. Disponível em: <<http://webpace.qmul.ac.uk/jlcheshire/pdf%20papers/syn%20varn%20and%20spoken%20lang.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2017. [2005].
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. 8.imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Termos da oração. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 185-203.
- FAGGION, Carmen Maria. **A indeterminação em português: uma perspectiva diacrônico-funcional**. 2008. 199 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2008.
- GADET, Françoise. La variation, plus qu'une écume. **Langue Française**, 115. Paris: Larousse, 1997, p.5-18.
- GARCÍA, E. C. Shifting variation. **Lingua**, Amsterdam, v.67, p.189-224, 1985.
- HASTY, J. Daniel. **We might should be thinking this way: Theory and practice in the study of syntactic variation**. Disponível em: <<https://msu.edu/~hastyjam/images/Theory%20and%20Practice%20in%20syntactic%20variation.pdf>>. Acesso: 10 jan.2017. [2014]
- LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

- LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: LABOV, William. **Sociolinguistic working paper**, Austin, n.44, p. 6-21. abr.1978. Southwest Educational Development Laboratory.
- LAVANDERA, Beatriz R.. Where does the sociolinguistic variable stop? **Language in society**, [s.l.], v.7, n.02, p.171-182, ago.1978. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0047404500005510>.
- MENON, Odete Pereira da Silva. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, Paulino. **Variação, mudança e contato linguístico no Português da Região Sul**. Pelotas: Educat, 2006. Cap. 7, p. 125-167.
- MILANEZ, Wânia. **Recursos de indeterminação do sujeito**. 1982. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.
- MILROY, Lesley; GORDON, Matthew. **Sociolinguistics: method and interpretation**. Malden, Massachusetts, USA: Blackwell Publishing, 2003.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- NUNES, Jairo Morais. **O famigerado se**: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com *se* apassivador e indeterminador. 1990. 189 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- OLIVEIRA, Josane Moreira de. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje**: variação e mudança. 2006. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- PEREIRA, Deize Crespim. Uma análise funcionalista da indeterminação do sujeito no Português Popular falado em São Paulo. **Filologia e Linguística Portuguesa**, Brasil, v. 15, n. 2, p. 475-518, apr. 2013. ISSN 2176-9419. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/79803>>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- PONTES, Natália Gilvaz. **As estratégias de indeterminação do sujeito**: tração textual e mudança linguística. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 47.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

- ROMAINE, Suzanne. The status of variable rules in sociolinguistic theory. **Journal Of Linguistics**, Cambridge, n. 17, p.93-119, mar. 1981. Anual.
- SANTANA, Neila Maria Oliveira. **A indeterminação do sujeito no português rural do semi-árido baiano**. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p.69-105.
- VARGAS, Amanda de Santana Campos. **Estratégias pronominais de indeterminação: um estudo diacrônico**. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Recebido em 31 de agosto de 2017

Aceito em 26 de janeiro de 2018.

A VARIAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DO COMPLEMENTO VERBAL
E O ENSINO DE **PB** A HISPANOFALANTES: UMA ANÁLISE DE
MATERIAIS DIDÁTICOS DE **PLE**

THE VARIATION IN THE REPRESENTATION OF THE VERBAL
COMPLEMENT AND THE TEACHING OF **BP** TO SPANISH
SPEAKERS: AN ANALYSIS OF DIDACTIC MATERIALS OF **PFL**

Thais Leal Rodrigues

Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
leal.thais@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo apresenta alguns resultados da nossa pesquisa de mestrado, cujo tema é o ensino da representação do complemento verbal a falantes de espanhol, fato linguístico variável na língua portuguesa do Brasil (PB). O propósito da pesquisa foi examinar como este aspecto da nossa língua tem sido tratado nos materiais didáticos voltados ao ensino de PLE. Pretendemos, então, mostrar, neste trabalho, como são apresentados e ensinados os complementos verbais, em dez desses materiais, e averiguar se a variação linguística é contemplada no tratamento desse tema. Trata-se de uma pesquisa que se embasa nos pressupostos da Sociolinguística Educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística; Ensino de português como língua estrangeira; Hispanofalantes.

ABSTRACT:

This paper presents some results of our Master's degree research, whose subject-matter is the teaching of the verbal complement representation to Spanish speakers, a variable linguistic fact in the Brazilian Portuguese language (BP). The purpose of this research was to examine how this aspect of our language has been treated in the didactic material focused on the teaching of Portuguese as a Foreign Language (PFL). We therefore intend to show in this paper how the verbal complements are presented and taught in ten such materials and to investigate whether the linguistic variation is contemplated in this topic. This is a research based on the premises of Educational Sociolinguistics.

KEYWORDS: Sociolinguistics; Teaching Portuguese as a foreign language; Spanish-speaking.

Introdução

Tendo em vista que têm a mesma origem latina, português e espanhol são línguas muito próximas. Por isso é evidente que ao aprender a língua espanhola um lusofalante vai apresentar interferências de sua língua materna na fase inicial de aprendizagem e, da mesma forma, um hispanofalante também será muito influenciado pelo espanhol, quando aprender português, como afirma Santos (1999, p. 49): “Se por um lado essa semelhança facilita o entendimento do português logo aos primeiros contatos, por outro impede, na maioria das vezes, que o falante de espanhol se comunique na língua alvo, o português, sem as constantes interferências da sua língua nativa”.

Para Maia González (2008, p. 1) a proximidade entre as duas línguas não é tão grande como se imagina, especialmente quando se trata da variedade brasileira do português:

Tem-se estudado centenas de vezes a proximidade entre as línguas espanhola e portuguesa, mas essa proximidade parece ser, ao menos em alguns aspectos, pelo menos moderada, principalmente quando se compara a variedade mais padrão do espanhol com o português do Brasil, inclusive no nível das variedades mais informais de ambas as línguas. (Tradução do autor)¹

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada sobre o ensino da representação do complemento verbal a falantes de espanhol, seja o objeto direto, seja o objeto indireto, fato linguístico variável na língua portuguesa do Brasil (PB). O trabalho consiste em uma análise de materiais didáticos de ensino de português brasileiro para estrangeiros (PBE), com o intuito de verificar como são apresentados e ensinados os complementos verbais (CV), nos referidos materiais, e averiguar se a variação linguística é contemplada no tratamento desse tema.

Diversas pesquisas constataram que a partir do século XIX o PB começou a apresentar a perda do clítico acusativo de terceira pessoa do discurso. Paralelamente, os pronomes átonos começam a ser substituídos pelos pronomes tônicos. Além disso, vários estudos (DUARTE, 2000; BERLINK, 1997; CYRINO, 1997; TARALLO, 1983) demonstram o alto percentual de apagamento dos

¹ “Se ha estudiado centenares de veces sobre la proximidad entre las lenguas española y portuguesa, pero esa cercanía parece ser, al menos en algunos aspectos, por lo menos moderada, sobre todo cuando se compara la variedad más estándar del español con el portugués de Brasil, incluso en el nivel de las variedades más informales de ambas lenguas.”

objetos anafóricos. Tal fato não ocorre na língua espanhola, que, mesmo na sua expressão oral, apresenta todos os objetos preenchidos com os pronomes átonos (MAIA GONZÁLEZ, 1999), o que torna bastante limitada a possibilidade de ocorrer um OD anafórico sem representação pelo pronome.

Segundo Maia González (1999, p. 1), português e espanhol apresentam diferenças no âmbito da realização dos sujeitos e dos objetos pronominais, constituindo o que ela denomina uma “inversa assimetria”, isto é, uma oposição no que diz respeito à presença ou ausência dos pronomes pessoais retos e oblíquos em ambas as línguas. O exemplo (a) contém a mesma frase redigida em português e em espanhol, para facilitar o entendimento das diferenças comentadas.

(a¹) Eu comprei um presente para você. Vou te/lhe entregar o no dia do seu aniversário.

(a²) o Te compré un regalo. Te lo voy a entregar el día de tu cumpleaños.

O exemplo indica que enquanto o PB manifesta uma tendência à realização do sujeito por meio do pronome, o espanhol, ao contrário, apresenta uma necessidade de enfatizar o objeto, retomando-o por meio de clíticos e, muitas vezes, duplicando-o. Por outro lado, o PB caracteriza-se por uma tendência ao apagamento do OD, ao passo que, no espanhol, é comum apagar-se o sujeito (sujeito nulo). Para a pesquisadora, o fenômeno em questão constitui “uno de los aspectos más problemáticos en el proceso de aprendizaje de cada una de ellas por parte de los hablantes de la otra.”

Pareceu-nos, então, importante investigar a realização dos objetos – direto e indireto – fato linguístico que pode tornar confusa a aprendizagem do português por parte de hispanofalantes, se não for ensinado da maneira adequada. Concordamos com Santos (1999, p. 53) quando afirma que: “o ensino de português para falantes de espanhol deve ser diferente daquele voltado para falantes de outros idiomas”. Isso se deve ao fato de o ensino de português a hispanofalantes possuir algumas especificidades, tais como a grande facilidade na compreensão da língua estrangeira, desde as primeiras aulas, e o processo de aprendizado mais rápido, o que pode causar uma fossilização precoce da interlíngua. Por isso, há uma necessidade de desenvolver nos alunos uma consciência metalinguística sobre as diferenças existentes entre as duas línguas.

1. Fundamentação teórica

Esta pesquisa se fundamenta nos pressupostos da Sociolinguística, corrente linguística que teve início nos Estados Unidos, na década de 1960, como reação ao gerativismo chomskyano e ao estruturalismo saussureano. Essa teoria concebe a língua como um fato social e está relacionada a outros campos do conhecimento, como a antropologia, a sociologia e a geografia linguística.

É no livro *Padrões sociolinguísticos* (1972) que Labov apresenta os principais conceitos da nova disciplina, bem como a metodologia de sua proposta. Segundo a teoria laboviana, o componente social é fundamental na análise linguística, pois, como já foi afirmado, na Sociolinguística, a língua é vista como fenômeno social. Outro aspecto importante dessa abordagem é que, para Labov, a língua é um sistema heterogêneo. A heterogeneidade linguística, no entanto, não implica de nenhuma forma um caos linguístico, uma vez que há normas subjacentes a toda variação, que, assim sendo, pode ser sistematizada. A variação é inerente às línguas, contudo, não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico e nem a comunicação entre seus falantes.

No Brasil, a vasta produção sociolinguística vem fornecendo importantes parâmetros pedagógicos para o ensino de português como língua materna, tendo em vista o abismo existente entre o português padrão e o português falado. A contribuição dos estudos sociolinguísticos para a educação brasileira deve-se, sobretudo, à pesquisa de Bortoni-Ricardo (1984 e 1993), sociolinguista que apontou a necessidade de a escola promover o ensino bidialetal com vistas a facilitar a aprendizagem dos alunos falantes de dialetos não-padrão.

Na perspectiva da Sociolinguística Educacional, o educador não pode ter uma postura de desrespeito em relação aos saberes do aluno e a sua maneira de falar. Não se deve mais pensar que é dever do professor coibir os usos da língua que se desviem da norma padrão, humilhando os alunos. Como afirma Bortoni-Ricardo (2004, p. 38): “uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças.”

Um dos pressupostos da Sociolinguística Educacional é o reconhecimento de que a competência linguística dos indivíduos demanda que eles dominem os diferentes modos de se expressar em sua própria língua. É óbvio que o aporte dos resultados da pesquisa Sociolinguística Variacionista para a área de ensino e aprendizagem não se limita à língua materna. Também podemos identificar sua interface com a aquisição de língua estrangeira e, especificamente, de PB,

tendo em vista que as análises das variedades das diferentes comunidades de fala proporcionam uma descrição muito mais realista de como as línguas funcionam do que suas gramáticas tradicionais e também devido à importância dos aspectos sociais e culturais na aprendizagem de uma língua estrangeira.

Retomando o tema de nossa pesquisa, no que concerne à enunciação do objeto dentro de um texto ou diálogo, em língua portuguesa do Brasil, há várias possibilidades para a representação desse complemento além do uso dos clíticos. Portanto, constitui-se um fenômeno em variação, que será detalhado na seguinte seção.

2. A realização do CV em português

Todas as línguas faladas apresentam variações. Portanto, isso ocorre tanto no português como no espanhol. No caso do português do Brasil, no entanto, parece que há uma distância maior entre língua escrita e língua falada, variedade(s) padrão e variedade(s) não padrão (DUARTE, 2000). Tal abismo se deve à maneira como se estabeleceu a norma culta no Brasil, com base em um modelo que não era o utilizado aqui. Mas o que nos interessa comentar é como essa diferença pode interferir no processo de ensino/aprendizagem de português como língua estrangeira. Duarte (2000, p.1) ressalta:

Isso fica patente, por exemplo, quando se vai ensinar português para estrangeiros. Já na primeira lição, o professor encontra problemas com as estruturas com o verbo ‘haver’, por exemplo. Ele ensina que o que a gramática diz é que “o certo” é: ‘há muita gente no jardim’, mas diz ao aluno que ele vai ouvir e falar ‘tem muita gente no jardim’. Ensina que “o certo” é ‘você foi ao cinema?’, mas que ele vai ouvir ‘você foi no cinema?’. Ensina que escrevemos/deveríamos escrever ‘nós não a vimos ontem’, mas falamos/ouvimos ‘a gente não viu ela ontem’. Ensina que a gramática prescreve ‘Contaram-me uma história’, mas ele vai ouvir ‘Me contaram uma história’.

Vamos ater-nos ao penúltimo exemplo, pois se refere ao nosso tema. Conforme afirmam muitos estudiosos (Tarallo, 1990; Duarte, 2000), nosso quadro de clíticos vem sofrendo um processo de mudança. Muitos estão desaparecendo da língua oral, como é o caso do pronome acusativo de 3.^a pessoa “a”, utilizado no exemplo acima, de modo que o seu uso fica restrito a situações mais formais tanto na modalidade oral como na escrita. Como mostrou Duarte (2000) com este exemplo, no Brasil, é recorrente a substituição do clítico acusativo por um pronome tônico. Outras estratégias de retomada do objeto direto também são

frequentes, como a repetição do sintagma nominal ou o não preenchimento do complemento (objeto nulo). Logo, outras possíveis realizações para a variável representação do objeto direto anafórico, além de “não vimos ela” são: “não vimos (a) Maria/a menina” ou “não \emptyset vimos”.

Em outro estudo, Duarte (1989) descreve, com base em metodologia quantitativa, quatro processos de recuperação do OD. O pronome átono aparece como o menos usado, no preenchimento do objeto direto, com 4,9% das ocorrências; em seguida, o pronome *ele*, com 15,4% das ocorrências; depois, o sintagma nominal anafórico, ou seja, a repetição do objeto direto, com 17,1% das ocorrências; e o processo mais usado, com 62,6% das ocorrências é a categoria vazia.

Tarallo (1990, p. 43) justifica a preferência pelo apagamento do objeto direto: “Uma vez que os pronomes-objeto se encontram em fase de extinção no português falado do Brasil, a luta acaba sendo travada entre as duas formas não-padrão. Das duas a anáfora zero carrega estigma sociolinguístico menos acentuado”. Portanto, a incidência maior do objeto nulo é atribuída ao fato de a substituição do clítico por um pronome tônico ser estigmatizada socialmente. Tarallo (1990, p. 43) defende que a preferência é ainda maior quando se trata de um objeto inanimado:

Na substituição de pronomes clíticos, a língua falada favorece a anáfora zero, acelerando ainda mais o processo de sua implementação no sistema quando o SN pronominalizável (isto é, aquele já usado anteriormente e que deveria retornar como pronome) for inanimado.

No que diz respeito aos pronomes anafóricos de objeto indireto, também é possível afirmar que os clíticos estão desaparecendo da gramática do português brasileiro, sendo também apagados na modalidade oral do português (TARALLO, 1990, p. 43).

Berlinck (1997) fez uma importante pesquisa sobre a realização do OI, com corpus de língua falada e ênfase nas ocorrências em que o OI possui valor anafórico². A autora constatou que, nesse caso, a categoria vazia é mais frequente (57%), seguida do pronome clítico (26%) e do sintagma preposicionado com pronome tônico (17%). Berlinck buscou identificar os contextos que favorecem o uso de determinada forma na posição de objeto indireto, tais como: a pessoa

² O valor anafórico do OI é entendido por Berlinck (1997, p. 1) como a “relação de coreferência com um elemento mencionado anteriormente”.

gramatical a que se refere o complemento, o tempo verbal, distância entre o complemento anafórico e seu referente.

Quanto à pessoa a que se refere o complemento, revela que há uma predominância da categoria vazia apenas quando o referente é de 1.^a ou 3.^a pessoas gramaticais; o pronome tônico aparece preferencialmente com a 3.^a pessoa do discurso; e o pronome átono predomina com referente de 2.^a pessoa.

Ao se considerar o tempo do verbo de que o objeto indireto é complemento, a pesquisa de Berlink (1997) demonstrou um equilíbrio entre a categoria vazia e o pronome átono, com verbos no presente do indicativo. Já com verbos nos pretéritos perfeito e imperfeito do indicativo, houve uma maior ocorrência da categoria vazia. O uso dos clíticos predominou com verbos no futuro do presente do indicativo.

A mencionada pesquisa também levou em consideração a distância entre o objeto indireto anafórico e o seu referente. Em orações com referente na oração imediatamente anterior, há uma preferência pelo objeto nulo, já com referentes mais distantes ocorre com mais frequência o objeto lexicalizado.

Não podemos deixar de enfatizar ainda o surgimento de novas formas pronominais no português brasileiro, utilizadas tanto na referência do sujeito, como dos complementos verbais, a saber, *você* e *a gente*, na substituição de *tu* e *nós*, respectivamente. Esse evento acarretou a possibilidade de várias combinações pronominais, algumas de uso padrão e outras de uso não-padrão da língua portuguesa brasileira. Lopes (2007, p. 115) atribui a mudança no paradigma pronominal à inserção das formas inovadoras no quadro de pronomes: “É fato que a implementação de *você* e *a gente* no sistema de pronomes pessoais gerou uma série de reorganizações gramaticais, tanto no subsistema de possessivos, quanto no de pronomes que exercem função de complementos diretos ou indiretos”. Para a autora, o pronome *a gente* é mais usado que *nós*, tanto na função de sujeito quanto na de complemento. Além disso, afirma que tal forma é frequentemente combinada com o pronome oblíquo átono de primeira pessoa do plural *nos*, até mesmo por falantes cultos da língua. Igualmente, é comum a correlação de *você* com o pronome átono de segunda pessoa *te*, apesar de o uso padrão ser com o pronome de terceira pessoa.

Não há porque deixar de comentar tais fatos com os aprendizes hispânicos, até mesmo porque a língua espanhola também passa por fenômenos semelhantes, como também observou Lopes (2007, p. 115): “A constituição do paradigma supletivo é resultado de um processo de mudança similar ao que ocorreu em outras línguas românicas, como é o caso, por exemplo, do voseo hispano-americano”.

Almeida (2011), em um artigo sobre o pronome *lhe*, afirma que esse pronome não caiu em desuso, à semelhança do que ocorre com *o(s)*, *a(s)*, como afirmam alguns estudiosos. Na verdade, tem sido menos utilizada em sua função prototípica. Ocorre que o uso dessa forma alterna entre a segunda e a terceira pessoa e entre o dativo e o acusativo. Ao emprego do pronome *lhe* na função de objeto direto dá-se o nome de *lheísmo*. Esse fenômeno pode ser justificado como uma analogia ao funcionamento das formas pronominais que não são de terceira pessoa.

Citando a pesquisa de Ramos, Almeida (2011) comenta os três comportamentos no uso do pronome *lhe* descritos por Ramos:

Eixo Rio-São Paulo: *lhe* usado para expressão do dativo de segunda pessoa, relação de respeito/cortesia e *te* para a relação familiar, embora *você* seja usado tanto nas relações de respeito, como de familiaridade.

Maceió, Recife, Salvador e João Pessoa: *lhe* substitui o *te* como dativo e como acusativo, seu uso não é limitado a situações formais.

Região Norte e Maranhão: *Você/lhe* são usados no tratamento de cortesia e *tu/te*, no tratamento familiar. Os clíticos *lhe* e *te* são usados tanto para o dativo quanto para o acusativo.

Na *Gramática Brasileña para hablantes de español*, Carvalho e Bagno (2015) apresentam um quadro muito completo dos pronomes pessoais da língua portuguesa falada no Brasil, incluindo *você* e *a gente*, bem como a forma *o senhor* para o tratamento formal. Os autores também comentam as correlações pronominais possíveis, na variedade brasileira do português.

No que concerne à representação do complemento verbal, que é o foco do nosso trabalho, os autores (2015, p. 46) afirmam que os pronomes de objeto direto, de terceira pessoa *o(s)*, *a(s)* “não pertencem mais à língua espontânea brasileira e são usados apenas pelas pessoas com acesso à educação formal. Seu emprego se restringe aos textos escritos formais”.³

Carvalho e Bagno (2015, p.46) registraram que, para substituir o objeto direto de terceira pessoa, os brasileiros preferem usar os pronomes tônicos *ele(s)* e *ela(s)* ou não utilizar nenhum pronome. É importante mencionar que os autores constataram que o primeiro caso é bastante frequente com verbos no imperativo. Alguns dos exemplos dados são os seguintes:

³ “Ya no pertenecen a la lengua espontánea brasileña y los usan únicamente las personas con acceso a la educación formal. Su empleo se restringe a los textos escritos formales”. (CARVALHO e BAGNO, 2015, p.46)

Eu comprei um terreno aqui no interior por três mil, mas já vendi ele para um parente.

Eu comprei um terreno aqui no interior por três mil, mas já vendi ø para um parente.

Para de incomodar a Aninha. Deixa ela em paz! (imperativo)

Com relação à segunda pessoa singular, os autores (2015, p. 47) apontam as diversas possibilidades de formas oblíquas utilizadas na correlação com você:

Quadro 1: Formas oblíquas utilizadas na correlação com você (CARVALHO e BAGNO, 2015)

Objeto direto	Objeto indireto
Se você quiser ir comigo, eu te levo.	Sabe o dinheiro que você me emprestou? Amanhã vou te devolver.
Se você quiser ir comigo, eu lhe levo. ⁴	Sabe o dinheiro que você me emprestou? Amanhã vou lhe devolver.
Se você quiser ir comigo, eu levo você.	Sabe o dinheiro que você me emprestou? Amanhã vou devolver pra você.

Outra observação importante é a que se refere ao emprego de *o(s)*, *a(s)* na substituição de *você*. Dizem os gramáticos (2015, p. 48) que esse uso é bastante formal e ocorre somente com verbos no infinitivo.

No que diz respeito ao objeto indireto de terceira pessoa, segundo os autores (2015, p.48), o pronome átono *lhe* só é utilizado em textos escritos formais. Em seu lugar, o que se costuma utilizar é também o pronome tônico *ele/ela*, juntamente com uma preposição *para* ou *a* (*para ele* ou *a ele*).

Na verdade, sabemos que não se trata apenas de uma questão de situação formal/ informal ou de modalidade escrita/oral. As fronteiras que delimitam as variedades são mais tênues e se entrecruzam. Por isso, alguns autores (BORTONI-RICARDO, 2014; NEVES, 2003) preferem falar de contínuos. São os papéis sociais⁵ que desempenhamos que vão ditar a variante que utilizaremos. Portanto, um mesmo falante pode usar o pronome *ele* em função de objeto direto ou indireto e, em outra situação, dirigindo-se a outro interlocutor, utilizar

⁴ Os autores fazem o seguinte comentário acerca desse exemplo: “El empleo de *lhe* como objeto directo se restringe al habla informal de algunas variedades regionales” (p.47).

⁵ Sobre papéis sociais ver BORTONI-RICARDO (2004, p. 23) e PRETI (2004, p. 14).

a variante prescrita pela norma culta, ou seja, os pronomes oblíquos *o/a* ou *lhe*. É claro que esse tipo de escolha só pode fazer um falante culto, que teve acesso à educação e tem consciência da necessidade de variar o seu discurso, de modo a fazer-se compreender.

3. A amostra analisada

Foram analisados dez livros de ensino PBE, com o fim de verificar o tratamento dado à questão da variação linguística brasileira nesses materiais, no que tange ao tema desta pesquisa. Portanto, analisamos nesses materiais as partes destinadas ao ensino das formas de preenchimento dos complementos verbais (textos, diálogos, parte teórica e exercícios propostos). Por fim, confrontamos esta análise com estudos sociolinguísticos que descrevem a realização do complemento verbal, na variedade brasileira do português.

Para a seleção dos materiais, buscamos escolher os livros mais utilizados nos cursos de PLE, de tipos variados, com público-alvo diversificado, a fim de investigar possíveis diferenças entre eles, no que tange ao tratamento linguístico-gramatical. Optamos por livros atuais (publicados ou com edição a partir do ano 2000), para verificar se houve alguma evolução na produção desses materiais, por influência dos recentes estudos da Linguística na área específica de PLE. Os materiais escolhidos estão listados abaixo, em ordem alfabética.

1. *Aprendendo Português do Brasil: um curso para estrangeiros*. 4ª ed. / Maria Nazaré de Carvalho Laroca, Nadime Bara, Sonia Maria da Cunha Pereira. – Campinas, SP: Pontes, 2003. (APB)
2. *Bem-vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação*. 8ª ed. / Susanna Florissi, Maria Harumi Otuki de Ponce, Silvia R. B. Andrade Burim. – São Paulo: Special Book Services Livraria, 2014. (BV)
3. *Estação Brasil: português para estrangeiros*. / Ana Cecília Bizon e Elizabeth Fontão. Campinas, SP: Átomo, 2005. (EB)
4. *Muito prazer: fale o português do Brasil*. vol. 2 intermediário / Gláucia Roberta Rocha Fernandes; Telma de Lurdes Ferreira; Vera Lúcia Ramos. São Paulo: Disal, 2014. (MB)
5. *Novo Avenida Brasil: curso básico de Português para estrangeiros 1* / Emma Eberlein O.F. Lima [et.al.]. – São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2009. (NAB)

6. *Panorama Brasil: ensino de português no mundo dos negócios.* / Susanna Florissi, Maria Harumi Otuki de Ponce, Silvia R. B. Andrade Burim. – São Paulo: Galpão, 2006. (PB)
7. *Passagens: Português do Brasil para estrangeiros.* / Rosine Celli. Campinas: Pontes, 2002. (PAS)
8. *Português Via Brasil: um curso avançado para estrangeiros.* / Emma Eberlein O.F. Lima e Samira A. Iunes. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2005. (PVB)
9. *Sempre Amigos: Fala Brasil para jovens.* / Elizabeth Fontão e Pierre Coudry. Campinas, SP: Pontes, 2000. (SA)
10. *Tudo bem? Português para a nova geração.* Vol. 1. 5ª ed. / Maria Harumi Otuki de Ponce, Silvia R.B. Andrade Burim, Susanna Florissi. — São Paulo: Special Book Services Livraria, 2012. (TB)

A análise do *corpus* foi desenvolvida de acordo com quatro critérios: 1) Descrição do material; 2) Contribuições dos estudos linguísticos; 3) Paradigma pronominal apresentado e 4) Tratamento dado a questão do preenchimento do CV.

4. Análise do corpus

Analizamos qualitativamente o conteúdo dos materiais didáticos supracitados, a fim de apurar se os pressupostos da sociolinguística foram levados em consideração na sua produção. Podemos descrever os procedimentos adotados da seguinte maneira:

- Descrição do tratamento dado à questão do preenchimento do CV, em cada material, com o objetivo de averiguar se a variação linguística está contemplada em alguma de suas partes, seja nos exercícios propostos, nos textos, nos enunciados, ou na parte teórica.
- Exame da estratégia apresentada para representação do CV de modo a verificar se corresponde apenas ao paradigma tradicional ou leva em consideração as outras variedades.
- No caso de o material didático contemplar a variação linguística, verificar se essa abordagem se dá de maneira superficial, como uma espécie de comentário acerca de uma curiosidade da língua ou como fato linguístico.
- Discussão do paradigma pronominal apresentado nos livros didáticos.

A análise de livros didáticos que levamos a cabo evidenciou a pobreza desses materiais no que toca ao tratamento da variação linguística. Já é possível notar alguma mudança na produção desses materiais com relação às edições anteriores àquelas selecionadas para esta pesquisa, no sentido de introduzir palavras e construções que antes eram totalmente desprezadas, por serem desprestigiadas. Nota-se atualmente uma preocupação em ensinar a língua falada. Dos livros analisados a maioria possui uma declaração a esse respeito. Buscamos essa informação na contracapa, na Apresentação ou na orelha de cada material analisado. Apenas em dois livros não encontramos a afirmação de que o método se propõe a ensinar língua falada: PB e SA. PB propõe-se a ensinar o português do mundo dos negócios e, por isso, tem foco no ensino da variedade culta do PB. SA não possui nenhuma afirmação de que se propõe a ensinar português falado, embora seu público-alvo sejam adolescentes e possua uma linguagem bastante informal.

A tabela a seguir demonstra a contribuição dos estudos linguísticos na produção de materiais didáticos de ensino de PBE. Em muitos livros há registros de variantes não-padrão, não somente no tocante à variável representação do CV em PB, mas sobretudo no que concerne ao léxico. Contraditoriamente, porém, poucos apresentam propostas de exercícios para a prática de variantes não-padrão.

Tabela 1: Contribuições dos estudos linguísticos na produção de MD de PBE

Livro	Propõe ensinar a língua falada	Registro de variantes não-padrão	Exercícios para a prática do uso de variantes não-padrão
APB	x	x	
BV	x		
EB	x		
MP	x	x	x
NAB	X		
PB			
PAS	x	x	x
PVB	x	x	
SA		x	
TB	x	x	

MP apresenta atividades que contemplam variantes não-padrão somente sobre OI. Os exercícios de OD são bem normativos. As atividades propostas em PAS são para a prática da substituição de *lhe* por *te*, na correlação com *você* e da colocação pronominal não-padrão.

Outro ponto em que podemos notar a contribuição dos estudos linguísticos na produção de LD de PBE é o ensino dos usos dos pronomes pessoais. Nota-se, por exemplo, a introdução da forma *você* ao quadro pronominal e, em alguns casos, também da forma *a gente*. No que diz respeito ao primeiro pronome inclusive notamos uma preferência pelo ensino dessa forma e o desprezo do pronome *tu*, o que também consideramos um erro, já que ambos os pronomes ainda são utilizados em PB. Sobre o ensino dos pronomes pessoais retos apresentamos a seguinte tabela:

Tabela 2: Quadro pronominal apresentado – Pronome sujeito

Livro	Inclui o pronome <i>você</i>	Inclui o pronome <i>tu</i>	Inclui a forma <i>a gente</i>	Inclui o <i>senhor, a senhora</i>	Inclui o pronome <i>vós</i>
APB	x	x		x	
BV	x	x			x
MP	x		x		
NAB	x	x		x	
PB	x	x			
PAS	x		x	x	
SA	x	x	x	x	
TB	x	x			x

EB não é mencionado na tabela anterior, pois não apresenta nenhum tipo de conteúdo gramatical, incluindo os pronomes. Em PVB, que também não consta na tabela, não há sistematização dos pronomes pessoais nominativos. Com relação ao ensino dos pronomes de segunda pessoa singular, no livro NAB, o pronome *tu* aparece em um comentário que diz que “é usado em Portugal e em algumas regiões do Brasil”. Por outro lado, em TB, comenta-se apenas que o pronome *tu* é bastante usado no sul do Brasil. No que diz respeito à inclusão da forma inovadora *a gente*, os livros PAS e SA possuem uma advertência sobre o fato de tratar-se de uma expressão equivalente a *nós*. Sobre o ensino do tratamento formal de segunda pessoa, em NAB e SA, *o senhor/a senhora* aparecem em um comentário e, no livro PAS, esses pronomes são incluídos no

quadro de pronomes de tratamento e não no de pronomes pessoais. Finalmente, no que tange ao ensino do pronome de segunda pessoa plural *vós*, apenas em TB é esclarecido que esse pronome é encontrado em textos antigos.

Fica evidente que ainda falta dar ao uso dos pronomes pessoais em PB a importância que lhe é devida. Não basta aparecerem apenas como comentários e observações, como se fossem apenas uma curiosidade da língua. É fundamental, por exemplo, explicar as possibilidades combinatórias dos pronomes oblíquos com a forma *você*, como é demonstrado na seguinte tabela:

Tabela 3: Quadro pronominal apresentado – Pronome complemento

Livro	Inclui o pronome <i>você</i>	Inclui a forma <i>a gente</i>	Inclui o <i>senhor, a senhora</i>	Correlação <i>te + você = língua falada</i>
APB			x	x
BV				
EB				
MP	x	x		x
NAB				
PB				
PAS				x
PVB				
AS				
TB	x			

Vemos então que apenas três livros ensinam a possibilidade combinatória de *te* e *você*, no português falado. No livro PAS, essa informação aparece em um quadro no qual se lê: “*lhe = para você, informal = te*”. Também chama a atenção o fato de que, embora a maioria dos livros analisados incluía o pronome *você* na lista de pronomes pessoais retos, somente dois o incluem no quadro de pronomes oblíquos. Sendo que MP o integra somente como OI e, em TB, o pronome não aparece no quadro pronominal e sim como um exemplo em uma advertência: “convidar vocês ou convidá-los”.

Por último, com relação ao tratamento dado à questão do preenchimento do objeto, propomos a tabela a seguir para ilustrar nossa análise.

Tabela 4: Tratamento dado à questão do preenchimento do objeto

Livro	<i>Apenas preenchimento com os clíticos</i>	<i>Preenchimento com pronome tônico</i>	<i>Alusão à categoria vazia</i>
APB	x		
BV	x		x
EB			
MP	x		
NAB	x		
PB	x		
PAS	x		
PVB	x		
AS		x	
TB		x	

Como se vê, a maioria dos materiais analisados ainda possui um tratamento normativo do preenchimento do complemento verbal, uma vez que há um predomínio do ensino do preenchimento com o clítico, que é o prescrito pela tradição gramatical. Entretanto, notam-se alguns comentários importantes, como em BV, em que há uma observação sobre algumas frases que contêm clíticos: “Observe que o uso desses pronomes deixa o diálogo com um tom bastante formal” e, no livro MP, em que são dados exemplos e em seguida aparece a seguinte observação : “Não é usado na linguagem oral”. Por outro lado, somente um livro menciona a possibilidade de não preenchimento do objeto, que é a forma mais frequente de representação do complemento verbal, no PB. Em tal livro faz-se alusão à categoria vazia por meio do seguinte comentário: “O pronome oblíquo é facultativo”. Já com relação ao preenchimento do OD com pronome tônico, dois materiais registram essa variante, SA e TB. Nesses livros, há diálogos em que aparece o pronome *ele* na função de OD, seguidos de uma advertência sobre tratar-se de linguagem coloquial. No livro TB, entretanto, encontramos a frase “*Não use*” antes dos exemplos, sem especificar os contextos em que o uso não é apropriado.

Fica evidente, então, que o que predomina ainda é uma visão normativa e não sociolinguística da língua, com foco no que é “errado”, deixando de lado fatores pragmáticos como a adequação do enunciado à situação comunicativa. Em outras palavras, na maioria dos manuais analisados, quando alguma variedade não padrão aparece, isso acontece com a intenção de mostrar o que não se deve dizer ou escrever (estamos referindo-nos ao tema desse estudo).

Como vimos, o tema dos pronomes átonos e demais estratégias de representação do complemento verbal ainda não é contemplado em toda a sua complexidade, nos materiais didáticos de português para estrangeiros. Ainda é necessário detalhar melhor as diferenças do contínuo “fala e escrita”, que existem no português brasileiro. Também enfatizamos a necessidade da elaboração de um material didático específico para hispanofalantes, que parta da análise contrastiva entre as duas línguas.

Deve ficar claro, no entanto, que não pretendemos desvalorizar o conhecimento da norma culta, no processo de aprendizagem de uma língua. Acreditamos sim no ensino da gramática, porém de forma contextualizada, pois é necessário considerar que nosso discurso deve adequar-se ao contexto de produção textual. Isso implica uma prática docente que se baseie nos diversos gêneros textuais. Portanto, o resultado que se espera é que o aluno que aprende uma língua estrangeira saiba comunicar-se adequadamente, nas diversas situações comunicativas.

Considerações finais

A pesquisa realizada demonstrou que os materiais didáticos analisados nesta pesquisa não descrevem toda a riqueza das estratégias de retomada do CV possíveis no PB. Alguns materiais apenas mencionam o fato de ser comum o uso do pronome tônico no preenchimento do objeto e também o apagamento do CV, porém, sem o aprofundamento necessário, apenas como uma nota. Isso é inadmissível se levarmos em consideração que o objeto nulo é a estratégia mais utilizada para representar o CV. Portanto, a variação nesse fato linguístico, indubitavelmente, merece uma explicação mais detalhada e contextualizada.

A maioria dos livros objeto desta investigação possui um caráter meramente normativo, de ensino tradicional, com ênfase em fatores estruturais, o que contraria muitas vezes as declarações feitas na parte introdutória ou na contracapa dos mesmos materiais, que os descrevem como modernos e de metodologia comunicativa. Muitas contracapas exibem a informação de que o material preparará o aluno para comunicar-se nas mais diversas situações comunicativas, mas o seu conteúdo não descreve todas as variedades.

Partindo da ideia de que ensinar uma língua estrangeira significa ampliar os horizontes do aluno, podemos afirmar que ensinar-lhe apenas a variedade padrão do idioma é fazer exatamente o contrário, é limitá-lo. É necessário apresentar ao discente o leque de possibilidades e orientá-lo a adequá-las às diversas situações de comunicação.

Referências

- BERLINK, Rosane de Andrade. **Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil**. In: Anais do II Encontro do CELSUL (Círculo de Estudos Linguísticos do Sul). Florianópolis: UFSC, 1997.
- BORTONI-RICARDO, S. M. (1984). Problemas de comunicação interdialetoal. **Revista Tempo Brasileiro**, n.78/79, p.9-32.
- BORTONI-RICARDO, S. M. Educação bidialetoal - O que é? É possível? In: SEKI, Lucy [org.]. **Linguística indígena e educação na América Latina**. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 71-88.
- BORTONI-RICARDO, S. M. A variação linguística em sala de aula. In: **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004. p. 37-44
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Linguagens Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2000.
- CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. **O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático-diacrônico**. Londrina, Editora da UEL, 1997.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português brasileiro. In: TARALLO, F. (org.) **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989. p.19-34.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **Ensino da língua em contexto de mudança**. (2000). Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_3.htm. Acesso em: 08/03/2016.
- LABOV, William (1972). **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. [*Padrões Sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.]
- MAIA GONZÁLEZ, Neide. *Sobre a aquisição de clíticos do espanhol por falantes nativos do português*. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, n.36, p.163-176, Jan./Jun. 1999. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1661>. Acesso em: 06/05/2016.
- MAIA GONZÁLEZ, Neide. (2008). “Português brasileiro y español: lenguas inversamente asimétricas”. In: CELADA, María Teresa y Neide MAIA GONZÁLEZ (coord. dossier). **Gestos trazan distinciones entre la lengua española y el portugués brasileño**, SIGNOS ELE, nº 1-2, diciembre 2008, URL <http://p3.usal.edu.ar/index.php/ele/article/view/1394>, URL del dossier: <http://p3.usal.edu.ar/index.php/ele/article/view/1375>, ISSN: 1851-4863
- SANTOS, Percília. O ensino de português como segunda língua para falantes de espanhol: teoria e prática. In: SANTOS, Percília; CUNHA, M.J. **Ensino e pesquisa em Português para estrangeiros**. Brasília: EDUNB, 1999.

- TARALLO, Fernando. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. 1983. Tese (Doutorado). University of Pennsylvania, EUA, 1983.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

Livros didáticos

- BIZON, Ana Cecília; FONTÃO, Elizabeth. **Estação Brasil: português para estrangeiros**. Campinas, SP: Átomo, 2005.
- CELLI, Rosine. **Passagens: Português do Brasil para estrangeiros**. Campinas: Pontes, 2002.
- FERNANDES, Gláucia Roberta Rocha; FERREIRA, Telma de Lurdes; RAMOS, Vera Lúcia. **Muito prazer: fale o português do Brasil**. vol. 2. São Paulo: Disal, 2014.
- FLORISSI, Susanna et alii. **Bem-vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação**. 8 ed. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2014.
- FLORISSI, Susanna et alii. **Panorama Brasil: ensino de português no mundo dos negócios**. São Paulo: Galpão, 2006.
- FLORISSI, Susanna et alii. **Tudo bem? Português para a nova geração**. 5 ed. São Paulo: Special Book Services Livraria, vol. 1, 2012.
- FONTÃO, Elizabeth; COUDRY, Pierre. **Sempre amigos: fala Brasil para jovens**. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- LAROCA, Maria N. de Carvalho. **Aprendendo português do Brasil: um curso para estrangeiros**. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- LIMA, Emma Eberlein O.F. [et.al.]. **Novo Avenida Brasil: curso básico de Português para estrangeiros 1**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2009.
- LIMA, Emma Eberlein O.F.; IUNES, Samira A. **Português via Brasil: um curso avançado para estrangeiros**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2005.
- ROMANICHEN, Claudio. **Viva: Língua portuguesa para estrangeiros**. Curitiba: Positivo, 2010.

Recebido em 25 de junho de 2017.

Aceito em 18 de outubro de 2017.

RESENHA



Hauy, Amini Boainain. **Gramática da língua portuguesa padrão**: com comentários e exemplários, redigida conforme o Novo Acordo Ortográfico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 1344 pp.

Não seria uma afirmação falsa nem de pouca argumentação, dizermos que no último decênio temos presenciado uma grande quantidade de (re)publicações de livros denominados *gramática*. Um levantamento rápido da quantidade de (re)edições dessas obras e corroboraríamos o fato de estarmos vivenciando uma *gramatização massiva*¹.

Segundo Aurox, dois instrumentos linguísticos são fundamentais para que conheçamos a ideia linguística de um povo: o dicionário e a gramática. Esses instrumentos revelam o pensamento linguístico de seus autores e a preocupação deles quanto ao que consideram fundamental acerca de um idioma.

No caso da gramática, Aurox afirma que esse instrumento linguístico “torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las” (op. cit.: p. 43) e que um livro com essa denominação apresenta uma estrutura recorrente e por isso é considerada como tal. A saber: um sumário, uma introdução, uma divisão e uma referência a outros autores. Diz também que essas gramáticas têm função consultiva ou de prática de ensino da estrutura da língua

Destarte, a obra gramatical, vencedora do prêmio Jabuti 2015, publicada no ano de 2014, pela EDUSP (editora da Universidade de São Paulo) e parte

¹ *Gramatização massiva*: expressão utilizada por Sylvian Aurox em seu livro *Revolução Tecnológica da Gramatização*. Diz respeito à quantidade de gramáticas publicadas.

integrante da coleção Didática², da autora Amini Boainain Haüy³, denominada Gramática da Língua Portuguesa Padrão⁴, é um instrumento linguístico importante para todos aqueles que buscam uma consulta rápida a fim de dirimir alguma dúvida pontual ou para aqueles que se debruçam nos estudos da língua.

A obra é um portentoso livro a respeito dos aspectos normativos⁵ da língua. Poderíamos até usar a expressão “parece uma Bíblia”, afinal há 1343 páginas, 28 capítulos (divididos em mais de 300 subcapítulos) e uma quantidade abastada de exemplos e notas de rodapé; além de bibliografia farta e anexos (formulário ortográfico, nomenclatura gramatical brasileira, acordo ortográfico da língua portuguesa). Trata-se de uma obra vultosa, fruto da tese de doutorado da autora cuja defesa ocorreu no ano de 1983, na FFLCH-USP.

A introdução deixa clara a ideia de que a pesquisa realizada pela eminente professora Amini indicou que faltava um estudo mais específico e de cunho científico acerca da visão normativa da língua⁶.

Para tanto, a autora centrou seus esforços científicos na tentativa de “sistematização da tradicional teoria gramatical do português acadêmico, objetivando uma reflexão crítica sobre o estado atual da língua portuguesa no que ela tem de sistemático, de gramatical, e, sobretudo, sobre a importância da norma padrão no livro didático, em sua função sociocultural” (p. 33).

² A coleção DIDÁTICA, “... torna acessível a professores e alunos a experiência científica e didática adquirida, ao longo dos anos, por docentes da USP de diferentes áreas. Pretende assim contribuir para a melhoria e renovação do ensino, superando as limitações comuns dos livros didáticos”. A coleção é composta das seguintes obras: A Biologia e o homem; Geografia do Brasil; História do Brasil; Literatura Brasileira; Gramática da Língua Portuguesa Padrão. Informação retirada do site: www.edusp.com.br

³ Amini Boainain Haüy, pesquisadora e autora de obras didáticas de língua portuguesa, é pós-graduada, mestra e doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, onde defendeu a tese *Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa* para fins didáticos, cuja repercussão atingiu o âmbito do Congresso. Foi professora de Filologia e Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo, titular de Língua Portuguesa na Academia da Força Aérea (AFA), catedrática de Português no magistério estadual e professora titular de Língua Portuguesa no Centro Universitário Moura Lacerda e no Centro Universitário Barão de Mauá. É membro da Academia Ribeirão Pretana de Letras e patrona da Academia Ribeirão-Pretana de Educação.

⁴ A partir de agora, a obra será representada pela sigla: **GLPP**.

⁵ Segundo a autora, a *normatividade* deve ser entendida como “principal fator de unificação linguística e explicitada pela gramática normativa (...) deve ser adotada sobretudo nos códigos escritos, nos documentos oficiais, na linguagem científica, artística e jornalística, enfim, nos mais diversos meios culturais da sociedade” (p. 60)

⁶ Tanto que a repercussão atingiu o âmbito do Congresso.

Claro que leitores mais argutos poderiam discordar da autora quanto a sua predileção pela obra do poeta Fernando Pessoa para o *corpus* literário exemplar, mas, antevendo isso, a autora diz que a obra poética do poeta é a evidente entre os textos literários de várias épocas, e não a exclusiva. A verdade dessa ressalva é realmente evidente nas 1343 páginas, pois os exemplários utilizados mostram o ecletismo literário. Vale lembrar que não é exclusividade da GLPP a utilização de exemplário literário. Várias são as gramáticas (antigas e contemporâneas) que utilizam tal recurso.

Ainda na introdução, Amini B. Hauy reforça que a GLPP surgiu da necessidade de se revisar criticamente as lições gramaticais existentes, porém que não fez de sua grande obra uma “*imposição de normas da língua culta às mais variadas camadas lingüísticas, como um camisa de força; nada tem a ver também com a incontestável importância das variações regionais, da Sociolinguística e dos níveis da fala, como muitos podem inadvertidamente interpretar*” (p. 37). Assim, uma vez anunciado que a GLLP é uma obra *descritiva, crítica e normativa*, veremos, claramente, a tradição gramatical se reiterando e se ampliando cientificamente⁷. A estrutura da obra segue a antiga tríade gramatical, apresentando, pois, a seguinte partição, já consagrada pela tradição dos estudos gramaticais: Fonética – Morfologia – Sintaxe.

Relevante notar que as duas primeiras partes (Fonética/Morfologia) formam o “grosso” da obra: aproximadamente 1000 páginas, restando para a relação/função das palavras no enunciado, ou seja, para a Sintaxe: aproximadamente 250 páginas, o que nos faz lembrar a explicação de Cavaliere (2000: 53-4)⁸:

A lexeologia é, certamente, no projeto de descrição gramatical, (...) o núcleo unitário de onde reverberam todos os campos de investigação lingüística. Isso porque é efetivamente a PALAVRA que sintetiza o foco das atenções, seja como elemento monolítico isolado, seja enquanto conjunto de segmentos morfológicos.

⁷ . Para a autora, a “libertinagem de cátedra” (p. 37) causa danos para o ensino da língua e a prova está no estudo feito por ela no momento de produção da GLLP, já que “a partir de um estudo crítico-comparativo das gramáticas normativas mais conhecidas no País, em número superior a cinquenta, adotadas nas escolas, cursinhos e faculdades e relacionadas nas bibliografias de concursos, provou que a teoria gramatical do Português, descrição ordenada, uniforme e coerente dos fatos da língua, que deveria ser, revelava-se como um amontoado de lições divergentes e contraditórias e que, na avaliação de conhecimentos gramaticais em provas, curso ou concursos de qualquer espécie, as divergências e contradições dos autores de gramáticas normativas implicavam quase sempre uma correção inevitavelmente arbitrária e injusta” (p. 36)

⁸ . CAVALIERE, R. *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2000.

1. A obra

Extensa e portentosa, a GLLP, já redigida conforme o novo Acordo Ortográfico, depois de seu prefácio e de sua introdução, apresenta a seguinte partição: I – Origem e formação da língua portuguesa; II – Língua escrita e língua falada; III – Gramática: conceito e divisão; IV – Fonética; V – Morfologia; VI – Sintaxe; VII – Bibliografia; VIII – Anexos. A divisão realizada pela autora indica filiação não apenas à tradição gramatical como faz jus à NGB⁹. Obviamente, ponto positivo para a obra escrita por Amini B. Hauy, já que, ao se intitular gramática padrão e utilizar documentos oficiais como fonte de corroboração para a normatividade¹⁰ da língua, a NGB passa a atuar como validadora da decisão da autora no que diz respeito “à elaboração de uma gramática-padrão para *fins didáticos*, alicerçada na coerência e uniformização dos conceitos e numa atitude científica de análise” (p. 37).

2. Conceituando Gramática

Na conceituação de gramática, veremos *ad amussim*, a filiação da autora à visão de gramática como *sistematização dos fatos da língua*¹¹, visão que se assemelha a autores como Júlio Ribeiro e Napoleão Mendes de Almeida, por exemplo. Contudo, vale lembrar que a autora apresentava, como tese de seu trabalho, o argumento de que, aos estudos gramaticais, faltava uma obra que pudesse revisar criticamente lições gramaticais anteriores. Nesse quesito, a definição de gramática, mais do que reformulada, indica “a uniformização dos conceitos numa atitude científica de análise” (p. 37), o que é um outro ponto positivo da obra, já que notamos a uniformização de conceitos numa atitude científica de análise.

3. A Tríade Gramatical

Adentrando na famosa tríade gramatical – Fonética, Morfologia e Sintaxe –, encontraremos no extenso capítulo¹²Fonética os estudos vinculados àquilo

⁹ Já que a Nomenclatura Gramatical apresenta a divisão dos assuntos gramaticais em Fonética, Morfologia e Sintaxe; lembrando que a GLLP dialoga constantemente com o documento gramatical oficial.

¹⁰ Vide nota de rodapé nº 6.

¹¹ Definição muito próxima à de J. Roca Pons – *Introducción a La Gramática*.

¹² O capítulo apresenta, aproximadamente, 400 páginas de estudos ligados aos aspectos sonoros da fala em seus contornos acústicos ou articulatórios.

que é tradicional na disciplina, considerando a palavra sob o aspecto sonoro, estudando, pois, os fonemas ou sons que a formam (produção, classificação e agrupamento), a pronúncia (ortoépia ou ortoepia) e a acentuação (prosódia). Não teremos, todavia, nas muitas páginas dedicadas à Fonética, o estudo da Fonologia, o que poderia ser relevante, já que, hodiernamente, há uma rica e vasta bibliografia para essa disciplina. Porém, na GLLP, a autora se defende de possíveis críticas, pela ausência da Fonologia, ao nos alertar:

Alguns estudiosos preferiram agrupar essas duas disciplinas, a Fonética e a Fonologia, sob a denominação tradicional de Fonética, certamente por entenderem que as duas ciências são gêneros de estudos interdependentes. Esse foi o comportamento adotado pela equipe que elaborou a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), e nele será pautado o capítulo seguinte” (p. 79).

De qualquer modo, o capítulo Fonética exige fôlego do leitor, caso a leitura seja feita em sua completude. Para dúvida pontual, os assuntos são muito bem pormenorizados e a leitura é fluida e didática, mesmo para leitores leigos, o que indica maestria na composição de seu texto. Mesmo em assuntos mais árduos ou de base mais histórica (por exemplo, sobre a história da ortografia portuguesa, páginas 183/191), a construção textual é sólida teoricamente (o que se ratifica pelas notas de rodapé explicativas e bibliográficas) e didática textualmente, caso por exemplo da divisão feita para a explicação da história da ortografia: Período Fonético; Período das Reformas Acadêmicas; Período Pseudoetimológico.

Em suma, um capítulo robusto para a parte mais mecânica dos estudos linguísticos/gramaticais. Destaque para o esmero da autora nas listas e nos comentários a respeito dos assuntos que envolvem o conceito e objeto de estudo da ortografia, a saber: grafia dos nomes, alterações gráficas, homônimos, parônimos, topônimos, reduções gráficas, sinais diacríticos e de pontuação.

Outro destaque é o bem elaborado exemplário a respeito da sistemática das abreviações, principalmente o das “Abreviaturas Autorais e Bibliográficas” (pp. 330 – 355), que muito ajuda quem tem o ofício de revisor. Entretanto, é estranho encontrar o assunto SIGLAS (processo de formação de palavras estudado na Morfologia) como um tópico vinculado à ortografia. Mas é o que acontece na GLLP. São 16 páginas bem explicadas, de teoria sólida e bem construídas (principalmente a lista que compõe o exemplário, pp. 359 – 372) que tratam do assunto de maneira morfológica. Em vários momentos do texto, as explicações exploram a metalinguagem típica da morfologia para os processos de formação de palavras:

Das siglas formam-se, às vezes, pelo processo de derivação, substantivos comuns e adjetivos. Assim, udenismo, pessedista e petista (de UDN, PSD e PT, respectivamente). Pelo processo de justaposição, delas se formam, também, os siglônimos, formações lexicais resultantes da justaposição dos nomes das letras iniciais de determinada sigla; ex.: becegê (subst. comum) (de BCG)” (p. 356).

Tanto é estranho o assunto siglas na Fonética (subcapítulo da Ortografia) que, na página 503, nota de rodapé, há um alerta para o leitor com os seguintes dizeres “Vide “Reduções gráficas” no Capítulo Ortografia”, apesar de encontrarmos, literalmente, a afirmação, no capítulo dedicado à morfologia, “Além da derivação e da composição, outros processos de formação de palavras contribuem para o enriquecimento do vocabulário: o hibridismo, a onomatopeia e as reduções gráficas (abreviações, abreviaturas, siglas e símbolos)” (p. 503). Poderia, também, ter mencionado outros processos de formação de palavras como a Reduplicação/Redobro, a Amálgama, já bem estudados e explorados por estudiosos de renome¹³.

4. Morfologia

Mais extenso que o capítulo anterior, as quase 700 páginas perpassam a estrutura e a formação das palavras e englobam as tradicionais classes gramaticais. Observação para algo bem diferente de outras gramáticas contemporâneas: o fato de o tópico *crase*¹⁴ aparecer entre as classes gramaticais, especificamente, após a classe das preposições; observação outra diz respeito a uma subcategoria denominada “Palavras e locuções denotativas” (pp. 989 – 996), aparecendo logo após a classe dos advérbios. Frise-se que a autora faz questão de deixar às claras que as palavras/locuções denotativas não devem ser confundidas com

¹³ Antônio José Sandmann. *Morfologia Geral*, 1993.

Cláudio Cezar Henriques. *Morfologia*, 2007.

Ieda Maria Alves. *Neologismo*, 1994.

Graça Maria Rio-Torto. *Morfologia Derivacional: teoria e aplicação*, 1998.

José Carlos de Azeredo. *Fundamentos da Gramática do Português*, 2000

José Lemos Monteiro. *Morfologia Portuguesa*, 2000

Margarida Basílio. *Teoria lexical*, 2000

Valter Kehdi. *Formação de palavras em português*, 2003

¹⁴ Vale dizer que, na **GLLP**, o tópico *Crise* não constitui uma classe gramatical; o aparecimento entre as classes, na sequência da preposição, provavelmente se deve ao fato de a *crise* relacionar preposição em uma de suas estruturas constitucionais. Por exemplo: *Foi à praia logo cedo* (a – preposição regida pelo verbo; a – artigo feminino constituinte do sintagma nominal “a praia”).

advérbios. Nada novo, já que tal procedimento já estava estabelecido pela NGB (o que se torna outro ponto positivo para a autora, pois ao longo de sua obra, a NGB é um parâmetro). Entretanto, muitos leitores podem considerar que o que a autora chama de palavras e locuções denotativas, não deixa de ser advérbio, afinal muitos de seus exemplos dão margem a tal questionamento (p. 991):

- de afirmação: sim, certamente, com efeito
- de negação: não, qual nada!
- de exclusão ou limitação: só, apenas, exclusive, somente, unicamente
- de inclusão: também, mesmo, outrossim, inclusive

No geral, o estudo das classes é de grande valia, pois esclarece e elucida muitas questões. Destaque, sempre, para as listas existentes, os exemplários e os comentários que subjazem todas as classes, revelando muito esmero da autora em relação ao leitor de sua GLLP. Destaque, também, para o assunto sinclitismo pronominal (subtópico da classe Pronome), em que a autora esmiúça o assunto se baseando em grandes mestres (Said Ali, Bechara, Rocha Lima, Cunha & Cintra, Napoleão Mendes), mas contribuindo com suas explicações e exemplos. Nesse ponto, vemos muitos exemplos retirados de documentos oficiais considerados estritamente português padrão: Constituição, Código Civil.

5. Sintaxe

Diferentemente dos dois outros elementos da tríade, à Sintaxe coube um número menor de páginas, o que mostra que a **GLLP** possui predileção pela palavra. Todavia, nas 245 páginas do capítulo, teremos um estudo acurado a respeito dos aspectos da Sintaxe, a começar pela distinção que a autora faz questão de mostrar e teorizar sobre *Frase – Oração* (pp. 1047 – 1053). Não aborda a questão do *Período*, pois tal definição é estudada no tópico correspondente aos períodos simples e composto. E é no estudo da oração (p. 1067) que encontraremos metalinguagem há muito usada pelas gramáticas (até mesmo em gramáticas que discursam a favor de uma metalinguagem nova): Sujeito e seus tipos; Predicação e seus tipos; Adjuntos; Complementos; Aposto; Vocativo; Agente da passiva.

Um fato curioso nesse ponto da obra e nesse assunto em questão é a quantidade grande de exemplos bem encaixados para cada tópico gramatical explorado. Quanto ao estudo do período (simples e composto), encontraremos as tradicionais divisões: período composto por coordenação e/ou por subordi-

nação e suas categorias. Há um aprofundamento no estudo da Subordinação em comparação ao da Coordenação, o que é esperado, já que há um número maior de categorias: Subordinação Substantiva; Subordinação Adjetiva; Subordinação Adverbial. Um outro ponto curioso e controverso diz respeito às orações subordinadas substantivas. Isso pelo fato de, nesse ponto, a autora não seguir as recomendações da NGB acerca das categorias subordinadas substantivas e apresentar novas categorias. Vejamos:

GLLP	NGB
Subordinada substantiva subjetiva	Subordinada substantiva subjetiva
Subordinada substantiva predicativa do sujeito	Subordinada substantiva predicativa
Subordinada substantiva predicativa do objeto	xx
Subordinada substantiva objetiva direta	Subordinada substantiva objetiva direta
Subordinada substantiva objetiva indireta	Subordinada substantiva objetiva indireta
Subordinada substantiva completiva nominal	Subordinada substantiva completiva nominal
Subordinada substantiva adjetiva adnominal	xx
Subordinada substantiva apositiva	Subordinada substantiva apositiva
Subordinada substantiva agentiva	xx

Poderíamos, a partir do quadro anterior, dizer que simplificação ficou com a tão criticada NGB, afinal, a autora da **GLLP** indica a existência de categorias subordinativas substantivas não presentes no documento oficial e não comum em outras gramáticas, como indicado anteriormente. Em relação à categoria das subordinadas adjetivas, temos as explicações já conhecidas sobre estruturas restritivas e explicativas. Fato interessante é a atenção que a autora dá para o que ela denomina de *subordinadas adjetivas falsas*, ou seja, os pronomes relativos (conectivos comuns para as adjetivas) desempenharem função em outra oração. Exemplos:

- Suas palavras, **[que eu sei]** [que são sábias], não me magoaram.
- Referem-se sempre àquela reforma **[que não sabem ao certo]** [que conseqüências trará].
- Há coisas **[que não nos cumpre]** [saber].

Entretanto, seguindo a ideia da falsidade para as adjetivas, cairíamos em outro problema: o fato de as orações adjetivas poderem, então, exprimir uma série de circunstâncias típicas das estruturas adverbiais: Finalidade, Consequência, Causa etc.

Já para última categoria subordinativa, a Adverbial, não houve explicações que avançassem o assunto. Teremos as nove categorias (causal, condicional, concessiva, consecutiva, conformativa, comparativa, final, proporcional e temporal) e as definições seguidas de exemplificações. Quanto à apresentação das orações reduzidas, é bem colocada a análise feita pela autora no que tange à possibilidade de redução para as orações coordenadas. Uma observação negativa é não encontrarmos exemplos de orações reduzidas das seguintes categorias: predicativa do objeto; adjuntiva adnominal; agentiva.

Caminhando para o fim, teremos os dois últimos capítulos: a Sintaxe de Regência (pp. 1221 até 1250) e a Sintaxe de Concordância (pp. 1251 até 1292). Na parte correspondente à Sintaxe de Regência, encontraremos listagem de alguns verbos, o que é muito comum nas gramáticas quando o assunto é *Regência*. Entretanto, na **GLLP**, observações criadas pela autora para cada verbo de sua listagem são muito esclarecedoras e não se limitam apenas à transitividade do(s) verbo(s), caso, por exemplo, da excelente observação a respeito da regência dos verbos Esquecer/Esquecer-se (p. 1235/1236).

Na parte correspondente à Sintaxe de Concordância, encontraremos, tanto para os aspectos da concordância nominal quanto para os aspectos da concordância verbal, um mondado trabalho acerca de tão “espinhudo” assunto. Os casos especiais elencados são muito bem explicados e comentados, e facilitam nossa compreensão sobre muitas de nossas dúvidas. Destaque para o caso concordancial da palavra *possível* e sua função como adjetivo ou advérbio. A autora retoma estudos clássicos de eminentes mestres¹⁵ e nos revela que “Desa forma, lições divergentes, ditadas por estudiosos tão ilustres, dificultam a normatização desse caso de concordância nominal. Tal divergência se explica provavelmente pelo embasamento que têm nossas gramáticas na teoria gramatical do francês” (p. 1262).

De qualquer modo e *ad finem*, a GLLP, da eminente professora Amini Boainain Haury, passa a ser obra importantíssima e de referência para todos aqueles que buscam dirimir dúvidas gramaticais pontuais ou aprofundar seus

¹⁵ A saber: Bechara, Carlos Góis, Napoleão Mendes

estudos em língua portuguesa padrão. Figurará, indubitavelmente, entre outras grandes obras gramaticais ea autora passará a fazer parte do cabedal de grandes autores gramaticais do país. Reiterando: obra importante para a nossa história gramatical.

Alexandre José Silva
alegramatica@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESENHA

ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Irandé Antunes, com sua obra, nos faz refletir como linguistas da língua portuguesa brasileira, sobre a forma de analisar um texto e quais práticas pedagógicas são utilizadas por nós professores como forma de avaliação e explanação em sala de aula.

Inicia com uma abordagem em relação às práticas pedagógicas dos professores e dos livros didáticos que são inseridos no PNLD, Programa Nacional do Livro Didático. A autora põe em discussão sobre a forma de avaliar a compreensão de um aluno a respeito de materiais propostos em sala de aula pelo docente. Ela nos deixa claro que a forma de avaliação realizada até hoje se torna ineficaz, pois o professor ainda continua com a concepção de que exercícios de avaliações devem seguir para a tangente gramatical, em que o discente focaliza somente nas regras de ortografia, morfologia e sintaxe, e se esquece de que o texto não só necessita da formação de frases bem estruturadas, mas sim de elos que se encaixem e façam com que o texto tenha seu valor semântico completo.

Outro ponto essencial numa análise textual feita tanto pelos alunos quanto pelos professores é de que para conseguir escrever um texto, o autor que o redige precisa ter como ponto inicial um conceito do que é um texto e de suas relações sociais e comunicativas, para que o público alvo se torne capaz de compreender o que está sendo dito. Para isso há quatro elementos importantes que os próprios indivíduos que utilizam a nossa língua não conseguem distinguir de forma clara, porém são essenciais para a semântica-pragmática textual; a coesão, a coerência, a informatividade e a intertextualidade. Esses quatro pontos estão entre si interligados, pois o texto necessita de recursos lexicais e gramaticais, bem como a ligação entre essas ideias e de um embasamento de informações prévias que se encaixem com outros textos já pré-existentes.

No decorrer do livro, a autora traz exemplos de textos e faz uma análise contextualizada em cima dos modelos fazendo a explanação dos elementos descritos no parágrafo anterior desta resenha. Logo após continuando a leitura do livro, pude perceber que Irandé Antunes cita e detalha que os textos possuem uma relação, e que essa relação é chamada de nexos, classificados em cinco modelos: de equivalência que se dá no modo de dois pontos estarem ligados entre si totalmente no valor semântico, de contiguidade, em que essa ligação é parcial, de associação quando duas ou mais palavras inseridas no texto tem

um valor de sentido próximo, e de conexão ou sequenciação ocorridos pela presença de conectivos, ou seja, preposições, conjunções entre outros.

Dessa forma, pode ser observado que as tais metodologias que são utilizadas em cursinhos e escolas estão incorretas, pois enquanto elas destinam aos candidatos uso de elaboração de um texto somente na parte estrutural e ortográfica, o livro nos faz repensar de que a construção de um texto não basta somente na estrutura, mas sim na questão de sentido, pois o avaliador do vestibular não vai se deter a gramaticalização, observará também o sentido do texto, fazendo indagações se o texto pode ser considerado coerente e passará a informação concisa ao leitor.

O livro finaliza fazendo uma síntese em três pontos essenciais em um texto, o primeiro são as práticas de análise, em que a forma de “fazer” precisa sempre se reinventar, além de não ficar focalizado na questão escolar como tarefas de classe e casa, mas sim poder trazer o texto para o cotidiano, em que o indivíduo possa formular uma circular, uma ata, uma narrativa e etc., tendo em seguida à compreensão concisa do que foi feito. Outro fator é o critério, em que as frases constituintes do corpo textual não podem estar isoladas, e sim amarradas trazendo um objetivo geral ao leitor. E por fim aos textos e ao léxico-gramatical, em que qualquer tipo de texto, literários ou não podem ser objetos de estudos na sala de aula, bem como estarem inseridas as relações de significados e da constituição do saber linguístico abrindo novos horizontes para a nossa língua portuguesa brasileira.

José Kleibson da Silva
Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
Colégio Disneylândia
jk1403@gmail.com

COLABORADORES DESTES NÚMERO

ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE é pós-doutor em Linguística Forense pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC(2014), pós-doutor em Estudos Ortográficos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP (2015), doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela UNESP e mestre em Linguística e Literatura moçambicana (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique (UEM). Atualmente, é professor e pesquisador visitante estrangeiro na Universidade Federal de Goiás (UFG). Apoiava a Revista *Linguagem: Estudos e Pesquisas* e é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português no Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem (PMEL).

ALEXANDRE JOSÉ SILVA é bacharel em Letras pela USP; especialista, mestre e doutorando em Língua Portuguesa pela PUC-SP (área de concentração: História e descrição da Língua Portuguesa; História das Ideias Linguísticas). Professor de Língua Portuguesa na rede particular de ensino na cidade de São Paulo.

ALUIZA ALVES DE ARAÚJO é doutora e mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente, é professora efetiva dos Cursos de Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da UECE. Atua na área de Linguística com ênfase em Sociolinguística Variacionista.

ANA GERMANA PONTES RODRIGUES é doutoranda e mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui graduação em Letras e especialização em Semiótica Aplicada à Literatura e Áreas Afins, também pela UECE. Atualmente, é professora efetiva da rede pública de ensino médio do Estado do Ceará e desenvolve pesquisas na área de Sociolinguística.

DAYANNY MARINS COELHO é graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos, e em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Ensino Superior de Samambaia – IESA. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Apogeu. É bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

HELENA REBELO é docente na Universidade da Madeira desde 1998, sendo licenciada (1990) e mestre (1997) pela Universidade de Coimbra. Possui uma qualificação em Ciências da Educação pela Universidade Aberta (1999). Doutorou-se em Linguística Portuguesa (2005), na Universidade da Madeira, e concluiu, na Universidade de Aveiro, um pós-doutoramento (2011). Faz parte do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC) da Universidade de Aveiro e do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL) da Universidade da Madeira. Integra a equipa do Projecto Internacional Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico (AMPER). Colabora com o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa na feitura do Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e do Porto Santo (ALEM-PS).

IVO DA COSTA DO ROSÁRIO é licenciado em Letras (UERJ) e em Pedagogia (UNIRIO). É mestre e doutor em Estudos de Linguagem pela UFF e em Letras Vernáculas pela UFRJ. Atualmente é professor adjunto de língua portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF. É líder do grupo de pesquisa Conectivos e Conexão de Orações (CCO) e membro do grupo de estudos Discurso & Gramática (D & G).

JOÃO RICARDO RODRIGUES é licenciado em Letras com habilitação em língua portuguesa, língua espanhola e suas respectivas literaturas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2017). Atualmente, está matriculado no curso de Linguística Aplicada à Educação, nível de pós-graduação *Lato Sensu*, na Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Tem experiência na área de Letras, com ênfase no português e no espanhol.

JOSÉ BARBOSA MACHADO é professor auxiliar com agregação do Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal. É doutorado em Linguística Portuguesa pela UTAD (2002). É investigador do Centro de Estudos em Letras, tendo colaborado em diversos projetos de investigação. Publicou em 2015 o *Dicionário dos Primeiros Livros Impressos em Língua Portuguesa*, em 4 volumes.

JOSÉ KLEIBSON DA SILVA é graduado em Letras pela Faculdade São Miguel, especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade Frassinetti do Recife e professor da rede pública estadual de ensino do Estado de Pernambuco.

JOVANA MAURICIO ACOSTA possui graduação e licenciatura em Letras Português/Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi aluna de iniciação científica e bolsista CNPQ, durante o período da graduação. É especialista em língua portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (UFF). cursou mestrado e atualmente é doutoranda, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Participa dos grupos de pesquisa Discurso & Gramática (D & G) e Conectivos e Conexões de Orações (CCO).

JULIANA RANGEL SCARDUA possui graduação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e mestrado em Estudos Linguísticos pela mesma instituição. É integrante do Projeto Português Falado na Cidade de Vitória (PortVix) na UFES.

JUSSARA ABRAÇADO é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio de pós-doutoramento em Linguística Cognitiva na Universidade Católica de Braga, em Portugal. Dedicar-se a estudos na área de Linguística, com ênfase na interface teórica entre a Sociolinguística e a Linguística Cognitiva, atuando principalmente nos seguintes temas: tempo e modalidade, cognição, dêixis e subjetividade.

LILIAN COUTINHO YACOVENCO possui graduação em Letras (Português e Literaturas de Língua Portuguesa), mestrado e doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo e coordenadora do Projeto Português Falado na Cidade de Vitória (PortVix). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística.

MARCIA SIPAVICIUS SEIDE é professora associada, docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e do Colegiado de Letras da Unioeste, *campus* de Marechal Cândido Rondon. Membro efetivo do Grupo de Trabalho Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL. Realizou pós-doutorado em Linguística pela UFSC (2015) e doutorou-se em Letras, Língua Portuguesa e Filologia na FFLCH-USP (2006).

MARIA LIDIANE DE SOUSA PEREIRA é doutoranda e mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduada em Letras - Língua

Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Atua na área de Letras com ênfase em Linguística, Sociolinguística Variacionista, Estilística descritiva e Língua Portuguesa.

MARIA MARTA PEREIRA SCHERRE possui graduação em Letras pela PUC-MG, mestrado em Letras pela PUC-RJ e doutorado em Linguística pela UFRJ. É pesquisadora 1-B do CNPq, professora voluntária da UFES, pesquisadora colaboradora plena da UnB e integrante do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) e do PortVix. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística Variacionista.

MARILÚCIA DOS SANTOS DOMINGOS STRIQUERV é doutora em Estudos da Linguagem. Professora adjunta da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Professora permanente do mestrado profissional em Letras, Profletras-UENP. Pesquisadora do grupo de pesquisa Diale -CNPQ/UENP.

MAURÍCIO DA SILVA é professor associado IV, lotado no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Língua Portuguesa pela UFF e doutor em Língua Portuguesa pela mesma instituição; é pós-doutor em Linguística Cognitiva pela UFRJ. Marca sua presença digital no endereço www.profmauriciodasilva.pro.br.

MONCLAR GUIMARÃES LOPES é professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, vice-líder do Grupo de Estudos Discurso & Gramática e pesquisador do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações. Em seu projeto de pesquisa atual, tem investigado os processos de mudança de transitividade verbal com base na perspectiva da Linguística Cognitivo-Funcional.

PATRICIA LUCAS é graduada em Letras (Português-Espanhol) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e mestranda na mesma universidade. É professora de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola.

RACHEL MARIA CAMPOS MENEZES DE MORAES é graduada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal Fluminense. Pós-graduada em Letras (Cultura, Língua e Literatura Latina), mestre e doutoranda em Estudos de Linguagem pela mesma instituição. É Professora EBTT do Instituto Benjamin Constant.

RERISSON CAVALCANTE DE ARAÚJO é mestre em Letras pela UFBA. Doutor em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela USP. Professor adjunto de Linguística do Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras da UFBA. Trabalha com sintaxe gerativa, interface sintaxe e semântica e variação linguística.

THAIS LEAL RODRIGUES é mestre e doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2017). Possui graduação em Letras Português-Espanhol) e pós-graduação em Língua Portuguesa pela mesma instituição. Atualmente, é professora de língua espanhola da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência em docência e tradução ao longo de treze anos. Foi bolsista da Faperj e Capes.

VALTER DE CARVALHO DIAS é doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (2017), mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (2010), especialista em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Federal da Bahia (2005) e graduado em Letras (Português-Espanhol, 2006) e Letras (Português-Inglês, 2005) pelo Centro Universitário Jorge Amado. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística Quantitativa - variação linguística e no ensino de Língua Portuguesa.

VANDA MARIA CARDOZO DE MENEZES é professora associada de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Desenvolve pesquisa na área da Semântica, iniciada no mestrado (UFF), com dissertação sobre campos lexicais na perspectiva de E. Coseriu, seguida no doutorado (UFRJ), com a tese sobre orações infinitivas, sob a ótica funcionalista, e, recentemente, aprofundada em estágio de pós-doutorado (UCP-Braga), com estudo sobre construções com os verbos *pedir* e *dizer* em abordagem cognitiva.